

*ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA*

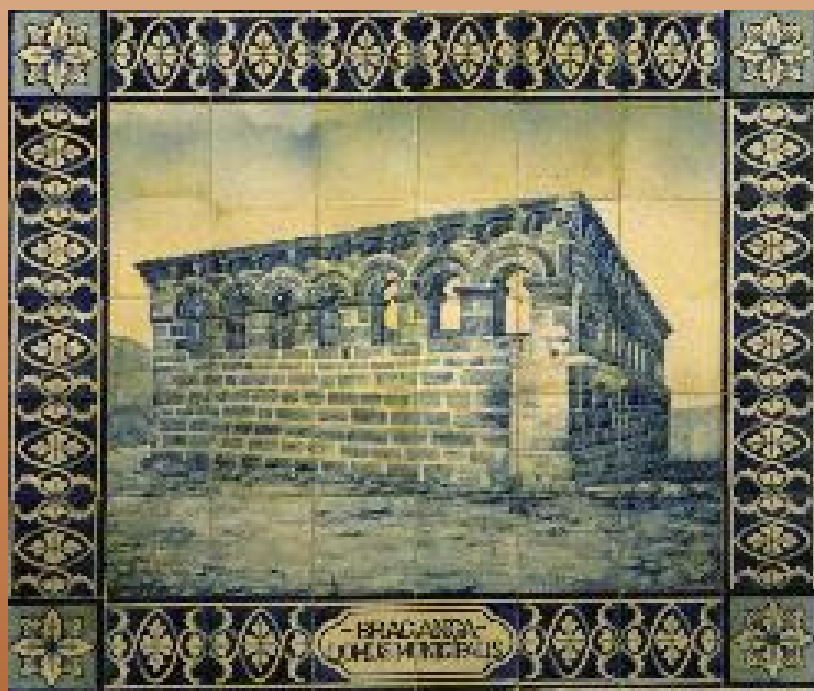


Imagem retirada da página www.municipal.braganca.pt

*REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DO ANO 2007,
NO
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA
DE
BRAGANÇA*

SIGLAS

€	Euro
A2	Auto-Estrada n.º 2
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CDU	Coligação Democrática Unitária
CMB	Câmara Municipal de Bragança
DRAPN	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRATM	Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
ETA	Estação de Tratamento de Águas
ETAR	Estação de Tratamentos Águas Residuais
FICAM	Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas
ICN	Instituto de Conservação da Natureza
INAG	Instituto Nacional da Água
INATEL	Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
IP	Itinerário Principal
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
JF	Junta de Freguesia
KM	Quilómetro
MAI	Ministério da Administração Interna
MADRP	Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MMB	Mercado Municipal de Bragança – EM
NERBA	Núcleo Empresarial de Bragança
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Director Municipal
PNM	Parque Natural de Montesinho
PROCOM	Programa Operacional para o desenvolvimento do Comércio Português
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência de Estratégica Nacional
STU	Serviços de Transportes Urbanos
TMB	Teatro Municipal de Bragança

-----Primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 26 de Fevereiro de 2007, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança -----

SUMÁRIO		Pág.
DIVERSOS:		
- Presenças e faltas		233
 MANDATOS: - MEMBROS		
Assembleia Municipal:		
INSTALAÇÕES:		7
INTERVALO PARA ALMOÇO		103
SUBSTITUIÇÕES		7
 MOÇÕES :		
1 – Desastre Ferroviário – Linha do Tua		16
2 – Verbas do QREN.....		22
3 – Alterações a realizar no Centro Histórico de Bragança.....		36
4 – Plano Ordenamento Parque Natural Montesinho		41
5 – Discussão Pública – Revisão PDM, PU e POPNM.....		91
6 – Parque Estacionamento Praça Camões.....		93
7 - Gás Natural.....		94
8 – Arrendamento Jovem		104
9 – Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas		115
10- Lei orgânica ICN		128
11- Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros.....		138 e 147
QUORUM		7,103

ORDEM DE TRABALHOS

1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da 6.ª sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2006.

2 – PÚBLICO - Período de intervenção. -----	10
3 – Período de Antes da Ordem do Dia. -----	12
4 – Período da Ordem do Dia: -----	44
4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. -----	44
4.2 – Discussão e deliberação sobre solicitação da Câmara Municipal de tomada de posição da Assembleia Municipal relativamente à permanência do Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros em Bragança;	130
4.3 – Discussão e Deliberação sobre as seguintes Propostas da Câmara Municipal de Bragança: -----	
4.3.1 – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”.....	151
4.3.2 – Projecto de Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança;	176
4.4 – Tomada de Conhecimento e Discussão, propostas pela Câmara Municipal de Bragança: -----	
4.4.1- Do Protocolo a celebrar entre o Município de Bragança e o INATEL – Instituto para aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores;.....	197
4.4.2 - Da Cedência do Direito de Superfície de uma Parcela de Terreno no Aeródromo Municipal;.....	206
4.4.3- Da Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos;.....	218
4.4.4 – Da atribuição de nome ao Centro de Arte Contemporânea.....	224

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	
Bruno Veloso	96,109
Henrique Ferreira	103,118,
José Castro	3
Júlio Carvalho	149
Lídio Correia	96,118,129,148,
Luís Afonso	38,96
Luís Pires	39,92,102,
Nuno Reis	109,149
Victor Pereira	108,117,129,149

INTERVENÇÕES

Nome	
Bruno Veloso	104,107
Carlos Cadavez	11
João Ortega	30
Henrique Ferreira	87,221,231,233
Jorge Novo	25
José Castro	89
Júlio de Carvalho	12,13,24,100,119,123,125,127,231
Lídio Correia	12,20,23,101,107,126,141,150
Luís Afonso	37,42,43,94,95,105,110,116,
Luís Pires	18,25,93,106,217,231
Luís Vale	39,150,
Madalena Morgado	222
Nuno Reis	135,141,147
Orlando Pontes	19
Paulo Xavier	27
Presidente da Câmara	44,83,146,197,204,205,216
Presidente da Mesa	8,10,12,13,17,18,19,20,23,24,25,27,30,37,38,39,42,43,44,78,79,80,82,83,87,89,91,92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,115,116,118,119,122,123,124,125,126,127,128,129,130,135,141,143,145,147,148,149,150,151,174,175,176,196,203,205,206,215,216,217,218,221,222,224,230,231,232,233,
Primeiro Secretário	8
Rui Correia	174
Victor Pereira	130,145,

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	
Amílcar Pires	79,203
Henrique Ferreira	215
José Castro	122
Lídio Correia	82,98,196,205,
Luís Afonso	98
Luís Pires	78,140,215
Luís Vale	82
Paulo Hermenegildo	99

Pedro Teixeira	80
Vítor Pereira	116122

DEFESA DA HONRA

Nome	
Lídio Correia	130

----- Aos **vinte e seis dias do mês de Fevereiro**, realizou-se no auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **primeira sessão ordinária do ano de dois mil e sete**, da Assembleia Municipal, com início às 9h30 e fim às 19h00, **na qual participaram noventa e cinco membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da 6.ª sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2006.

2 – PÚBLICO - Período de intervenção.-----

3 – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

4 – Período da Ordem do Dia: -----

4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. -----

4.2 – Discussão e deliberação sobre solicitação da Câmara Municipal de tomada de posição da Assembleia Municipal relativamente à permanência do Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros em Bragança;-----

4.3 – Discussão e Deliberação sobre as seguintes Propostas da Câmara Municipal de Bragança:-----

4.3.1 – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”;-----

4.3.2 – Projecto de Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança;-----

4.4 – Tomada de Conhecimento e Discussão, propostas pela Câmara Municipal de Bragança:-----

4.4.1- Do Protocolo a celebrar entre o Município de Bragança e o INATEL – Instituto para aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores;-----

4.4.2 - Da Cedência do Direito de Superfície de uma Parcela de Terreno no Aeródromo Municipal;-----

4.4.3- Da Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos;-----

4.4.4 – Da atribuição de nome ao Centro de Arte Contemporânea. -----

----- QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). -----

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência, bem como a restante, encontra-se arquivada na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

SUSTITUIÇÕES: - **PS:** Luís Filipe Pires Fernandes -----
Lídia Gomes Valinho -----

- **CDU-** Luís de Sousa Costa -----

INATALAÇÕES:

- **Manuel João Pinelo Regino** – Representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Baçal, eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 26/06/19945, filho de Raul de Deus Regino e Francisca Infância Pinelo, natural e residente na Freguesia de Baçal, Município

de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 3419207, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 9/11/2005, cartão de eleitor nº. 445 da Comissão recenseadora da Freguesia de Baçal e cartão de contribuinte nº. 168285550.-----

- **João Ramiro de Castro** – Representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Sortes, eleito pelas listas do Partido Social Democrata, nascido em 27/11/1943, filho de Eduardo António de Castro e de Elisa da Conceição Afonso, natural e residente na Freguesia de Sortes, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 3884474, emitido pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 5/12/2006, cartão de eleitor nº. 497 da Comissão Recenseadora de Sortes e cartão de contribuinte nº. 162943091. -----

- **José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro** – Eleito pela lista da Coligação Democrática Unitária, nascido em 1/09/1962, filho de Gastar Manuel Ferreira de Castro e de Maria Manuela Guimarães Ferreira Correia dos Santos Castro, natural da Freguesia de Santa Marias Maior, Município de Viana do castelo e residente na Freguesia de Santa Maria, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 5951854, emito pelo Arquivo de Identificação de Bragança em 5/08/2002, cartão de eleitor nº. 4425 da Comissão Recenseadora de Santa Maria e cartão de contribuinte nº. 166667137.-----

.....**Presidente da Mesa** - Senhores membros da Assembleia muito bom dia, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores muito bom dia, quero também cumprimentar os alunos da Escola Emídio Garcia, que segundo uma comunicação que tenho na Mesa, nos dão o prazer de hoje virem assistir a uma parte dos nossos trabalhos. Muito obrigado pela vossa visita, muito obrigado ao Senhor Professor António Fernandes, que julgo que é quem os acompanha, os meus cumprimentos, e vamos então dar início aos nossos trabalhos.

.....Como habitualmente começamos pelo período do Expediente, nós temos este período simplificado pelo processo que introduzimos, a informação sobre as comunicações que saem da Assembleia e chegam à Assembleia é distribuída sistematicamente às lideranças dos Grupos Municipais, de maneira que, dispensamo-nos de estar a fazer a leitura dessa correspondência nesta altura, mas neste período de expediente eu fui informado, e foi-me comunicado que no seguimento do debate que foi realizado nesta sala aquando da preparação da discussão sobre a interrupção voluntária da gravidez, a Comissão Permanente, que foi encarregue de organizar esse debate, deseja fazer uma breve comunicação sobre ele à Assembleia, e por isso, o Senhor Professor Acúrcio, Secretário da Mesa, e que integrou os trabalhos dessa Comissão, vai então fazer a leitura dessa comunicação.

.....Faça o favor.

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....Começo por cumprimentar a Câmara, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, todos os membros da Assembleia, estas turmas de alunos da Emídio Garcia que nos visitam, público ainda não temos.....

.....A Comissão Permanente reuniu para reflectir sobre o trabalho de que tinha sido incumbido pela Assembleia Municipal, referente à organização e divulgação do debate sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Achou por bem transmitir à Assembleia Municipal as conclusões da reflexão e por isso aqui estou, para em nome da Comissão, lhes dar conhecimento não só das conclusões, mas também de sugestões para o futuro.

Foi elaborado um texto, com base em sugestões dos membros desta Comissão Permanente e que passo a ler:

.....*“Como todos se recordam, foi aprovada uma Moção relativa ao “Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez” na sessão ordinária do passado dia 15 de Dezembro de 2006, fundamentada em dois pontos e que passo a citar:*

.....*1. Promover um amplo Debate Público que a realização do referendo impõe, contribuindo assim para que, em Bragança, território de participação, se verifique o confronto de ideias e se sensibilizem as e os cidadãos para esta problemática, nomeadamente através da realização de uma sessão de debate/esclarecimento em que intervenham os diversos movimentos envolvidos.*

.....*2. Que a responsabilidade da promoção, divulgação e organização deste amplo Debate seja assumida pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal.*

.....*De acordo com a moção aprovada, ficou cometida à Comissão Permanente da Assembleia Municipal a concretização da deliberação tomada.*

.....*A Comissão Permanente tomou as iniciativas e fez as diligências necessárias e, no passado dia 24 de Janeiro, proporcionou à população um Debate/Sessão de Esclarecimento, considerado unanimemente, esclarecedor e muito participado.....*

.....*Depois de ter definido o formato que lhe pareceu mais adequado, pediu aos Movimentos Defensores do “Sim” e do “Não” para indicarem dois elementos cada, o que veio a acontecer. ..*

.....*Com este serviço prestado, de que se orgulha, a Comissão Permanente pensa ter transmitido uma imagem claramente positiva da Assembleia Municipal de Bragança, e do que é possível fazer, promovendo outras acções e motivando as pessoas a participar.....*

.....*A realização deste tipo de evento, visando temas diversos, permite uma maior proximidade entre eleitos e eleitores, proporcionando-lhes situações adequadas e poder de participação em debates sobre matérias do seu quotidiano.....*

.....*Foi esta a situação observada no debate a que se referem estas notas, como já tinha sido no evento dedicado ao QREN.*

.....*Face a esta adesão, a Comissão Permanente considera pertinente que a Assembleia Municipal potencie mais iniciativas do género.*

.....Tendo-se observado uma menor adesão por parte dos membros desta Assembleia Municipal, e no intuito de ultrapassar tal lacuna, considera-se adequado que, em eventos futuros, sejam dirigidos convites formais a todos os membros da Assembleia Municipal.

.....Por corresponder à realidade tudo o que se relatou, a Comissão Permanente, sente-se satisfeita por poder vir dizer à Assembleia que a missão que lhe foi confiada foi cumprida!.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos então entrar no primeiro ponto da ordem de trabalhos

.....**PONTO 1 – ACTAS:** Leitura, discussão e votação da acta da **sexta sessão ordinária realizada em 15 de Dezembro do ano de 2006.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Alguém se quer pronunciar sobre essa acta?

.....Não sendo o caso, eu punha à votação.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Entrega na Mesa uma folhinha corrigida e será corrigido.

-----**Após análise e discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e seis abstenções, estando momentaneamente setenta e um membros presentes.**-----

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Entramos então no.....

.....**PONTO 2 – PÚBLICO – 1º. PERÍODO DE INTERVENÇÃO.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Eu perguntava se há alguma inscrição?

.....Eu tenho uma inscrição de uma intervenção do público, por parte de uma pessoa que é o Dr. Carlos Cadavez, que acumula com ser membro desta Assembleia, mas a matéria sobre que ele quer intervir em nome do público, é do foro da intervenção da Sociedade Civil, e portanto é mais próprio, que é uma matéria que diz respeito a cuidados de saúde, é mais próprio que faça essa intervenção neste período e não enquanto membro da Assembleia, porque é para fazer um convite aos Senhores membros da Assembleia, e nomeadamente aos Senhores Presidentes de Junta.

.....Faça o favor Senhor Dr. Carlos Cadavez, tem cinco minutos para essa intervenção. Faz favor.

.....**Carlos Cadavez** – Obrigado Senhor Presidente.

.....Bom dia a todos.

.....As mortes cardiovasculares na Europa representam entre 45 a 50%. Hoje em dia Portugal não foge a essa regra. Há um ano, nomearam-me Presidente da Comissão Distrital da Fundação Portuguesa de Cardiologia, foi feita alguma coisa, alguma acção, e a Fundação dedica-se à prevenção das doenças cardiovasculares e à reabilitação de toda a gente que tenha problemas cardíacos.

.....Dia 14 de Fevereiro, com a Sub Região de Saúde de Bragança, o Centro de Saúde e a Escola Superior de Saúde, decidimos o seguinte, durante um ano, a começar em 14 de Fevereiro, gostaríamos, e aqui pedimos a ajuda a todos os Presidentes de Junta e aos colegas aqui da Assembleia, gostaríamos de, toda a gente que já anda pelo menos trinta minutos por dia, fosse orientado em termos de saúde, e aqueles que não andam, vamos pô-los a andar também, ter uma Bragança saudável.

.....Tudo isto vai ser monitorizado e o estudo vai ser feito pela Escola Superior de Saúde com os seus estagiários de enfermagem e de nutrição. Em Bragança neste momento estão, só no passa a palavra estão a funcionar diariamente, desde o dia 14, oito grupos, já. Gostava que estes oito se multiplicassem por quatro ou cinco. Todos os grupos estão a funcionar depois das horas de trabalho, das cinco e meia da tarde até às dez da noite.

..... Pensamos que nas aldeias deve haver um, dois, três grupos, e o que é necessário, eu depois vou-lhes dar uma folhinha a toda a gente, de como é que se deve fazer um grupo. Um primeiro orientador, um segundo e um terceiro orientador em que, vamos tentar monitorizar toda a gente.....

..... Isto vai ser muito difícil. Todo este estudo e todo este trabalho, não é correr é andar, monitorizado pela Escola Superior de Saúde, pensamos, juntar esforços de todas as instituições e com certeza a Câmara Municipal de Bragança também, de fazer um grande congresso para o ano, em Fevereiro, de doenças cardiovasculares em Bragança – Congresso Nacional.

.....Este será o término, em que a Escola Superior de Saúde vai apresentar os resultados do estudo científico que vai ser realizado no nosso Concelho. Andar em Bragança, mas andar bem, devidamente orientado em saúde. Nós vamos dar nessa folhinha também, a orientação das instalações da Cruz Vermelha em Bragança, para podermos de alguma forma dialogar com as pessoas e possivelmente reunir também.

..... Gostaria que em todas as aldeias, o primeiro orientador fosse o Presidente da Junta. O ano passado, o slogan em 2006 da Fundação Portuguesa de Cardiologia, se vocês viram na televisão, era, “nós tratamos da vossa barriguinha”. Este ano, além de continuarmos com este

slogan, vamos, de alguma maneira, saber o que está a acontecer, pelo menos com a população do nosso Concelho. E por isso vamos elaborar este estudo, e, uns aos outros, com muita coragem, esforçarmo-nos de maneira a nunca faltar um dia em 365 dias.
.....E para já, obrigado pela colaboração, vocês vão-me ajudar, mas garanto-vos que vocês vão ajudar também todos os nossos concidadãos do Concelho.....
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....A bem da saúde.....
.....Vamos entrar no.....

.....**PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia, inscrições para intervenções?

.....Eu vou ler as inscrições que existem até esta altura: Senhores membros da Assembleia Júlio de Carvalho, Lídio Correia, Jorge Novo, Paulo Xavier, Arquitecto Ortega e Luís Vale.
.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho tem a palavra.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu tenho que perguntar ao Dr. Júlio de Carvalho se vê algum inconveniente. Eu tenho muita pena mas só com o acordo de quem se inscreveu primeiro.....
.....

.....**Lídio Correia** - Eu só queria dar uma palavrinha antes da intervenção do Dr. Júlio. Eu explico para que é, é que eu tinha uma proposta de um minuto de silêncio à Assembleia, e julgo que seria pertinente fazê-la antes da intervenção do Dr. Júlio de Carvalho.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu tenho que perguntar ao Dr. Júlio de Carvalho se não vê algum inconveniente?

.....**Júlio de Carvalho** - Qual é a causa do minuto de silêncio?.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu tenho muita pena, mas só com o acordo de quem se inscreveu primeiro, o Senhor Lídio Correia diz que tem uma sugestão de fazer um minuto de silencio em homenagem às vítimas do Tua... ..

.....**Júlio de Carvalho** - Mas eu vou falar sobre isso. É essa uma das razões porque eu peço a palavra.....

.....**Presidente da Mesa** - Bom, faça o favor, tem a palavra.

.....**Júlio Carvalho** – Excelência Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores membros da Assembleia, Excelentíssimo Executivo, caros deputados e amigos.

.....O assunto que me trás aqui é precisamente a tragédia ocorrida no dia 12 do corrente mês na linha do Tua. Mas antes, e se me permitem, eu queria referir, roubar-vos um pouco de tempo, para me ouvirem sobre um grande nome Português.

.....Quer se queira, quer se não queira, quer se goste, quer se não goste, foi para mim o maior músico português, foi para mim dos grandes poetas portugueses, foi para mim um dos grandes homens como referência geracional nos anos sessenta. É precisamente José Afonso, numa data em que se comemoram os vinte anos da sua morte. Foi um homem em quem eu senti sempre na sua obra literária, na sua poesia, o conceito mais belo da arte, a arte como dialéctica entre um estado de necessidade e uma aspiração de liberdade.

..... Na sua obra, que tocou sobretudo à minha geração, como homem que lutou precisamente pela liberdade, que lutou, que esteve ao lado, que se comprometeu com os valores da injustiça, da igualdade, da solidariedade, que teve gritos de raiva, gritos de dor, gritos de angústia perante um povo, na altura, amarrado a uma ideologia ultrapassada, velha e caduca, que nos dominou durante quarenta anos.

.....Foi esse homem que me tocou, que me sensibilizou, não só pela sua beleza poética, como pela harmonia dos sons e jogo de palavras, sons e ritmo, como ainda pela sua conduta como homem simples, um homem que lutou pelas suas causas, e um homem que tocou muitos daqueles que passaram por Coimbra, e que sentimos e que vivemos, os sons das suas guitarras.....

..... É esse homem, é esse trovador da literatura portuguesa, esse trovador da liberdade, do progresso, da igualdade, a quem eu quis, antes de entrar no assunto do Tua, prestar uma homenagem. E se me permitirem, lembrar-lhes que a beleza desse homem, da sua singeleza, que lhes declame humildemente um dos mais belos poemas de Zeca Afonso, que é a:.....

.....**CANÇÃO DE EMBALAR:**

♩ = 60

dor-me-meu-me-ni - no-se-est-re-la-d'al - va Já a pro-cu-rel e não a vi
 se - la não vi - er de ma-druga - da - ou - tra-que-sou-ber se - rá pra ti
 ou - tra-que-sou-ber se - rá pra ti

.....Dorme meu menino a estrela d'alva

.....Já a procurei e não a vi.....

.....Se ela não vier de madrugada.....

.....Outra que eu souber será p'ra ti

.....Outra que eu souber na noite escura

.....Sobre o teu sorriso de encantar.....

.....Ouvirás cantando nas alturas

.....Trovas e cantigas de embalar

.....Trovas e cantigas muito belas

.....Afina a garganta meu cantor.....

.....Quando a luz se apaga nas janelas.....

.....Perde a estrela d'alva o seu fulgor

.....Perde a estrela d'alva pequenina.....

.....Se outra não vier para a render

.....Dorme qu'inda a noite é uma menina

.....Deixa-a vir também adormecer.....

.....Muito obrigado.

.....Ia de seguida falar num outro assunto que é precisamente aquele que nos preocupa neste momento, e que nos preocupou a todos nós, que é precisamente a tragédia do Tua.....

.....Não pretendo, nem quero, nem é o meu estilo, vir aqui, como já vi em algumas moções noutros momentos e noutros sítios, um apuramento de responsabilidades sobre esta matéria. Fazê-lo é desconhecer o que representa a linha do Tua. A Linha do Tua foi como sabem, construída em fins do século passado e terminada em 1905 ou 1906, creio eu, no segundio

troço, que era Mirandela a Bragança. Todos nós sabemos o que aquilo representa, o que foi em termos de engenharia, foi das coisas mais audaciosas, mais valiosas, mais corajosas que se fez em termos de engenharia, talvez nestes últimos cento e tal anos.

..... Foi mesmo entendido e já tive oportunidade de dizer, como uma audácia da engenharia Portuguesa, só comparável ao que aconteceu nalguns troços construídos na Suíça e em torno dos Alpes na França, de tal maneira que, os nossos trabalhadores, os trabalhadores que aí trabalhavam, quando rebentavam a pedreira tinham que ser içados por cordas, para longe daquilo, de tal maneira, que eles não podiam ali esconder-se ou proteger-se, enfim, tal é a grandiosidade daqueles penhascos, daquelas ravinas, enfim, foi um desafio autêntico da engenharia portuguesa a conclusão daquela obra.

..... E nós sentimo-lo quando por ali percorríamos há vários anos, quando tínhamos que nos deslocar ao Porto por aquela linha, nós sentíamos nela e quando víamos aquele troço, quase o sinónimo do belo e do horrível, e por isso, sabemos também que a tragédia aconteceu num dia em que houve um tremor de terra e que foi segundo aquilo que nós ouvimos, o maior tremor de terra, com maior magnitude, ocorrido nos últimos vinte e sete anos em Portugal. E não deixa de ser sintomático que alguns estudiosos da matéria, tenham associado inclusivamente esta tragédia a este fenómeno. E nós sabemos que aconteceu durante doze anos, que nós que conhecemos a linha do Tua, com derrocadas de terra, com rochas fracturadas, uma zona xistosa e granítica, enfim, perceptível de ocorrerem esses fenómenos.

..... Portanto, estar a apurar responsabilidades é ser irresponsável. O que devemos, é de facto lutar para que realmente seja apurado se houve, há uma causa humana, a criar esta tragédia, mas, não é esta a minha preocupação. A minha preocupação pelo menos, é conseguir, é lutar, é fazer, ou estimular o Governo, para que isto não seja um pretexto para o encerramento desta linha. Pelo que ela pode representar de importância a nível de Trás-os-Montes, em termos de desenvolvimento, pelo que ela pode representar no futuro e até por aquilo que ela já devia ter representado.

.....E recordo-me que já noutros tempos, noutros tempos, foi indicada a ligação Tua à Puebla de Sanábria por linha de caminho de ferro, passando por Bragança, aproveitando parte da linha do Tua, o que significa que muita gente, muita gente, muita gente, não quis melhorar nem aproveitar essa infra-estrutura para o progresso de Trás-os-Montes.

.....E portanto consciente disto, e sabedores disso, eu, sentindo o que sentimos nós, a preocupação, e é de elogiar, e é digno de observação e de uma palavra de referência, a acção do Governo Civil neste processo, como ele esteve ali presente, constante numa ânsia de resolver os problemas, de apoio às vítimas, de apoio aos familiares, o que nós sentimos ali das associações de Bombeiros, o que nós sentimos da imprensa preocupados com este fenómeno, o que nós sentimos da Câmara Municipal de Mirandela e da Sociedade Civil, eu acho que é bom que nós nos lembremos desse apoio, desse esforço, deste modo, acção corajosa neste processo.

.....E permitam-me pois que, posto isto, eu apresento uma moção, e eu enfim, tenho alguma dúvida sobre o perfeccionismo desta moção, porque ela é um misto de moção e de proposta, e uma coisa é uma moção, outra coisa é uma proposta, bem, eu tenho consciência disso, mas tentei dar-lhe uma forma por forma a que não ficasse mal esta conjugação moção/proposta. E eu apresentava esta moção, que é a seguinte: -----

“MOÇÃO

.....A Assembleia Municipal de Bragança, em sua sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2007,

.....- depois de analisar e debater o grave e trágico desastre ferroviário ocorrido na linha do Tua em 12 do corrente mês, que a todos enlutou; -----

.....- depois de reconhecer que a construção da linha do Tua em constantes despenhadeiros e rochedos representam, entre 1885 e 1906, uma obra arrojada e admirável da engenharia Portuguesa; -----

.....- depois de reconhecer que o traçado da linha do TUA pode e deve representar um papel importante no desenvolvimento de Trás-os-Montes; -----

.....- depois de sentir que esta tragédia não pode nem deve servir de pretexto para o encerramento, da linha, mas antes de determinação na sua conservação, melhoramento e renovação; -----

.....- depois de acompanhar e sentir a dor dos familiares das vítimas e de acompanhar o esforço, a dedicação, a determinação e no empenho do Governo Civil de Bragança, da Câmara Municipal de Mirandela, da Associação de Bombeiros Voluntários, dos civis e da imprensa, resolveu: -----

.....1 – Expressar a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro a vontade do povo transmontano em ver recuperada a linha do Tua a curto prazo, a sua manutenção e renovação não só pelo papel que representa, pode e deve representar para Trás-os-Montes mas também pelo que o seu traçado constitui como obra de engenharia e beleza. -----

..... 2– Expressar aos familiares das vítimas da tragédia a solidariedade e pesar do povo de Bragança. -----

..... 3– Expressar a todos os que, denodadamente, se envolveram na busca e apoio às vítimas e familiares, o maior apreço do povo de Bragança”. -----

Bragança, 26 de Fevereiro de 2006 -----

a) Júlio de Carvalho” -----

----- Muito obrigado. -----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Bom, entrou, ela de facto não tem título, eu vou por - lhe moção, para simplificar-mos, entrou esta moção na Mesa, de acordo com as regras regimentais, vou por esta moção à discussão, e portanto vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimento relativamente a esta moção.
.....Henrique Ferreira por favor.....

.....**Henrique Ferreira** – Bom dia a todos.....
.....Eu queria perguntar ao proponente da moção, se não quer purifica-la no sentido de separar aquilo que são condolências, manifestações de louvor ao Senhor Governador Civil pelo trabalho realizado, da outra parte que é o enquadramento, e aproveitar para fazer uma coisa mais profunda ainda, portanto enquadramento da moção, num processo mais vasto de consideração sobre as vias de comunicação.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....É para intervenção. Pronto, então Senhor Proponente quer responder ao pedido de esclarecimentos? Faz favor.

.....**Júlio de Carvalho** – Muito obrigado Senhor Dr. Henrique.
..... É evidente que a proposta... uma coisa de facto é uma moção, outra coisa é um voto de pesar e um voto de congratulação, são propostas sob o ponto de vista estritamente jurídico, estritamente jurídico.
..... É por isso que eu disse que tinha alguma dificuldade em ver esta moção, em conseguir conciliar neste documento a proposta e a moção. Naturalmente que eu tentei dar-lhe a forma de moção e não de proposta, por isso eu se fosse separar as duas coisas, moção e proposta, o que é que eu iria fazer? Ia por aqui à discussão se nós aprovamos ou não o voto de pesar. E para mim isso é absurdo, absurdo.
..... Segundo, ia fazer a proposta aqui nesta Assembleia com o voto de congratulação sobre a acção das autoridades, da Câmara Municipal de Mirandela, da imprensa. Alguém duvida disso? Quer dizer, todos nós sentimos, e eu senti pessoalmente, em minha casa, a minha família, os meus amigos, sentimos todos que realmente foi uma dedicação extraordinária de toda a gente, de toda a gente, dos Bombeiros de Bragança, dos Bombeiros de Mirandela, dos Bombeiros de todo o País, dos civis, da aviação, dos helicópteros, do INEM, quer dizer, foi de toda a gente. Nós sentimos inclusivamente, como poucas vezes sentimos, um Governador Civil ou um Governo Civil estar ali presente a toda a hora e a todo o momento e a dar explicações, e a mostrar a sua determinação.....

..... Portanto, notem, é um sentimento generalizado, é o sentimento comum, que de facto foi assim, foi assim. E como tal eu entendo que cabe perfeitamente nesta moção aquilo que eu fiz, quer dizer, exprimir a nossa... não é propor um voto, exprimir a nossa satisfação, o nosso orgulho, e exprimir o nosso sentimento perante essa tragédia, que podia ser, e aproveitando aquilo que o nosso colega Lídio disse, um minuto de silêncio, também não acho uma ideia brilhante, mas estamos a exprimir já essa dor, esse sentimento nesta moção.
..... Quanto às vias de comunicação, eu não quero misturar alhos com bugalhos, quer dizer, acho muito bem que nós discutamos o problema dos acessos, das comunicações. Neste momento o que está em causa é uma moção sobre a Linha do Tua, sobre esta tragédia, sobre o que aconteceu, sobre o que nós sentimos, portanto, Dr. Henrique, acho que não estava a misturar, esta moção exprime aquilo que eu senti e que eu vivi e creio que, porque sou um homem normal, foi aquilo que acho que todos nós sentimos. É o que toca o senso comum no transmontano que é solidário com a dor e que apoia aquilo que é de apoiar, mesmo enfim que não seja da nossa cor, dos nossos princípios, eu apoio aquilo que devo apoiar, louvo aquilo que é de louvar, venha de onde vier, nem que venha da extrema esquerda.....
..... Muito obrigado.

..... **Presidente da Mesa** – Bom, vamos prosseguir, permitam-me só prestar aqui um pequeno esclarecimento, se eu entendi bem, o pedido de esclarecimento do Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira, e a resposta do Senhor proponente Júlio de Carvalho, no meu entendimento, as duas coisas conjugam-se se esta moção for separada em duas, com a mesma introdução nas duas, sendo por um lado o exprimir a vontade perante o governo e por outro lado as manifestações de pesar. Penso que é isso que correspondia ao que tinha sido o pedido de esclarecimento, mas é evidente que isto fica à decisão do Senhor Proponente.
..... Vamos então fazer inscrições para intervenções sobre esta matéria.
..... Luís Pires e Orlando Pontes.
..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra.....
..... Faça o favor.

..... **Luís Pires** – Senhor Presidente da Mesa, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Assembleia, Público, bom dia a todos.
..... Bom, apenas uma coisa muito rápida para dizer que no Partido Socialista este assunto também causou muita preocupação, não foi no nosso Concelho, mas foi algo que nos tocou de bastante de perto, e nesse sentido tentamos perceber se existira a possibilidade de haver algum problema com a linha do Tua, tanto quanto sabemos não há qualquer tipo de indicação que vá haver problemas naquele sentido que todos nós sabemos sobre a linha do Tua, portanto, dizer ao Dr. Júlio de Carvalho que votamos a sua moção da forma que a queira apresentar, porque congregamo-nos completamente com o seu raciocínio.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Orlando Pontes faça o favor.....

.....**Orlando Pontes** – Senhor Presidenta da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidenta da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimos membros da Assembleia, a todos bom dia.....

.....Eu apoio incondicionalmente também esta moção, até porque há coincidências que por vezes nos marcam, e este acidente teve uma coincidência que me marcou em especial a mim, porque, há cerca de um mês que tinha marcado uma exposição fotográfica da linha do tua, que por acaso foi inaugurada dia 16, portanto na altura em que ainda estava desaparecido o maquinista da malograda automotora, e essa exposição está no Centro Cultural de Mirandela, cerca de oitenta fotografias da minha autoria e do meu filho, estava já marcada antes, por coincidência veio nessa altura trágica.....

..... Também outra coincidência é que a automotora que teve o acidente está retratada e o maquinista era precisamente o último que foi encontrado, de modo que quero deixar aqui também o meu pesar e o meu apoio incondicional à moção que o Dr. Júlio fez.....

.....Muito obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Não há mais inscrições para intervenções, e sendo assim, eu pergunto ao Senhor proponente se quer manter a moção exactamente na forma em que está, ou se quer separar a votação.....

.....

.....**Presidente da Mesa** – Aceita a separação.....

.....Pronto, então o que vou por à votação em primeiro lugar e pelo respeito que o facto merece é a introdução da moção, que são os considerandos que são de ordem geral, e portanto vou por à votação o seguinte:.....

.....2 – Exprimir aos familiares das vítimas da tragédia a solidariedade e pesar do povo de Bragança.....

.....3 – Exprimir a todos os que denodadamente se envolveram na busca e apoio às vítimas e familiares, o maior apreço do povo de Bragança.....

.....É isto que eu vou por à votação.....

----- Após análise e discussão, foram os pontos 2 e 3 da moção submetidos a votação, tendo sido aprovados, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.-----

.....**Presidente da Mesa** - Vou por agora à votação a parte da moção que diz:.....
.....1 – Expressar a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro a vontade do povo transmontano em ver recuperada a linha do Tua a curto prazo, a sua manutenção e renovação não só pelo papel que representa, pode e deve representar para Trás os Montes, mas também, pelo que o seu traçado constitui como obra de engenharia e beleza.....

----- Após análise e discussão, foi o ponto 1 da moção submetido a votação tendo sido aprovado, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.-----

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra se faz favor.....

.....**Lídio Correia** – Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia, a todos bom dia.
.....Permitam-me que cumprimente, antes de mais, os jovens que nos dão o prazer da sua presença hoje aqui, e dizer-vos que esta forma de exercer a democracia é uma conquista muito grande de muitas pessoas que também já foram jovens como vocês, e que vos legam pelo menos, ou tentaremos legar-vos, pelo menos a possibilidade de falarem livremente. E dizer-vos por outro lado, nunca tenham medo, nunca tenham receio da diferença, nem nunca se preocupem por haver opiniões diferentes. Discutam sempre até ao fim as vossas opiniões e defendam-nas.
.....Depois quero em nome da CDU, de facto, transmitir às famílias das vítimas do acidente do Tua as nossas condolências, estando prejudicadas desde já, com o minuto de silêncio que nós iríamos propor à Assembleia relativamente a este trágico acidente.
.....De todas as formas, há pelo menos uma questão que eu gostaria de colocar aqui, é que perante esta tragédia e sem por agora tecer quaisquer outros comentários, cabe perguntar, por onde andaram ao longo daquela semana os atarefadíssimos deputados do Distrito, sejam os do PS, sejam os do PSD? E os membros do Governo, nomeadamente o Senhor Ministro das Obras Públicas, por onde andou? E a pergunta que aqui deixo é, se algo parecido tivesse acontecido no litoral, os governantes manter-se-iam como neste caso mudos e quedos e sem opinião? Estas são questões que eu aqui o deixo.....

.....Gostaria também de perguntar ao Dr. Júlio de Carvalho, e a propósito do desinvestimento na linha e do começo, já agora, não era por acaso o Senhor, Governador Civil de Bragança quando se começou a encerrar ou se encerrou definitivamente a linha dos Caminhos de Ferro do Tua?

.....É apenas e só para ir recordando algumas coisas, e o tempo dirá se esta tragédia não servirá para concluir o que o PS e o PSD há muito cozinham, que foi o fecho da Linha do Tua. Aliás, fechar nomeadamente, o, e no Nordeste, parece ser o fito dos que nos têm governado nos últimos trinta anos, por opção política certamente, mas nesta opção não são despiciendo os factores de incompetência, ignorância, sede de poder e subserviência, a começar naqueles que tinham obrigação de nos representar.

.....Não é este o momento para escarpelizar cada um destes vectores, direi no entanto, que o conceito de serviço anda há muito arredado do vocabulário e sobretudo das cabeças de quem nos governa ou representa.

.....Centralização é cada vez mais a palavra de ordem, e para simplificar o centralismo arrogante e pesporrento do governo, nada melhor do que o próximo quadro QCA/QREN.....

..... Anunciam-se verbas de muitos milhões, mas como vão ser gastos e onde, só ao Governo Central parece dizer respeito.

.....Sem me esquecer de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que informe a Assembleia sobre o que propôs no âmbito, chamemos-lhe documento estratégico, programa, ou o que queira chamar, aquilo que se chamou Norte 2015, sem me esquecer de lhe perguntar o que é que propôs no âmbito desse documento, e daquilo que propôs do que é que foi contemplado, e que nos diga o que não foi contemplado, do que não foi contemplado se reclamou, e se não reclamou porquê? Se reclamou, como? Porque é que não envolveu nisso a Assembleia Municipal.

.....Sem esquecer estas questões, há que lembrar entretanto e ainda, e com força, outro factor igualmente perverso de centralização, refiro-me à CCDRN, cujo Presidente Carlos Laje anunciou recentemente com grande alarido oito mil milhões, repito, oito mil milhões de euros do QREN para o Norte. E desde logo cabe perguntar, o que é o Norte? O Nordeste fica onde? E o Concelho de Bragança onde fica? E perante tão elevado montante questiona-se, que parte resulta deste montante que é resultado do nosso atraso? E qual o montante que cabe à região?

.....Por outro lado, confirmando a escandalosa descricionalidade centralista do Governo e da CCDRN, há que dizer que público e conhecido, ou seja, que nós conheçamos e que seja público, que esteja à vista em qualquer documento, destinado ao tal norte de que fala o Senhor Presidente da CCDRN Carlos Lajes, há apenas um montante de dois virgula sete mil milhões de euros, que estão explicitados no PORNORTE.

.....Segundo o Senhor Presidente da CCDRN, os restantes, os tais cinco virgula três mil milhões, que ninguém sabe onde estarão, estariam contemplados noutros programas operacionais.

..... Ora, nestes programas operacionais não se encontra qualquer indicação de afectação financeira regionalizada, sendo pelo contrário, a lógica vai exactamente em sentido oposto, ou seja, a existirem os tais cinco virgula três mil milhões, são para distribuir descrecionariamente pelo Governo, e como é óbvio, não serão para a nossa região, pois segundo eles, nós não temos gente, e como tal não somos rentáveis.....

..... Estas questões foram colocadas directamente ao Ministro que gere o QREN, o Ministro do Ambiente, pelo deputado do PCP Onório Novo, e o Ministro, aos costumes, disse nada!

.....Agora temos entretanto resposta a um requerimento escrito enviado através da Presidência da Assembleia da República.

.....Mas face ao QREN que aí está, e à importância que ele tem para o nosso futuro, colo à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte:.....

“MOÇÃO

.....Considerando que todos os anos são anunciados milhões de euros de várias proveniências para investimento na região; -----

.....Considerando o desvio indevido de verbas dos anteriores QCAs para as regiões do litoral, desvirtuando até a sua razão de ser; -----

.....Considerando que com a concentração no litoral do investimento dos três QCAs anteriores se acentuou a situação gravíssima de atraso e desertificação, de todo o interior, e em especial da nossa região; -----

.....Considerando que o QREN deverá ter necessariamente critérios que possibilitem o ressarcimento dos prejuízos até agora impostos à região; -----

.....Considerando a necessidade urgente de sustentar o processo de desertificação da região, a requerer investimentos vultuosos estruturantes para o que o QREN será um instrumento decisivo e

.....Considerando que existem experiências anteriores de criação de organismos sub-regionais, de que são exemplos o programa operacional do Vale do Ave ou mais recentemente a Unidade de Missão do Douro -----

.....A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26 de Fevereiro de 2007 decide: -----

.....1 - Solicitar ao Governo informação sobre as verbas do QREN atribuídas ao concelho de Bragança e ao Nordeste Transmontano; -----

.....2 - Exigir do Governo a criação de um organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN para o Nordeste Transmontano representativo, entre outras, das autarquias e das associações sindicais e empresariais;-----

.....3 - Solicitar às Assembleias Municipais do Distrito a adesão a esta moção. -----

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007 -----

.....Os eleitos da CDU: -----

.....a) Lídio Alberto Correia e José Castro” -----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Lídio Correia.

.....O senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho está-me a pedir a palavra para defesa da honra.....

.....Eu francamente não vi qualquer menção que possa ser considerada ofensiva da honra...
.....

.....**Presidente da Mesa** – Peço desculpa Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho.

Houve uma pergunta do Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, em que perguntava se na altura, em que houve a retirada da Linha do Tua de Bragança, o Senhor Dr. Júlio de Carvalho não era Governador Civil. Isto não é uma ofensa da honra. Peço desculpa e não dou a palavra para defesa da honra nestas circunstâncias.

.....Meus Senhores, deu entrada na Mesa esta moção, eu fazia uma pergunta ao Senhor proponente da moção, porque como não tem menção a quem ela é que é dirigida, põe o Governo, põe o Governo em termos gerais, em termos genéricos, a minha pergunta é se não quer acrescentar que seja enviada à CCRN e ao Senhor Ministro do Ambiente que é quem tem a tutela do QREN. Acho que é importante esclarecer isso antes de fazer os pedidos de esclarecimento.

.....Faça o favor.

.....**Lídio Correia** - À CCRN estou plenamente de acordo. Quanto à questão do Governo, acho que o Senhor Primeiro Ministro por muito que ele não goste de falar e nunca queira falar para não se queimar, acho que é ao Senhor Primeiro Ministro que deve ser enviada.

.....**Presidente da Mesa** - Ao Primeiro Ministro e ao Senhor Ministro que tem a tutela do QREN, para os dois..

.....**Lídio Correia** – Pode ser.....

.....Agora, o Senhor Ministro tem que de uma vez por todas começar a falar.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.....
.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho. Há mais inscrições?
.....É a única inscrição para pedidos de esclarecimento.....
.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, faça o favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Eu queria prestar dois esclarecimentos. Um, o primeiro, sobre uma pergunta que foi formulada aqui pelo Lídio, e eu quero dizer o seguinte. Não foi por acaso que eu falei do Zeca Afonso, eu fui marcado na minha vida por um princípio que era o existencialismo, da geração de sessenta, e que tem como filosofia o seguinte, o indivíduo funciona na sua vida como um áporo isto é, traça a sua vida em função de princípios, de valores, por forma a que ele seja semelhante a um áporo, não anda à procura do impossível, nem daquilo que o satisfaz momentaneamente. É um homem que marca a sua conduta pela coerência, como um áporo. Um áporo, quem quiser vai ver ao dicionário o que é que é um áporo. E portanto, não é fácil, não é fácil encontrarem na minha vida momentos de contradições e de absurdos, porque não anda ao sabor do vento, e eu quero dizer o seguinte...

.....**Presidente da Mesa** - Só um segundo. Eu tenho que lhe lembrar que se inscreveu para pedir esclarecimentos sobre a moção apresentada pelo Senhor membro da Assembleia Lídio Correia.....

.....**Júlio de Carvalho** - Desculpe Senhor Presidente. Eu chego lá rápido.....

.....**Presidente da Mesa** - Faça o favor.

.....**Júlio de Carvalho** – E portanto sobre esse assunto queria dizer o seguinte. Em 1981, creio, de facto, foi assinado pelo Senhor Governador Civil de Bragança, que foi o Dr. Telmo Moreno, um protocolo com o Senhor Ministro das Obras Públicas para o encerramento da Linha do Tua e outras, e era eu Vereador da Câmara Municipal, e o Dr. Amândio, ele está aqui que o confirme, e este protocolo foi levado à Câmara Municipal de Bragança, a uma sessão, para ser rectificado e nós os dois, e nós os dois, opusemo-nos de tal forma violenta que esse protocolo não foi rectificado pela Câmara Municipal. Para lhe dizer isto. Está esclarecido?.....

.....Segundo ponto, quanto à moção, eu queria referir que este assunto da moção proposta pelo Senhor Lídio já foi objecto, em grande parte, de uma moção aprovada aqui nesta Assembleia Municipal e proposta pelo PSD, que era precisamente a aplicação dos fundos do QREN, um processo de acompanhamento e um debate sobre ele, rigoroso. De qualquer forma, em direito diz-se assim, ?????, o que está a mais não prejudica. E portanto é mais uma moção com a qual eu concordo, e que vou apoiar pessoalmente.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Vamos registar inscrições para intervenções sobre esta moção.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires. Pode ir já tomando a palavra.
.....Há mais inscrições para intervenções sobre esta moção? Não me são indicadas, tem a palavra.....

.....**Luís Pires** - Mais uma vez bom dia.....
.....Bom, este tema é um tema recorrente nesta Assembleia não é? Nós temos apresentado ao longo das últimas sessões um conjunto de ideias que achamos que poderiam potenciar a utilização dos fundos comunitários. Continuamos a acreditar que deveriam existir, já fizemos esse desafio inclusivamente à Câmara Municipal de Bragança em intervenções anteriores, que deveriam existir esquemas formais de apoio ou assistência a direccionamento de fundos, porque às vezes há ideias e não há forma de concretizar essas ideias com os fundos comunitários.
.....De qualquer forma, nós fizemos aqui um grande debate sobre o QREN, convidamos pessoas externas à Assembleia para virem aqui dar-nos a sua opinião, e há uma coisa, há um diagnóstico que pelo menos nos parece que é também transversal a toda a gente, é que a aplicação que houve até agora dos fundos comunitários, ou a forma como eles foram conduzidos para obras, no que concerne ao Nordeste concretizou-se em estarmos na mesma.
.....Portanto, eu acho que no mínimo o que a gente pode fazer também é se calhar darmos o nosso benefício da dúvida a uma nova forma de distribuição de fundos e vamos ver quais são os resultados. Claro que estaremos de acordo com a proposta que foi aqui apresentada.
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Sendo assim, vou por esta moção à votação.....

----- Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes. -----

.....**Presidente da Mesa** - Declarações de voto?
.....Não há declarações de voto.
.....Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Jorge Novo, tem a palavra.

.....**Jorge Novo** – Apresentou, por escrito, o seguinte:

..... Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Aproveito para o cumprimentar de uma forma calorosa.....

.....Cumprimentar também o Senhor e Senhora Secretária da Mesa, Senhor Presidente, Senhor Vice Presidente, Senhora Vereadora, Senhor Vereador, Senhores membros da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta, caríssimos alunos da Escola Secundária Emídio Garcia, bem hajam pela vossa presença, é assim também que se constrói um pouco melhor a nossa democracia também ao nível local, e também um cumprimento à Comunicação Social, um bom dia a todos.

.....A minha intervenção refere-se mais concretamente ao nível daquilo que, designadamente em termos de cultura e em termos de estratégia cultural, a nossa Câmara, o nosso Município tem feito.

.....“Não obstante a acentuada quebra demográfica da nossa região, da desertificação, da falta de investimento público da Administração Central, em especial no domínio das acessibilidades e da saúde, da retirada de serviços, das dificuldades acentuadas relacionadas com o emprego, ou melhor com o desemprego e daí a saída por via da emigração, etc., apesar disto e se calhar ainda mais por isto, torna-se necessário preservar aqueles costumes, tradições e manifestações que fazem parte da nossa singularidade e identidade, ou se se quiser, da nossa Cultura.

.....Costumes e manifestações únicas, ricas e variadas, verdadeiramente populares, que brotam do Povo e que por isso não menos apreciáveis que aquelas que brotam da erudição.

.....Na verdade, quando se fala em “Cultura” muitas vezes temos dela uma acepção de carácter mais restrito, um pouco elitista, quando a palavra “cultura” compreende vários e diversos sentidos, variando os mesmos consoante a aplicação em determinado ramo do conhecimento humano.

.....Se na Agricultura é sinónimo de cultivo, “cultura” nas Ciências sociais refere-se ao aspecto da vida social que se relaciona com a produção do saber, da arte, do folclore, da mitologia, dos costumes, etc., bem como à sua perpetuação pela transmissão de uma geração à outra; se na Filosofia é o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou comportamento natural, na Biologia é normalmente entendida como uma criação especial de organismos (em geral microscópicos) para fins determinados (por exemplo: estudo de modos de vida bacterianos, estudos microecológicos), etc. Mas o sentido que gostaria de aplicar aqui hoje advém da uma definição pioneira de Edward Burnett Tylor, em que a “Cultura” seria “o complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.....

.....Portanto corresponde, neste último sentido, às formas de organização de um Povo, seus costumes e tradições, transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, se apresentam como a Identidade desse Povo.

.....Como forma de a preservar, além da criação de um roteiro turístico entre Trás-os-Montes e a província de Zamora, a criação de uma rede de artesãos transfronteiriços e a criação de um portal da Máscara na Internet, escolheu a nossa Câmara Municipal construir o **Museu Ibérico da Máscara e do Traje**, numa base de cooperação transfronteiriça com a Diputacion de Zamora, apoiada pela União Europeia pelos fundos INTERREG, num investimento de cerca de 300 mil euros, que foi inaugurado no pretérito dia 24, sábado, precedida de um magnifico desfile com centenas e centenas de pessoas, de Portugal e de Espanha, mascaradas ou com trajes típicos e outros, com mais ou menos diabruras e chocalhos, oferecendo um espectáculo deste género nunca antes visto até agora. *Penso eu que não estou a exagerar.*

.....Excelentemente localizado, no nosso Castelo, numa óptima recuperação arquitectónica de um edifício com três pisos, propriedade da Câmara e que estava devoluto, servirá este Museu para atrair e cativar ainda mais visitantes e dinamizar economicamente a nossa Cidade.

.....Trata-se de uma aposta, sustentada e inteligente, em coerência e lógica com a política definida pelo Presidente da Câmara e seu Executivo, ratificada por esta Assembleia Municipal e que, contrariando algumas vozes dos sempre importuna e inoportunamente pessimistas, dará certamente os seus resultados positivos, afirmando Bragança e distinguindo-a positivamente, como também referiu e muito bem o Sr. Governador Civil de Bragança na sua intervenção proferida aquando da Sessão de Abertura do Seminário ocorrido no passado sábado.

.....A somar a todos os equipamentos e museus já existentes, articulando-se uma estratégia com os operadores turísticos e a Região de Turismo, desenvolvendo bem um serviço de guias turísticos, aproveitando especialmente o Posto de Informação Turística Municipal no Castelo e ainda os próximos equipamentos como o Centro de Arte Contemporânea, *em estado bastante evoluído de concretização*, o Centro de Ciência Viva/Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental, *também bastante avançado*, Bragança ganhará ainda mais força, expressão, dimensão e destaque ao nível da Cultura vindo a ser reconhecido nacionalmente este esforço agora concretizado.

.....Termino dizendo que, os Homens como as Terras e regiões têm a sua própria memória, cuja recordação do passado feito presente, agora desta forma tão viva, sirva como um impulso para se viver e fazer nova história e *nova cultura*".

.....Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Sé, Paulo Xavier, faça o favor.....

.....**Paulo Xavier – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

.....Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal,.....

.....Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhor Vereadores,

.....Membros desta digníssima Assembleia

.....Caros companheiros Presidentes de Junta

.....Comunicação Social

.....Aos jovens da Escola e aos seus Professores, bem-vindos a esta Assembleia.....

.....Para todos um bom dia.

.....“ O Complemento Solidário para os Idosos, terá sido porventura uma das mais arrojadas e justas propostas políticas lançadas para o palco do debate público, ainda em tempo de campanha eleitoral, pelo PS durante as eleições legislativas de 2005.

.....Afirmada de forma convicta, esta proposta, mereceu dos portugueses a sua confiança traduzida em votos, votos esses que lograram obter para o Partido Socialista a sua primeira maioria absoluta parlamentar.

.....Efectivamente, todos reconhecemos que o apoio aos mais idosos, classe profundamente atingida pelo fenómeno da exclusão social, é uma opção séria e justa que merece de todos os portugueses em geral e de forma muito particular dos agentes políticos um profundo e determinado empenho.

.....Pesem embora as críticas surgidas dos vários quadrantes da vida política nacional, não à opção política propriamente dita, mas à fórmula encontrada pelos departamentos governamentais para a operacionalizar, a verdade é que dois anos apenas após a eleição dos socialistas para a liderança do Governo Nacional, ela traduz-se para as populações, em particular para as do Nordeste Transmontano, numa mão cheia de coisa nenhuma!

.....Como compreender, que dos cerca de 8000 idosos, cuja faixa etária se situa acima dos 80 anos e com pensões de reforma inferiores aos €300,00 apenas 250, isso mesmo 250, tenham sido contemplados com este apoio? Pela nossa parte diremos que não é compreensível, sobretudo se considerarmos, que apenas no distrito de Lisboa o número de beneficiários ascende já a 18.000, isto é, 24% do universo de candidatos potenciais.

.....Apesar das justificações oferecidas pelos vários agentes da administração central no nosso distrito para a presente situação, estas não podem merecer qualquer tipo de acolhimento ou compreensão, já que a afirmação de que “é a falta de informação a grande responsável pela desmobilização dos mais idosos para a obtenção deste apoio” revela um elevado grau de incapacidade e falta de eficiência destes serviços e da sua capacidade não só de interacção como de apoio às populações que deveriam servir.....

.....Não é compreensível a apetência dos agentes governamentais e os técnicos da Acção Social para se refugiarem em gabinetes, entre milhares de páginas de relatórios e estudos, sem que tenham a coragem ou determinação para conhecer o terreno e os portugueses a quem a sua intervenção deveria ser efectivamente dirigida.

.....SENHOR PRESIDENTE.....

.....SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS.....

.....Um dos princípios fundamentais do regime democrático consiste em compreender que o Estado não existe para se servir dos seus cidadãos, mas antes para os servir, de forma justa e abnegada.....

.....Assim, não compreendemos como podem os serviços responsáveis pelo apoio àqueles que mais precisam, designadamente àqueles cujos meios de subsistência vão escasseando, mercê das debilidades próprias da idade, mas também de uma economia que selvaticamente insiste em não querer perceber que a sua função cimeira é de estar ao serviço do bem estar e felicidade das pessoas, se refugiem em labirintos administrativos defendidos por uma cega e brutal muralha burocrática.....

.....Aliás, não deixa de ser paradoxal que o Governo que preconiza para Portugal e para os portugueses a panaceia da simplificação administrativa pela revolução tecnológica, seja o mesmo Governo que relativamente a uma política de que é o autor e para cuja concretização não existia qualquer procedimento definido, crie um conjunto de exigências e de obstáculos de natureza procedimental, que desmobilizam os menos hábeis, na verdadeira odisseia que constitui a obtenção do Complemento Solidário para os Idosos.....

.....Porém, não seria justo ou honesto concluir esta intervenção sem deixar aos nossos idosos uma palavra de esperança e apoio, apoio este que pode e deve ser materializado em actos e práticas que podem e devem depender de nós.....

.....Apesar de muitas vezes desconsideradas e afastadas do debate político nacional, as Juntas de Freguesia, que muitos de nós temos a honra de servir, constituem-se como a expressão do poder mais próxima dos cidadãos, facto de que resulta uma mais valia absolutamente inegável para a nossa acção político — autárquica, mas também para o regime democrático que todos representamos e servimos.....

.....Assim, e uma vez mais não posso deixar de apelar à iniciativa e empenho de todos os autarcas, em particular dos Presidente de Junta de Freguesia, para que os mais idosos da nossa região possam vir a alcançar um apoio financeiro fundamental para a melhoria das suas condições de vida e com o qual o Governo prevê gastar até 2009 cerca de trezentos milhões de euros, colmatando assim a lacuna óbvia de intervenção dos serviços a quem competiria tal tarefa.....

.....Uma vez mais é aos autarcas que compete, moralmente, ajudar as populações, é uma vez mais aos autarcas, sem que para tanto tenham sido consultados ou ouvidos, que compete ajudar as populações a ultrapassar os obstáculos criados por uma administração central alheia às realidades e reais necessidades dos portugueses.....

.....Disse.....

.....a) Paulo Jorge Almendra Xavier.....

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007.....

.....Assembleia Municipal de Bragança.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia João Ortega.....
.....Tem a palavra.
.....Informo que dos dez minutos que o Grupo Municipal do PS tem no PAOD, restam cinco.

.....**João Ortega** – Apresentou, por escrito, o seguinte:
.....Com tão pouco tempo, então os meus cumprimentos a todos os presentes.....
..... A intervenção que vou fazer versa um olhar e alguma reflexão sobre a nossa cidade.
.....“ Olhar para a história da cidade de Bragança, através da cartografia disponível, da cidadela medieval, intra muros, passando pela cidade do final do século XIX, *in Bragança e Benquerença* do Coronel Albino Lopo, pela cidade no final de regime em Abril de 74, à cidade no final do século XX, cem anos depois do registo de Albino Lopo, ou a cidade actual, quando nos aproximamos do final da primeira década do século XXI, é incontestável a aceleração de crescimento, que se torna exponencial nos últimos anos.

.....Num breve resumo podemos apontar que:

.....Período medieval - intra muros.....	3,3 ha
.....1897	30 ha
.....1974	196 ha
.....2007	1700 ha
.....Áreaurbana prevista pelo PDM.....	2600 ha
.....Braguinha e Vale de Álvaro	60 ha

.....Verificamos assim que Bragança permanece uma cidade de reduzida dimensão até ao final do século XIX, altura em que pouco mais tinha do que acabado de libertar-se da cerca medieval, para absorver as construções religiosas (igrejas, conventos,) que há muito se tinham implantado extra muros.....

.....Surge então, no início do século XX, o primeiro caso significativo de expansão urbana de Bragança, que de forma alguma pode ser dissociado da chegada do caminho-de-ferro. Com alguns anos de atraso em relação aos troços iniciais instalados no país (28/10/1856 Viagem inaugural do troço entre Lisboa e o Carregado) o comboio chega a Bragança em 1 de Fevereiro de 1906, ou seja 50 anos após. Podemos medir o nosso atraso actual, em que apesar da aceleração que a história registou nas últimas décadas, a auto-estrada que teve o seu primeiro troço Lisboa-Cascais no início da década de 40, sem que até hoje, 70 anos passados a mesma tenha chegado sequer ao distrito.

.....Em oitenta anos a cidade vê o seu território ampliar-se 650 % registando um crescimento nunca antes verificado na sua história, apesar de que quer a população do concelho, quer a população do distrito não ter, nesses oitenta anos registado uma variação significativa.

.....Os anos imediatos após revolução vêm a géneses dos três factores que determinam a cidade actual:

.....1- O ciclo dos retomados;.....

.....2- O retomo e as remessas dos emigrantes;.....

.....3- O ciclo do ensino superior.

.....O primeiro ciclo corresponde a um aumento significativo da população da região, num momento inicial, para que após alguma estabilização se verifique pela primeira vez, de forma significativa, a concentração da população nos núcleos urbanos em detrimento dos núcleos rurais.

.....O retomo e, sobretudo, as remessas dos emigrantes, com os consequentes investimentos realizados na região, inicialmente no espaço rural, para que num segundo momento se concentrem também nos núcleos urbanos, mantêm a cidade e a região num limbo de algum optimismo, ainda que desde sempre incapaz de acompanhar o ritmo de desenvolvimento do país.....

.....Com o Instituto Politécnico de Bragança, e a afirmação do Ensino superior na cidade, esta dá o salto para a cidade que conhecemos hoje em dia e que corresponde em termos de área urbana ocupada a um crescimento de quase 1000 % em 30 anos.

.....Para termos uma ideia mais precisa do ritmo da crescimento da cidade é suficiente verificar que a zona mais significativa de crescimento da cidade nos últimos 10 anos, ocupa uma área duas vezes superior a toda a cidade no início do século XX.

.....Um crescimento tão abrupto, não poderia ter sido feito naturalmente sem problemas, e destes podemos claramente identificar dois:

.....1 - Diferenciação “violenta” entre a cidade antiga, vulgarmente designada como “zona histórica” e que corresponde grosso modo à cidade até meados do século XX, e a cidade actual.

.....2 - Espaço urbano desagregado, sem continuidade e indefinição do espaço público, na cidade actual.

.....Referindo-me agora, porque esta intervenção será complementada depois com uma outra sobre a Cidade Actual, vou-me referir apenas à Zona Histórica de Bragança.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, eu estou a gostar imenso de o ouvir, mas é minha obrigação dizer-lhe que o seu tempo está a terminar.

.....Faça o favor de conduzir como melhor entender, mas está efectivamente a terminar o seu tempo.....

..... **INTERVENÇÕES NA ZONA HISTÓRICA**

.....Na zona histórica da cidade de Bragança podemos, no último século reportar duas intervenções significativas:.....

.....- A intervenção nos anos 40/50 do século XX.....

.....- A intervenção mais recente do PROCOM e da POLIS

.....A intervenção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, sensivelmente no meio do século XX, obedeceu aos princípios então aceites, na cultura nacional, mas já contestados a nível internacional, por uma nova abordagem que em breve se encontraria plasmada na Carta de Veneza, cerca de uma década mais tarde.....

.....Convém recordar que a preservação do património cultural e nomeadamente do património arquitectónico é um valor relativamente recente na cultura ocidental e, da forma quase obsessiva como hoje em dia é encarado dimana directamente da nossa inaudita capacidade de destruição e a má consciência que isso nos provoca.

.....Até ao século XIX o passado e o seu legado eram encarados numa forma que posso definir como utilitária enquanto úteis edifícios e utensílios mantinham-se, perdida a sua utilidade eram reutilizados para novos fins. Destruíram-se assim muralhas, que perdida a sua eficácia após o advento da artilharia significavam apenas empecilhos ao desenvolvimento urbano, quando as suas pedras se mostravam perfeitamente adequadas para as novas construções, que a cidade reclamava. Transformavam-se castelos em aquartelamentos, á custa de progressivas transformações das construções existentes, adequando-se aos novos usos. .

.....Foi preciso chegar ao século XIX, com os escritos e com a prática do Arquitecto francês Viollet-Le-Duc, para se olhar para o património com uma teoria coerente e que ultrapassava em muito o conceito meramente utilitário atrás apontado.

.....Com a intervenção realizada em Carcassonne, Viollet-Le-Duc concretizada a sua ideia de património e de defesa do património realizando uma reconstrução ideal do que teria sido um burgo medieval. Todas as construções realizadas após a idade “mítica” da fundação são demolidas, para repor a pureza original da construção, bem como aquelas que pela sua localização não permitem a visualização “limpa” do monumento principal. Tudo o que o tempo destruiu da construção original, deverá ser refeito tal como se acredita que tenha sido originalmente.....

.....A Europa assiste à expansão destas ideias, aplicadas sobretudo ao período medieval, e as grandes catedrais, que viram crescer as cidades à sua volta, são limpas dessa envolvente “impura” para que se abram grandes praças que permitam admirar as suas soberbas fachadas e altíssimas torres. Nos castelos, torres e ameias são reconstruídas enquanto que construções

menores são demolidas, para que as primeiras possam ser vistas em toda a sua pureza original.

.....É fácil rever nestes conceitos a intervenção realizada em Bragança pela referida Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, para quem conhece o nosso Castelo e Domus Municipalis pelas fotografias do início do século XX.....

.....A questão é que nesta altura já se começava a olhar para o património com olhos bastante diferentes.....

.....A valorização do monumento, como elemento isolado perdia claramente a favor do monumento integrado num conjunto, lugar, sítio, cujo interesse era tanto maior quanto preservasse sinais de toda a história aí decorrida e não apenas de um determinado momento, ainda que o seu mais glorioso.....

.....A Carta de Veneza vem nos anos 60 afirmar exactamente estas posições, o monumento isolado não sobrevive sem todo o seu espaço envolvente e a história que esse espaço encerra, e, mais, não são apenas os monumentos singulares que devem ser alvo de atenção, na preservação do património, mas todos os lugares, mesmo que nestes nada exista de extraordinário, mas que o seu conjunto seja relevante para a história e identidade das populações locais. A própria destruição, quando já concretizada faz parte da história e do património e por isso considera-se, a partir de então, que os monumentos deverão ser preservados no estado em que se encontram, sem falsas reconstruções, que mais não fariam do que tornar estes lugares em parques de diversão do tipo Disneylândia.

.....Percebe-se agora porque a referida intervenção realizada intra-muralhas nas décadas de 40/50 poderão ter comprometido seriamente a classificação do lugar como património da humanidade, é que uma parte da história que nos conta é uma história falsa. As pedras não são do século XIII, XIV ou mesmo do XVII ou XVIII, muitas dessas pedras são do século XX.

.....Com o PROCOM e a POLIS as regras de intervenção são já diferentes, mais próximas da carta de Veneza no seu conceito, ainda que cheias de indefinições e de problemas, que desde logo se adivinhavam.....

.....A primeira questão que desde logo se punha era a extensão e o tempo da intervenção. ..

.....Num curto espaço de tempo, dois a três anos, pretendia-se intervir na quase totalidade do espaço urbano que a cidade abrangia no início do século XX.

.....Ora neste final do século XX, início do século XXI, nem a região, nem mesmo o país tinham uma experiência consolidada, suporte teórico ou reflexão para intervenções desta natureza e desta extensão.

.....Mesmo assim, e, porque a ignorância é atrevida, não só Bragança, mas quase o país em geral avançou para obras desta envergadura, convencido da bondade das intervenções, sem reflexão séria sobre as consequências das mesmas e, sem tempo para que o tempo procedesse á necessária digestão da obra realizada e apontasse caminhos e correcções nas intervenções posteriores.

.....Tempo que a cidade sempre teve, para processar a sua própria evolução, e continuará a ter, pois só o nosso excesso de presunção poderá justificar que por momentos, possamos ter dado forma definitiva à cidade. Ela continuará a existir depois de nós, digerindo todos os elementos com que cada uma das épocas a enformou, expelindo ou absorvendo aqueles que ela própria entende como mais convenientes.....

.....A intervenção em Bragança enferma por isso das mesmas questões de que outras intervenções contemporâneas também enfermam:.....

.....- O mesmo material (sobretudo no Norte do país), o granito, seja em placas, seja em cubos, ocupa a generalidade de todos os espaços públicos.....

.....- A mesma técnica de aplicação, o que ajuda a que todas as intervenções se apresentem ainda mais uniformes.

.....- A predilecção pelo ângulo recto, (no corte do material) que manifestamente se adapta mal a espaços que tiveram a sua génese de forma orgânica, para já não falar de segurança, em caso de quedas, para os pneus dos automóveis, etc.....

.....- O mesmo tipo de bancos, escolhidos no catálogo internacional, e colocados certamente de acordo com a teoria do acaso.

.....- Os mesmos mecos, que em poucos meses se tomaram moda nacional, como se cidade que os não tivesse não pudesse ser considerada cidade.

.....- As mesmas grelhas de protecção às caldeiras das árvores.

.....- As mesmas sarjetas.....

.....- As mesmas árvores com 2/3 metros de altura, que lutam por sobreviver ao período estival.

- O mesmo ar de não usado, não gasto, sem história, pedras que não foram certamente pisadas por Pedro e Inês, mas também não o foram por Miguel Torga, Emídio Garcia, pelo Abade de Baçal, Artur Mirandela... Que não ouviram os vivas à liberdade de Abril, muito menos à república.

.....O mesmo excesso de elementos, no horror ao vazio, em clara contradição com os objectivos puristas preconizados e defendidos, de mecos, bancos, sinalética, floreiras, árvores, postes de iluminação, sinais luminosos..., que pelo excesso poluem sozinhos o espaço que se pretendia limpo, mas que se deve pretender livre

.....No tempo histórico em que o PROCOM e a POLIS transformam Bragança havia uma lição que todos tínhamos obrigação de ter aprendido. Essa lição foi a lição do Chiado.....

.....O incêndio do Chiado, que atingiu a dimensão que atingiu, pela impossibilidade dos carros de Bombeiros se aproximarem dos edifícios em chamas, devido à intervenção que poucos anos antes havia sido realizada na Rua do Carmo, transformando-a numa rua exclusivamente pedonal, com barreiras que impediam todo o trânsito automóvel.

.....Também os proponentes desta solução acreditavam na bondade da sua proposta.....

.....Também eles não souberam antever as consequências da mesma.

.....O incêndio do Chiado senão despoletou, pelo menos acelerou a legislação que temos actualmente de prevenção de incêndios. E, se ela não pode se directamente adaptada a um tecido urbano consolidado, a verdade é que a intervenção do PROCOM, não cumpre algumas das regras então em vigor, e subverte claramente o espírito da lei quando após a intervenção os acessos em situação de sinistro, para já não falar de catástrofe, impedem a fluência de qualquer trânsito, quando a generalidade das ruas não permitem o cruzamento de dois veículos.

.....Na verdade, só quem não entende o que é e o que representa a cidade pode propor para ela soluções deste tipo.....

.....A cidade representa para mim um lugar de cruzamentos.

.....Todo o tipo de cruzamentos.....

.....De pessoas, ideias, acontecimentos, objectos, tempos... ..

.....O que determina a cidade não são as casas e as vidas privadas, vividas por trás das paredes.....

.....A cidade, de acordo com a expressão de Ortega e Gasset, são as fachadas e o espaço público que estas delimitam, quer sejam ruas ou praças. A cidade é toda a história que essas ruas e praças viveram e os acontecimentos que potenciam para o futuro.

.....O espaço público (cidade) é, assim, necessariamente um espaço de inclusão, de mistura, miscigenação e nunca de exclusão. É um local de impureza. Uma cidade pura liga-se apenas a regimes ditatoriais ou religiosos, que criam núcleos onde o acesso ao povo ou ao comum dos mortais estava muito vezes vedado.

.....O espaço público deve ser assim um espaço de plurifuncionalidades.

.....Sempre assim foi ao longo da história.....

.....As escadas que servem para vencer um desnível acentuado servem naturalmente de banco e por vezes até de anfiteatro improvisado.

.....O banco que nos permite o descanso ou a conversa na praça ou no jardim é o mesmo que serve de obstáculo ao jovem mais audaz em skate ou patins.....

.....A faixa de rodagem, reservada quase religiosamente para os automóveis, onde o peão se encontra quase sempre em perigo, é a mesma que serve para a procissão, ou o funeral, onde o automóvel não é sequer consentido. Mas serve também para a festa, para a manifestação, para a feira... Sem que nenhuma alteração seja necessária.

.....O passeio que deve servir em primeira-mão para o peão, é aquele que ocasionalmente poderá desempenhar muitos outros papéis, se entretanto não foi atravancado com uma série de elementos que impedem a sua plurifuncionalidade.

.....O entendimento de um espaço urbano plurifuncional leva-nos a propor a seguinte:

“MOÇÃO

.....**ALTERAÇÕES A REALIZAR NO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA**-----

.....No pressuposto que um espaço urbano de qualidade, considerando as vertentes funcional, visual e de segurança propomos as seguintes medidas:-----

.....1 - Sejam removidos todos os mecos. O estacionamento abusivo em cima dos passeios é uma questão de policiamento e não de forma urbana.-----

.....2 - Sejam removidos, para novas posições a estudar, todos os elementos que actualmente impedem o cruzamento de dois veículos, em ruas que apresentam largura total suficiente para que tal se verifique. Este cruzamento poderá usar o espaço destinado a peões, se previsto para uma situação de sinistro.-----

.....3 - Libertar o espaço urbano de todos os elementos que visualmente o poluem, escolhendo as localizações mais discretas, para os indispensáveis, tomando a cidade um local mais fácil também, por exemplo, concretamente para os invisuais.-----

.....4 - Colocar os bancos com regras mínimas quanto ao conforto dos seus utilizadores, e não como peças de decoração do espaço. Essas regras, à falta de outras poderão ser:-----

.....- Genericamente ter as costas protegidas, por uma parede, um arbusto, uma árvore.-----

.....- O banco deve estar na plateia e não no centro do palco. A partir deste deve-se poder observar a generalidade do espaço envolvente e não estar no centro deste, onde se é observado de todos os lados.-----

.....- Nunca colocar o banco no meio do passeio. Para além de não cumprir as regras anteriores, o incómodo provocado aos transeuntes são por demais evidentes.-----

.....- Sempre que possível colocá-los em locais abrigados, com sol no Inverno e sombra no Verão.-----

.....Quanto a intervenções futuras, a realizar em espaços urbanos consolidados recomendamos:-----

.....- As normas gerais de segurança deverão prevalecer sobre qualquer outro objectivo, quer seja funcional ou estético.-----

.....- Nenhuma intervenção deverá reduzir as potencialidades funcionais que os espaços já apresentam, devendo pelo contrário contribuir para o acréscimo dessas potencialidades.-----

.....- A intervenção deverá preservar as características identificadoras próprias, adquiridas pelo lugar ao longo da sua história.-----

.....- O mobiliário urbano a instalar deverá contribuir para a identificação e especificidade do próprio local, evitando-se o recurso a catálogos internacionais, que mais não fazem do que tornar todos os espaços iguais a nível global.-----

.....- Deverão ser rejeitadas as soluções de carácter meramente viário, optando-se por soluções em que todo o espaço possa ser apropriado e vivenciado pelo peão.-----

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007-----

.....a)João Ortega”.-----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Deu entrada esta moção na Mesa, nos termos regimentais abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.....
.....Não há inscrições.....
.....Vamos abrir inscrições para intervenções.....
.....Tem a palavra desde já o Senhor membro da Assembleia Luís Afonso.....
.....Não há mais inscrições para intervenções.....
.....Eu queria também informá-lo que dos dezasseis minutos do PAOD que o Grupo Municipal tem, restam-lhe três.....

.....**Luís Afonso** – Bom, então prescindindo das normais apresentações devido ao facto de ter muito pouco tempo, só queria de facto dizer que o sentimento que foi vertido aqui pelo Arquitecto Ortega relativamente à proposta de moção, parece-me um sentimento bom, na sua base, na sua génese, no entanto, penso que peca por ser de tal forma tão amplo que ao mesmo tempo acaba por ser vago, não consegue especificar concretamente um ou outro ponto.....
.....Parece-me que o PSD vai naturalmente votar contra esta moção, porque de facto é de resto preocupação do Município de Bragança, liderado pelo PSD nos últimos anos, contribuir para uma modernidade de Bragança, sempre num respeito naquilo que é a tradição.....
.....Eu acho que esta moção, e digo para me poupar a mais comentários, peca por ser demasiadamente ampla e ao mesmo tempo vaga, não especificando de facto no concreto uma ou outra situação.....
.....Algumas podíamos concordar, na generalidade das outras discordamos, quando fala em elementos estéticos, quando fala em posicionamento de alguns equipamentos, essas situações foram amplamente avaliadas por grupos técnicos aquando, nomeadamente no âmbito do PROCOM, e outras iniciativas e que foi naturalmente votado aqui na Assembleia Municipal com o apoio dos deputados municipais e também por maioria na Câmara de Bragança. Portanto, parece-me que o PSD neste momento, não pode fazer outra coisa senão votar contra essa moção.....
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Não havendo mais inscrições para intervenções, eu vou por a moção à votação.....

----- Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido reprovada, com sessenta e quatro votos contra, catorze votos a favor e três abstenções, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes. -----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Declarações de voto?
.....Senhor membro da Assembleia, José Castro, faça o favor.
.....Luís Afonso e depois seguidamente o Luís Pires.....

.....**José Castro** – Muito bom dia a todos, Mesa da Assembleia, Executivo Municipal.
.....Portanto a abstenção da CDU prende-se com o facto de existir já há cinco anos, aprovado para a Zona Histórica, um Plano de Pormenor da Zona Histórica.
.....Na altura ele foi debatido, do nosso ponto de vista, de forma escassa, na altura a CDU teve a oportunidade de mostrar a sua preocupação, a sua preocupação seria no sentido de esse Plano de Pormenor ir ao encontro das possibilidades que tem realmente uma população muito desfavorecida como é a população da Zona Histórica, e sobretudo para ir ao encontro da necessidade que existe de esse Plano ser um Plano vivo e portanto ter capacidade para captar toda a participação da população e precisamente os seus elementos de cidadania, para ir portanto revendo esse plano e ao mesmo tempo introduzindo elementos novos para esse Plano ser corrigido.
.....Desse ponto de vista parece-nos que os elementos que foram trazidos aqui são elementos que carecem de mais discussão, são elementos eminentemente técnicos e que portanto merecem realmente a análise e a ponderação pelo Executivo Municipal, julgo que disso fará leitura, imagino, e portanto a nossa recomendação desde já dos elementos que o Arquitecto Ortega trouxe aqui, mas de facto a nossa postura seria sempre de abstenção, no sentido em que está deslocada do normal processo de um Plano de Pormenor, portanto de um instrumento legal de Gestão do Território que já existe neste momento para essa Zona.
.....É só.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.....

.....**Luís Afonso** - Bom, o PSD votou contra e naturalmente eu não posso deixar de dizer aqui o seguinte, as políticas de Ordenamento do Território que têm sido levadas a cabo pela Câmara Municipal de Bragança, recorde, não é demais recordar, são a execução das políticas que foram propostas aos cidadãos de Bragança e que recorde mais uma vez, nos últimos três actos eleitorais, desde 1997, têm sido corroboradas e mais, amplamente reforçadas, com o

apoio da população, às políticas da Câmara, e nomeadamente no Ordenamento do Território. E portanto, mais não fazemos hoje aqui ao reprovar esta moção, que tem em vista uma política do Partido Socialista, naturalmente que é contra a vontade dos cidadãos de Bragança que foi reflexo dos actos eleitorais, como disse de 97, 2001, 2005. Portanto o PSD não fez mais aqui do que corroborar as políticas que foram sufragadas pelos cidadãos de Bragança.
.....Muito obrigado.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra para a sua declaração de voto..

.....**Luís Pires** – Bom, mais uma vez bom dia.
.....Aproveito aqui as palavras do Dr. Luís Afonso para fazer a ponte até ao meu amigo Xavier, que já não está aqui agora... ah, está a chegar, é que realmente aquelas alusões que ele fazia há pouco, elas também foram referendadas ao povo Português que deu maioria ao Partido Socialista, portanto temos que seguir a mesma coerência. Se servem para a Câmara também servem para o Governo do PS.....
.....De qualquer forma o Partido Socialista apoiou esta moção, numa senda de uma postura correcta, uma postura de construção, uma postura pela positiva, que tenta aqui apresentar um conjunto de erros que no dia a dia se vêm na Cidade de Bragança.
..... Os Planos, Zé, como falavas à bocadinha, é verdade que existem alturas para fazer determinadas intervenções, mas os Planos são mutáveis, portanto o que nós queremos aqui é atempadamente intervir e dizer que têm que ser corrigidas as coisas que estão mal, e não fazer sempre finca pé porque fomos nós que as fizemos. Portanto a nossa posição é uma posição mais uma vez coerente, participativa, pela positiva e apresentamos soluções. Não são críticas estéreis.
.....Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia João Ortega, como solicitou, será transcrita na acta desta sessão da Assembleia o conjunto do documento que suportava a sua moção, e fica essa indicação dada.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra se faz favor.....

.....**Luís Vale - Apresentou por escrito o seguinte:**
.....Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereação, Senhores Presidentes de Junta, membros da Assembleia, um cumprimento especial também para os jovens, Comunicação Social, bom dia a todos.
.....Gostaria nesta primeira intervenção de começar da seguinte forma:

.....“ Aproveito o privilégio de a este púlpito ter acesso para, pessoalmente, publicamente felicitá-lo a si, à Câmara Municipal e aos demais parceiros pela excelente ideia, pelo conseguido projecto e, agora, pela concretização do Museu Ibérico da Máscara e do Traje. Equipamento que, considero, poderá, deverá ser de excelência para a cidade, concelho e região. Não percebo aqueles que questionaram ou questionam a existência deste museu. Acho até que nem quero perceber.....

.....Independentemente das divergências políticas que possam existir, das dúvidas quanto à sua localização e das incertezas, diga-se legítimas, que surgirão quanto à representatividade dos objectos seleccionados e expostos, permitam-me esta pequena e humilde reflexão sobre a essência deste projecto, que por formação, particularmente me atrai e interessa.

.....Estamos, de facto, perante um projecto de afirmação simbólica, é certo que tardio, de uma determinada região, comunidade ou grupo. A Máscara foi, é e, espero, continuará a ser um caractere da nossa identidade, que nos reúne e caracteriza, mas também nos diferencia e distingue dos demais. Era mais que tempo de distinguirmos e privilegiarmos devidamente este elemento. Daí, senão por mais, a importância deste projecto.....

.....Agora, espero também que esta infra-estrutura ou equipamento, não se reduza ao depósito e mostruário estático e poeirento dos objectos e da Máscara em si e só por si. Existe um manancial, um vasto campo de trabalho, que pode e deve ser explorado e estudado, como por exemplo e recordando-vos o painel onde estão identificados os artesãos que dão vida a estas manifestações culturais: será de todo essencial conhecer as histórias de vida que estão associadas a esta arte ou ofício.....

.....Como foi muito bem referido na cerimónia que antecedeu a inauguração, no passado Sábado, sendo um símbolo singular, de distinção cultural, que atrai curiosos, turistas, estudiosos e os demais, de diferentes geografias, importará delinear estratégias acertivas e eficazes de promoção e divulgação deste nosso ícone, para que possa ser uma efectiva mais valia cultural, social e económica para a região.

.....Nesta aparente dualidade de objectivos que são a preservação e a divulgação/promoção, por muitos considerada incompatível, em última análise, considero marcante aqui a sua perspectiva glocal, ou seja, não perdendo nunca as características e a dimensão do local ou regional, deverá conseguir ultrapassar esses mesmos constrangimentos físicos e administrativos e projectar-se a um nível superior, perfeitamente identificável nacional, europeia e mundialmente.....

.....De qualquer forma, também e ponderadamente será prematuro... eu diria melhor de uma outra forma... estaremos ainda muito longe de conseguirmos alcançar e perceber a real dimensão e importância do agora conseguido. Muito provavelmente, nenhum de nós sequer poderá um dia realizá-lo.....

.....Sr. Presidente:

.....Porque a César, o que é de César. PARABÉNS!

.....a) Luís Miguel Vale Fernandes Vale.....
.....BRAGANÇA, 26 de Fevereiro de 2007.....

..... Mudando de assunto trago-vos agora uma moção sobre o Plano de Ordenamento do parque Natural de Montesinho.

“MOÇÃO

.....PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO.....

.....Já durante este ano de 2007 surgiram notícias, nos órgãos de comunicação social regionais, sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. Documento que, segundo a mesma fonte, está em fase de ultimação, para depois ser entregue ao ICN e, posteriormente, sujeito à discussão pública.

.....Entretanto, a especulação e o ruído à volta deste documento já se fazem sentir, nomeadamente, no que diz respeito à sua orientação e às suas directrizes. O próprio Presidente da Câmara Municipal afirmou publicamente que conhece a orientação técnica do documento (segundo o qual, pouco favorável). Contudo, e em concreto, nada sabemos.

.....Assim, e considerando que:.....

.....O Concelho de Bragança é um dos dois concelhos que integram esta reserva natural;....

.....Parte considerável do nosso território e das nossas aldeias integram esse espaço;

.....Consequentemente, este Plano de Ordenamento poderá influenciar a vivência quotidiana das pessoas e das comunidades em questão;.....

.....Não devemos aguardar pelo último momento para reflectir sobre esta matéria que em tanto diz respeito ao nosso concelho e às nossas populações;

.....Como parte interessada, devemos acompanhar desde o primeiro momento a elaboração deste documento e, na defesa do nosso concelho, responsabilmente criticá-lo e sugerir as devidas alterações aquando da discussão pública prevista para os próximos meses;

.....**A Assembleia Municipal de Bragança, reunida ordinariamente a 26 de Fevereiro de 2007, delibera:.....**

.....**1. A constituição de uma Comissão de Acompanhamento deste processo, de forma a que esta Assembleia e, através de si, toda a população do concelho de Bragança, possam salvaguardar os seus interesses.**

.....**2. Esta Comissão de Acompanhamento, solicitará, assim que possível, o documento - Plano de Ordenamento, à entidade competente para que, atempadamente, possa reflectir e trabalhar, contribuindo assim efectiva e positivamente para um melhor resultado final.**

.....O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.....

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2006”.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.....
.....Antes de abrir inscrições para pedidos de esclarecimento, pelo que eu ouvi e pelo que
estou agora a ler, não há aqui nenhuma sugestão da composição da Comissão de
Acompanhamento? Quer completar ou quer esperar pelos pedidos de esclarecimento, porque
naturalmente que é uma questão imediata.....

.....**Presidente da Mesa** – Faça favor.....

.....**Luís Vale** – De facto está omissa, da forma regimentar proceder à composição de uma
Comissão, à eleição de uma Comissão.....

.....**Presidente da Mesa** – Nos termos em que está no Regimento... Sim senhor, muito bem.
.....Senhores membros da Assembleia inscrições para pedidos de esclarecimento? Eu
lembrava que nos termos regimentais, mesmo para os Grupos Municipais que têm os seus
tempos esgotados, que é o caso do PS e o caso praticamente do PSD, que tem um minuto,
mas que os pedidos de esclarecimentos quando há tempos esgotados, cada Grupo Municipal
tem três minutos para poder utilizar.....

.....Não há pedidos de esclarecimento.....

.....Abrimos inscrições para intervenções.....

.....Também não há inscrições para intervenções, o que significa que vamos por a moção à
votação.....

**----- Não tendo havido discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo
sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros
presentes. -----**

.....**Presidente da Mesa** – Peço que me indiquem as inscrições para declarações de voto,
se as houver.....

.....Também não há.....

.....Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, o senhor estava inscrito para intervir neste
período de antes da ordem do dia, tenho que lhe dizer que o tempo do PSD, resta um minuto e
meio, quer utilizá-lo? Faça o favor. Tem a palavra.....

.....**Luís Afonso** – Bom, rapidamente.....

.....Num minuto e meio eu vou tentar dizer algo que penso não vai ser fácil fazer, mas vou ler isto rapidamente, que eu tenho aqui.....

.....Portugueses vivem pior do que há dois anos. O PSD entende que os portugueses vivem hoje **«pior do que há dois anos»**. No momento em que passam dois anos sobre a vitória do PS nas eleições legislativas, os cidadãos têm ainda esperança nos resultados da governação. **«No essencial, foram dois anos perdidos. Num contexto internacional muito mais favorável do que há dois anos, a verdade é que o nível de vida dos portugueses está hoje mais longe do nível de vida dos europeus»**.

.....Cinco áreas que fazem o retrato do país: o desemprego, que não pára de aumentar; a carga fiscal, que subiu para os particulares e empresas; a saúde, que está mais cara e difícil e mais longe dos cidadãos; o preço dos combustíveis, que segue a tendência de subida, por causa dos impostos aplicados pelo executivo; e o crescimento económico, já que Portugal regista o pior crescimento económico de toda a Europa.

.....Os dois anos de Governação do Eng.º Sócrates são caracterizados por cinco resultados muito claros:

.....- **Mais Desemprego** – 73 novos desempregados por dia. Mais de 458 mil Portugueses sem emprego. A taxa de desemprego mais alta dos últimos 20 anos, 8,2%. Milhares de jovens licenciados sem conseguirem um emprego. O Primeiro-Ministro prometeu solenemente criar 150 mil novos postos de trabalho. Durante estes dois anos criou de forma líquida nove mil postos de trabalho, significa que em dois anos, até 2009 tem que criar 141 mil novos postos de trabalho. Quem em dois anos faz uma média de 4500 novos postos de trabalho, não sei como vai resolver esta promessa eleitoral.....

.....O que assistimos todos os dias é à destruição de empregos e ao aumento do desemprego.

- **Mais Impostos** – em 2 anos Portugal registou o maior aumento de impostos de sempre. Em média, cada português paga hoje mais 330 Euros de impostos do que pagava há dois anos atrás (mais de 66 contos na moeda antiga). Este Governo é o campeão no aumento de impostos. Tudo ao contrário do que foi prometido. É este brutal aumento de impostos que prejudica gravemente a vida das pessoas e penaliza fortemente a actividade das empresas.....

.....**Presidente da Mesa** - Peço que termine.

.....**Luís Afonso** - Enfim, **Uma Saúde mais Cara e mais Difícil, Combustíveis mais Caros, Crescimento Económico, o pior da Europa,**

.....Eis aqui os 5 pontos que infelizmente não posso continuar a explicar, daquilo que é a governação de um Partido, de um Partido Socialista, dois anos de Governação, que ainda parece que continua a anestesiar os Portugueses como fez o Engenheiro Guterres.....

.....Dois anos de tristeza para um País que se atrasa relativamente ao resto dos Países europeus.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Regras são regras e temos que as aplicar todos, não é?

.....Antes de passarmos ao ponto seguinte da ordem do dia, eu voltava aqui à constituição da Comissão que foi aprovada pela moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, para pedir nos termos regimentais, em caso de omissão sobre a constituição das Comissões, a Comissão integrará representantes da Mesa em número a definir pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, um representante de cada Grupo Municipal e um representante dos Presidentes de Junta.

.....Portanto eu pedia aos Senhores dirigentes dos Grupos Municipais e ao Representante dos Senhores Presidentes de Junta para depois transmitirem à Mesa que são os seus Representantes nesta Comissão e o Presidente da Mesa também fará essa designação.

.....Terminamos o Período de Antes da Ordem do Dia, passando ao POD, o primeiro ponto é:.....

.....**PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

.....**PONTO 4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.**.....

..... Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.....

.....**Presidente da Câmara** – Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Alunos e Professores da Escola Emídio Garcia, Comunicação Social, bom dia para todos.

.....A informação sobre o Estado e Vida do Município foi distribuída aos Senhores deputados, admito que tenham tido algum tempo para ler, e por isso, eu irei fazer uma passagem breve sobre a intervenção.

.....Seguidamente se transcreve o discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e previamente distribuído pelos membros:

“Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 15 de Dezembro de 2006, até à presente data.

.....1 - Assuntos tratados para conhecimento da Assembleia Municipal:

.....1.1 – Centro de Arte Contemporânea – Designação de Nome;.....

.....1.2 – Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Bragança e o INATEL Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores.....

.....Principais deliberações e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:.....

.....1- DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

.....1.1 - Divisão Financeira

.....No âmbito desta divisão, destacam-se como matérias de maior relevância:

.....Execução do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento – a receita cobrada, de 1 a 31 de Janeiro, elevou-se a 3.319.149€, representando uma execução de 8,7% relativamente ao valor orçamentado. Do total recebido, as receitas correntes atingiram 2.069.866€ e as receitas de capital 1.246.033€. A arrecadação de receita foi superior em 21,76% relativamente a igual período de 2006. O aumento verificou-se na rubrica de receitas de capital, com destaque para a componente de fundos comunitários. Os pagamentos foram de 3.149.011€, sendo a despesa de capital de 1.711.533€, correspondente a 54,35%, enquanto que a despesa corrente atingiu o montante de 1.437.458€, correspondente a 45,65% do total, sendo a execução superior em 24,29% relativamente a igual período do ano anterior. A taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento é de 8,1% repartida da seguinte forma: Funções Gerais, 3,08%; Funções Sociais 86,01% e Funções Económicas 10,91%. A taxa de execução do Plano de Actividades Municipais é de 5,90%, assim repartido 100% para funções sociais e 0,00% para funções económicas.

.....Comparando o período de Janeiro de 2007 com Janeiro de 2006, verifica-se que a Autonomia Financeira do Município aumentou, em valor absoluto, 211.169 euros; a Saúde Financeira da Autarquia cresceu 7 pontos percentuais. - Em termos de estrutura: a poupança da Autarquia cresceu 25 pontos percentuais; os custos com pessoal sobre despesas correntes decresceram 3,3%.

.....Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, torna-se necessário que, de acordo com o n.º 1 do art.º 48.º, que as contas anuais dos Municípios e das Associações de Municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial, sejam verificadas por auditor externo, pelo que foi decidido proceder a selecção de um revisor oficial de contas, para designação por parte da Assembleia Municipal.

.....Ao nível de subsídios para Associações foram autorizadas transferências no valor de 16.493,78€, para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 53,200,00€.....

.....Transferências para as Freguesias - Junta de Freguesia de Santa Maria, apoio no valor de 60.000,00€, para obras na sede; Junta de Freguesia de Carrazedo, apoio financeiro no valor de 15.000,00 €, para obras de calcetamento do Adro da Igreja de Alimonde; Junta de Freguesia de Izeda, apoio no valor de 6.000,00 €, para instalação de Parque Infantil no Jardim Dr. Alves da Veiga da Vila de Izeda; Junta de Freguesia de São Pedro de Serracenos, apoio no valor de 15.000,00 €, para obras no Centro de Dia e Lar de Terceira Idade; para compensação devida por trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das redes de saneamento básico, foram autorizadas as seguintes transferências: Junta de Freguesia de Coelhooso 3.000,00 €; J.F. de Grijó de Parada 1980,00 €; J.F. de Izeda 5.050,00 €; J.F. de São Pedro dos Serracenos.1.650,00 €; J. F. de Nogueira 1.700,00 €; J. F. de Pinela 1.100,00 €; J.F. de Castro de Avelãs 950,00 €; J.F. de França 1.850,00 €”:

.....Transferências para as Associações - Fábrica da Igreja de S. Pedro de Babe, apoio no valor de 5.000 € (cinco mil euros) para obras de construção da Capela Mortuária e espaço de arrumos dos andores, pertença daquela Igreja; Grupo Nacional de Escutas – Agrupamento n.º 18, para o qual foi emitida declaração de apoio até ao montante de 60.000,00€, para construção da sede em terreno cedido pela Câmara Municipal;

.....**1.1.1– Secção de Taxas e Licenças e Contra-Ordenações** - neste período a receita cobrada foi de 82.512,43€, sendo as mais significativas, provenientes das feiras; da utilização das Piscinas Municipais; rendas de habitações e edifícios; utilização dos Parques de Estacionamento; contra-ordenações (30 processos) e do sector de Execuções Fiscais (466 processos).....

.....**1.1.2– Secção de Património e Aprovisionamento** – nesta secção decorrem os processos de registo e actualização do património e os processos de aquisição e organização dos correspondentes concursos de aquisição. Destaca-se no âmbito do domínio privado do município, a inscrição de um prédio rústico, com a área de 8.500 m2, adquirido em 11/01/2007 pelo valor de 14.213,68€, destinado à ampliação do Aeródromo Municipal, ao registo de parcela de terreno com 1100 m2, destinada à zona industrial de Mós, a regularização da

aquisição de 2 prédios na Vila de Izeda, com a área de 21000 m2. Na rubrica edifícios/habitação, foram inscritos e regularizados, junto da Repartição de Finanças e Conservatória do Registo Predial, 27 fracções sitas no Bairro da Previdência, com o valor de 512.839,00€, estando em fase de regularização as fracções habitacionais dos bairros sociais da Coxa e Mãe de Água. No âmbito do domínio público, foram regularizados dois processos, com o valor de 60.546,39€.....

.....No âmbito das cedências foram tratados processos relacionados com a entrega de edifícios das EB1 a algumas Juntas de Freguesia e uma fracção sita no rés-do-chão, na entrada 1, do Bloco A, do Bairro da Coxa, à Associação dos Estudantes Africanos, para aí desenvolver a sua actividade.....

.....Foram ainda desenvolvidos processos de escrituração de compras e vendas, bem como de direito de superfície, conforme as deliberações de Câmara, assim como as conferências, emissão de mapas de bens, mapas de amortizações, consultas prévias de aquisições e emissão de requisições internas e externas.

.....**1.1.3 - Tesouraria** – esta unidade orgânica, cumprindo com o estatuído nos regulamentos internos, nomeadamente com o S.C.I, desenvolveu tarefas no âmbito da anotação de leituras relativas a consumos de água (436); cobrança de recibos de água (4758); guias de receita (1990); ordens de pagamento (615); certidões de dívida (401); débitos (569), tendo feito um atendimento diário médio de 300 munícipes.

.....**1.2 - Divisão Administrativa** - destaque para o trabalho desenvolvido no âmbito do Novo Sistema de Avaliação, foram desenvolvidos pela Divisão os procedimentos e as necessárias reuniões da Comissão de Avaliação e desta com as chefias, no sentido de harmonizar princípios de classificação tendo por base princípios de transversalidade na Instituição, definidos objectivos de trabalho de âmbito sectorial, tendo presentes, objectivos globais definidos pelo Executivo.

.....**1.2.1 - No âmbito da Secção de Expediente Geral**, destacam-se como assuntos de maior relevância: além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal; produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo de referir a entrada cerca de 3200 documentos e a produção de cerca de 1300 ofícios; registo de faltas e remunerações mensais; acompanhamento dos processos de concursos iniciados em 2006; atendimento a jovens que se pretendem recensear e a todos os munícipes, em geral.

.....Ainda neste âmbito, é de registar a actividade do Município na organização do processo de Referendo Nacional de 11 de Fevereiro, tendo sido prestado apoio às Juntas de Freguesia

(Programa Regifreg), a nível do processamento informático, com deslocações às Freguesias, para se proceder às alterações necessárias, e tiragem dos respectivos Cadernos Eleitorais.

.....**1.2.2 – No âmbito da Secção de Recursos Humanos**, salienta-se que decorrem/decorreram os seguintes processos; 14 relativos a concurso externo; 5 de recrutamento para cargos de Direcção Intermédio de 2º Grau; 1 Requisição; 8 Aposentação/Pensão de Sobrevivência.

.....Apio a jovens recém-formados, proporcionando-lhes o primeiro contacto com o mercado de trabalho estando, em Janeiro, a decorrer 7 estágios profissionais e 10 estágios curriculares, necessários para a conclusão da sua formação académica e ainda 2 estágio profissionais no âmbito do Programa Vida/Emprego. Desenvolveu-se todo o processo alusivo a 14 funcionários, que solicitaram o Estatuto de Trabalhador-Estudante e de 3 acções de formação, o que resultou na participação de 8 funcionários.

.....No campo dos serviços de higiene, segurança e saúde, que foram efectuadas 58 convocatórias para a prestação de serviços médicos e 59 convocatórias para exames complementares.

.....**1.2.3– No âmbito da Secção de Cadastro e Remunerações**, é desenvolvido todo o processo das remunerações, férias, faltas e licenças, promoções, ingressos, contratos, rescisões e aposentações, mapas de controlo mensal das despesas com pessoal, nos termos do Decreto-Lei 50-A/2006.

.....**1.2.4- Sector de arquivo**, procedeu ao tratamento de documentação ao nível da sua disponibilização aos vários serviços da Instituição; apoio a investigadores; transferência de documentação histórica para o depósito da Biblioteca Municipal (200 pastas, 35 ml de massa documental); incorporações em arquivo geral; preparação do processo de aquisição de mobiliário para o arquivo municipal e apoio arquivístico à Junta de Freguesia de Izeda.

.....**1.3 - Divisão de Informática e Sistemas** – destacam-se como actividades mais relevantes, a manutenção de conteúdos do site com actualizações programadas ou a pedido; acompanhamento técnico e apoio na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA, nomeadamente com questões decorrentes dos procedimentos executados no final do ano de 2006; alteração e configuração de diversos modelos pertencentes às aplicações de Pocal e Urbanismo; foram iniciados procedimentos com vista à substituição do actual sistema de “gestão de assiduidade”; iniciado o processo de implementação de um novo sistema de leitura óptica de artigos para os armazéns; assistência aos estabelecimentos de ensino (escolas do 1º Ciclo e pré-escolar); administração e gestão da informação e dos equipamentos existentes. Enquadram-se neste âmbito: administração da rede, administração de servidores,

administração de antivírus, administração do web-site, gestão de cópias de segurança, gestão de utilizadores, entre outros. Salienta-se o desenvolvimento do processo de aquisições, tendo em vista a melhoria da rede de dados, reforço dos mecanismos de segurança, actualização da área de servidores, e novos equipamentos para os serviços de atendimento,

.....2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

.....2.1 - **Área do Ensino** – nesta área de actividade, destaca-se no período em apreciação: Informação, levantamento e tratamento de carência ao nível do equipamento no Pré Escola e do 1º ciclo; preparação e organização da deslocação dos alunos para as actividades no TMB; concurso de presépios; preparação da Assembleia Jovem; reuniões com os Agrupamentos de Escolas relativas às actividades extra-curriculares;.....

.....2.2 - **Área Cultural** – Exposição de Pintura de Balbina Mendes; Exposição de Pintura de Paulo Quinta; Exposição do concurso de Presépio, MM; Festival de Cantares dos Reis – Lions Clube de Bragança, TMB; Exposição Máscara Ibérica; FAN Festival de Ano Novo, TMB; Banda Sinfónica Portuguesa, TMB; Yakov Marr, Svetlana Mikaylishcheva – Pianista, TMB; Coro Madrigália, TMB.
Em Reunião de Câmara foram aprovados os regulamentos relativos ao Prémio Literário da Lusofonia e Concurso de Fotografia e Prosa subordinados ao tema “Artes e Ofícios”.....

.....2.3 - **Área do Desporto** – Colaboração nas actividades de Expressão e Educação Físico Motora junto das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Bragança; gestão da distribuição das instalações desportivas; apoio à realização de torneios e competições oficiais; actividades orientadas da Piscina Municipal de Bragança; apoio a o projecto “Mexa-se em Bragança”, actividade Física Para diabéticos tipo II.....

.....2.4 - **Área Social** – Conclusão do projecto de candidatura para a Rede Social; apoio à comissão de protecção de crianças e jovens em risco; análise/acompanhamento de problemas resultantes da degradação habitacional das famílias carenciadas; atendimento, encaminhamento e solução de situações problemáticas; gestão dos processos das refeições e suplementos alimentares das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância; organização dos processos dos boletins de candidatura para as habitações; actualização dos processos de pedido de habitação com aplicação da grelha de prioridade aprovada em reunião de Câmara 22 de Janeiro; levantamento e estudo das intervenções a efectuar para recuperação das casa devolutas propriedade da Câmara (Habitação Social); finalização do processo de actualização de rendas das habitações sociais de pertença da CMB.....

.....Apoio económico para obras na freguesia de sortes – apoiadas obras de beneficiação no valor de 5 500 € mais IVA, em casa de família carenciada, processo em colaboração com a Junta de Freguesia. Estão em fase de beneficiação um conjunto de oito fogos no Bairro Novo da Previdência, para entrega em regime de arrendamento a famílias que necessitem de realojamento, tendo sido aprovada grelha de critérios para atribuição dos fogos. Este conjunto de fogos poderá ser atribuído até final do mês de Abril, prevendo-se atribuir mais dez fogos nos bairros sociais da Coxa e Mãe de Água.
.....*Prevê-se ainda, nos próximos meses a beneficiação de mais dez fogos para distribuição.*

.....**2.4 - Área do Turismo** – Durante este período foram atendidos no posto Turismo Municipal 659 turistas, dos quais 285 portugueses e 374 de nacionalidade estrangeira. No final do mês de Fevereiro, prevê-se a abertura de um posto de informação turística e venda de produtos ligados à temática da máscara, localizado na Cidadela, lugar mais visitado da cidade.
.....*É quase um sonho desde o início do mandato, abrir um posto de Turismo no Local mais visitado da nossa cidade, que é a cidadela.*

.....**2.5 - Sector de Equipamentos** – destaque para a preparação da inauguração do Museu Ibérico da Máscara e do Traje, envolvendo os trabalhos de articulação com as redes de artesãos que colaboraram na execução dos conteúdos do Museu (46 artesãos) e com os grupos de caretos/mascarados representados (18 portugueses e 11 espanhóis) e instalação da exposição dos conteúdos.

.....**3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**.....

.....**3.1 - Divisão de Urbanismo** – No âmbito do Departamento e do Sector de planeamento, foram preparadas para decisão em Reunião de Câmara as seguintes intervenções: projecto de reconversão da Avenida João da Cruz e das Ruas Guerra Junqueiro e Emídio Navarro, tendo sido feita a adjudicação definitiva pelo valor de valor de 74 900,00 €, acrescido de 15 729,00 € referente ao IVA, o que totaliza 90 629,00 €. Foi decidido promover a discussão e apresentação pública do projecto, no dia 2 de Março no sentido de recolher eventuais contributos e assegurar a adesão da população interessada a uma boa solução.
.....*Seguindo a prática que temos já desenvolvido relativamente a outros projectos, de proporcionar a discussão pública, ouvir contributos dos cidadãos para melhorar as soluções, e para que quem de facto quer dar contributos para a qualificação da Cidade o faça no momento certo, que é o momento do debate, para que as soluções possam ser integradas. E esperamos naturalmente, que alguns contributos, que hoje já foram referenciados nesta Assembleia, possam ser abordados nesse debate.*

.....Querida salientar estar em curso o início de uma operação de construção de mais fogos de habitação para jovens, casais jovens, mais um conjunto de dois blocos habitacionais, suponho que na ordem dos quarenta fogos.

.....A construção da Avenida, na forma actual, teve início no final da década de vinte (1926 – 1929), os trabalhos de pavimentação tiveram início no ano de 1942 e conclusão a 16 de Março de 1946. Os trabalhos de iluminação e ajardinamento foram realizados no ano de 1956.

.....A nível da execução de outros projectos, salientam-se os trabalhos em curso, relativos à adequação do parque da rede escolar à nova realidade: beneficiação de escolas de acolhimento; ampliação de algumas das escolas existentes na cidade e construção de centros escolares. Em execução alguns projectos relacionados com obras a realizarem nas freguesias, destacando os projectos de arranjos da envolvente dos Santuários de N. S. dos Remédios, em Frieira e de N. S. do Aviso, em Serapicos, e do projecto de remodelação da Casa do Povo de Izeda e da Av. Senhora da Assunção.

.....No âmbito do licenciamento, destaque para os processos de obra particular, nos quais se vem a registar uma tendência evidente de quebra no número de fogos licenciados, acompanhando a tendência de quebra no país, com a agravante de o espaço envolvente do município estar cada dia com menos gente e mais envelhecida. Está em curso à operação em curso pode ajudar os casais jovens a aceder com mais facilidade a habitação própria.

.....Em termos de loteamentos, regista-se uma alteração ao alvará da zona industrial das Cantarias.

3.2 – Divisão de Obras.....

.....A Divisão de Obras desenvolve o seu trabalho em várias vertentes, desde a manutenção e conservação de edifícios, manutenção e conservação de vias urbanas, acompanhamento de empreitadas e trabalhos diversos.

.....No âmbito das obras de empreitada, foi realizada a consignação dos diversos trabalhos, designadamente a empreitada de saneamentos em cinco aldeias, tendo as obras iniciado na aldeia de Sendas, a consignação das infra-estruturas do loteamento industrial de mós de Mós, a adjudicação definitiva dos trabalhos de pavimentação da estrada de ligação de Fontes de Transbaceiro à fronteira. Feita a adjudicação definitiva da construção do centro de saúde de Sta. Maria - Bragança II., pelo valor global de 1 787 691,18 € com exclusão do IVA, que acresce à taxa legal de 5%, com o prazo de execução de 12 meses”. *Aguardamos a realização do contrato, a obtenção do visto do Tribunal de Contas, portanto admito que em Maio a obra esteja iniciada, nunca antes de Maio.* Foi aprovado o projecto de Infra-estruturas, o Programa de Concurso e Caderno de Encargos e decidido abrir concurso público de execução com o valor base de 600.000,00 € + IVA. Trata-se de executar as infra-estruturas de um loteamento municipal, com lotes destinados a vivendas, localizado no antigo campo de aviação. Esta

operação permitirá à Câmara Municipal realizar receitas e colocar cerca de trinta lotes no mercado, actuando em termos de acção moderação de preços.....
.....As tarefas de acompanhamento das obras em execução em regime de empreitada decorrem com regularidade, tendo no período a facturação sido de 592.952.38€.

3.2 - Divisão de Equipamento.....

.....3.2.1- **Equipa de conservação de vias urbanas** – esta equipa actuou, executando 14 tarefas diversas, salientando: colocação de gradeamentos na Escola Augusto Moreno; muros de suporte na rua de S. Francisco e do Seixagal; reparação de fogos sociais e calcetamento nas ruas do Cemitério do Toural.....

.....3.2.2 – **Equipa de conservação de edifícios** – esta equipa actuou, executando 9 tarefas, com destaque para a remodelação do jardim-de-infância de Santa Comba de Rossas, e edifício sede da Junta de Freguesia e apoio diverso a actividades do município.

.....3.2.3 – **Sector de Armazém** – durante o ano de 2006, foi objecto duma intervenção profunda, tendo sido feita a centralização num só armazém de todos os existentes, (armazéns da D.D.A.; de peças auto; de obras; de electricista e da carpintaria), recorrendo à ampliação da área existente e reorganização de todo o espaço exterior e conseqüente libertação de áreas e com a vantagem inerente à centralização da actividade. A nível dos recursos humanos afectos a este sector, procedeu-se, também, à sua centralização, proporcionando-lhe formação específica, situação complementada pelo reforço da componente informática a nível de hardware e software. Esta reorganização permitiu uma diminuição substancial de custos, melhor gestão de stocks, com informação em tempo real de existências e uma maior eficiência/rentabilização dos recursos humanos existentes.

.....Conferência física dos bens do activo immobilizado do armazém – (unidade central; auto; D.D.A.; estação de serviço).....

.....3.2.4 – **Parque de Equipamento** – foram realizados diversos trabalhos, nomeadamente ao enchimento de caminhos; limpeza de caminhos agrícolas; aceiros e caminhos florestais; limpeza e regularização de bermas e valetas de estradas municipais e caminhos rurais; manutenção de pavimentos da rede viária municipal; limpeza de lixo depositado nas bermas e valetas das estradas com mais movimento. Foi garantido apoio às Juntas de freguesia (Donai; Pinela; Mós; Parada; Rebordainhos; Salsas; Sortes; S.ta Maria; Rebordãos; Izeda; Carragosa e Parâmio), e executadas tarefas diversas no âmbito da segurança e protecção civil.

.....3.2.5 – **Oficina** – os trabalhos de manutenção da frota automóvel, STUB e parque de máquinas, com meios próprios ou com recurso a serviços externos, decorre com regularidade e

adequado acompanhamento técnico, sendo asseguradas as tarefas associadas à estação de serviço e serralharia. O controlo de custos operacionais por unidade é garantido pelos serviços e imputado a cada um dos centros de custos, assim como avaliada a evolução de custos de reparação de cada um dos veículos ou equipamentos. A título informativo, refere-se que o consumo com gasóleo no ano de 2006, foi de 342.192,40€.
.....*Temos muitos centros de despesa que são significativos, carros que circulam, máquinas que apoiam, tudo isto representa recursos que são traduzidos em dinheiro. Portanto, mesmo quando o conjunto de equipamentos circula pelas freguesias, nos vários apoios, nos vários serviços.*

4 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS.....

.....4.1 - Divisão de Saneamento Básico.....

.....O abastecimento de água a todos os sistemas cujo fornecimento assenta na água proveniente da estação de tratamento do Alto Sabor (Bragança, V. Lamas, Samil e Gimonde) é garantido, desde Outubro de 2006, exclusivamente da adução a partir do açude localizado no lugar do Porto Sabor, complementado em algumas linhas de água. Desta forma tem sido possível gerir a adução de água sem recorrer às reservas de água acumuladas na albufeira de Serra Serrada.

.....O consumo médio diário de água cifra-se actualmente em cerca de 236 m³/h, isto é, aproximadamente 5 665 m³/dia, valores idênticos aos registados no mesmo período de 2006.

.....Avaliado o consumo de água no ano de 2006 verifica-se que foram gastos 2.553157m³ de água o que representa um decréscimo de consumo de aproximadamente 5,8% comparativamente ao ano de 2005 em que foram gastos 2.691.984 m³. Do volume total de água gasto em 2006, a ETA forneceu 85,1%, a captação de Sabariz forneceu 1,6%, a captação de Cova de Lua forneceu 8,2% e a captação do Sabor 5,1%. Tal situação revela uma tendência progressiva na redução dos consumos de água uma vez que também quando comparados os consumos verificados em 2004 com verificados no ano de 2005, tal relação se traduziu numa redução do consumo na ordem dos 6,5%

.....No que diz respeito à área rural do Concelho, e na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara do dia 13-03-2006, referente à aplicação de um tarifário de cobrança do consumos de água e recolha/tratamento de saneamento e lixos, encontra-se presentemente a decorrer o processo de recolha e informatização de dados, relativo a novos contratos de fornecimento de água, e que progressivamente se estenderá à generalidade das aldeias do Concelho. Actualmente estão já elaborados e à cobrança contratos em 21 localidades num total de 2220 novos contratos.

.....Relativamente à drenagem de águas residuais foram tratados na ETAR de Bragança, no ano de 2006, um total de 1.668.425m³ de água residual, o que quando comparado com o ano de 2005

representa um acréscimo de 59,7% de água residual tratada. O ano de 2006, em termos de volume de água afluente à ETAR de Bragança, foi bastante influenciado pelos altos níveis pluviométricos, ocorridos particularmente no último trimestre do ano, período em que afluíram à ETAR cerca de 40,5% do volume anual total. Este foi mesmo o ano, desde o seu início de exploração, em que pela ETAR de Bragança passou maior volume de água para tratamento.

.....No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área urbana realizaram-se os seguintes trabalhos: colocação de válvula redutora de pressão no Bairro Rubacar; remodelação da rede no Bairro do Couto. Na área rural, destacam-se os trabalhos executados nas aldeias de Sortes, Paredes, Portelo e França.

.....Outros trabalhos relevantes: execução a empreitada de fornecimento de reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede nas aldeias de Fermentãos e Viduedo e ligação dos furos nas aldeias de Frieira e Paredes; abertura do concurso para a execução da rede de abastecimento de água na Estrada do Turismo e a execução do levantamento topográfico para condução de água para abastecimento a Vale de Lamas, desde a adutora (Quintas do Reconco).....

.....A Secção de Águas procede-se aos trabalhos correntes de manutenção das redes e gestão de consumos em termos de novas ligações, desistências, cortes etc. Em Reunião de Câmara foram autorizadas a abertura de concurso limitado para obras de execução da rede de abastecimento de água na Estrada de Turismo.....

.....No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se trabalhos de manutenção das redes, envolvendo substituição de tampas e grelhas; trabalhos de desobstrução em colectores (está já ao serviço um camião equipado para a desobstrução e limpeza de colectores, que nos permite realizar a manutenção das redes de saneamento com maior eficácia e com menos recursos humanos); execução de ramais domiciliários etc. No perímetro urbano, encontra-se em execução a rede de saneamento básico no Bairro do Couto e na área rural existem trabalhos nas aldeias de Pinela, Castanheira e Sortes.

.....Foram actualizados os tarifários, tendo por base o índice de inflação (preço no consumidor) dos coeficientes do INE (3,1%); transferência de verbas para compensação financeira das Juntas de Freguesia, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2006.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

.....A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades concernentes à prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

.....No sector de espaços verdes existentes, estando a decorrer a fase de plantações, de árvores e arbustos, podas e adubações. *Portanto, este ano, o nosso Plano de Actividades faz uma abordagem na área dos espaços verdes como uma prioridade – qualificar, melhorar o que temos,*

temos muito, e queremos que sejam espaços de excelência. Têm boa concepção e queremos através da qualificação, melhorar ainda mais a qualidade desses espaços.

.....No sector da manutenção urbana com três áreas de intervenção: controlo de fiscalização da R.S.U., manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e sanitária veterinária, de salientar a colocação de 41 sinais de trânsito; a execução de 31 reentrâncias resguardo e 20 sistemas de fixação de contentores. Foram realizadas 28 inumações, 12 das quais no Cemitério do S. Condestável.

.....No município, no sector de Resíduos Sólidos Urbanos, foram recolhidas 2411,46 toneladas de RSU's, no que se refere à recolha selectiva, foram recolhidas 53,81 toneladas, das quais 56,3% de papel e cartão, 27,4% de Vidro e 16,3% de plástico.

4.3 - Divisão de Transportes e Energia

.....No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, incluindo os sistemas semafóricos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas.

.....Salienta-se que a produção de energia no ano de 2006, foi de 745.907,89€, um aumento de 297,62% relativamente ao ano de 2005.

.....As despesas com energia (electricidade, gás e gasóleo) durante o ano de 2006 tem aumentado quer porque as exigências de conforto são superiores, quer porque temos aumentado o número de unidades de consumo de energia. Como grandes rubricas de despesa em energia, salientam-se ao nível dos edifícios, o teatro municipal e as piscinas, as fontes luminosas, a iluminação pública com subida de 4,77%.

.....No que se refere a comunicações (móveis e fixas) verificou-se uma diminuição de cerca de 1,62%, o que em termos de custos representa uma poupança de 13.503,16€.

.....A nível do Aeródromo Municipal o ano de 2006 fechou com uma redução de 36,7% de movimentos das aeronaves (fruto da descida de 1080 para 115 movimentos, relativos a combate a incêndios florestais), mas com uma diminuição de passageiros embarcados e desembarcados (6933 passageiros) de 6,6%.

.....Nas linhas de STUB verificou-se um acréscimo de custos de 6,5%, compensada por um aumento de receitas de 25,4%, salientando que em 2006, só os passes tiveram aumento, de 2,32%. Trata-se de maior procura e melhor gestão.

.....A evolução da procura de estacionamento nos parques de estacionamento subterrâneo, foi a seguinte: ano de 2004, 151404 veículos; ano de 2005, 413 034 veículos e no ano de 2006 449 306 veículos. Verifica-se que em média 66% da procura ocorre para um intervalo de tempo até uma hora e 34% acima de uma hora. O tarifário foi actualizado com uma subida de cinco cêntimos por hora, a tarifa é aplicada por intervalos de 15 minutos. Foi deliberado a redução do período de estacionamento gratuito de 1 hora para 15 minutos no parque de estacionamento da Avenida Sá

Carneiro e de 1 hora para 30 minutos no parque de estacionamento da Praça Camões, assim como melhorias a efectuar na zona das barreiras de controlo e na sinalética., bem como a proposta do novo regulamento das zonas de estacionamento condicionado na cidade de Bragança.
.....Foi adjudicado o fornecimento, montagem, calibração e certificação em voo de uma estação VOR/DME e do respectivo sistema de tele-sinalização e tele-controlo para o aeródromo municipal de Bragança, feita a adjudicação ao concorrente Soc. Com. Crocker Delaforce & C^a, Lda., pelo valor total de 831 277,00 € + IVA. Na análise das propostas, teve papel preponderante a empresa NAV Portugal, E.P.E.
.....*Fizemos também a intenção de adjudicação da Revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal, tendo em vista a sua reorganização numa perspectiva de criar o Aeroporto Regional.*

5 - Outros assuntos tratados

.....**5.1 – Protocolos de cedência de instalações** - no âmbito da cedência de edifícios, foram estabelecidos protocolos de colaboração para cedência das EB1 existentes nas respectivas, com as seguintes Juntas de Freguesia: S. Pedro de Serracenos, Serapicos, Macedo do Mato, S. Julião e Sendas. Foi ainda, cedido, através de protocolo, à Associação de Estudantes Africanos em Bragança, o rés-do-chão, entrada 1, Bloco A, sito no Bairro do Fundo do Fomento de Habitação da Coxa, em Bragança, para aí ser instalada a sede da Associação.

.....**5.2 – Outros protocolos aprovados** - protocolo de cedência do Parque de Campismo Municipal com a área vedada de 11,74 ha, localizado na Freguesia de Meixedo, ao INATEL, para exploração e instalação de um Centro de Turismo Rural. A Câmara Municipal colabora ainda na instalação dos serviços que o INATEL tem em Bragança. Assunto agendado para conhecimento da Assembleia Municipal.

.....Protocolo entre a CMB e o NERBA – no âmbito do “Projecto de criação de um Centro de Investigação, Inovação e Acolhimento de empresas e estudo de viabilidade de uma área de localização empresarial”, uma das vertentes do projecto, envolve a instalação de um Telepólo, com vista à utilização de tecnologia VoIP nas comunicações entre pólos industriais, possibilitando a execução de videoconferências e comunicação entre empresários, e na promoção de estratégias de segurança e informação aos empresários, nomeadamente através da instalação de videovigilância, painéis informativos e pontos de informação.

.....Centro de Arte Contemporânea – foi aprovada a proposta de resolução que envolve a atribuição do nome da pintora Graça Morais ao Centro de Arte Contemporânea em construção, passando assim o mesmo a ter a designação de “Centro de Arte Contemporânea Graça Morais” e o protocolo de cooperação e contrato de comodato entre o Município de

Bragança e a pintora Graça Morais. Assunto agendado para conhecimento da Assembleia Municipal.

.....Protocolo entre a Câmara Municipal e a Fundação Museu Nacional Ferroviário para gestão partilhada do núcleo museológico de Bragança – com vista à utilização do núcleo museológico pelo Município, como ponto de atracção, lazer e formação, possibilitando a sua abertura e visita por potenciais interessados, subordinada sempre à política geral que for definida para o acervo ferroviário, pela Fundação. O Município assegura, por sua conta, a abertura do espaço museológico, bem como a vigilância, limpeza e conservação do núcleo museológico e do respectivo espólio. Quaisquer receitas, financiamentos ou subsídios que o Município possa obter, por força da existência do núcleo museológico, serão neste e no seu espólio integralmente aplicados.

.....**5.4 – Reestruturação dos Serviços do Ministério da Agricultura** – foi aprovado uma resolução relativa ao reforço e manutenção dos serviços desconcentrados em Bragança e a solicitação de criação de uma Delegação dos Serviços da Direcção Regional Norte em Bragança. Desenvolvimento do processo constante do anexo 1.

.....**5.4 – Reestruturação das Regiões de Turismo** – foi ratificada pela Câmara Municipal, a tomada de posição apresentada na reunião da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, realizada no dia 29 de Novembro de 2006, contra a proposta de reestruturação das Regiões de Turismo, que previa a agregação de Trás-os-Montes sob a designação Douro. Mais informação no anexo 2.

.....**5.5 – Reestruturação do ICN** – face às intenções e proposta orgânica de reestruturação dos actuais serviços do ICN, nas quais se depreende vir a ocorrer uma ainda maior concentração de competências em Lisboa e conseqüente afectação de recursos humanos, ficando o resto do país com funções muito reduzidas e por isso perdendo em recursos humanos e autonomia as estruturas Regionais que se prevê venham a substituir as actuais estruturas de Direcção dos Parques e percebendo-se que a participação dos municípios, é excluída, relegando a sua participação para os designados Conselhos Estratégicos (C.E.) de apoio às estruturas regionais, que não tem qualquer poder, com a agravante das competências do C.E., se limitarem à comunicação e relação com o público, o que, se assim for, é absolutamente ridículo e contrário à conjugação de esforços entre instituições com responsabilidades em territórios sensíveis, a Câmara Municipal tomou a seguinte posição:

a) Considerar que a reorganização do ICN deverá fazer-se numa perspectiva que garanta a participação dos municípios com capacidade de voto, tanto na estrutura da Direcção Central,

como nas estruturas regionais. Os municípios são parceiros necessários, ganhando a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade, a democracia e a cidadania.

b) Que no âmbito da reorganização, o agrupamento das áreas protegidas ocorra na escala regional por NUT III, podendo ocorrer agrupamento de NUT III, quando a reduzida dimensão dos parques o justifiquem.

c) Que os Serviços Centrais sejam instalados em Bragança (aproveitando a reorganização da Administração Pública como oportunidade para descentralizar e fortalecer as cidades capitais de distrito).

.....Processo mais desenvolvido no anexo 3

.....**5.6 – Centro de Formação de Bragança, da Escola Nacional de Bombeiros**, - No ano de 1998 foi criado e instalado o Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, processo no qual a Câmara Municipal colaborou financeiramente, tendo o Governo, assumido politicamente a decisão de proceder à instalação definitiva, construindo edifício adequado para o efeito. Nesse mesmo ano, foi escolhida uma parcela de terreno na Quinta da Braguinha, propriedade do Estado, iniciada a elaboração do projecto por parte do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Administração Interna e inscritas verbas no PIDDAC do ano de 1999.....

.....As alterações de orientação e indefinições resultantes das muitas mudanças ocorridas em resultado da curta duração dos Governos, permitiram que a solução de instalação definitiva se fosse arrastando, apesar dos muitos esforços desenvolvidos pela Câmara Municipal.....

.....Não compreendendo os argumentos que poderão conduzir a uma decisão de retirar a Escola de Bragança, quando na verdade o que se impõe é dotá-la de condições para instalação definitiva, visto não estar em causa uma escolha de localização, a Câmara Municipal decidiu, dar conhecimento à Assembleia Municipal das intenções da Administração Central, das posições de total disponibilidade que a Câmara Municipal tem mantido com vista ao bom funcionamento e instalação definitiva do Centro de Formação e solicitar-lhe uma tomada de posição, na sua qualidade de órgão deliberativo do município, posição que deve congrega em primeiro lugar a defesa dos interesses dos cidadãos de Bragança. A posição da Câmara Municipal é clara e unânime, em defesa dos interesses dos munícipes, como será normal nas instituições, quando se trata de defender o interesse de todos.

.....Processo desenvolvido no anexo 4

.....**5.7 – A4 – IP4 Vila Real – Bragança (Quintanilha)** – A Câmara Municipal, tem vindo a acompanhar e a apresentar sugestões no processo de elaboração do Estudo Prévio, com o traçado das soluções que irão ser submetidas a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), e que de acordo com comunicação da empresa da EP – Estradas de Portugal, tal deveria acontecer até ao final de 2006. As nossas principais sugestões incidiram sobre a manutenção de um

número de nós igual ao existente, acrescido de um novo nó no acesso à cidade e que garantisse uma nova entrada, e de outro na zona de Mós, para servir a zona industrial em desenvolvimento entre as aldeias de Mós e Sortes e uma melhor ligação à parte Sul/Nascente do concelho; a construção de uma estação de serviço entre os nós de Rossas e o de Rio Frio. Quanto ao traçado mais próximo da cidade, está garantido um adequado equilíbrio, entre o que são os interesses de crescimento e a necessária proximidade.

.....Destaca-se que a última década ficou no que diz respeito a acessibilidades à região, marcada por promessas e desilusões relativamente à concretização e evolução do Plano Rodoviário Nacional no distrito. O país está infra estruturado, o litoral do dispõe até de auto-estradas em paralelo, muito próximas, uma com portagem, outra sem portagem, enquanto que o distrito de Bragança não conheceu a revolução do asfalto, apesar de em Bragança, O Primeiro-ministro, Eng.º António Guterres, ter prometido “por Bragança no mapa”; o Primeiro-ministro Dr. Durão Barroso ter considerado o IP4 como um “remédio fora de prazo” que, em vez de curar, pode matar; o Ministro das Obras Públicas Prof. Valente de Oliveira ter garantido em 2002 à AMTAD (Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro), que a auto-estrada ligaria a Quintanilha no ano de 2010.

.....As perspectivas de construção da auto-estrada no distrito pareciam longínquas, já que no início do ano de 2004, o Secretário das Obras Públicas afirmava, que a decisão de inclusão do troço da A4 entre Bragança e Quintanilha no Plano Rodoviário Nacional estava dependente da avaliação do tráfego, enquanto que a nossa reivindicação sempre se apoiou em princípios de estratégia de desenvolvimento e de coesão territorial, e por isso tratar-se em primeiro grau de uma decisão política.

.....Não é assim de estranhar que as posições tenham “endurecido”, salientando um estrato de uma das muitas notícias que foram publicadas nos últimos anos sobre as acessibilidades em Trás-os-Montes e Alto Douro. Jornal Informativo de 4 de Out. de 2004, acerca da decisão do Primeiro Ministro Dr, Pedro Santana Lopes de inclusão da A4 no Plano Rodoviário - “Jorge Nunes que já começava a desesperar devido ao facto de o Governo não tomar uma decisão ... chegou mesmo a afirmar que os deputados eleitos pelo distrito deveriam votar contra o Orçamento de Estado, e a população boicotar os próximos actos eleitorais ...”

.....No anexo 5 faz-se uma síntese dos principais momentos, acções e actividades promovidas na luta pela construção de adequadas acessibilidades na região, em que a Câmara Municipal e o seu Presidente estiveram activamente envolvidos.

.....5.8 - Relatório da Auditoria nº 4/2004, feita pelo Tribunal de Contas ao exercício de 2002..

.....Nos termos da alínea q) do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 -A / 2002 de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente deu conhecimento dos relatórios definitivos do processo, fazendo uma síntese das principais fases, desde a abertura até ao encerramento.....

.....1. A decisão do resultado da auditoria, processo n.º 13/03 com data de 4 de Março de 2004, foi remetido ao Procurador Geral Adjunto do Tribunal de Contas; Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente; divulgado aos órgãos da comunicação social e pela Internet e remetida à Câmara Municipal.

.....2. Através do ofício enviado pela Câmara Municipal, n.º 63 de 05.01.2004, ao Exmo. Director Geral do Tribunal de Contas, em processo de audição de responsáveis pela gestão, foram apresentados os esclarecimentos, alegações e comentários (contraditório), ao processo e decisão resultante da auditoria.

.....3. Citação do Exmo. Senhor Conselheiro Relator a 30 de Maio de 2006, da decisão do Ministério Público junto do Tribunal de Contas, no sentido de requerer o julgamento em processo de responsabilidade financeira aos membros do Executivo Municipal com prazo de 30 dias para contestação de aceitação de decisão ou pagamento voluntário dos montantes pedidos no requerimento inicial do Ministério Público, caso em que os autos seriam arquivados.

.....4. Pelos membros do Executivo foi decidido contestar a decisão, tendo a mesma sido feita pela Sociedade de Advogados encarregue do processo (Luís Filipe Chaveiro e Associados - consultor desta Câmara Municipal). Processo entregue no Tribunal de Contas a 11 de Julho de 2006.....

.....5. A 13 de Setembro de 2006, a Procuradoria da República, deu-nos conhecimento do despacho de arquivamento da matéria constante das fls. 130 a 133 do processo 13/03 (decisão do resultado da auditoria).....

.....6. Notificação do Tribunal de Contas, ao Dr. Luís Filipe Chaveiro a 10 de Janeiro de 2006, em que remete a sentença n.º 14/2006 (processo n.º 6 JRF-2006), proferida a 28 de Dezembro de 2006 com a seguinte decisão:.....

.....“Julgar totalmente improcedente o pedido formulado pelo Ministério Público, relativamente a todos os Demandados.” (membros do Executivo) ” (*lembro que eu representei voluntariamente todos os membros do Executivo no Julgamento*).

.....O Sr. Presidente, após apresentar a presente informação, solicitou que os documentos, referidos nos pontos nº 3 a 6, fossem enviados ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, conforme estabelecido na alínea q) do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 – A /2002 de 11 de Janeiro.

.....Formulou, ainda, o seguinte comentário: as declarações iniciais de reacção à decisão do resultado da auditoria, foi a de que a Câmara Municipal determinava que os serviços procedessem a correcções de nível técnico e administrativo em pontos correspondentes a evidentes recomendações tendo em vista a melhoria ou ajustamento de procedimentos; o de

aceitação de outras orientações do Tribunal de Contas, apesar de as considerarmos sem fundamento, razão pela qual foi apresentado o processo de contraditório e em fase posterior a contestação.

.....Actuamos face ao processo sempre com tranquilidade, apesar da agitação de alguns nossos concidadãos, que proferiram declarações e observações que tinham como principal objectivo denegrir, magoar e desmotivar a nossa acção à frente dos destinos do município, formulando de forma desajustada julgamentos e conclusões precipitadas.

.....Mantivemos a atitude activa de defesa, com a consciência tranquila de termos agido tendo por base princípios de legalidade e da prossecução de interesse público, da igualdade, da proporcionalidade e da imparcialidade, contribuindo com a nossa dedicação e verticalidade para a dignificação do poder local, e do reforço da democracia.

.....Aqueles que de forma ligeira ou com má fé atacaram e feriram “a dignidade” de membros do Executivo e funcionários, não conseguirão reparar essa injustiça. Resta-nos a satisfação do dever cumprido e de a auditoria nos ter motivado para decisões mais exigentes no âmbito da melhoria geral dos serviços, das quais têm beneficiado os munícipes, que sempre fazem justiça, premiando quem com dignidade faz bem em benefício do interesse público.....

.....*Lembro que na sequência da auditoria a nossa decisão foi a de envolver, sem excepção, todos os funcionários do Município numa acção de formação de cerca de ano e meio. Produzir manuais correspondentes a procedimentos. A Instituição já tem manuais, já tinha manuais, melhorar os procedimentos internamente, envolver todos no plano do rigor, da exigência e da produção de melhores resultados para os serviços. Entendo, como entendíamos na altura que a auditoria foi bastante positiva para o Município de Bragança.*

.....*Hoje o Município trabalha inquestionavelmente melhor, faz com mais rigor, faz com menos recursos e tenho a consciência que a auditoria não é alheia a esta orientação que nós tomamos. Foi de facto essa a nossa perspectiva. Seguir as recomendações que podiam conduzir à melhoria dos serviços prestados aos Munícipes, de contestar aquilo que em consciência nos parecia dever ser contestado. Assim o fizemos até à última instância com bons resultados.*

.....*Queria agora, terminada esta breve leitura sobre o Estado e Vida do Município, dar uma indicação relacionada com o trabalho que a Câmara Municipal fez no âmbito da preparação do QREN.*

.....*Já em anteriores Assembleias eu tinha referido que a Câmara participou de forma activa em vários fóruns relacionados com a preparação do Quadro Comunitário de Apoio. Formulamos as nossas propostas, de forma estruturada, admito que outras Câmaras o tenham feito melhor e outras nem sequer o tenham feito, se calhar bastantes.*

.....*Dividimos as nossas propostas num conjunto de eixos, um eixo 1 designado de estrutura biofísica e património cultural e energias renováveis. Listamos um conjunto de projectos que gostaríamos de ver incluídos.*

..... Sistema eixo 2, sistema urbano e de mobilidade, destacando que para nós, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, para a região, tudo é essencial, tudo é fundamental, agora há questões que são centrais para o desenvolvimento.

.....A construção da auto-estrada; a construção do IP2; construção do IC5; ligação à Puebla de Sanábria e construção de Veiguiñas; são questões decisivas, e essas requerem seguramente apoios comunitários.

.....Eu creio que o próximo Quadro Comunitário de Apoio, estas matérias, particularmente as primeiras são suficientemente evidentes, eu tenho fé, tenho, quase diria, a convicção de que esses trabalhos vão evoluir, e isso é aquilo que é fundamental. Lutamos, batemos sempre nessas matérias, sem descurar aquelas que dizem respeito naturalmente à intervenção directa do Município.

.....Tínhamos um sector 3 de infra-estruturas, redes de equipamentos; um sector 4 de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento rural; o 5.º eixo - Actividades Económicas e o 6.º - Segurança, ou seja, nós fizemos trabalho de casa no tempo adequado, no momento certo e no lugar certo, sendo que o QCA vai ser gerido com regras próprias, da forma mais centralizada que alguma vez aconteceu no País, e portanto com mais dificuldades seguramente, de acesso, por parte das regiões mais desfavorecidas.

.....**5.9- Outros assuntos** – outros assuntos aprovados: aquisição e locação de serviços de segurança e vigilância, para diversos edifícios municipais; escritura de compra e venda, entre a CMB e o NERBA, do lote 21, sito em S. Lourenço, Alto das Cantarias (instalações do NERBA), composto por R/C, 1º e 2º andar e logradouro, pelo valor de 249.398,95€ (50.000.000\$00), valor já pago pelo NERBA, aquando da celebração da escritura em 1991;

.....Relatório e apresentação de contas da Norça e Norpesca, V Feira Internacional do Norte, bem como a transferência de 32.187,59€; nomeação do Dr. Gilberto José Araújo Baptista, licenciado em Organização e Gestão de Empresas, como terceiro membro do Conselho de Administração do Mercado Municipal de Bragança, com a remuneração mensal de 250,00€.....

.....No dia 21 de Janeiro decorreu mais um encontro de Imigrantes promovido pela Câmara Municipal de Bragança, tendo participado cerca de 90 imigrantes das comunidades africana, de leste europeu, ingleses, espanhóis e chineses. O encontro envolveu um concerto, no Teatro Municipal de Bragança e jantar convívio no Mercado Municipal, onde as diferentes comunidades presentes puderam conviver e partilhar experiências.

.....Município de Bragança, 14 de Fevereiro de 2007

.....O Presidente da Câmara Municipal

.....António Jorge Nunes, Eng.º Civil

Anexo 1 – INSTALAÇÕES DA ZONA AGRARIA

.....Relativamente à reestruturação do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) e eventual saída dos Serviços da Zona Agrária de Bragança, o Sr. Presidente apresentou a seguinte reflexão e proposta de resolução:.....

.....“1 – Em 30 de Janeiro de 2006, a Câmara Municipal de Bragança colaborou activamente na elaboração de um documento, (do qual foram distribuídas cópias aos Srs. Vereadores), em conjunto com as restantes Câmaras Municipais do Distrito, referente à reestruturação do MADRP e conseqüente criação da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Nesse documento as 12 Câmaras do Distrito defenderam:.....

.....a) – Que a sede da DRAPN se localize em Mirandela, sede da actual da DRATM;

.....b) – Que os Serviços das actuais Zonas Agrárias, com sedes concelhias sejam reforçados com meios técnicos, garantindo maior proximidade e apoio aos agricultores, assegurando uma política de desenvolvimento rural, de combate à desertificação e revitalização económica.

.....2 – Ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal de Bragança tem vindo a insistir junto do MADRP/DRATM, na melhoria das instalações da Zona Agrária, bem como do Núcleo Florestal de forma a melhorar as condições de trabalho dos funcionários, tendo a Câmara Municipal procedido ao levantamento topográfico e desenho das construções sitas no Parque Florestal e entregue à DRATM para elaboração de Projecto de Obras.

.....3 – O Município de Bragança é um dos maiores do país, sendo a qualidade do território o seu principal activo em termos de desenvolvimento e, por isso, o incremento nas políticas de desenvolvimento rural é essencial na economia do Município.

.....4 – Dos concelhos que integram o actual agrupamento de Zonas Agrárias do Nordeste, o concelho de Bragança, além de ser o maior em área territorial, é o que detém um maior número de explorações agrícolas, maior superfície agrícola utilizada (SAU) mais população agrícola, o que demonstra a importância deste sector no contexto regional. Possui também o maior número de técnicos, instalações disponíveis e maior centralidade, pelo que se impõe a instalação em Bragança de uma Delegação da DRAPN.

.....5 – Os técnicos e outros colaboradores do MADRP colocados na Zona Agrária de Bragança aqui têm as suas vidas organizadas e a saída dos serviços desta cidade seria mais uma das muitas dificuldades a que Bragança tem sido submetida pelo isolamento, com prejuízo evidente para os agricultores e para os funcionários, o que conjugado com outras situações de redução de oportunidade de trabalho em outros serviços desconcentrados da Administração Central, levará a uma maior vulnerabilidade da cidade, situação de que o país não beneficia. ...

.....Pelo contrário impõe-se dotar Bragança de boas acessibilidades, equipamentos e serviços públicos de modo a atenuar o processo de continuada concentração de população e actividades económicas no litoral. O reforço de Bragança, como cidade de média dimensão no

Sistema Urbano Nacional, é uma estratégia necessária para ajudar a travar o processo de desertificação.

.....6 – Compete ao Governo Central, no exercício das suas funções de soberania, dar oportunidade às cidades fronteiriças, no caso presente, Bragança, não esquecendo esta parcela do território que é parte integrante do todo nacional.

Assim, a não criação de uma Delegação e a eventual retirada ou empobrecimento dos serviços da Zona Agrária de Bragança será considerada como medida negativa, não podendo a Câmara Municipal de Bragança, os cidadãos em geral e os agricultores do concelho em particular, estar de acordo, se tal situação vier a ocorrer.

.....7 – Face ao exposto propõe-se que a presente resolução, no sentido de considerar como essencial para o Município a manutenção e reforço dos Serviços de Agricultura no Município de Bragança, seja enviada a Sua Excelência o Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com conhecimento ao Sr. Governador Civil, Sr. Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Presidente da Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Comunicação Social.”

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por todos os membros do Executivo, aprovar a presente proposta de resolução.

Anexo 2 – Alteração organizacional e territorial das Regiões de Turismo

.....Proposta apresentada pela Câmara Municipal na Reunião da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, realizada no dia 29 de Novembro de 2006.

.....“Face às perspectivas de alteração na organização das Regiões de Turismo, no País, o Município de Bragança enquanto membro da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, propõe que a Agência a criar integre os territórios das NUT III Alto Trás-os-Montes e Douro, por se considerar ser esta uma região com identidade histórica e cultura próprias, com características a nível da valorização turística únicas, além de possuir dimensão territorial bastante para uma promoção e valorização viável, a nível turístico.

.....Neste contexto a designação de Agência terá que obrigatoriamente integrar o nome de Trás-os-Montes / Douro.

.....Na eventualidade da constituição de uma Agência de Turismo para além ou muito além desta área territorial e sobretudo que não comporte a designação Trás-os-Montes, o Município de Bragança considera ser lesiva para os interesses da região, pelo que não pode aceitar nem tão pouco participar na Assembleia dessa Agência de Turismo.

.....Tendo presente esta proposta a Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, procedeu à seguinte deliberação:.....

.....Deliberação unânime da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, produzida em reunião de 29 de Novembro 2006, asseverando posição crítica firme e concorde em relação ao projecto de lei apresentado pelo governo, no que se refere à alteração organizacional e territorial das Regiões de Turismo.

.....O representante da Câmara Municipal de Bragança na Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, secundado por todos os Municípios, bem como de todas as instituições que integram a mesma Comissão, repudiou com veemência o desaparecimento da designação TRÁS-OS-MONTES face às perspectivas de alteração na actual organização das Regiões de Turismo. Foi ainda sublinhado que esta é uma região com uma identidade bem definida, decantada e afirmada dos pontos de vista natural, histórico, cultural e portanto turístico, e não pode agora, de forma alguma, desaparecer dos mapas de ordenamento turístico, sob pena de uma perda fatal. Propôs-se a designação TRAS-OS-MONTES E DOURO ou, em último caso DOURO E TRAS-OS-MONTES, que a elas sós elegem metade das marcas promocionais da região Norte, Nut II. Este ponto é inegociável e caso não seja tido na devida linha de conta, todos os municípios da Região de Turismo do Nordeste Transmontano, se prontificam para abandonar o processo negocial, não ficando disponíveis para integrar posteriormente qualquer Assembleia de novas Regiões que venham a ser constituídas.

.....Relativamente à questão de âmbito territorial, explanou-se a convicção profunda que as regiões Nuts III do Alto- Trás-os-Montes e do Douro, constituem a elas sós, massa crítica bastante do ponto de vista da escala económica e das afinidades identitárias, para fundar uma nova Região de Turismo viável, que leve a bom termo a sua plena afirmação, valorização e promoção turística. Sugere-se ainda que os municípios da Nut III Tâmega, se possam pulverizar pelas três novas regiões emergentes contíguas, Minho, Porto ou Trás-os-Montes e Douro, conforme vontade e afinidades de cada um dos municípios”.....

.....Deliberado, por unanimidade, ratificar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara na Reunião da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano.

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, que a presente deliberação, seja enviada ao Senhor Secretário de Estado de Turismo, e dela seja dado conhecimento ao Senhor Governador Civil; ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal; aos Senhores Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança; à Associação Nacional de Municípios Portugueses e às Regiões de Turismo do Alto Tâmega, Marão, Douro Sul e Nordeste Transmontano.”.....

Anexo 3 – Reorganização do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) -

.....1 - Apreciação geral face à reorganização do ICN -O conhecimento das intenções relativas à proposta orgânica de reestruturação dos actuais serviços do ICN, da qual se depreende vir a ocorrer uma ainda maior concentração de competências em Lisboa e consequente afectação de recursos humanos, estando previsto que nos serviços centrais figure a Direcção e seis Departamentos (gestão e ecossistemas; ordenamento e visitação; desenvolvimento de projectos; planeamento gestão e informação; finanças e administrativo e marketing) contra cinco departamentos regionais, no resto do país com funções muito reduzidas. A forte concentração em Lisboa, representa grande redução de recursos humanos e de autonomia das actuais estruturas de Direcção dos Parques, e por isso das estruturas Regionais que as vão substituir.

.....Quanto à participação dos municípios, está proposta a quase exclusão, relegando a sua participação para os designados Conselhos Estratégicos (C.E.) de apoio às estruturas regionais, que não tem qualquer poder, com a agravante das competências do C.E., se limitarem à comunicação e relação com o público, o que, se assim for, é absolutamente ridículo e contrário à conjugação de esforços entre instituições com responsabilidades em territórios sensíveis.....

.....A organização das áreas protegidas, por associação temática, parece um erro, pela dispersão. As estruturas tendo a designação de regionais, são concebidas numa lógica que pode abranger o território nacional, orientação contrária à reorganização em curso no âmbito da Administração Pública e da possível criação de Regiões Administrativas.....

.....O Agrupamento de áreas deveria ocorrer por regiões (por NUT III, podendo ocorrer agrupamento de NUT III, quando a reduzida dimensão dos parques o justifiquem), garantindo coerência de organização política, técnica e administrativa, podendo servir melhor objectivos de proximidade de gestão e envolvimento das populações em objectivos de conservação.....

.....Quanto à participação dos municípios, impõe-se, que os mesmos tenham através dos seus representantes, participação efectiva com capacidade de voto na Direcção Central e nos Departamentos Regionais. A conservação não pode ser feita só a partir de uma estrutura centralizada, colocando à margem as populações e seus representantes políticos.....

.....Nos últimos 30 anos de poder local democrático, este ganhou maturidade, na organização, nas políticas e na confiança pelos cidadãos, pelo que o reforço da acção dos municípios nesta área da conservação da natureza, só pode trazer bons resultados ao país.....

.....Quanto à localização das estruturas regionais de direcção (cinco), todas elas deveriam estar localizadas preferencialmente no interior do país e nas áreas mais emblemáticas, como seja a área do Parque Natural de Montesinho, onde a biodiversidade tem expressão e dimensão.

.....É mais do que justo, que no processo de reorganização do ICN, a coesão do território seja pensada, que o desenvolvimento rural seja visto como uma vertente estratégica e complemento essencial da preservação da biodiversidade, em particular em parques como

Parque Natural de Montesinho (com 75 aldeias), e que a lógica da competitividade não conduza tudo para Lisboa, Porto e outras cidades do Litoral como Braga, colocando parte do território fronteiriço mais isolado, em situação de inviabilidade.....

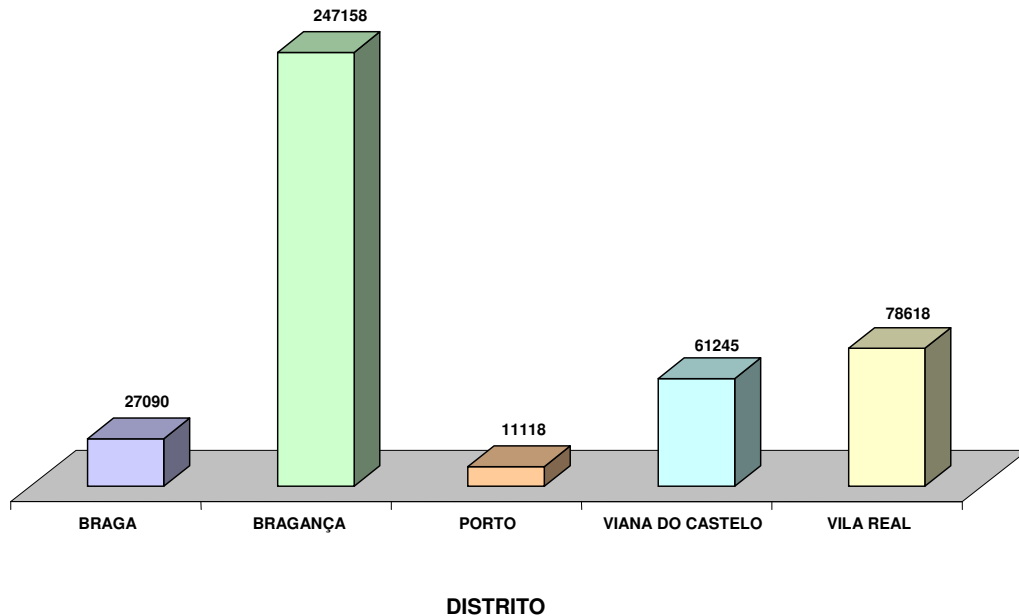
.....2 – A importância Ambiental do Distrito de Bragança no contexto Nacional e Europeu.....

.....Os cinco distritos da região Norte de Portugal possuem 26,56% da sua área total como área classificada, sendo que 15,40% está localizado no distrito de Bragança, ou seja, o distrito de Bragança tem 60% da sua área total como área classificada, sendo o distrito com mais área classificada do Norte do País, representando 58% de toda a área classificada do Norte de Portugal.

Distrito	Área do Distrito (ha)	Área Classificada (ha)	% do Total	% do Distrito
Braga	295 061	27 909	6.6	9.5
Bragança	416 535	247 158	58.0	59.3
Porto	284 831	11 118	2.6	3.9
Viana do Castelo	237 369	61 245	14.4	25.8
Vila Real	370 507	78 618	18.5	21.2
Total	1 604 303	426 048	100	-

.....Considerando a NUT III – Trás-os-Montes verifica-se que aqui se localiza 76% da área classificada do Norte de Portugal, ou seja, esta parcela do território impõe-se como uma mais valia em termos do património ambiental e paisagista.

ÁREA PROTEGIDA E/OU CLASSIFICADA POR DISTRITO (ha)



.....O Distrito de Bragança impõe-se esmagadoramente em termos ambientais no Norte de Portugal, na quantidade e particularmente na qualidade do património natural (biodiversidade rara no contexto Nacional, Ibérico e Europeu). No Distrito de Bragança concentram-se valores ambientais dos mais relevantes e a maior parte das áreas classificadas de toda a região Norte de Portugal.

.....3 – A importância para Bragança do processo de reestruturação do ICN

.....Bragança com os seus 85Km de fronteira com o país vizinho, só pode, face à sua forte identidade, ao papel histórico desempenhado desde os alvares da nacionalidade, ser tratada pelo País com respeito e apoio, esta que é uma das 10 mais antigas cidades do País.

.....No contexto Ibérico, deve ser vista, mais uma vez, como uma oportunidade para o País, reforçando o seu papel como cidade fronteiriça e como cidade do sistema urbano de média dimensão, necessário em termos de ancoragem do território envolvente.

.....A reorganização do ICN deverá ser uma oportunidade para preservar e valorizar este território fronteiriço, quer pela sua qualidade ambiental, quer pela sua centralidade no contexto Ibérico, olhando o espaço de fronteira como espaço de interface e de oportunidade, conferindo-lhe coesão, fazendo sentir junto das populações raianas, que a construção da União Europeia e do Mercado Ibérico revertem em maiores benefícios também para estas.

.....Aproveitar a oportunidade para congregar vontades e competências, entre a Administração Central e Local, dar oportunidade a uma cidade fronteiriça (capital de distrito mais afastada de Lisboa, mais próxima de Valladolid e de Madrid), por razões geopolíticas e de identidade nacional.

A Bragança teve, já em tempos recentes, a esperança de deslocalização da estrutura central do ICN para Bragança. Agora que vai ocorrer uma reorganização deste organismo público, é o momento ideal, se vontade política existir, no sentido da descentralização deste serviço público, assim face ao atrás exposto, apresento para aprovação a seguinte proposta:

.....d) Considerar que a reorganização do ICN deverá fazer-se numa perspectiva que garanta a participação dos municípios com capacidade de voto, tanto na estrutura da Direcção Central, como nas estruturas regionais. Os municípios são parceiros necessários, ganhando a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade, a democracia e a cidadania.

.....e) Que no âmbito da reorganização, o agrupamento das áreas protegidas ocorra na escala regional por NUT III, podendo ocorrer agrupamento de NUT III, quando a reduzida dimensão dos parques o justifiquem.....

.....f) Que os Serviços Centrais sejam instalados em Bragança (aproveitando a reorganização da Administração Pública como oportunidade para descentralizar e fortalecer as cidades capitais de distrito).

.....g) Que a presente proposta seja enviada a Sua Excelência o Primeiro-ministro e dela seja dado conhecimento ao Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território; ao Presidente da ANMP, Deputados pelo Distrito à Assembleia da República, Governador Civil e Presidente da Assembleia Municipal de Bragança.....

ANEXO N:º 4 - Escola Nacional de Bombeiros – Pólo de Bragança

.....Pelo Sr. Presidente foi dado conhecimento do ofício n.º 103, datado de 15 de Janeiro de 2007, proveniente do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, relativamente ao assunto em epígrafe, tendo sido distribuído pelos Srs. Vereadores, documentação alusiva a este processo.

.....De seguida, o Sr. Presidente fez uma abordagem síntese desde a instalação do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, que a seguir se transcreve:.....

.....“Foi tomada a decisão, no ano de 1998, de instalar o Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, processo no qual a Câmara Municipal colaborou

financeiramente, tendo o Governo, no momento, assumido politicamente a decisão de proceder à instalação definitiva, construindo edifício adequado para o efeito. Nesse mesmo ano, foi escolhida uma parcela de terreno na Quinta da Braguinha, propriedade do Estado, iniciada a elaboração do projecto por parte do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Administração Interna e inscritas verbas no PIDDAC do ano de 1999.

.....A Câmara Municipal veio a colaborar e a insistir com o Governo para que a construção se efectuasse, destacando o ofício enviado ao Governo em Agosto de 2002, ao qual se anexou um memorando, no qual se referia:

.....a) o processo de regularização jurídico, relativo ao terreno para construção, entre o IEFP e o SNB se tinha concretizado;

.....b) os passos dados na elaboração do projecto e a colaboração da Câmara Municipal, na elaboração do levantamento topográfico;

.....c) o apoio da Comunidade de Trabalho Bragança - Zamora na candidatura apresentada ao INTERREG para construção do campo de treino em Vimioso e 4 parques de bombeiros, acções que complementam a escola de Bragança.

.....O processo foi-se arrastando, tendo, entretanto, decorridas algumas reuniões e visitas a espaços possíveis para a instalação da escola (Quinta da Trajinha/IEFP e NERBA) com o Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses e com membros do Governo.

.....Não se compreende que argumentos poderão conduzir a uma decisão de retirar a Escola de Bragança, quando aquilo que se impõe é dotá-la de condições para instalação definitiva, visto não estar em causa uma escolha de localização.....

.....Com o actual Governo Constitucional, em Junho de 2005, aquando da deslocação do Senhor Secretário de Estado do MAI, voltámos a insistir na necessidade de dar continuidade ao processo para instalação definitiva da escola, tendo o Senhor Secretário de Estado manifestado a vontade de manter a decisão tomada em 1998 e a Câmara Municipal reiterado a sua disponibilidade de colaboração.

.....Perante notícias de órgão de comunicação social locais sobre a eventual retirada do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros e que estariam a decorrer negociações com outros Municípios da Região, a Câmara Municipal oficiou, em 11 de Setembro de 2006, à Secretaria de Estado apresentando soluções para a instalação definitiva e para melhoria de funcionamento da Escola na fase de transição (tal como o tinha feito anteriormente), assumindo encargos financeiros com a solução apresentada, solicitando uma Reunião ao Senhor Secretário de Estado para discussão da proposta apresentada. Nesta comunicação, a Câmara Municipal informou de que é nosso entendimento que o Centro de Formação deva ser definitivamente instalado em Bragança, onde foi criado, considerando não ser possível por razões de ética e princípios da política democrática entrar em qualquer disputa com outros municípios, não o faríamos por iniciativa própria ou por iniciativa de terceiros. Perante uma iniciativa de instalação de um novo serviço poderíamos legitimamente entrar em

concorrência com outros Municípios perante um quadro de regras bem definidas por parte do Governo, o que não se aplica ao caso presente por se tratar de um serviço já instalado em Bragança. Uma situação de disputa indevida entre Municípios só poderia ser geradora de divisões entre instituições e de conflitualidade entre os cidadãos, situação que nenhum titular de um órgão de soberania pode estimular.....

.....A 10 de Outubro de 2006, o Senhor Secretário de Estado informou, em comunicação feita à Câmara Municipal, não ter o Ministério da Administração Interna, nos próximos anos, recursos financeiros suficientes para a construção de um novo edifício ou arrendamento de imóvel, solicitando o empenho da Câmara Municipal, no sentido de ser encontrada solução que melhore as condições de funcionamento da Escola Nacional de Bombeiros – Pólo de Bragança.

.....A 18 de Outubro de 2006, face às dificuldades expostas pelo Senhor Secretário de Estado e o seu apelo à Câmara Municipal, esta reagiu oferecendo instalações novas, com maior dimensão e qualidade que as actuais e disponibilidade imediata, tendo, também, assumido uma solução para a instalação definitiva da Escola, com dignidade e condições para os formandos e formadores, arcando a Câmara Municipal com os encargos financeiros da construção, desde que assegurado apoio comunitário para a mesma, libertando, assim, o Governo de encargos financeiros, tendo sido solicitada uma sessão de trabalho em Bragança para avaliação das soluções apresentadas.

.....A 12 de Janeiro de 2007, perante o silêncio da Secretaria de Estado, a Câmara Municipal, insistiu para que as soluções agora apresentadas fossem analisadas. A Câmara Municipal numa questão de boa fé considerou que a avaliação não teria sido feita por falta de oportunidade. Considerou, também, como exigência mínima de correcção institucional que a análise deveria ter sido feita sem o que estaria necessariamente em causa a linearidade do processo, a confiança e respeito mútuos, a que os órgãos da Administração Pública se obrigam e que por parte do Município de Bragança nunca foi cobrado.

.....A 15 de Janeiro de 2007, a Câmara Municipal recebeu um ofício da Secretaria de Estado, referindo que:.....

.....“Desde o início de funções do actual Governo a Câmara Municipal de Bragança apresentou duas propostas que eram acompanhadas de ónus e obrigações futuras que o MAI não pode nem deve aceitar”, informando, ainda, ter sido decidido iniciar um processo que visa o encontro de uma solução adequada para a instalação da mesma escola no distrito de Bragança, dando sequência ao compromisso do Governo de manter e reforçar no Nordeste Transmontano esta instituição.

.....Face ao ofício do Senhor Secretário de Estado e não tendo sido previamente analisadas e connosco discutidas as soluções apresentadas, entendemos que uma de duas coisas poderá ter acontecido:.....

.....a) Que as nossas soluções de adequada instalação imediata e de instalações definitivas a construir não terão sido analisadas, visto não ter a comunicação do Senhor Secretário de Estado apontado qualquer insuficiência técnica às soluções apresentadas;.....

.....b) Que a decisão política de retirar o Centro de Formação de Bragança tenha sido tomada em momento anterior, sem ter em conta as soluções apresentadas pela Câmara Municipal, quebrando compromissos reiteradamente assumidos, o que a ter acontecido representaria uma verdadeira afronta ao povo Bragançano, situação que não queremos acreditar, por considerá-la imprópria entre instituições da Administração Pública.”

.....Depois de amplamente discutido, foi deliberado, por unanimidade, o seguinte:

.....1- Oficiar, com carácter de urgência, ao Senhor Secretário de Estado do MAI, no sentido de reponderar a decisão face aos argumentos da presente reflexão da autarquia e das soluções apresentadas.

.....2- Dado tratar-se de um assunto de relevante interesse para o Município, solicitar à Assembleia Municipal uma tomada de posição de apoio à permanência do Centro de Formação de Bragança, local onde foi criado, se até à data da realização da Assembleia Municipal não tiver ocorrido, sobre esta matéria, decisão favorável por parte do Governo quanto à instalação definitiva do Centro de Formação em Bragança.....

.....3- Tendo em conta que o Senhor Governador Civil do Distrito de Bragança acompanha este processo desde a sua nomeação, dar-lhe conhecimento da presente tomada de posição e preocupação, à semelhança de procedimentos anteriores.

Anexo 5 - A4 – IP4 Vila Real – Bragança (Quintanilha)

.....– Assunto tratado em reunião de Câmara - o Senhor Presidente da Câmara municipal, informou ter sido recebida comunicação da EP – Estradas de Portugal, ofício de 14 de Dez. de 2006, que remete para a Câmara o traçado das soluções que irão ser submetidas a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) até ao final de 2006, e em que informa terem sido considerados os comentários propostos pela Câmara Municipal a coberto dos ofícios n.º 8913 e 04122 de 2006.10.13 e 2006.10.27.

.....Lembro que as nossas principais preocupações se referiam à manutenção de um número de nós igual ao existente, acrescido de um novo nó no acesso à cidade e que garantisse uma nova entrada, e de outro na zona de Mós, para servir a zona industrial em desenvolvimento entre as aldeias de Mós e Sortes e uma melhor ligação à parte Sul/Nascente do concelho; a construção de uma estação de serviço entre os nós de Rossas e o de Rio Frio. Quanto ao traçado mais próximo da cidade, está garantido um adequado equilíbrio, entre o que são os interesses de crescimento e a necessária proximidade.

.....Aproveitou para salientar ser oportuno destacar que a última década ficou marcada por promessas e desilusões relativamente à concretização e evolução do Plano Rodoviário Nacional no distrito. O país está infra estruturado, o litoral do dispõe até de auto-estradas em paralelo, muito próximas, uma com portagem, outra sem portagem.

.....Só o distrito de Bragança não conheceu a revolução do asfalto, apesar de em Bragança, O Primeiro-ministro, Eng.º António Guterres, ter prometido “por Bragança no mapa”; o Primeiro-ministro Dr. Durão Barroso ter considerado o IP4 como um “ remédio fora de prazo” que, em vez de curar, pode matar; o Ministro das Obras Públicas Prof. Valente de Oliveira ter garantido em 2002 à AMTAD (Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro), que a auto-estrada ligaria a Quintanilha no ano de 2010.

.....As perspectivas de construção da auto-estrada no distrito pareciam longínquas, já que no início do ano de 2004, o Secretário das Obras Públicas afirmava, que a decisão de inclusão do troço da A4 entre Bragança e Quintanilha no Plano Rodoviário Nacional estava dependente da avaliação do tráfego, enquanto que a nossa reivindicação sempre se apoiou em princípios de estratégia de desenvolvimento e de coesão territorial, e por isso tratar-se em primeiro grau de uma decisão política.

.....Não é assim de estranhar que as posições tenham “endurecido”, salientando um estrato de uma das muitas notícias que foram publicadas nos últimos anos sobre as acessibilidades em Trás-os-Montes e Alto Douro. Jornal Informativo de 4 de Out. de 2004. “ Jorge Nunes que já começava a desesperar devido ao facto de o Governo não tomar uma decisão ... chegou mesmo a afirmar que os deputados eleitos pelo distrito deveriam votar contra o Orçamento de Estado, e a população boicotar os próximos actos eleitorais ...”

.....Aproveitou para fazer uma síntese dos principais momentos, acções e actividades promovidas na luta pela construção de adequadas acessibilidades na região, em que a Câmara Municipal e o seu Presidente estiveram activamente envolvidos, transcrevendo-se partes das acções ou intervenções do presidente da Câmara Municipal, centradas no eixo rodoviário fundamental de ligação entre o Norte de Portugal e o Norte e Centro da Europa, pela fronteira de Irun, o corredor do IP4/A4.

.....- Discurso de tomada de posse a 6 de Janeiro de 1998 ... “ em nada nos favorece a actual política configurada no plano rodoviário, de marginalização relativamente ao eixo Lamego-Vila Real-Chaves, nem sequer o facto de Bragança poder vir a ser a única capital de distrito que fica de fora do mapa das auto-estradas ... Bragança que durante séculos deu muito de si ao país ... tem de ser olhada com mais carinho e vontade política”.

.....- Deliberação da Câmara Municipal em reunião de 22 de Junho de 1998, em que foi aprovada moção enviada ao Primeiro-ministro, na qual se solicitou que a construção da ponte

de Quintanilha e acessos fossem construídos com perfil de auto-estrada, por a prazo ser inevitável a duplicação do IP4, tal como estava já a acontecer com outros IPs.

.....- Intervenção a 26 de Junho de 1998, sob o tema desenvolvimento regional ... “ é essencial reivindicar a duplicação do IP4, começando por executar desde já a travessia em Quintanilha com perfil de auto-estrada, já que esta via representa o principal corredor de ligação do Norte de Portugal ao Centro e Norte da Europa.”

.....- Visita a Bragança a 9 de Novembro de 1998, do Ministro da Economia ... “ o novo plano Rodoviário ao excluir o distrito de Bragança do mapa de auto-estradas, deixa-nos cada vez mais fragilizados ... é no campo das acessibilidades que se resolve definitivamente o desencravamento das áreas económicas mais desfavorecidas ...o troço do IP4, Bragança-Quintanilha, avança muito lentamente, com a agravante de nas duas pontes em construção, não ter sido considerado o alargamento do tabuleiro para perfil de auto-estrada ... garantindo assim, que num futuro próximo a via pudesse vir a ser duplicada.”

.....- Cerimónia em Bragança a 4 de Fevereiro de 1999 por parte da Comissão executiva do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular ...” o espaço de fronteira Hispano-Português, no distrito de Bragança, tem vindo a ser considerado como espaço fronteiriço subdesenvolvido, especialmente impermeável em termos de vias de comunicação... “

- Visita a Bragança a 4 de Julho de 1999, de Sua excelência o Primeiro-ministro ... “ o distrito de Bragança é na Península Ibérica dos espaços mais encravados, revelando preocupantes estrangulamentos de articulação interna e de acessibilidades externas. A conclusão do IP4, a sua duplicação ...”

.....- Visita a Bragança a 22 de Outubro de 1999, de Sua Excelência o Presidente da Republica ... “ somos optimistas, temos vontade de vencer, pretendemos transformar uma periferia numa centralidade ... para tanto bastará que a Administração Central acelere a construção das acessibilidades no distrito, conferindo a algumas, já, o perfil de auto-estrada ... Bragança-Puebla de Sanábria e ligação a Quintanilha.”

.....- Assinatura do Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Norte de Portugal / Castela e Leão, em Bragança a 19 de Janeiro de 2000 ... “ exigimos que durante o III QCA, o IP4 seja duplicado até Quintanilha ... não compreendemos que o traçado e perfil da EN 122 Zamora/Quintanilha não seja rapidamente transformado em Autovia ...”

.....- Fórum sobre desenvolvimento local nos municípios de fronteira, realizado a 21/22 de Março de 2000, em Bragança pela Fundação Rei Afonso Henriques ... “ o distrito de Bragança é o único do país que não terá um único Km de auto-estrada. Não me posso conformar com esta situação pelo que tem de ser exigida a construção dos acessos e ponte internacional de Quintanilha como o primeiro troço de auto-estrada no distrito.”

.....- Visita a Bragança a 19 de Agosto de 2000, de Sua Excelência o Primeiro-ministro ...” o IP4 tem de ser encarado como canal rodoviário natural e estruturante da região, ligando o Norte de Portugal ao Centro e Norte da Europa, não podendo ser secundarizado face à Autovia A52 ...”

.....- Discurso de tomada de posse a 7 de Janeiro de 2002 ...” temos pois, apesar de uma fraca representatividade política, que encontrar os meios para que democraticamente as nossas reivindicações adquiram eficácia e que se concretize uma política diferente que garanta ... a transformação do IP4 em auto-estrada a executar em regime de SCUT ...”

.....- Audiência a 5 de Junho de 2002 com o senhor Ministro das Obras Públicas, em representação de Sua Excelência o Primeiro-ministro, em que estive presente, na qualidade de presidente da Assembleia Geral da Associação de Utilizadores do IP e em que foi entregue uma petição pela construção da A4/ baixo assinado com alguns milhares de assinaturas.

.....- Ofício 4840 de 1 de Julho de 2002, através do qual se enviou a Sua Excelência o Primeiro-ministro, um documento sobre acessibilidades no distrito de Bragança, subscrito por treze presidentes de Câmara Municipal (12 Câmaras do distrito de Bragança e Câmara de Vila Nova de Foz Côa), documento igualmente entregue ao Ministro das obras Públicas em 28/06/2002, que acerca da construção da A4 referia ...” troço Vila Real / Quintanilha, com programação imediata da continuação da A4, em regime de SCUT...”

.....- Conclusões do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro realizado em Bragança a 26/27 /28 de Setembro de 2002 ...” é essencial à coesão regional a resolução do problema das acessibilidades, tanto inter como intra-regionais, pressuposto essencial do desenvolvimento da região. O país tem sofrido, nos últimos anos, uma “ revolução do asfalto” de que a região ainda pouco beneficiou. Exige-se do governo a concretização, até ao final do QCA III, dos eixos viários IP3, IC5, IC26, IC34 e IP2 com ligação à Puebla de Sanábria. A par destas vias é urgente dar início à construção da auto-estrada Amarante Quintanilha”.

.....- Reunião da Assembleia Intermunicipal da AMTAD (Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro) em Murça, a 18 de Outubro de 2002, com sua Excelência o Ministro

das Obras Públicas sob o tema das acessibilidades, em que foi discutido e entregue documento reivindicativo com as prioridades de investimento em estradas aprovado em Assembleia Intermunicipal realizada a 26/01/2001 no qual se exigia no que à A4 diz respeito...”construção da A4 de Amarante à fronteira de Quintanilha, a lançar em regime de circulação sem cobrança para o utilizador ...”.

.....- Por Decreto-Lei n.º 306/2002 de 13 de Dezembro, o Governo de Durão Barroso, cria a concessão designada por “IP4 – Amarante –Vila Real” - para concepção, construção, financiamento, exploração e manutenção, com cobrança de portagem aos utentes.....

.....- Visita a Bragança a 24/25 de Março de 2003, da Comissão de Obras Públicas Transportes e comunicações da Assembleia da República ...” o tráfego internacional de mercadorias com origem/destino no Norte de Portugal, ocorre em 56% por rodovia. Bragança estará cada vez mais na rota de passagem desse tráfego ... exige-se a calendarização da construção da A4 até Quintanilha”.

.....- Visita a Bragança a 15 de Setembro de 2003, de Sua Excelência o Primeiro-ministro ... “desencravar o distrito de Bragança, combater o despovoamento, exige acelerar o processo de desenvolvimento económico, mais vontade política, mais investimento público ... a construção de vias estruturantes do território, IP2, IC5 e A4 até Quintanilha “.

.....- Visita a Bragança a 31 de Janeiro de 2004, de Sua Excelência o Primeiro-ministro ...” a segunda reflexão, tem a ver com a solidariedade nacional que sempre deveria funcionar em dois sentidos, ... mas nas últimas décadas, não foi assim com o Nordeste Transmontano, em particular com o distrito de Bragança, ainda arredado de muitos benefícios, como por exemplo a rede de auto-estradas “.

.....- Visita a Bragança a 10 de Junho de 2004, de Sua Excelência o Presidente da República e Primeiro-ministro ... “ são conhecidos os baixos níveis de desenvolvimento social e económico a par do declínio demográfico de Trás-os-Montes. O distrito de Bragança é, na Península Ibérica, o espaço mais encravado, com graves problemas de acessibilidades internas e de ligação às redes estruturantes ... Bragança continua a ser o único distrito do continente sem um único Km de auto-estrada”.

.....- Primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, anunciou no final da reunião de conselho de ministros, realizada em Coimbra, a 30 de Setembro de 2004, a inclusão no Plano Rodoviário Nacional, da ligação por auto-estrada entre Vila Real e Bragança, com a indicação de que o

mais tardar em 2006 seria iniciada a construção, reiterando que as populações do interior são “gente da mesma pátria, cidadãos do mesmo Portugal”.

.....- Jornal público de 1 de Out. de 2004 - ... “a decisão do governo de avançar com a auto-estrada até Bragança foi recebida com regozijo na cidade. O presidente da Câmara, Jorge Nunes, que recentemente tinha ameaçado o Governo com um boicote eleitoral se as promessas não fossem cumpridas, mostra-se agora bastante satisfeito, considerando que se trata de uma “decisão histórica”.

.....- Reunião do Conselho de Ministros, em Bragança a 11 de Novembro de 2004, dia em que foi publicado em Diário da Republica o concurso para o estudo prévio de construção da auto-estrada Vila Real - Bragança, e o Ministro das Obras Públicas António Mexia, se referiu ao IP4/A4 como uma via de importância estratégica e promete revolução nas acessibilidades no distrito de Bragança, propondo-se investir 800 milhões de euros, garantindo a conclusão da A4, IP2 e IC5 em cinco anos, ou seja até 2010.

.....- Discurso de tomada de posse a 26 de Outubro de 2005 ...” compete-nos exigir de forma mais enérgica junto do governo, vontade e políticas efectivas de eliminação das barreiras físicas ...”

.....- Auto-estrada do corredor da E82 Porto-Bragança-Zamora-Tordesilhas – pela Câmara Municipal de Bragança e Diputación de Zamora, foi preparada uma declaração institucional, enviada a 9 de Dezembro de 2005 através da Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora a suas Excelências o Primeiro-ministro de Portugal e o de Espanha, subscrita por quarenta e sete das principais instituições desde o Porto a Valladolid, envolvendo Câmaras Municipais, Ayuntamientos Instituições de Ensino Superior e principais Associações Empresariais, em que se exigia que o troço de IP4 entre Bragança e Quintanilha, fosse incluído no processo de estudo prévio da A4 em execução para o troço Vila – Real Bragança (este troço não tinha sido integrado nas decisões de construção da A4), e que o troço da N 122 entre Zamora e Quintanilha, só seria aceite com perfil de Autovia.

.....- A reivindicação por parte do Governo português foi compreendida e aceite, tendo através de ofício n.º 760 de 22 de Fevereiro de 2006, sido comunicado ter o troço entre Bragança e a ponte de Quintanilha, sido considerado em perfil de auto-estrada, dando maior uniformidade e homogeneidade ao itinerário classificado na Rede Rodoviária Transeuropeia como E82.

.....- Assembleia Geral do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, reunida em Santiago de Compostela no dia 31 de Janeiro de 2006, na qual foi aprovada uma posição política a transmitir aos Primeiros Ministros de Portugal e Espanha, da qual se destaca: ...” Considerando que as principais infra-estruturas rodoviárias previstas para o Nordeste Transmontano, no Plano Rodoviário Nacional de Portugal, se encontram ainda por concretizar, no âmbito do seguimento do Mapa de Infraestruturas do Eixo Atlântico, considera-se urgente, tanto o início da construção da Auto-estrada Transmontana A4, que irá unir o Porto, Vila Real, Bragança e Zamora, como a construção do troço do IP2, entre Bragança e Puebla de Sanábria”.

.....- Visita de Sua Excelência o Primeiro-ministro a Bragança, a 28 de Abril de 2006, para, em sessão no Teatro Municipal, apresentar o Plano de Acessibilidades a Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo deixado o compromisso de, até ao ano de 2012, serem construídas a A4 entre Amarante e Quintanilha, o IP2 entre Vale Benfeito e Celorico e o IC5 entre Murça e Miranda do Douro, tendo assumido que a A4 entre Vila Real e Quintanilha não teria portagens.

.....- Por Decreto-Lei n.º 99/2006 de 6 de Junho, é criada a concessão a designar por concessão transmontana, para concepção, construção, financiamento, exploração e manutenção, sem cobrança de portagem aos utentes: A4-IP4 – Vila Real-Bragança (Quintanilha).

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Vamos abrir inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a intervenção do Senhor Presidente.

.....O Primeiro que vi foi o do Senhor Membro da Assembleia Luís Pires, Amílcar, Lídio.

.....Luís Pires, faça o favor, tem a palavra..

.....**Luís Pires** – Mais uma vez bom dia. Vou ser muito breve, quase de uma forma telegráfica. Senhor Presidente já lhe trouxe aqui em algumas vezes a questão da Flor da Ponte, chove um bocadinho aquilo continua a parecer um lago, portanto gostava que nos elucidasse sobre as medidas que estão a ser tomadas para corrigir essa situação.

.....Sinalização vertical relativamente ao trânsito – continua, em muitas situações, incoerente, desajustada, e em algumas situações mesmo, implantada de forma ilegal, a questão é se existe essa consciência por parte da Câmara, se se vai corrigir.

.....Gostaria de uma forma mais detalhada saber o que é que se passa com a habitação a custos controlados, portanto, qual foi o nível de adesão, uma caracterização das pessoas que aderiram a esse tipo de habitação.

.....Jardins de Bragança - falou aqui realmente que pretende intervir no sentido de os tornar de referência, é um chavão que começa a ser também recorrente, tornar os jardins de referência, o que de facto se passa é que ao longo dos anos eles mantêm-se iguais.

..... As árvores estão secas, aqueles arbustos que eu não sei classificar, continuam secos, o que é que se passa, não temos pessoas qualificadas para o fazer, há algum problema com o terreno, algum problema de desadequação das plantas com o clima? Portanto, não sei, gostava de algum esclarecimento também.....

.....Senhor Presidente, a obra do Parque de Estacionamento da Praça Camões, não sei se o termo correcto é “recepcionada” pela Câmara ou não, que me elucidasse acerca disso.

.....Relativamente aos parques tenho uma dúvida também. Eu andei à procura na Internet, nas actas, e sinceramente não consegui esclarecer-me sobre uma situação. Nós tínhamos aprovado aqui, creio que na altura por uma moção da CDU, que os parques tivessem a primeira hora gratuita, e eu não sei se essa moção diria que era por um ano, e ao fim desse ano que se voltaria àquilo que estava antes, não sei se foi com base nesta hipótese que a Câmara alterou depois a taxação, digamos assim, dos parques. É porque se não foi acho que deveria ter vindo aqui à Assembleia essa aprovação.

.....Gostaria também que me esclarecesse, porque de facto estou um bocado confuso com as informações que me têm chegado, realmente não sei ao que dar crédito, e então nada melhor que a Câmara para esclarecer também esta Assembleia sobre o relacionamento entre a Câmara Municipal de Bragança e a Empresa SousaCamp, no sentido desta se instalar em Bragança. Houve contactos? Quando? Quais os pressupostos, montantes envolvidos, postos de trabalho a criar, etc. E se houve, quais os motivos que fizeram a operação falhar?

..... Dependendo destas respostas, depois farei uma intervenção para apresentar algumas questões.....

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Amílcar Pires faça o favor.

.....**Amílcar Pires** – Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Executivo Municipal, caros colegas e amigos membros desta Assembleia, Público em geral, em especial os jovens da Emídio Garcia e seus respectivos professores, sejam bem-vindos, bom dia a todos.

.....Duas perguntas concretas Senhor Presidente, a primeira é que creio que há seis ou sete anos, já, foi aprovada nesta Assembleia Municipal uma recomendação à Câmara, creio até que o primeiro proponente era o Professor Acúrcio, aqui presente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de a Câmara acautelar aqueles terrenos adjacentes ao Governo Civil, nas traseiras, e que ligam também com a Rua Miguel Torga. Creio que são duas

parcelas de terreno, uma delas tem até lá uma moradia, com a qual penso que a Junta, o Jorge Novo já teve algum diálogo, não sei se já chegaram a alguma conclusão, mas a outra parcela do lado que agora foi limpa, tem lá uma placa de uma empresa imobiliária no sentido de ser vendida. A Pergunta é se a Câmara realmente acautelou já, quer a necessidade de complementar a Rua Miguel Torga que está estrangulada naquele sítio, e preservar também aquele terreno como área verde de protecção ao Governo Civil.

.....Ainda em matéria de ruas estranguladas, lembrava também, e perguntava ao Senhor Presidente para quando, a solução daquele estrangulamento existente numa ligação entre Vale D`Álvaro e a Braguinha, numa rua paralela ao Restaurante Acácio, passo a publicidade, penso que assim ficará melhor situada.....

.....E também em matéria de habitação social, eu fico satisfeito quando vejo a realização de habitação jovem, mas continua a faltar no nosso Município habitação Social.

..... O Governo lançou agora um Programa Nacional de luta contra a discriminação, e eu perguntava ao Senhor Presidente se há alguma intenção de aproveitar e apresentar alguns projectos, na medida em que haverá incentivos e prémios até, dentro desse programa, se a Câmara irá aproveitar esta altura para lançar habitação social na cidade e não só.

..... Eu lembro também que com os respectivos Presidentes de Junta, visitei há dias quer a Freguesia do Zoio, quer a Freguesia de Rossas, e também lá, nessas localidades, há situações degradantes, algumas que nos envergonhariam a todos. A mim pessoalmente envergonha. A do Zoio, encontrei uma situação de habitação que penso que já nem no tempo da pedra lascada, nem no tempo do homem das cavernas, portanto, há situações que realmente é necessário corrigir, e a pergunta era se aproveitava esta oportunidade Senhor Presidente.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Pedro Teixeira.

.....Faça o favor.

.....**Pedro Teixeira** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Antes de mais cumprimentar os Excelentíssimos membros da Mesa, Excelentíssimos membros do Executivo, caros Deputados municipais, Presidentes de Junta, público presente...

.....Nos apoios a Associações foi emitida uma declaração de apoio de sessenta mil euros ao Grupo Nacional de Escutas - Agrupamento n.º 18, para a construção da sua sede, em terreno cedido pela Câmara Municipal de Bragança. Embora o Partido Socialista esteja evidentemente a favor da existência deste Grupo, gostaríamos de saber os motivos factuais para este apoio, nomeadamente se pressupõe a criação de algum posto de trabalho, quanta gente está afectada ao projecto, se foi estabelecido algum protocolo, e isto, tanto mais porque neste momento nos deparamos com a possibilidade de saída do Centro de Formação da Escola Nacional de

Bombeiros de Bragança precisamente por falta de instalações, e portanto gostaríamos de saber quais são de facto os motivos, mas acerca desse ponto iremos falar no ponto da ordem de trabalhos 4.2.....

.....Gostaria também de ser esclarecido acerca da alteração de um alvará na Zona Industrial das Cantarias, nomeadamente qual o sentido dessa alteração e qual o motivo pela qual vai ser executada.....

.....Relativamente à escolha selectiva de resíduos, fazendo as contas verificamos que apenas existem dois por cento de recolha selectiva em cerca de duas mil e quinhentas toneladas, e este é um número que dá que pensar e principalmente para agir. É necessário fazer uma recolha selectiva para a melhoria do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos, tanto mais que surgem aqui oportunidades de investimento, públicas e privadas, nomeadamente para o tratamento, recolha e reciclagem de resíduos, portanto, poderão ser feitas campanhas de sensibilização, acções de proximidade aos cidadãos, colaborar com a Sociedade Ponto Verde, enfim.....

.....No Plano Plurianual de Investimentos há também uma referência ao programa de valorização de resíduos sólidos e urbanos bio-degradáveis, que se candidatou ao Fundo de Coesão da União Europeia para a construção de uma unidade de valorização de resíduos.....

..... Existe também a proposta de uma recolha de resíduos urbanos bio-degradáveis junto dos grandes produtores, e um fomento da compostagem doméstica.....

.....Gostaria de saber, ainda no sentido dos dois por cento da recolha selectiva de resíduos, qual o ponto de situação destas três metas, e onde se vai localizar esta unidade de valorização orgânica de resíduos urbanos biológicos por “dejectação” anaeróbia do Nordeste Transmontano.....

.....Uma última questão, gostaria de salientar que a produção de energia subiu aproximadamente trezentos por cento, regressando aos normais setecentos e cinquenta mil euros por ano. Este ano felizmente não haverá à partida problemas com a seca, mas no entanto isto não pode significar um relaxamento quanto a esta matéria, e vem vincar a necessidade e a razão de ser de um aproveitamento hidráulico em Montesinho e nomeadamente Veiguiñas.....

..... É público que estão a ser analisadas várias propostas para construção de barragens, o Ministro das Obras Públicas e o Ministro do Ambiente já o referiram, e espera-se que pelo menos três delas sejam construídas e portanto gostaria de saber quais são as diligências que estão a ser tomadas no sentido de que Veiguiñas seja de facto uma realidade.....

.....Muito obrigado. Para já é tudo.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor Presidente, há mais três inscrições para pedidos de esclarecimento, eu perguntava-lhe se quer responder por partes ou tudo no fim?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra se faz favor.....

.....**Luís Vale** – Uma vez mais bom dia a todos.....

.....Duas questões simples, Senhor Presidente. No ponto 4.1 do documento, que se refere à Divisão de Saneamento Básico, são apresentados vários dados e números relativos ao ano de 2006, no que diz respeito aos consumos de água, tendências, valores médios, obras, drenagens de água residuais tratadas na ETAR, contratos na área rural, entre outros, contudo nada nos é dito acerca das cobranças da água, valores, médias... Uma vez que estamos a falar de um período de um ano, também fosse interessante sabermos qual foi a percentagem de água cobrada.

.....Uma segunda questão que tinha para lhe fazer, já foi aqui referida na intervenção anterior, que era relativo também ao ponto 4.2, relativamente às escolhas selectivas e portanto reforço a pergunta feita anteriormente, porque de facto, dois virgula vinte e três por cento de recolhas selectivas, acho que é insignificante, quer dizer, acho que se tivermos a noção, e numa perspectiva diacrónica que este número está a aumentar, mas nada nos é dito nesse sentido, portanto acho que era interessante saber qual tem sido o esforço por parte da Autarquia nesse sentido.....

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia por favor, para fazer o seu pedido de esclarecimento.

.....**Lídio Correia** – Sobre a cobrança das taxas nos parques, tínhamos exactamente a mesma questão que foi levantada pelo membro da Assembleia Luís Pires. Efectivamente pensamos que deveria ter vindo a esta Assembleia esse aumento das taxas dos parques. E portanto essa questão mantém-se e mantém-se uma questão que eu, quando vinha para cá, tenho que lhe colocar Senhor Presidente, porque eu raras vezes venho ao Centro e hoje pus o carro no Parque da Praça Camões, e francamente quando ia a entrar assustei-me, porque fiquei na dúvida, até porque não se via bem, fiquei na dúvida se devia entrar ou não porque o lago que lá estava era enorme. Tive um azar tão grande que venho a sair, porque estacionei o carro mesmo em frente à saída para peões, pura e simplesmente tive que molhar os pés para conseguir sair, porque de facto aquilo parece um lago. Para quando a resolução daquela situação ?.....

.....Depois, Senhor Presidente, eu queria saber também, para quando a limpeza, pelo menos a limpeza, daquela fonte da Praça Camões, que de facto é uma vergonha, aquilo é um m montão de lixo que ali está! É impossível! Aliás eu já na anterior Assembleia lhe coloquei a

questão, se tinha a noção de que esta cidade está a ficar cada vez mais suja, e isto é algo que nos preocupa.....

.....Depois, também dizer-lhe, já agora, chegando a brasa à minha sardinha, e ajudando o Gilberto, eu queria, faça-me um favor, tape os buracos da estrada de Portela, senão daqui a meia dúzia de dias não temos estrada para Portela.

.....E questões agora importantíssimas do nosso ponto de vista, porque foi inaugurado o Museu da Máscara, aqui há uns tempos atrás, já alguns, veio aqui a esta Assembleia para aprovação, os estatutos do Museu da Máscara. Por ilegalidades que existiam lá, ou irregularidades que lá estavam, o Senhor Presidente acabou por retirar. Pergunto, para quando o regresso à Assembleia Municipal dos Estatutos do Museu da Máscara.

.....E por último, uma pergunta que eu tenho reiteradamente feito aqui, eu cada vez que ouço falar na Zona Industrial de Mós, eu pergunto sempre a mesma coisa, gostava de saber em que parte do PDM é que está contemplada a Zona Industrial de Mós? Porque o que eu conheço do PDM, existe a Zona industrial de Bragança, Zona Industrial de Rossas e a Zona industrial de Izeda, e a de Mós efectivamente eu não a consigo descortinar lá! Por isso já estamos a fazer algo, a adiantarmo-nos à próxima revisão do PDM?

.....É só.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, é a sua vez de pedir esclarecimentos.....

.....Prescinde?

.....Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimentos.....

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Vou tentar ser breve e abrangente.

.....Na Flor da Ponte, na parte do tabuleiro da ponte, há na verdade alguma estagnação de água, trata-se de uma superfície completamente plana, com dificuldade de drenagem. O que vamos fazer é preparar uma operação dentro em breve, que é levantar completamente o pavimento, fechando o trânsito a um sábado e a um domingo, fazendo uma operação de reposição de pavimento melhorando as condições de drenagem. Não podemos fazer mais do que isso.

.....Sinalização vertical, temos de facto algumas deficiências, mas a sinalização vertical da cidade tem evoluído muito. Temos um Engenheiro de Trânsito nos quadros da Câmara, que tem já sob a sua responsabilidade tudo o que tem a ver com estacionamento, gestão de transportes urbanos, aeródromo, sinalização. Portanto, conseguimos evoluir internamente no sentido de estruturar melhor este serviço, e o resultado pontualmente vai surgindo. Trata-se de

um técnico atento, que propõe uma correcção ou outra, conforme o Senhor Deputado falou, e bem...

.....Jardins da Câmara - De facto, há nove anos atrás não havia praticamente espaços verdes, nós aumentamos por dez, e a maior parte desses espaços verdes foram concebidos por equipas de arquitectos paisagistas, mesmo que não estejam perfeitos, quer dizer, não há de um modo geral espaços significativos que não tenham a mão de equipas de arquitectos paisagistas.....

..... A cidade tem bons espaços, espaços que se vão consolidando, que vão mostrando a sua grandeza. É preciso tempo também e é preciso agir no sentido de não os deixar estragar, é isso que a Câmara faz, replantando árvores, replantando arbustos, substituindo um ou outro arbusto, relativamente aos quais tem havido insucessos, tem havido insucesso, e tem-se estado a aprender, nomeadamente os técnicos, as equipas de projectistas, mesmo de Arquitectos Paisagistas e os Engenheiros do Ambiente também tem estado a aprender nesse aspecto.

.....Tem havido insucessos relacionados com a parte da concepção, mas estamos a evoluir bem, do meu ponto de vista, e acima de tudo este ano será um ano de consolidação e os próximos anos continuam a ter que ser anos dedicados à consolidação, à melhoria, porque não interessa só fazer, é fazer e gerir bem, e nós temos muita coisa feita em muitas áreas e temos que gerir bem.

.....Parque da Praça Camões - Vai ser intervencionado, como já referi na Assembleia, sob a responsabilidade da empresa POLIS, do Administrador Liquidatário. Tem havido dificuldades a nível de apuramento de responsabilidades, que há 4 níveis de responsabilidades possíveis: responsabilidade exclusiva da Empresa, do Consórcio executor; responsabilidade da fiscalização; responsabilidade do projectista; responsabilidade da gestão. Há 4 níveis de responsabilidade possíveis.

.....Tem sido uma tarefa de difícil discussão, estamos numa fase em que parecem estar identificadas as responsabilidades, e pensamos que em Abril ou Maio, essa é a perspectiva, a Câmara entende, e tem resistido à entrega, como também já vos referi, das obras do POLIS enquanto tudo não estiver em conformidade, designadamente a questão do parque da Praça Camões.

..... Nós entendemos que a Câmara não pode receber um equipamento nessas condições, é um equipamento novo, tem que ser absolutamente estanque, tem que ser durável, não podíamos aceitá-lo com defeitos. Portanto a nossa atitude tem sido essa, de recusa absoluta em receber, mesmo em reuniões feitas com o Senhor Ministro, que acabou por perceber, mais tarde, ser necessário fazê-lo.

..... Portanto, essa intervenção vai acontecer, desde o início pensava a Câmara que a operação tem que ser uma operação extensiva a toda a cobertura do Parque, aquilo que

custava admitir, enfim, só depois de passarem os peritos da Faculdade de Engenharia e outros é que a situação se foi encaminhando no sentido da realidade.

.....Portanto, é isso que vai acontecer, é um transtorno para os cidadãos, mas santa paciência, é para o futuro, tem que ficar bem, não podemos aceitar um produto com defeito.....

.....Terreno por trás do Governo Civil - A Câmara está atenta, sabemos ser necessário alargar a via que dá acesso à Rua Miguel Torga, é um processo que já tem muitos anos, deve ter mais de vinte anos.

..... Há um loteamento que está previsto para essa zona, e lamentavelmente nesse processo de loteamento, do meu ponto de vista não foram acautelados suficientemente o interesse público, e quem procedeu ao loteamento daquela zona, deveria ter obrigado os promotores do loteamento a considerar ou o realojamento das pessoas que estão nas duas construções que estão habitadas, ou a compra, ou algo semelhante. Portanto a Câmara neste momento não pode, não deve, porque não tem recursos suficientes, tomar a iniciativa de estar a resolver um problema que deverá em primeira linha obrigar a responsabilidades de privados.

.....Questão da habitação social - estaremos atentos a novos desenvolvimentos no âmbito das oportunidades para eventual apoio financeiro à construção de habitação social, neste momento não há nenhum instrumento, não há nenhuma linha de apoio, não tem havido, para construção de habitação social, estamos atentos a novos desenvolvimentos.

..... No Zoio há uma família de etnia cigana que está de facto numa situação de alojamento um bocado precário, há quem esteja bastante pior, diga-se de passagem, apesar do Senhor Deputado Amílcar usar os termos que usou, ocorreu um incêndio, a família ficou sem o fogo, está a ser reconstruído pela Junta de Freguesia com apoio financeiro da Câmara Municipal, estamos a fazer o possível.....

..... Precisávamos de fazer mais, designadamente em Sortes. Em Sortes estamos a fazer algum trabalho, em Sarzeda precisamos de fazer algum também e em Rossas. Estamos a preparar um projecto no sentido da pavimentação dos acessos a essas quatro localidades, para melhorar a dignidade e as condições de vida dessas famílias.

.....O apoio concedido ao Grupo de Escuteiros é um apoio que envolve a cedência de um terreno feita já há alguns anos, mais uma declaração de compromisso de apoio, salvo erro de sessenta mil euros, no caso de esse projecto vir a ser apoiado com fundos da Administração Central, através do Programa Pares.

.....Alteração ao alvará do Alto das Cantarias, é uma alteração normal, basta consultar as actas da Câmara e estão todas as especificações e as razões da alteração do alvará, portanto trata-se de um processo corrente nos termos da Lei.....

.....Quanto à recolha selectiva, todo esse processo é desenvolvido através da empresa Resíduos do Nordeste, empresa intermunicipal, bem como o investimento relacionado com a valorização da matéria orgânica, investimento que está previsto concretizar junto do aterro sanitário, salientando não existir dinheiro suficiente em termos de apoio por parte da

Administração Central, capaz de garantir a construção desta unidade de valorização, à semelhança do que acontece com outros projectos idênticos no País, trata-se de um processo que está a ser reequacionado no sentido de viabilizar a sua construção. Partiu-se em termos de estimativa a nível nacional, de valores demasiados baixos para os custos associados aos equipamentos.

.....Quanto à cobrança de água, não temos dados exactos para fornecer ao Senhor Deputado Luís vale, mas poderíamos enviá-los de imediato para a Assembleia Municipal e o Senhor Presidente distribuirá pelos Grupos. O mesmo aos dados comparativos relativos à recolha selectiva, que também dispomos dos dados, não aqui, mas que faríamos chegar ao Senhor Presidente.....

.....A Cidade é uma cidade limpa. Há de facto um ponto ou outro perturbador, é o caso da fonte da Praça Camões, lamentavelmente, lamentavelmente. Também isso tem a ver com o civismo das pessoas.

..... Como há bocado referiu o Senhor deputado Arquitecto Ortega que a questão do estacionamento é uma questão de policiamento, não é só uma questão de policiamento, é em primeiro lugar uma questão de civismo das pessoas e isso devemos ter presente, porque não é possível ter polícia em toda a cidade, em todos os bairros, em todas as localidades.

..... Os cidadãos sim, têm que ter uma atitude de responsabilidade e grande civismo. Os condutores estacionam em lugares onde não devem, perturbam a fluidez e a circulação dos restantes automobilistas, fazem-no por falta de civismo, estacionam em cima dos passeios, é a mesma razão - falta de civismo, não é só uma questão de policiamento, há essas duas vertentes.....

..... A Fonte, a maior parte do lixo é vinda daqueles comércios que estão ali próximos, que lançam caixas das bananas e do resto, é lamentável. Apesar disso eu sei que devemos agir em termos de policiamento Municipal, vamos ter de fazê-lo, mas também os nossos serviços têm que ter uma maior preocupação de resolver os problemas que os cidadãos por si não tomam iniciativa de resolver e deviam fazê-lo.

.....Esse é um trabalho que o Município tem que fazer e as suas brigadas vão fazer. A mim pessoalmente preocupa-me essa situação, porque com alguma regularidade as pessoas mandam caixas, os plásticos, como se fosse um caixote do lixo. Não é um caixote do Lixo! Quem o faz, fá-lo numa verdadeira atitude de falta de civismo! Apesar disso nós vamos limpar, lamento é que esteja assim.....

.....Estatutos do Museu da Máscara - nunca veio à Assembleia Municipal nenhum projecto relacionado com os estatutos do Museu da Máscara. O Museu da Máscara não precisa de estatutos aprovados para funcionar... ..

.....

.....Uma Associação? É diferente. A gestão nos termos do organigrama de funcionamento da Câmara e dos serviços da Câmara, o Museu da Máscara está integrado no sector de equipamentos, num sector, por sua vez esse sector está debaixo de uma Divisão, a Divisão está debaixo de um Departamento, o Departamento está sob a orientação do Executivo.....

..... Portanto não há ninguém externo que vá gerir o Museu da Máscara. Na altura fazia-se uma abordagem a uma Associação, na perspectiva de poder dinamizar outros eventos associados, entendemos que este projecto não deve, nem pode terminar no Museu em si mesmo, é preciso que evolua e a evolução pode ser, pode e deve preferencialmente ter a participação dos cidadãos, mais do que a participação institucional, do meu ponto de vista.

.....Deve ter mais a participação dos Grupos de Mascarados, dos artesãos, das pessoas que fazem investigação e gostam dessa temática e para isso há que criar novos desenvolvimentos.

..... Nós entendemos que a criação de uma academia da máscara, de entre os cidadãos com vontade de o fazer, esse deve ser o caminho. E essa academia pode fazer muitas coisas. Pode organizar um Carnaval em Bragança todos os anos só com Mascarados, é diferenciador, é único no País. Por exemplo, pode acolher estágios de investigação, pode fomentar estudos junto dos artesãos, pode organizar a formação para os artesãos recorrendo e candidatando-se a apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para garantir a renovação dos artesãos, para que os mais novos se empenhem, ganhem conhecimentos, para que os mais velhos lhes transmitam o seu saber fazer, para que essa actividade seja potenciada e divulgada. Portanto esse processo tem que ser visto noutra lógica do nosso ponto de vista.

.....Quanto à zona industrial de Mós, falta de facto aqui uma resposta, lamentavelmente na última Assembleia eu percebi no final que não lhe tinha respondido. A Zona industrial de Mós está prevista no PDM, eu mandei buscar já os documentos para que o Senhor Deputado fique de vez esclarecido nessa matéria. Está prevista no PDM, tem uma área significativa, bastantes hectares.

.....Por exemplo a Junta de Freguesia de Sortes, só a Junta de Freguesia de Sortes tem um artigo com 24,3 hectares incluído na zona industrial de Mós. Dentro em breve entregarei ao Senhor deputado Lídio os documentos que esclarecem de vez essa questão.

.....Acho que falta uma resposta mas não sei qual é... ..

.....**Presidente da Mesa** - Fica para as intervenções.....

.....Vamos registar inscrições para intervenções.

.....Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira, por favor.

.....**Henrique Ferreira** – Mais uma vez bom dia a todos.

.....Tinha aqui cinco casos para referir, pela sua importância. O primeiro caso é o caso dos parquímetros das ruas da cidade, que deviam estar a ser controlados e não estão, e que em consequência disso, estão a arruinar a vida dos comerciantes na zona Histórica da cidade,

sobretudo na Rua Direita, e na Rua Abílio Beça. O caso é simples, como a Polícia não controla, a Câmara não se entendeu com a Polícia e portanto o que está a acontecer é que pessoas estacionam o carro o dia inteiro, ninguém controla nada, e os pobres dos comerciantes não fazem negócio. Isto é urgente que se resolva, porque de facto os parquímetros foram instalados no sentido de tornar fácil o acesso à Zona Histórica, pelo facto de as pessoas estacionarem por pouco tempo. Se isto se transformou num estacionamento sistemático dia após dia, é grave e está a arruinar a vida dos comerciantes. De resto, venho aqui com isto porque pela primeira vez na minha vida me senti útil como deputado Municipal. Porque uma pessoa da Cidade veio falar comigo, para eu expor este problema aqui na Assembleia.

.....Um segundo aspecto também extremamente grave, não é só nas infiltrações de água que o Parque da Praça Camões está mal concebido e mal executado, é também no elevador. .

.....No dia vinte e oito de Setembro de dois mil e seis, às seis da tarde, fazendo trinta e oito graus centígrados, um pai e duas crianças ficaram retidos no elevador à superfície da Praça Camões. Meia hora demorou a Polícia a chegar, a sorte da Câmara e da Polícia foi que eu demorei tanto tempo como a polícia, a ir a casa a buscar uma picareta, porque senão o elevador a esta hora estaria destruído, porque quando eu cheguei com a picareta estava a Polícia a chegar com a chave para abrir o elevador. Meia hora estiveram aquelas três pessoas, com trinta e oito graus centígrados dentro do elevador a esturricar! É um erro de concepção e vale a pena por ali um chapéu qualquer para evitar que isto volte a acontecer.

.....Senhor Presidente peço-lhe desde já desculpa por no dia dois não poder estar ao debate público das obras da Avenida João da Cruz. Se o modelo vai ser o mesmo da Avenida do Sabor, parece-me pouco adequado. Há virtualidades na Avenida do Sabor, no sentido do obrigar as pessoas a andar mais devagar, mas aparte dessa virtualidade não vejo outra virtualidade, a não ser a beleza como é evidente. Pode ser que a Avenida do Sabor fique mais bonita, Mas isto faz-me lembrar discussões que há em minha casa entre mim e a minha mulher. Eu quero que as coisas funcionem, ela quer que as coisas funcionem e sejam bonitas. Para mim é mais importante que elas funcionem, para ela é mais importante que sejam bonitas. Senhor Presidente, a minha guerra consigo, neste momento, guerra entre aspas, é que o Senhor quer as coisas bonitas e eu quero-as práticas, se possível também bonitas.

.....E o caso da Avenida do Sabor parece-me a esse nível uma intervenção que vai de facto obrigar os condutores a andar devagar, mas que não é prática, que não é eficaz do ponto de vista do chegar mais depressa, pelo facto de que havendo um automóvel que tenha de parar para descarregar, o trânsito para todo.

.....Outro caso grave que queria por era o dos cães. Bragança continua uma cidade insegura e suja. Há ruas onde é difícil as pessoas não sujarem os pés. Eu sei que é difícil, e a Câmara tem feito aí uma intervenção meritória, de qualquer forma tem que continuar a fazê-lo. Cito apenas dois exemplos, a Câmara ainda não interveio, como manda o Decreto-Lei 312/2003 na delimitação das áreas dos animais perigosos, e isso é obrigatório. Por outro lado a

população na sabe que nenhum cão, seja ele de que tipo for, tem que andar, se estiver na rua desacompanhado, tem que andar com açaimo. A população não sabe isto. Eu sei que também é um problema cultural, mas a verdade é que eu próprio já safei duas crianças de serem mordidas, precisamente pelo laxismo com que a cultura que existe em Bragança aborda a relação das pessoas com os cães, e o caso dos bairros periféricos é um caso muito grave. Além, do ruído, também o problema da segurança e da integridade física.
.....Finalmente, Senhor Presidente, o Senhor tem de fazer o favor de se esforçar por manter as coisas bonitas fora do ano das eleições. O jardim de Outeiro estava lindíssimo em ano de eleições. Ontem a minha mulher pediu-me para lhe ir mostrar a igreja de Outeiro, que é muito bonita e que infelizmente estava fechada, e sinceramente, ao olhar para aquele jardim, apeteceu-me fazer este comentário, “a Câmara desapareceu, onde está?”
.....Tinha aqui mais coisas mas não posso por causa do tempo.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Informam-me que os alunos do 10.º ano da Escola Emídio Garcia vão aproveitar este momento para se retirar. Muito obrigado por terem vindo, e voltem sempre que quiserem.
.....Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia José Castro, tem a palavra.

.....**José Castro** – Muito obrigado Senhor Presidente.....
.....Excelentíssimas Senhoras, Excelentíssimos Senhores.
.....Estava este Município posto em sossego com a notícia do arquivamento do processo do caso Parque B, quando somos confrontados com as notícias de outros casos não menos claros, mesmo irregulares, protagonizados pela BragaParques, em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, etc. Tais acontecimentos remetem-nos irremediavelmente para o nosso caso, também BragaParques, ou seja, afinal havia vida para além do Fórum Teatrum.....
..... No nosso caso Bragaparques, pese embora a sua sentença concluir pela não perda de mandatos dos eleitos implicados, inclui peças como ordens de pagamento, com mera autorização verbal e portanto sem requisição nem cabimento prévio ou registos de compromisso, implicando dinheiros públicos que só podem ser dispendidos em pagamentos que evidenciem a sua legalidade substancial, mas também formal.....
..... Mas apesar de não susceptíveis de condenação formal, permanecem ainda dúvidas políticas sobre a mais que duvidosa defesa do superior interesse público quando:
.....Se negocea terreno público sem avaliação prévia;
.....Se altera e se autoriza a constituição de uma efémere empresa sediada em Bragança, hoje já com a sua posição contratual alienada;

.....Se isente de forma discricionária e sem critério, taxas que são devidas ao Município e que constituem receitas necessárias no permanente contexto de limitação de recursos que a gente bem conhece no nosso Município;.....

.....Se contratualize a exploração do parque de Estacionamento sem o competente concurso público.

.....E estas remeniscentes dúvidas, são mais preocupantes quando agora vem a público o muito pouco digno registo de negociatas autárquicas com Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, etc., dos parceiros que este Executivo Municipal escolheu para esta aventura irresponsável. Não só necessariamente, pelo que se vai sabendo, companhias muito recomendáveis, de facto.

.....Mas o nosso caso tem ainda mais uma originalidade, é que de toda esta trapalhada foi recebendo unanimidade do Executivo Municipal, com um incansável PS a sancionar e a apoiar toda0s as iniciativas PSD com laudatórias intervenções do Vereador Jorge Gomes aquando do seu reinício de funções a 12 de Julho de 2004, e do porta voz do PS nesta Assembleia Municipal, aquando da apresentação do projecto. Estes os pontos altos realmente deste bloco central de interesses.

.....Minhas senhoras e meus Senhores, ficamos sem qualquer dúvida, mais descansados relativamente a este processo sabendo que de facto o Tribunal de Contas concluiu pela ilibação, pelo arquivamento do processo.....

..... Mas naturalmente compreenderão que a CDU continuará atenta ao desenrolar dos acontecimentos, convencidos que estamos que não foi acautelado o superior interesse público, que foram considerados critérios e opções estratégicas erróneas para o interesse dos Municípios e conscientes também das responsabilidades desta Assembleia pelo mandato que lhe foi conferido.

.....Como segundo tema, que queria trazer a esta Assembleia, a CDU considera que o Planeamento do Território e as suas regras, as regras que encerra, são sempre um dos pontos de honra mais importantes do poder local democrático instituído a 25 de Abril de 1974.

.....No caso da nossa autarquia, até hoje, aprovou o seu primeiro PDM em 1995, sob pena de perder o acesso às verbas comunitárias, e um primeiro Plano de Pormenor, no caso da Zona Histórica da nossa cidade, que desde há três horas que vejo a ser esmigalhado e apertado ali naquela projecção e que realmente nos vai constrangendo o coração, precisamente pelo gosto que tenho por essa zona histórica. Mas, dizia eu, Plano de Pormenor esse sob a pena de não ser aprovado, não podendo usufruir das verbas disponibilizadas pelo Programa Polis.

..... Ora, do nosso ponto de vista, o Planeamento do Território deve dirigir e não ser dirigido, deve corresponder a projectos comuns em que se revejam a generalidade dos munícipes de forma a assim mais facilmente serem chamados a participar na sua concretização enquanto actores e agentes privilegiados.....

..... Neste sentido a CDU apresenta uma moção que diz o seguinte:.....

“MOÇÃO

.....Considerando que o planeamento do território deve dirigir, e não ser dirigido, deve corresponder a projectos comuns em que se revejam a generalidade dos munícipes de forma a participarem na sua concretização enquanto actores e agentes privilegiados; -----

.....Considerando que se aproximam períodos de Discussão Pública de importantes instrumentos de gestão territorial para o nosso Concelho, como são a revisão do Plano Director Municipal, o Plano de Urbanização, e o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, que se interligam e condicionam o nosso futuro mais próximo; -----

.....Considerando que esta Assembleia será chamada a pronunciar-se, e como tal, deve ser obrigação de quem a dirige, conseguir que toda e qualquer posição seja assumida com base na maior e melhor informação sobre o que está em causa, sobre as suas implicações e as suas consequências;-----

.....A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26 de Fevereiro de 2007, no quadro das suas legítimas preocupações quanto ao futuro do Concelho decide: -----

.....1. Realizar sessões públicas de apresentação e de discussão dos referidos documentos de gestão territorial, visando que todos os munícipes em geral, e os membros desta Assembleia em particular, sejam esclarecidos sobre o que está em causa; -----

.....2. Que as sessões de apresentação se realizem antes do período da discussão pública de cada documento, e que contemplem a análise do referido Plano pela entidade que assume a sua proposta, bem como a assistência e participação de outros especialistas na matéria — IPB, Ordens, e associações socioprofissionais - que pela sua análise crítica possam contribuir para o cabal esclarecimento das dúvidas que se levantem;-----

.....3. Que os mesmos documentos, pela sua importância estratégica, sejam discutidos e aprovados em sessão extraordinária especialmente convocada por esta Assembleia; -----

.....4. Que a organização das anteriores realizações seja da responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal, que desde já o assume, honrando assim a participação e cidadania no nosso Concelho.-----

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007 -----

.....Os eleitos da CDU: -----

.....a) Lídio Alberto Correia e José Castro”. -----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia, deu entrada esta moção, vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a moção.....

.....Não há pedidos de esclarecimento.....
.....Vamos registar inscrições para intervenções sobre esta moção apresentada pela CDU. ..
.....Meus Senhores, sendo assim e antes de por à votação, e porque ouvimos a leitura, mas, acho que esta moção envolve um conjunto de responsabilidades para a Assembleia e para os seus órgãos, eu vou só voltar a ler.....

.....
.....**Presidente da Mesa** – Eu perguntei se havia inscrições para intervenções!.....
.....Mas eu quero ler os pontos da Moção.
.....Diz o seguinte:

.....**“A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26 de Fevereiro de 2007, no quadro das suas legítimas preocupações quanto ao futuro do Concelho decide:**

.....**1.** Realizar sessões públicas de apresentação e de discussão dos referidos documentos de gestão territorial, visando que todos os munícipes em geral, e os membros desta Assembleia em particular, sejam esclarecidos sobre o que está em causa;

.....**2.** Que as sessões de apresentação se realizem antes do período da discussão pública de cada documento, e que contemplem a análise do referido Plano pela entidade que assume a sua proposta, bem como a assistência e participação de outros especialistas na matéria — IPB, Ordens, e associações socioprofissionais - que pela sua análise crítica possam contribuir para o cabal esclarecimento das dúvidas que se levantem;

.....**3.** Que os mesmos documentos, pela sua importância estratégica, sejam discutidos e aprovados em sessão extraordinária especialmente convocada por esta Assembleia;

.....**4.** Que a organização das anteriores realizações seja da responsabilidade da mesa da Assembleia Municipal, que desde já o assume, honrando assim a participação e cidadania no nosso Concelho”.

..... É isto que vamos por à votação, esta moção.....

----- **Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.** -----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....Luís Pires tem a palavra se faz favor.....

.....**Luís Pires** – Bom, mais uma vez bom dia.

..... Muito rapidamente, esta moção aqui apresentada pela CDU, vai de encontro, converge com muitas das actividades que nós já fizemos nesta Assembleia, converge com ofícios dirigidos directamente à Câmara Municipal no sentido de ter acesso ao que se está a passar neste momento, portanto só podíamos ter uma posição que era votar a favor. Ficamos muito agradados por ela ter sido aprovada por unanimidade.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra para o período de intervenção. Eu queria dizer-lhe que restam ao Grupo Municipal do PS, quatro minutos e há um colega seu de bancada que também está inscrito, os senhores vão gerir o tempo como entenderem, mas restam quatro minutos.

.....**Luís Pires** - Muito bem.
.....Então vou ser muito rápido e começar por dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não me respondeu à questão da Sousacamp, fiz essa pergunta e não me respondeu.
.....A intervenção do Arquitecto Ortega foi representativa do pensamento do PS sobre a cidade de Bragança, concretiza de uma forma inabalável a diferença de interpretações saudável quanto a mim, do conceito de cidade, quanto a nós conduz à modernidade, harmonia e sustentabilidade, a que está a ser seguida pelo Executivo irá conduzir à inoperância, ruptura e colapso.
.....Enquanto tal não for entendido pela maioria que sustenta o Executivo, quem perde são os Brigantinos. Nesse sentido, e sem me alongar mais, o PS vai apresentar duas moções, uma delas que passo a ler:

I “MOÇÃO

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA CAMÕES

.....É de todos conhecida a precariedade do parque de estacionamento da Praça Camões.--
.....Em três anos o elevador funcionou um mês, do tecto pinga um liquido viscoso inominável em cima dos automóveis com algumas consequências nefastas, a operacionalidade do andar - 2 exige frequentemente dotes de submarinismo, em suma as condições estão longe de se adjectivarem de aceitáveis. -----
.....Acresce ao referido o facto de a obra não ter sido ainda recepcionada pela CMB. Este cenário conduz-nos a duas saídas possíveis:-----
.....1) O Fecho do Parque; -----
.....2) A isenção de pagamento por parte dos utentes até que a CMB receba a obra, uma vez que só esse desenlace garante condições dignas de utilização.-----

.....Assim, considerando que o fecho do parque seria demasiado penalizadora para o comércio da zona envolvente, propomos a aprovação o ponto 2 que se traduz na **isenção de pagamento por parte dos utentes até que a CMB receba a obra.**-----

Bragança, 26 de Fevereiro de 2007.-----
O Grupo Municipal do PS.
a) Luís Pires”.....

..... Esta é a primeira Moção.
.....A segunda que entregarei também à Mesa, tem a ver com gás natural.

II “MOÇÃO Gás Natural

.....Como é do conhecimento de todos, a cidade de Bragança é abastecida por gás natural que é transportado para a cidade de Bragança via camião Tir. -----

.....O custo inerente ao transporte é uma das componentes que torna o preço do metro cúbico do gás natural para os Brigantinos praticamente 40% acima da média nacional. -----

.....Pegando-se no exemplo da ligação aérea Lisboa - Bragança, que caso não fosse subsidiada seria incomportável para qualquer explorador. -----

.....Tendo ainda em conta as condições climatéricas de Bragança,-----

.....Propõe-se que esta Assembleia se manifeste junto do governo central através deste texto, no sentido de se encontrarem formas que permitam a diminuição do preço do Gás natural que os Brigantinos têm que pagar.-----

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007. -----

.....O Grupo Municipal do PS. -----

.....a) Luís Pires” -----

.....**Presidente da Mesa** – Bom, por ordem de entrada das moções, vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a moção relativa à Praça Camões.....

.....Não há pedidos de esclarecimento.....

.....Vamos registar inscrições para intervenções sobre esta moção da Praça Camões.. ..

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso faça o favor.....

.....**Luís Afonso** – Pois relativamente a esta moção, confesso que não estava totalmente atento, mas são duas moções, não é Senhor Presidente da Mesa?

.....**Presidente da Mesa** - Há uma moção sobre o Parque de Estacionamento da Praça Camões, e outra que tem o título gás natural.

.....**Luís Afonso** - Bom, relativamente à primeira, não faz sentido na opinião do PSD votar favoravelmente esta moção do PS, não faz. De resto, os problemas que existem e que são do conhecimento da Câmara, julgamos estar a ser tratados pela Câmara juntamente com o empreiteiro que realizou a obra, e portanto não nos parece que no decorrer dessa normalidade administrativa, que venha a ser penalizado também o orçamento da Câmara pela não cobrança das taxas.

.....De resto, quero relevar aqui o facto de que também essa matéria faz parte de um orçamento que foi aprovado por nós, e vamos manter a nossa atitude. Não nos parece correcto essa proposta e por isso vamos votar contra, naturalmente.

.....**Presidente da Mesa** - Não há mais inscrições.

.....Eu vou ler a moção.

“ PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA CAMÕES

.....É de todos conhecida a precariedade do parque de estacionamento da Praça Camões.--

.....Em três anos o elevador funcionou um mês, do tecto pinga um liquido viscoso inominável em cima dos automóveis com algumas consequências nefastas, a operacionalidade do andar - 2 exige frequentemente dotes de submarinismo, em suma as condições estão longe de se adjectivarem de aceitáveis.

.....Acresce ao referido o facto de a obra não ter sido ainda recepcionada pela CMB. Este cenário conduz-nos a duas saídas possíveis:-----

.....1) O Fecho do Parque; -----

.....2) A isenção de pagamento por parte dos utentes até que a CMB receba a obra, uma vez que só esse desenlace garante condições dignas de utilização.

.....Assim, considerando que o fecho do parque seria demasiado penalizadora para o comércio da zona envolvente, propomos a aprovação o ponto 2 que se traduz na **isenção de pagamento por parte dos utentes até que a CMB receba a obra.**-----

Bragança, 26 de Fevereiro de 2007.-----

O Grupo Municipal do PS.

a) Luís Pires”

.....É esta a proposta de moção.

----- Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido reprovada, com cinquenta e três votos contra, zero abstenções e vinte votos a favor, estando momentaneamente presentes setenta e três membros. -----

.....**Presidente da Mesa** - Declarações de voto sobre esta matéria.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Para além de registar, de facto, o apreço em que o PSD tem os cidadãos do Concelho, eu tendo votado a favor, venho aqui manifestar que tenho muitas dúvidas da legalidade da manutenção do pagamento de taxas, na medida em que, ao que me consta, todo e qualquer cidadão tem o direito à qualidade no serviço, e só aí é que pode ser pago. Efectivamente ali eu estou a pagar um serviço que não corresponde à qualidade que devia ter. Portanto, penso que inclusive é ilegal nós estarmos a cobrar taxas sobre aquilo.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Quer fazer uma declaração de voto também? Faça o favor.

.....Tem a palavra.

.....**Bruno Veloso** – Bom dia Senhor Presidente.

.....Venho também fazer minhas as palavras do Lídio Correia, em que os serviços efectivamente prestados pela Câmara Municipal devem corresponder e satisfazer as reais qualidades do serviço prestado e só nessa condição é que a Câmara deve cobrar aos utentes. E também, da mesma forma que o Lídio Correia levantou algumas dúvidas, eu também levanto, como é que a Câmara Municipal também pode estar a fazer cobrança de uma taxa de uma obra que ainda não recepcionou.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.....

.....**Luís Afonso** – O PSD votou contra esta moção e quero dizer o seguinte: já ouvi aqui numa nota de rodapé, pelos dois intervenientes anteriores, dizer que a Câmara de Bragança não dá sequência aos legítimos interesses dos cidadãos.

.....Será verdade ou será mentira que, recordando do passado o que foi o exercício das políticas do Partido Socialista na Câmara Municipal de Bragança deram consecução aos objectivos e aos interesses dos cidadãos?.....

..... Não foi nesse sentido que a Câmara de Bragança construiu os equipamentos que, anos a fio o Partido Socialista não foi capaz de desenvolver? Esta Câmara fez, e foi nesse sentido que consubstanciou as vontades dos cidadãos de Bragança, construindo uma rede de estacionamento à superfície e em parques subterrâneos, que satisfazem os cidadãos de Bragança.

..... Vejam pela intervenção do Estado e Vida do Município, a taxa de ocupação que tem vindo a acontecer nos parques de estacionamento subterrâneos, ou seja, os cidadãos de Bragança estão com a disponibilidade desses equipamentos, e podem utilizá-los. Se os utilizam é porque estão construídos e a Câmara tendo-os construídos tem direito à execução das suas taxas, e portanto parece-nos lógico, equipamento construído os cidadãos pagam a sua utilização. Ou não saímos daqui e não vamos ter ao nosso carro no parque de estacionamento agora? Não estacionamos lá? Estamos a utilizar uma infra-estrutura que é do Município, o equipamento é de todos, e é na origem da sua utilização e disponibilidade aos cidadãos também que auferem a Autarquia de uma receita. Receita essa que vai ser naturalmente utilizada para a construção de outros equipamentos, salvaguardando naturalmente os interesses dos cidadãos de Bragança, fornecendo mais equipamentos, mais serviços.

.....Tenho dito.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia, eu peço desculpa, está-me a fazer uma interpelação directa e eu quero responder-lhe. A moção dizia que devia deixar de ser pago enquanto a situação do parque fosse a que é. O PSD votou no sentido contra essa moção, o Representante do PSD veio fazer uma declaração de voto, a dizer porque é que acha que deve ser pago mesmo na situação actual. Foi isto que aconteceu.

.....Meus Senhores, vamos passar à outra moção, e foi-me pedido que a lesse.....

“Moção

.....Como é do conhecimento de todos, a cidade de Bragança é abastecida por gás natural que é transportado para a cidade de Bragança via camião Tir.

.....O custo inerente ao transporte é uma das componentes que torna o preço do metro cúbico do gás natural para os Bragantinos praticamente 40% acima da média nacional.

.....Pegando-se no exemplo da ligação aérea Lisboa - Bragança, que caso não fosse subsidiada seria incomportável para qualquer explorador.

.....Tendo ainda em conta as condições climáticas de Bragança,.....

.....Propõe-se que esta Assembleia se manifeste junto do governo central através deste texto, no sentido de se encontrarem formas que permitam a diminuição do preço do Gás natural que os Brigantinos têm que pagar”.-----

.....**Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra.

.....Faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Eu concordando que o gás natural é caríssimo, concordando que tudo aquilo que existe no interior é muitíssimo mais caro do que é no litoral, concordando de que deveria haver os custos da interioridade tal qual como existem os custos da insolidariedade, concordando com isso tudo, mas a minha pergunta é esta e gostaria que me explicassem, que o que está ali naquela proposta, que vamos intervir junto do Governo como? O que é que lhe vamos dizer? ...”*Olhe, nós somos uns desgraçadinhos, estamos a pagar mais do que aquilo que devemos...*”. Eu queria que me dissessem como é que vamos intervir! Eu concordo cm isso tudo, mais concordo até e já o disse aqui há uns anos atrás, aqui nesta Assembleia, que por exemplo, se calhar ficar-nos-ia mais barato se o Governo quisesse investir, por exemplo que trouxéssemos gás natural dali de Zamora para cá. Se calhar ficar-nos-ia mais barato.

.....Agora, eu nesta proposta, estando de acordo com o objectivo, queria saber como é que vamos agir junto do Governo. Eu por acaso só sei uma forma, é exigir! Porque nós andamos aqui sempre quase que subservientemente a pedir, não é exigir!

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado pelo pedido de esclarecimentos.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

.....**Luís Afonso** – Bem a minha intervenção para pedido de esclarecimento ficou claramente prejudicada pela intervenção agora do Lídio Correia, porque de facto diz exactamente aquilo que nós queríamos dizer. Não discordamos em nada desta moção que o PS expõe agora aqui à Assembleia, de resto faço minhas as palavras do Lídio Correia, dizendo, o que é que isto quer dizer de facto? O que é que propõem verdadeiramente?.....

..... Eu não deixo de poder relevar aqui também um facto, que é importante dizê-lo, que se é verdade que o gás natural não está em Bragança, como de resto em muitas outras cidades do País, a responsabilidade é única e exclusivamente do poder central, do poder central, que não faz com que as infra-estruturas que estão a fornecer gás natural, e por decisão do Governo de há relativamente pouco tempo, a taxas inferiores no litoral, àquilo que é o interior, o interior foi

mais uma vez penalizado por este Governo aumentando as taxas, é preciso dizê-lo, só há uma maneira de facto é fazer chegar as infra-estruturas de transporte do gás natural ao interior.....
..... Agora, nós não votamos contra a moção, uma coisa é certa, esta moção está muito vaga, e era melhor que fosse reformulada, de forma mais específica, exigindo verdadeiramente ao Governo o quê em concreto.
.....Era só isso.....

.....**Presidente da Mesa** - Com certeza que o proponente da moção quer esclarecer.....
.....Quer-se inscrever para pedidos de esclarecimento?
.....Faça favor Paulo Hermenegildo.

.....**Paulo Hermenegildo** – Senhor Presidente da Assembleia e respectivos membros. Eu concordo plenamente com essa moção, e ainda acrescentaria o seguinte, o objectivo dela é óbvio, agora contrapor, talvez fosse uma mais valia.
..... Estamos numa zona muito mais fria, em termos nacionais, automaticamente gasta-se mais combustível em termos de gás e diesel. Para vosso conhecimento também no dia 22 foi aprovado em Diário da República mais um imposto sobre o diesel de aquecimento, cerca de cinco cêntimos virgula dois por litro, que é extremamente elevado para a nossa zona, talvez alegar que estamos numa zona muito mais fria, e uma discriminação positiva para o Nordeste Transmontano, para Trás-os-Montes talvez, talvez fosse isso.
.....Na Madeira o IVA também é a 15%, talvez aqui também se pudesse baixar também o IVA, IRC e outros impostos.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor.....
.....Realmente é interessante a reticência e a renitência que vejo nesta Assembleia de aprovar uma coisa que vai permitir pagar o gás mais barato. Tão só. A moção efectuou numa primeira parte esclarecimentos introdutórios, explica como é que o gás vem para Bragança, explica o preço que o gás tem em média, não são 40, são 46% relativamente à média nacional. Explica que uma das componentes que encarece o gás é o transporte e... ..

.....**Presidente da Mesa** - Eu não estou a falar de diesel estou a falar de transporte, esse é outro assunto se calhar mais abrangente que poderia ser falado.
.....Introduz ainda a componente das condições climatéricas de Bragança. Portanto, o que se pretende e o que está traduzido no parágrafo seguinte é que se interceda junto do Governo Central para que eles arranjem, se quiserem chamar-lhe um subsídio, se quiserem chamar-lhe

uma benece, chamem-lhe o que quiserem, de maneira a que esse custo desse transporte seja participado às empresas que fazem o transporte, de maneira que eles não façam repercutir esse preço de transporte no preço final ao consumidor em Bragança. É tão só e simples quanto isto.

.....Além disso, acho oportuno, porque sei que vai ser revisto o preço do metro cúbico do gás natural, porque está-se a pensar em por um preço único nacional. Mais, isto tem de ser feito junto do Governo a nível de subsídio, porque de outra forma não é possível, as empresas que são privadas, neste caso para a nossa zona a DurienseGás é que tem, digamos que são privados, e eles gerem a vida deles, portanto a única forma que eu vejo possível da gente intervir em cima de uma empresa privada deste género, de maneira a facilitar ou baixar o preço, será através de uma espécie de subsídio. E é isto e tão só isto que a gente apresenta nesta moção.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Pires, o Senhor tem inteira razão, inteira razão, quer dizer, o que disse é perfeitamente perceptível, mas, eu não devia intervir mas vou-lhe dizer isto, é evidente que há pelo menos duas vias para abordar este problema, uma é uma negociação com o concessionário da distribuição de gás, para que o gás seja mais barato, e sendo mais barato que compense o preço do transporte. A segunda, é uma negociação com um concessionário dos transportes, que há várias negociações feitas pelo Governo para que os fundos públicos suportem uma parte deste custo.

-

.....**Presidente da Mesa** – Não, não, nem podem ir a cada um deles, não têm nada que ir aos concessionários, tem que ir ao Governo, mas a moção de facto não diz em que linha é que quer ir.....

-

.....**Presidente da Mesa** – Não, em que linha quer ir, por onde é que quer pegar. Mas eu vou abrir inscrições para intervenções sobre esta moção.

.....Não há intervenções sobre a moção?

.....Há. Senhor membro da Assembleia Júlio Carvalho faça o favor.

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

.....Eu vou ser breve sobre esta matéria. Há dias estive a discutir o assunto com alguém que tinha alguma responsabilidade sobre esta matéria, e dizia-me ele, ou insinuava-me ele, meus amigos, Trás-os-Montes só tem uma solução, se quiserem impor-vos aquilo que eles querem,

todos, não sei em que termos de impostos, vocês continuam cada vez mais pobres e vou fazer uma referência daqui a pouco em relação ao ICN.....

..... Se o ICN se mantiver nesta situação, nós vamos ficar mais pobres, vão impedir as eólicas, é tudo. E vocês estão aqui numa situação que na minha opinião é ilegal. Seja o problema do transporte, seja o que for. Isto é um problema de abastecimento público, é um problema de uma empresa pública que é ela a responsável e que não pode estar a discriminar negativamente Trás-os-Montes, isto é até uma questão de princípio da legalidade, é até um abuso de direito, considerando que Trás-os-Montes sofre de uma situação especial e devia ter era um tratamento especial, como disse e muito bem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, porque temos temperaturas baixas, precisamos do aquecimento e nós estamos a ser altamente lesados, é um problema inclusivamente do próprio IMI, que nós não vemos, andamos todos a dormir.

.....O valor dos nossos prédios está a aumentar em função do nosso aquecimento! Em função do tipo de aquecimento que tem. Ora não há nenhuma descrição positiva em relação a Trás-os-Montes, há sempre uma preocupação de o liquidar, de o atrasar, de o amarrar, de o subverter até na sua beleza e da sua filosofia de alguém que esteve sempre em prol da democracia e dos valores da democracia, nos períodos da vida mais agitados da vida portuguesa.....

.....Eu, nestas situações dizia assim: sabe o que é que eu fazia se estivesse na vossa situação? E não digo quem é por uma questão de respeito, de princípio e de ética.

.....Eu apelava aos transmontanos que não pagassem o gás enquanto não fossem equiparados a todos os portugueses e a nível nacional. E é a minha proposta e é a minha intenção, é o meu apelo, é a minha indignação, é o meu grito, é o meu desassossego.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra se faz favor.....

.....**Lídio Correia** – Eu vou mesmo ter que trazer uma ficha do Partido Comunista ao Dr. Júlio de Carvalho. Mas de qualquer das formas eu queria lembrar que se não temos rede de gás natural se deve a um Governo de um Senhor que hoje é Presidente da República e que se chama ainda, felizmente porque está vivo, Aníbal Cavaco Silva. E o PSD e o PS têm exactamente a mesma culpa nesta questão.

.....O problema aqui efectivamente, como diz o Dr. Júlio de Carvalho, é um problema de legalidade, é um problema de cumprimento ou não da Constituição da República Portuguesa que diz que todos os cidadãos e todas as regiões do País têm que ser tratados de forma igual. Efectivamente isto aqui não acontece.

.....Portanto eu penso que esta proposta que nós vamos votar favoravelmente já resulta eventualmente de algum lamiré que lhe tenha chegado de alguém a dizer assim: como estes indivíduos são capazes de fazer barulho por causa das escolas! Por causa das Urgências! Por causa da situação absolutamente inconcebível do Hospital! Por não sei quê. Provavelmente dizer assim: ó! pá, vamos tentando dar alguns rebuçados a ver se os calamos. E então virá por aí, penso eu, alguma coisa, uma migalhinha qualquer relativamente ao gás.

.....Mas aquilo que é fundamental no gás é que o Partido Socialista, o Partido Socialista repito, promova as infra estruturas necessárias para que o gás chegue a Bragança como chega às regiões do litoral. Aí já fica mais barato. E por outro lado que o Partido Socialista assuma de uma vez por todos, que os custos da interioridade são para ser assumidos nacionalmente e para que o Nordeste não continue a servir exclusivamente como fonte de rendimento para o litoral, não continue a servir como fornecedor de energia e de outros produtos de qualidade. Esta é que é a politica que o Partido Socialista deve seguir.

.....Agora, de intenções e de interceder, a intercessão desde que eu me lembro quando era pequenino fazia-se a nosso Senhor e regra geral Nosso Senhor só faz um milagre assim de quando em vez por isso é que há tão poucos Santos, não é?

.....E portanto nós com intercessões não vamos lá, vamos é reivindicando e exigindo o cumprimento da Lei e o cumprimento daquilo a que temos direito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos então votar esta moção.

----- Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e três membros presentes. -----

----- Para declarações de voto, faça o favor. -----

.....**Luís Pires** – Ficamos agradados com esta manifestação da Assembleia, garanto-vos que não há qualquer tipo de lamiré, acho que foi este o termo, vindo de parte alguma, para que isto fosse apresentado, resulta apenas de uma constatação do recibo de gás que chega a casa de cada um de nós, como a consulta à página da Internet – preços de gás a nível nacional -, a vectorização dos custos do gás em cada uma das regiões.....

.....

.....**Luís Pires** – ...Está na Internet há muito tempo. Não é o abaixamento, eles querem por é uma uniformização, preço único nacional. Mas mesmo assim não sei se será beneficiado o

nosso Nordeste, por isso é que apresentamos esta moção. O espírito é mais uma vez, acho que ainda não perceberam, positivo, construtivo e para que a gente tenha as melhores condições.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....O Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira fez-me sinal que também queria fazer uma declaração de voto. Ainda tem tempo dentro dos seis minutos do Grupo Municipal do PS para declarações de voto.

.....**Henrique Ferreira** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Eu votei a favor porque ao contrário daquilo que me parecem ser algumas confusões ideológicas desta Assembleia, eu gosto de viver numa economia regulada pelo Estado. Regulada, não é planificada, regulada. Regulada significa que o Estado institui princípios mínimos de coordenação.

..... E portanto a confusão ideológica que eu vi aqui instalada é que vi os senhores deputados do PSD a desejarem uma economia planificada, então interroguei-me qual era a respectiva ideológica de vida do Grupo Municipal do PSD a esse nível, porque talvez ao nível do bem estar gostemos todos de uma economia regulada, planificada e de bem estar. O problema é que ao nível dos princípios não podemos andar umas vezes a dizer que vivemos numa economia de mercado capitalista e outras vezes a dizer que gostaríamos de viver numa economia mais planificada.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

..... Senhores membros da Assembleia, estão ainda inscritos para usar da palavra neste ponto da ordem do dia, os senhores membros da Assembleia Bruno Veloso e Pedro Teixeira, do PS sendo que o Grupo Municipal do PS tem um minuto de tempo disponível.

.....Estão também inscritos os senhores membros da Assembleia Luís Afonso e Júlio de Carvalho para intervirem.

.....É uma hora, já vi vários sinais feitos, da Assembleia, de que chegou a hora de ir tratar do metabolismo basal, vamos interromper os trabalhos e vamos retomá-los às duas e meia.

.....Muito obrigado.

.....**INTERVALO PARA ALMOÇO** – Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

.....**Presidente da Mesa** – Os Senhores Presidentes de Junta estão reunidos, dizem-me por mais dois ou três minutos, a fazer uma eleição, vamos ter a paciência de aguardar esses dois ou três minutos.
.....Muito boa tarde. Renovando o pedido de desculpas pelo atraso com que vamos recomençar a sessão, mas os Senhores Presidentes de Junta estiveram reunidos e pediram para haver alguma dilação neste recomeço. Vamos então recomençar os nossos trabalhos.
.....Ainda dentro do ponto do Estado e Vida do Município, eu dou a palavra ao senhor membro da Assembleia Bruno Veloso mas tem um minuto para usar dela. Peço que compreenda.....

.....**Bruno Veloso** - Muito boa tarde a todos. Eu vou tentar cumprir um minuto, se não cumprir eu vou fazer estritamente a apresentação da moção de recomendação. Portanto vou evitar os pressupostos.

“MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

.....1) Considerando o direito a uma habitação condigna de que todos os jovens são titulares, por força do artigo 65º da Constituição; -----

.....2) Considerando a obrigação do Estado de promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas destinadas a camadas menos favorecidas da população, designadamente, destinadas a jovens;-----

.....3) Considerando que contrariamente ao que se passa na UE, Portugal aboliu totalmente, a 30 de Setembro de 2002 o apoio à aquisição da primeira habitação de que dispunham desde 1976;-----

.....4) Considerando que a redução orçamental das verbas destinadas ao "IAJ - Incentivo ao Arrendamento Jovem" não podem deixar de ser compensadas por outras medidas de apoio ao acesso, a preços acessíveis, ao mercado de arrendamento por parte dos jovens, conforme decidido pelo Tribunal Constitucional, através do Acórdão, nº. 590/2004, de 06 de Outubro;-----

.....5) Considerando que o Governo criou um grupo de trabalho que se encontra a preparar uma profunda reestruturação, a executar em 2008, do regime de acesso ao "IAJ – Incentivo ao Arrendamento Jovem", para a qual devem contribuir activamente as autarquias locais e as diversas forças sociais; -----

.....A Assembleia Municipal de Bragança recomenda à Câmara Municipal de Bragança que:.....

.....I) Apresente a esta Assembleia um plano de reabilitação urbana e respectivo programa de execução;-----

.....II) Apresente a esta Assembleia um programa de habitação para arrendamento e venda a jovens até aos 35 anos;-----

.....III) Proceda à criação de agências municipais de arrendamento jovem, negociando com a administração central e com os proprietários privados a utilização de imóveis públicos e privados devolutos;-----

.....IV) -Valorize-se o licenciamento de projectos de construção de habitação da previsão e execução de fogos exclusivamente destinados a jovens até aos 35 anos, com regime de preço controlado;-----

.....V) Apresente a esta Assembleia uma proposta de Regulamento de Taxas que preveja uma redução dos montantes das taxas e licenças a pagar por construtores que reservem uma percentagem dos fogos construídos para venda e arrendamento a jovens até aos 35 anos, com regime de preço controlado;-----

.....a) Bruno Veloso”.-----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia registamos inscrições para pedidos de esclarecimentos. Não há pedidos de esclarecimentos.....

.....

.....**Presidente da Mesa** – Ó! senhor membro da Assembleia Lídio Correia, eu tinha muito gosto em lê-la mas estou um bocado pressionado a avançar. Eu empresto-lhe a moção para dar aqui uma vista de olhos.

..... Perguntava se há inscrições para intervenções. O senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra por favor.

.....**Luís Afonso** – Muito boa tarde agora no início dos trabalhos.

.....O Partido Social Democrata, enfim, entendemos que esta, mas o Partido Socialista está-nos a surpreender com uma vasta apresentação de moções. Estão seguramente algo nervosos. Reflectem o vosso nervosismo de forma escrita em forma de moções, sendo certo que esquecem o passado e às vezes é importante olhar para trás para nos lembrarmos das coisas.

.....Não tendo sido alguns de vocês responsáveis pessoalmente pela política de que o Partido Socialista teve ao longo do mandato que teve à frente da Câmara Municipal de Bragança e até parece que é demasiado, ou eu demasiadamente venho aqui falar no passado.

Mas é bom que se olhe para trás e se avive a memória. Ou não é verdade que durante a governação do Partido Socialista desde mil novecentos e oitenta e nove até mil novecentos e noventa e sete nenhuma iniciativa foi levada a efeito por parte do Partido Socialista na autarquia de Bragança para a construção de habitação social. Não há uma iniciativa. Não há uma única iniciativa por parte da Câmara Municipal gerida pelo Partido Socialista que tivesse vertido, em termos de intenções ou intenções que passassem no concreto à construção de habitação social nesse período de oito anos.

..... Então não teremos que recordar que foi exactamente esta Câmara Municipal de Bragança a que iniciou este processo? Se leram o Estado e Vida do Município encontram aqui explicações para algumas das vossas preocupações, mas é que no concreto já a habitação para jovens que corresponde, hoje, no concreto, à intenção que o Partido Socialista quer verter nesta moção.

..... Por isso o Partido Social Democrata vai ter que votar naturalmente contra esta moção porque no concreto, a verdade é esta, havia um velho slogan, duma altura do meu Partido nas legislativas, em que tinham uns papagaios e diziam assim: eles só falam, falam e nada fazem. O Partido Socialista nomeadamente aqui em Bragança, eu tenho que recordar olhando para trás e avivando a memória, que o Partido Socialista é um bocado como os papagaios. É que de facto falam, falam e nada fazem. Estão no governo da Câmara, não fazem, saem do governo da Câmara, falam, falam, falam, a dizer o que deve ser feito.

..... A Câmara de Bragança, efectivamente, e ninguém pode desmentir, aí na Quinta da Braguinha estão, se não me engano, julgo que são quatro lotes que estão destinados a habitação – concursos, contratos, dirigidos essencialmente para jovens. E quem não sabem, porque esse empreendimento já está em construção, no cruzamento que está semaforizado, até está lá uma placa bem grande que diz o que é que está ali a ser feito e que dá sequência àquelas vossas vontades. É que vocês apenas desenvolvem vontades que não as concretizam no papel. Lembrem-se do período que estiveram na gestão da Câmara de Bragança, oitenta e nove/ noventa e sete. Fizeram zero! Hoje o que é que fazem? Falam! A Câmara de Bragança faz.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires, dentro do que está regulamentado e apesar do tempo estar esgotado, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem três minutos e dez segundos.

..... **Luís Pires** - É muito rápido, só para lembrar aqui ao Dr. Luís Afonso que quem cantou a música do saudosismo aquela da “minha casinha” na última Assembleia, foi o Paulo Xavier. Portanto, se fala no passado tem que se entender com ele a ver se vocês me põem a música pelo menos ao meio tom senão não conseguem lá chegar.

.....Eu pedi ao senhor Presidente da Câmara, na parte dos esclarecimentos, que me dissesse a adesão, o número de casais que quiseram ir para aquela habitação do INH e foi uma das respostas que o senhor Presidente também não me deu. Por isso é que depois a gente tem que continuar a insistir até que seja esclarecido. Mas o Dr. Luís Afonso hoje está distraído.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, por favor.

.....**Lídio Correia** – Passando por cima desta guerra PS, PSD, quando este bloco central de interesses se degladiam ao faz de conta acho alguma piada.

.....Concordando na generalidade com o que aqui está eu só queria que o proponente me explicitasse concretamente, quando diz aqui “apresenta a esta Assembleia um plano de reabilitação urbana e respectivo programa de execução”, parece-me demasiado vago. Vamos apresentar um programa de reabilitação urbana da cidade toda, de alguma zona em concreto, de alguma parte do Concelho, ou o plano é para a cidade toda? É só isto.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso tem dois minutos, por favor, para explicar e acrescentar.....

.....**Bruno Veloso** – Isto era período de intervenção, de esclarecimentos, mas de qualquer forma.

.....Ó! Dr. Luís Afonso, só um bocadinho, só um bocadinho, de facto está um bocadinho nervoso, olhe que estas coisas quando as pessoas apresentam propostas não indicam sinal nenhum de nervosismo, muito pelo contrário, muito mais quando os pressupostos e de facto estava distraído quando eu li, os pressupostos eu disse-os claramente. Olhe que em dois mil e dois quando foi acabado o crédito bonificado, não era o PS que estava no Governo. E isso foi pena que na altura tenha sido assim. E também lhe digo mais, é que também no período, e eu quero que as autarquias locais nomeadamente a Câmara de Bragança e esta é claramente uma proposta construtiva, portanto não vejo necessidade desse tom de agressividade porque se apresenta uma proposta construtiva, que defende os interesses dos jovens, que defende os interesses da fixação da população e que pode também a Câmara Municipal dar o seu contributo. E de oitenta e nove a noventa e sete felizmente ainda tínhamos o crédito bonificado e os apoios que o Estado dava para aquisição de primeira habitação. Eu só tento contrariar isto pedindo à Autarquia que através, não estou a pedir dinheiro à Autarquia, estou, através de algumas questões procedimentais possa ajudar a que, de facto, os jovens se fixem na sua terra, porque nós queremos viver na nossa terra. Simplemente isto, portanto eu não estou a

pedir nada, estou a dar uma indicação e a pedir uma recomendação à Câmara e portanto umas tomadas de posições simples que custam zero e portanto haja ou não boa vontade.
.....Portando, se o PSD assume claramente que com uma proposta destas vota contra está a assumir claramente que está contra os jovens que querem viver na sua própria terra e esta é a realidade.....
.....Relativamente às dúvidas do Lídio Correia, o ideal seria um plano da cidade inteira. Agora talvez fosse bom que começássemos também a pensar em trazer os jovens, de novo, para o centro da Cidade. E talvez quando eu falo em prédios e casas devolutas, talvez fazer esse levantamento a nível generalizado. Agora, eu não vou estar aqui a defender uma zona, se é na Rua Direita, se é na Rua de Trás, se é em Vale de Álvaro, o plano deve ser feito e acho que também aí estamos mais uma vez a ser responsáveis e coerentes e portanto dizer à Câmara que gozará também dessa autonomia para nos fazer aquela que entender que seja a melhor proposta e a forma mais correcta de responder às necessidades expressas na moção, nomeadamente facilitar a habitação aos jovens. E é isto que esta moção pretende.

.....**Presidente da Mesa** - Dado que se trata de uma moção de recomendação à Câmara eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se quer fazer algum intervenção.

.....**Presidente da Mesa** – Não quer.....
.....Vamos então por esta moção de recomendação a votação.

----- **Após análise e discussão da Moção de Recomendação, foi a mesma submetida a votação, tendo sido reprovada, com cinquenta votos contra, zero abstenções e vinte e três votos a favor, estando momentaneamente presentes setenta e três membros.** -----

.....Há inscrições para declarações de voto?
.....Senhor membro da Assembleia Victor Pereira faça o favor.....

.....**Victor Pereira** - Boa tarde a todos. Hoje é a primeira vez que estou aqui, por isso mesmo vos saúdo.
.....Eu quero que fique registado em acta que o PSD se votou contra o facto do PS propor que se, o que se recomenda à Câmara, um programa de habitação para jovens até aos trinta e cinco anos – primeiro ponto.

.....Segundo ponto – Quero que fique em acta, num Distrito desertificado, como a gente diz, envelhecido como todos nós sabemos, e em que se reprova e se diz que não se pode negociar com a Administração Central, que esta Autarquia não pode negociar com a Administração Central um programa para a utilização de imóveis devolutos, privados e públicos. Quero que isto fique bem explicito em acta.

.....Outro ponto – Quero que fique em acta que os construtores desta cidade não podem ter uma espécie de preços controlados na construção pelo facto de promoverem habitação e construção jovem.

.....E por último, que essas mesmas taxas sejam, ou o PSD não leve a sério este tipo de recomendação.

.....Os jovens que estão lá fora têm que saber, e vão sabê-lo, se a Comunicação Social não pegar nisto, nós, e pelos vistos não estou a ver a Comunicação Social, nós promoveremos um outro tipo de iniciativa para dar a conhecer aos jovens deste Distrito e desta Cidade e especialmente deste Concelho.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor.

.....**Bruno Veloso** - Eu tenho pena, de facto, que aqueles jovens que hoje de manhã estiveram aqui não estejam aqui, agora, porque este é talvez dos momentos mais infelizes desta bancada parlamentar do PSD ao chumbar isto contra os interesses da cidade e contra os interesses dos jovens.

.....Um acto de boa vontade porque foi apresentado pelo Partido Socialista, um acto que custa zero à Câmara Municipal, apenas um acto de recomendação. Eu não obrigo os empreiteiros a construírem habitação a prelo controlado. A moção até diz que sejam privilegiados licenciamentos a quem reserve algumas parcelas nas suas construções, está explicito na moção.

.....Portanto o que o PSD, aqui, hoje, acabou de votar é triste e é contra os jovens da cidade de Bragança e aqueles que amam a sua terra e que querem viver na sua terra.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor Presidente.

.....Senhor Deputado Nuno Reis faça o favor.

.....**Nuno Reis** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....O Partido Social Democrata, é importante que se diga, não votou contra esta moção numa lógica de estar contra o que quer que seja. O Partido Social Democrata votou contra esta moção, ou esta recomendação, por entender que esta moção era extemporânea. E era

extemporânea em dois níveis. Era extemporânea a nível nacional porque como vocês mesmos disseram decorre neste momento um processo de revisão de todos os instrumentos de apoio e promoção ao arrendamento jovem e portanto não me parece que faça muito sentido a evoluirmos já a nível local para uma regulamentação ou lançar mão de um conjunto de políticas sem antes termos o quadro nacional previamente definido.

.....E é extemporânea a nível nacional por um motivo muito simples porque eu acho que esta intervenção do Partido Socialista é intolerável a todos os níveis não só ao nível de adjectivação que usou, nós não fazemos juízos de valor sobre as votações do Partido Socialista e portanto politicamente parece-nos muito desonesto que o façam relativamente às nossas votações e aquilo que eu vos devo dizer é que nos parece uma colagem, um aproveitamento, um parasitismo inaceitável do Partido Socialista a um conjunto de políticas que neste momento foram aprovadas por esta Assembleia e se encontram em fase de execução por parte da Câmara Municipal.

.....Aquele conjunto de habitações que se encontra construído na Quinta da Braguinha, naquela zona que é a Avenida das Forças Armadas é a concretização de políticas de promoção de arrendamento e de habitação para os mais jovens.

.....Chama-se a isto política de habitação concretizada. Não é um conjunto de sonhos, nem de princípios, nem de filosofias, nem de estados de alma, que o Partido Socialista quando esteve no poder na Câmara Municipal de Bragança, não quis ou não soube concretizar.

.....Portanto não venham agora numa lógica, perdoem-me, populista, aproveitar um conjunto de políticas já em execução para ter dividendos políticos.

.....Apresentem coisas novas. Aliás estranho muito que da bancada do Partido Socialista venham esse tipo de propostas, estranho muito.

.....Eu lembra-me que ter ouvido durante a campanha eleitoral legislativa um conjunto de iniciativas, um conjunto de propostas designadamente apresentadas pela Juventude Socialista e que devem aguardar melhores dias na gaveta de uma qualquer Secretaria de Estado.....

.....Depois, é logo a voz da Direcção da Juventude Socialista do Distrito de Bragança que vem aqui reivindicar um conjunto de políticas que eles próprios no Governo são absolutamente incapazes de aprovar, aliás de concretizar.

.....Portanto senhores deputados o Partido Socialista não está aqui nem contra a juventude, o Partido Social Democrata também não está contra a juventude, o Partido Social Democrata de forma séria, sustentada, e credível vai é concretizando políticas de juventude....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Terminadas as declarações de voto eu dou a palavra ao senhor membro da Assembleia Luís Afonso para a sua intervenção ainda no ponto do Estado e Vida do Município.....

.....**Luís Afonso** – Muito obrigado senhor Presidente.

.....Antes de mais gostava de dar aqui uma palvra de apreço pelo senhor Presidente da Câmara que cada vez mais vai melhorando o documento que produz e transporta depois para a Assembleia Municipal no que diz respeito ao Estado e Vida do Município, documento que tem vindo a ser cada vez mais enriquecido com a informação, o que me parece de facto ser um aspecto positivo que há que notar e dizer aqui.

.....Em segundo lugar folgo também em saber e é altura de fazer um pouco justiça, já que o senhor Presidente da Câmara já o disse no estado e Vida do Município, da decisão que o Tribunal de Contas tomou relativamente a um conjunto de factos que foram motivo de muita polémica, no ano eleitoral destas ultimas eleições autárquicas.

.....Hoje é bom que as pessoas de facto percam um bocadinho de tempo olhando para os documentos que foram fornecidos pela Câmara Municipal para ver a decisão que está aqui, do Tribunal de Contas e que se reponha de facto agora a verdade. E que tudo aquilo que durante semanas e semanas se disse de mal atacando frontalmente o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara do Partido Social Democrata, hoje temos aqui que a verdade, passaram uns anos, não passaram muitos, mas aquilo que foi dito nos Jornais, na Comunicação Social, na Campanha Política, agredindo de forma veemente, de forma muito agressiva, hostil, o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo do Partido Social Democrata, hoje é reposta a verdade. ..

.....Eu fico contente com isso porque foram momentos muito tristes aqueles porque passámos. Toda a gente suspeitava da Câmara de Bragança, toda a gente suspeitava do Senhor Presidente da Câmara de Bragança.

.....Hoje é o Tribunal que vem por um ponto final nesta matéria. E ao Partido Socialista cabe, hoje, de facto, fazer uma reflexão profunda sobre aquilo que em campanha eleitoral foram dizendo contra, manipulando, tentando manipular, enfim, os cidadãos, os eleitores, fazendo passar uma mensagem muito negativa do Senhor Presidente da Câmara, candidato do Partido Social Democrata à reeleição ao órgão autárquico de Câmara. E é interessante não é? Haver hoje aqui o que é que na decisão do Tribunal de Contas aqui é dito e eu passo a ler: “Factos não provados: 1) – Não se provou que os Demandados agiram de forma deliberada e consciente com o intuito de não cumprir os preceitos legais relativos à assunção, autorização e pagamento das despesas públicas bem como os relativos aos procedimentos legalmente previstos nas empreitadas de obra pública.....

.....2) - Não se provaram todos os restantes factos articulados que, directa ou indirectamente, estiveram em contradição com os factos atrás dados como provados”.

.....Mas há mais! É bom, hoje, referir no ano de dois mil e sete, hoje dia vinte e seis de Fevereiro tudo aquilo que foi dito durante o ano de dois mil e cinco na Comunicação Social, etc.

..... “Responsabilidade dos Demandados - Do exposto, e porque a escritura de permuta não ofendeu qualquer preceito do Decreto Lei nº.59/99 nem qualquer outro normativo financeiro, conclui-se pela inexistência de infracção financeira

.....Foram, assim, estes Demandados absolvidos da infracção que lhes era imputada pelo Ministério Público”.....

.....“A decisão - Atendo ao exposto decide-se julgar totalmente improcedente o pedido formulado pelo Ministério Público relativamente a todos os Demandados”.....

.....É reposta agora a verdade. Ficamos satisfeitos Senhor Presidente. E o Senhor quando falava aqui neste palanque e noutros lugares públicos, o Senhor falava a verdade e nós sentíamos que você falava a verdade.

.....Hoje, aqueles que duvidavam de si, têm de facto aqui posta a verdade. E dizendo o que dizia há pouco aqui um elemento do Partido Socialista - é pena que não esteja cá a Comunicação Social- era bom que dessem agora tanto relevo à decisão do Tribunal de Contas como deram em tempos passados às opiniões que publicamente se faziam passar contra a atitude da Câmara Municipal de Bragança. Era bom que lhe dessem o mesmo relevo. Não sei se lho vão dar, porque era bom que se fizesse aqui justiça à actuação da Câmara de Bragança e do Senhor Presidente da Câmara de Bragança.

.....Era isto um pouco do que eu queria dizer, não sei se esgotarei o meu tempo, não tenho muito se calhar.

.....Bom, posta e feita esta reflexão, já vi que há aí palavras do “ai Jesus” do lado da bancada do Partido Socialista de ouvir estas coisas, mas é bom ouvir, ora é, ouvir que a verdade vem sempre ao de cima.

.....Bom agora queria só pedir um bocadinho da vossa atenção para o seguinte, enfim, sucessivamente, ou, Governos sucessivos, também da minha cor partidária, que eu, enfim, comungo, tem vindo a penalizar o interior de Portugal e não querendo dizer, portanto digo isto dos vários Governos, incluo também o Governo do PSD e de facto o Governo do PSD em vários momentos não se comportou com o devido respeito que devia ter para com esta região, temos que de facto afirmar esse facto.

..... Agora, no entanto, a Governação é dirigida pelo Partido Socialista, e nós notamos que o Partido Socialista tem de facto penalizado muito o interior. E penso, pensamos, julgo que também do lado do Partido Socialista, essa ideia deve estar já cada vez mais vincada, embora note alguns recuos na Governação do Partido Socialista e a última parece ter sido ontem, que o Partido Socialista se prepara para penalizar mais o interior, retirada de serviços, enfim, a função pública que durante anos teve nos seus funcionários, ou criou a expectativa de uma estabilidade no emprego que hoje parece, que motivada pelas decisões e vontades políticas do Partido Socialista, não vai ser assim nos próximos tempos,....

.....

.....**Luís Afonso** - *Ainda bem*... não sei se esse “ainda bem” terá sido um comentário de que a precariedade no trabalho e no emprego é uma coisa boa... não sei, se calhar eu fiz agora uma leitura errada desse “*ainda bem*”.....

..... Bom, o que me preocupa e julgo que a seguir também o Dr. Júlio vai fazer a sua intervenção a chamar a atenção para outro assunto que mexe com o interior de Portugal e naturalmente também aqui com o nosso Distrito e o nosso Concelho.....

..... O que me preocupa e me trás agora aqui é a apresentar-vos uma moção. Uma moção que tem a ver com o seguinte: Com a reestruturação do Ministério da Agricultura, de facto devemos dizer o seguinte, os Senhores Presidentes de Câmara do Distrito de Bragança movimentaram-se e muito bem. Fizeram um documento em conjunto, em que todos fizeram um documento em que diziam ao Governo, ou indicam ao Governo, pugnando pela ideia de interioridade do território, de poder criar instrumentos de desenvolvimento no interior do território, e na altura, não sei se motivado por isso, a verdade é que o Governo correspondeu. . .

..... É essa iniciativa e vontade dos Senhores Presidentes de Câmara do Distrito, colocando a Sede da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte na cidade de Mirandela. Confesso que eu na altura estava pouco crente que isso viesse a acontecer, e que mais uma vez o litoral com a sua força, enfim, motivado pela força eleitoral do número de cidadãos que colocam o voto nas urnas, que naturalmente Braga, eventualmente, ou Porto, naturalmente mais Braga viessem a receber a Sede daquela Direcção Regional de Agricultura. Assim não aconteceu.....

..... Era de justiça dar aqui uma palavra ou uma nota positiva pela decisão que o Governo da nação, hoje com maioria absoluta do Partido Socialista, tomou em devido momento.....

..... Mas, na altura os Senhores Presidentes de Câmara já diziam nesse documento que fizeram em conjunto, chamavam a atenção para uma outra situação que pelos vistos pode vir a ocorrer. É que por um lado se havia reestruturação do Ministério da Agricultura e a Sede era solicitada ser colocada aqui no Distrito de Bragança, nessa perspectiva muito bem em Mirandela, já na altura e eu passo a ler aqui o texto que o Senhor Presidente da Câmara nos forneceu, dizia nesse documento: *Os Presidentes de Câmara defenderam:*

a) que a sede da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte se localize em Mirandela, sede da actual DRAPN.

..... Ponto positivo, nota positiva para a Governação do Partido Socialista.....

b) Que os serviços das actuais zonas agrárias com sedes concelhias, sejam reforçados com meios técnicos, garantindo maior proximidade e apoio aos agricultores, assegurando uma política de desenvolvimento rural de combate à desertificação e revitalização económica.....

..... Ora aqui é que está o problema, parece que na sequência dessa vontade que inebria agora o Governo do PS de centralizar, concentrar, reduzir despesas, poderá também neste

âmbito vir a penalizar o interior de Portugal, e em concreto, a nossa Região, o nosso Concelho de Bragança.

..... Ou seja, a Zona Agrária que nos habituamos a reconhecer há anos, e que foi de resto no passado, logo após o vinte e cinco de Abril, a zona de Bragança era uma zona muito ampla, aliás era a Zona agrária, na altura não se chamavam zonas agrárias, mas cobria todo o território que corresponde hoje ao Distrito de Bragança.

.....Entretanto com o tempo foram sendo reduzidas, passou a ser zona agrária da Terra Fria que incluía Bragança e Vinhais, e hoje apenas e só zona agrária de Bragança. Parece.

..... E pode acontecer que o Governo venha a decidir pelo encerramento das zonas agrárias, como se fala no encerramento de Tribunais nalguns Concelhos, como se fala na vontade do Partido Socialista de fechar algumas Direcções de Finanças, como se fala na decisão de encerramento de algumas Maternidades, como se fala no encerramento de alguns serviços de urgência.

..... Ontem o Partido Socialista parece que terá recuado com a proposta do Senhor Ministro da Saúde poder negociar os protocolos com algumas Câmaras, e Macedo de Cavaleiros será uma delas, para manter o serviço aberto, há já um recuo e parece que o Primeiro Ministro terá chamado o dossier a si, porque viu a confusão em que se ia meter com esta matéria, enfim, o PS sempre teve muito receio das manifestações, no tempo do Engenheiro António Guterres funcionava um pouco ao sabor das manifestações, não era ?... ..

..... Bom, penso que é uma preocupação que deve ser transversal a toda esta Assembleia , que é a eventualidade da concentração dos esforços dos recursos financeiros na área do Ministério da Agricultura, que isso venha a penalizar por um lado os funcionários do Ministério da Agricultura, com passagem aos quadros disponíveis, e o encerramento de algumas delegações ou zonas agrárias em alguns Concelhos.....

..... Não me parece correcto, sendo que, em Trás-os-Montes tenha ficado a sede da Direcção Regional de Agricultura do Norte em Mirandela, enfim, geograficamente está bem, de resto era aí que estava sediada anteriormente a Direcção Regional de Trás os Montes, que o Concelho de Bragança, que é um Concelho com imensas potencialidades na área agrícola, o maior concelho do Distrito, o Concelho com mais superfície agrícola utilizada, o Concelho com mais agricultores, com uma centralidade não só em termos de acesso mas também uma centralidade que é dada pela história, Bragança, pela história tem sido a cidade no Nordeste Transmontano aquela cidade que puxa pela Região, e devo continuar a sê-la, não deve perder em nenhum momento capitalidade.

..... Esta nossa preocupação de vir a ser encerrados os Serviços da Zona Agrária de Bragança, leva-me a que nós, Partido Social Democrata, passe a ler aqui uma moção e submetê-la à deliberação da Assembleia Municipal.

.....E eu passo a ler:

“MOÇÃO

.....A Assembleia Municipal de Bragança, reunida ordinariamente em 26.02.2007, considerando a eminente reestruturação do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (M.A.D.A.P) e eventual saída dos Serviços da Zona Agrária de Bragança, deliberou o seguinte:-----

.....1º. – Manifestar a sua satisfação pela decisão do Governo em localizar a sede da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte na área mais interior desta Direcção e em concreto na cidade de Mirandela, dando sequência ao documento elaborado nesse sentido e em conjunto pelas doze Câmaras Municipais do Distrito de Bragança; -----

.....2ª. – Solicitar ao Governo que os serviços da actual Zona Agrária de Bragança sejam reforçados com os meios técnicos e melhorias das suas instalações, levando em linha de conta que Bragança é um dos maiores concelhos do País e que dos concelhos que integram o actual Agrupamento das Zonas Agrárias do Nordeste, o de Bragança, além de ser o maior em área territorial, é o que detém um maior número de explorações agrícolas, maior superfície agrícola utilizada (SAU), mais população agrícola, o que demonstra a importância deste sector no contexto regional, possui também o maior número de técnicos, instalações disponíveis e maior centralidade, pelo que se impõe a instalação em Bragança de uma Delegação da D.R.A.P.N. --

.....3º. – Os técnicos e outros colaboradores da M.A.D.R.P. colocados na Zona Agrária de Bragança aqui têm as suas vidas organizadas e a saída destes serviços desta Cidade seria mais uma dificuldade a que Bragança tem sido submetida pelo isolamento, com prejuízo evidente para os agricultores e para os funcionários, o que conjugado com outras situações de redução de oportunidades de trabalho em outros serviços desconcentrados da Administração Central, levará a uma maior vulnerabilidade da cidade, situação de que o país não beneficia. ---

.....4º. – Compete ao Governo Central, no exercício das suas funções de soberania, dar oportunidade às cidades fronteiriças, não esquecendo a prática diária de políticas integradoras do Território Nacional.-----

.....5º. – Considerando a reestruturação dos serviços de Agricultura solicita-se ao governo central que crie, em Bragança, uma Delegação com fortalecimento da actual Zona Agrária como medida positiva de apoio aos cidadãos e agricultores deste concelho. -----

.....a) – Luís Manuel Madureira Afonso” -----

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.

.....Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, faça o favor.

.....Como sabe o PS está sem tempo neste período da Ordem do Dia, mas tem a margem dos pedidos de esclarecimento, mas pedia-lhe para ser breve.

.....**Vítor Pereira** – Uma pergunta muito simples. Ó! senhor deputado uma pergunta muito simples, parece, diz-se eventualmente, diga-me concretamente o que é que sabe.

.....**Presidente da Mesa** - Não há mais pedidos de esclarecimento?
..... O Senhor proponente tem a palavra para responder, se quiser, ao pedido de esclarecimentos que lhe foi feito.

.....**Luís Afonso** - Bom, eu tenho que devolver a pergunta, porque se alguém sabe e que está no segredo dos Deuses, está dentro da decisão do Partido Socialista que é o Governo da Nação. Do nosso lado sabemos que alguma coisa vai acontecer. Eu posso saber, eu posso perguntar qual é a Direcção de Finanças que fecha? Onde é que fica a Direcção de Finanças? Posso saber quais são os Tribunais que fecham? Eu também não sei. Nessa matéria com as delegações, Zonas Agrárias, que estão instaladas em cada Concelho no País, e aqui em Trás-os-Montes também, eu não sei! O que eu sei é que há uma vontade do Governo do Partido Socialista para fechar, e eu pergunto, quais é que vão fechar? Eu devolvo a pergunta para vocês, a de Bragança fecha? A de Vimioso é que fecha ou é a de Vinhais que fica? A pergunta é devolvida para vocês. Tomáramos nós saber!

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Não, não.... Fez a pergunta, tem a resposta. Agora vamos abrir um período de intervenções, o Senhor se quiser inscreve-se.
.....Vamos pedir inscrições para intervenções sobre esta moção.

.....

.....**Presidente da Mesa** - O Senhor já pediu o seu esclarecimento... Foi-lhe dado, bem ou mal é com ele que vão votar.

.....Não há inscrições para intervenções.

.....Eu vou por a moção à votação.

----- **Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinquenta e seis votos a favor, um voto contra e dezasseis abstenções, estando momentaneamente setenta e três membros presentes.--**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira.
.....Segue-se o Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira e depois Lídio Correia.
.....Faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Primeiro ponto, nós não votamos, nunca votaremos baseados em diz-se, em parece que, eventualmente, nunca ouvirá nesta sala do Partido Socialista qualquer posição disto.

.....Depois quero lembrar ao Senhor deputado Luís Afonso que esta questão de manter a DRATM, neste caso agora a Direcção Regional do Norte em Mirandela, no Distrito de Bragança,

.....

.....**Vítor Pereira** - Não é Senhor deputado...por pressão dos Senhores Presidentes de Câmara, não é assim que se faz política, o Senhor sabe que não é assim. O Senhor sabe! O Senhor sabe!

..... Mas agora sabe que isso foi uma promessa da campanha eleitoral do Partido Socialista. Foi promessa e cumprimos.

..... Agora, a questão da Zona Agrária de Bragança, eu não sei onde é que o Senhor deputado ouviu essa possível saída da Zona Agrária aqui do Concelho de Bragança.

.....Agora, senhor deputado, há, se calhar, se andasse um bocadinho mais atento, atitudes de alguém que aconselha por exemplo a Direcção Regional de Agricultura e o Ministério da Agricultura, a fazer obras nos outros sítios, e deslocar por exemplo os rapazes e as senhoras e os senhores que estão naquele local, muito bem, e deslocá-los para outros sítios.....

..... Convidando o Ministério da Agricultura a fazer obras, como se o Ministério da Agricultura não tivesse por exemplo em Macedo, um edifício que praticamente está devoluto, com espaço para os meter, e numa época em que nós estamos como estamos em termos de finanças públicas.

..... Ter esse tipo de comportamentos, isso é que não é sério para fazer política Senhor deputado.

.....E como tal, o PS nunca disse, eu nunca ouvi nenhum responsável do PS dizer que a Zona Agrária saía do Concelho de Bragança. Nunca ouvi. Nunca o Senhor futuro Director Regional do Norte, por acaso nosso conterrâneo disse que tiraria a Zona Agrária de Bragança, agora quando alguém o convida e lhe faz convites para retirar os funcionários dos serviços onde estão e deslocá-los para outros sítios, aí, Senhor deputado é que nós temos que ver muito bem os comportamentos que vamos tendo.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira para a sua declaração de voto.....

.....**Henrique Ferreira** – Boa tarde.

.....Em nome da seriedade e honestidade política, não podia votar senão contra esta moção. De resto, havia outra razão pela qual teria de votar contra. É o chorrilho de asneiras e mentiras que estão vertidos e contidos nesta moção. Por isso, há uma terceira razão, não me parece honesto fazer política desta forma. Não só a Zona Agrária fica em Bragança, como a Direcção Regional de Agricultura fica em Mirandela.

.....E aconselho o Senhor deputado, não devia fazer parte da declaração de voto, a estudar, estudar a real importância do Concelho de Bragança no contexto de Distrito, porque infelizmente, nem em agricultura é assim tão relevante como o Senhor aqui disse... ..

.....

.....**Henrique Ferreira** – Olhe que não estou. Nessa matéria e em muitas outras não estou enganado. Mas não vamos agora discutir isso. Só lhe digo que com esta desonestidade, com esta falta de credibilidade, com esta tentativa de misturar as coisas nós não vamos lá. Eu sei qual foi a sua intenção, foi o jogo político, mas não vale a pena, isto é mais sério, a política é muito mais séria do que o simples jogo político. E por isso olhe, passarei a votar contra, nem que seja sempre só, porque às vezes mais vale só do que mal acompanhado. Percebe?.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua declaração de voto.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Eu não percebi bem porque é que o Henrique andava mal acompanhado...mas será um problema dele.

.....Relativamente a isto eu queria só dizer que a CDU votou a favor, é óbvio, genericamente estamos de acordo com tudo aquilo que está lá escrito, agora temos a consciência claríssima da ineficácia da falta de importância, do não ser nada este tipo de moções e este tipo de “atribes” que aqui se fazem.

.....Aliás, sobretudo para mim, por exemplo, que fui funcionário público, que lutei sabe Deus como contra os disponíveis, ouvir agora aqui um membro preponderante do PSD vir-me dizer que estão aí os disponíveis outra vez, sinceramente, acho que temos de começar a ter um bocadinho de memória e um bocadinho de cuidado com aquilo que temos, porque efectivamente isto é exactamente a mesma coisa, que é igual exactamente às juras absolutas que o Partido Socialista faz aqui, juramentos e não sei quê... Eu já uma vez aqui disse, este

tipo de juramentos e este tipo de situações são iguais às do bêbado que chega a casa e jura todos os dias que nunca mais se embebedará quando vai dizer à mulher.
.....Quanto à manutenção dos serviços e dos funcionários, aguardemos e vamos ver o que vai acontecer.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho tem a palavra para a sua intervenção. .

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros do Executivo, Senhores deputados.

.....Eu talvez comece a fazer um exercício de memória, a ver se a minha memória ainda está lúcida. Sou um homem com 66 anos e a ver se ainda estou lúcido. E faço exercícios na minha xácara, virada para o Rio Sabor a ver se de facto a minha memória ainda responde aos apelos, e parece que sim, parece que sim.

.....E há dias houve uma voz musical que me disse, ó pá estás mais lúcido do que quando tinhas dezoito anos... De maneira que estou convencido de que estou mesmo lúcido.....

..... Eu votei a favor da proposta do Dr. Afonso, mas como sou um lavrador nas horas vagas, às vezes começo a preocupar-me, ó Dr. Luís, diga lá a verdade, esta estrutura do Ministério da Agricultura é um caso sério... Merece mesmo ser repensada... É bom que seja repensada. É bom que os lavradores sintam o apoio dos Técnicos da Agricultura. Oxalá que esta reestruturação do Ministério da Agricultura venha a bem dos Portugueses, de Trás-os-Montes e de Bragança. Porque, a coisa não é fácil. A coisa não é fácil... pronto estou contente com a sua... é verdade.

.....**Presidente da Mesa** - Peço desculpa senhor Dr. Luís Afonso e Senhor orador. Não vão estabelecer aqui uns jograis nesta hora da tarde para a Assembleia, de maneira que faça lá o favor, continue na sua intervenção directa.

.....**Júlio de Carvalho** – Continuando, eu queria dizer o seguinte, durante dois anos e tal que estive no Governo Civil e que fui dirigente político, eu cheguei a esta conclusão há muitos anos, de contra o poder violentamente não se obtém nada.....

..... O Poder é como uma mulher, é amável, é simpática, é receptiva se nós a tratarmos bem, se não a tratarmos bem hostiliza-nos, põe-nos fora de casa, não nos dá nada, é violenta, é agressiva. O poder é isso mesmo. Há que sabê-la tratar, há que cuidá-la, e nós não queremos nada com o Poder, nem queremos com o desenvolvimento de Bragança. Nós só conseguimos alguma coisa se através do nosso poder dissuasivo, também do nosso poder de convicção, e tem que ser por todos, não é por um, não é com agressividade, não é com violência, é com amor, com carinho, com respeito, com dignidade, com bom senso.

.....Bem, e vem isto a propósito de quê? Vem aí uma reestruturação do ICN, por aquilo que me foi dado ver e sentir, o ICN está mesmo com vontade, ou o Governo, e não faço isto com o intuito de agredir o Governo, pelo contrário, se eu tivesse o prazer e a honra de conseguir aprovar esta moção por todos, e eu sento-me, se for preciso alterar alguma coisa eu altero, o que quero é que isso seja mesmo nesses termos, passar-lhe a mão carinhosamente e obtermos aquilo que nós queremos.....

..... Já andei por esse mundo fora, conheço um pouco isto. Então o que se sabe é isto, é que a proposta orgânica de reestruturação do Serviço do ICN prevêem muitas coisas, entre elas e além do mais uma maior concentração de competências em Lisboa, é indiscutível, o ICN quer mesmo concentrar-se em Lisboa.....

..... A criação de cinco estruturas regionais, sem a garantia de que Bragança será contemplada com uma dessas estruturas. Não sabemos se não será. Não há garantias de que o seja. E como são cinco estruturas, e como há cinco Regiões Plano, é pensável que isso vá para o Porto, note, não é uma garantia. Mas não há garantia de que venha para Bragança.....

..... O afastamento das Autarquias, isso é indiscutível, há aqui um afastamento claro, intencional, das Autarquias locais, e falo das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, dos órgãos dirigentes do ICN, relegando a participação das Autarquias para os Concelhos estratégicos, que não têm função vinculativa nenhuma, nem deliberativa, nem decisória.

.....Face à omissão da proposta orgânica na sua fundamentação de não obstante 60% não da área utilizada do Norte estar localizada em Bragança, não levar isso em consideração. 60% da área classificada do Norte está localizada em Trás-os-Montes.

.....Face à omissão grave de considerar que por várias vezes foi prometido a Bragança, localizar nesta Cidade os Serviços Centrais do ICN. Já aqui foi discutido isso. Recordo que o Dr. Durão Barroso fê-lo, mas não cumpriu, não fez, deixou passar, mas já antes o Partido Socialista tinha prometido que o ICN viria para Bragança, e eu recordo os momentos de importância, há tempos referi, do Dr. Vítor Barros ex-Secretário de Estado e o ex- Secretário de Estado do Ambiente, terem referido isso em reuniões que tiveram comigo quando eu era Presidente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses.....

..... Face à omissão grave de não receber no projecto de reestruturação qualquer princípio de centralização, ao contrário do que os bons princípios de gestão aconselham e exigem, e contrariando o estabelecido na carta da autonomia local. Face à filosofia subjacente no projecto ... de hostilizar as populações residentes e os seus Autarcas, porque nenhuma importância, nenhuma relevância se lhes dá a elas, face à filosofia subjacente no projecto de reestruturação do ICN de pretender impor as suas ideias muitas vezes fundamentalistas e contrárias aos interesses nacionais e locais e isso a propósito, explico, nós sabemos que já começam a impor certos princípios e certos obstáculos à criação dum parque eólico, de tudo aquilo que afecta, não sei quê... não será desta vez o rato cabrero, será um ave qualquer que

anda por ali perdida... .Nós sabemos o que nos têm feito em relação à Barragem de Veiguiñas, portanto não sabemos o que tem sido feito em relação à ligação com Sanábria.

.....Nós não podemos estar dependentes desses fundamentalistas. Nós temos que acabar definitivamente com eles, democraticamente, respeitando as suas ideias, mas não permitindo que eles imponham as suas regras, e portanto, eu entendo que é oportuno... e nós envergonhamo-nos com o parque eólico que sentimos aqui em Espanha e não temos nada aqui, quando sentimos que Bragança precisa da água, mas a Veiguiñas não impõe, há lá um plano, há lá qualquer coisa que ainda não entendi, ambiental, ninguém entendeu, creio eu.

.....Ninguém entende porque razão a ligação do IP4 não se faz bifurcando - e eu estive nessa luta - até Sanábria.

..... Quer dizer, há qualquer coisa que ninguém quer, ou melhor, eu estou convencido que nenhum Governo tem querido, porque dá despesas, Bragança é minúscula, é de menor importância, é secundária.

..... Bem, mas face a isto eu acho que nós temos de tomar uma posição, uma posição séria, dizer ao Senhor Primeiro Ministro, ao Governo, e a sua preocupação com a filosofia e intenções expressa na proposta orgânica da reestruturação dos Serviços do ICN, ao excluir as autarquias e populações locais da sua gestão, expressar a preocupação das populações de Bragança ao verem sentir que se pretende negar-se-lhe o direito a que, pela natureza do seu território, de ver cumpridas as promessas que lhe são feitas de instalar em Bragança a sede do ICN.

.....Manifestar a sua preocupação quanto ao futuro de Trás-os-Montes, caso a filosofia subjacente na proposta orgânica se venha a concretizar, já que com ela, se pretende hostilizar a população residente, autarcas e população em geral. Manifestar o propósito de não aceitar que o povo Transmontano e os seus legítimos Representantes, fiquem impedidos de expressar no referido programa de exclusão os agentes da área de Bragança e com os seus legítimos Representantes, desde já pretendendo usar todos os meios para impedir que tal venha a acontecer.

.....Eu falei várias vezes com alguns dirigentes responsáveis, e disseram-me assim... não... isso não vai...inclusivamente o Senhor Primeiro Ministro não é apologista desta teoria. Eu acho que há uma série de fundamentalistas lá pelo meio, eu acho que se nós chegarmos lá e o Senhor Presidente da Câmara e outros poderão chegar lá, eu estou convencido que ele faz como fez ao Ministro da Saúde - *ó! pá tem calma, estás a levantar problemas demais... tu não sabes o que estás a fazer...*- é por acaso um homem da minha terra, um homem bom, um homem que mais sabe de saúde, mas foi preciso que o Primeiro Ministro lhe dissesse, - *ó! pá tu não podes fazer aquilo que queres, tens de fazer aquilo que é de interesse nacional!* - E até já assinou um acordo com Macedo de Cavaleiros... ..

.....Não vamos hostilizar os Governos, nem ninguém, vamos é lutar para que de facto nós sejamos beneficiados com a reestruturação do ICN e que não nos queiram vilipendiar, porque

não é exclusivo deste Governo, exclusivo de todos aqueles que não amam Trás-os-Montes, e só nós é que estamos aqui para lutar pelos nossos interesses, e devemos estar unidos, unidos, unidos nesse propósito para salvar Trás-os-Montes deste esquecimento a que nos querem votar.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho.
.....Vamos abrir inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta moção que foi apresentada pelo Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho.

.....**Vítor Pereira** – Bom, mais uma vez, com muito amor e carinho Senhor Dr., mas mesmo com muito amor e carinho, sabe que eu tenho por si uma grande consideração e uma grande estima, e é com amor e carinho que eu lhe digo assim, qual é o conhecimento que vocês têm, é a pergunta que eu deixo no ar, da Lei Orgânica do ICN? Eu não percebo como é que vocês sabem tanta coisa, não sei... quer dizer... eu fico pasmado, para não dizer banzado com aquilo que vocês sabem aqui.

.....Agora, Senhor Dr., então deixe-me fazer as minhas considerações, digo-lhe assim, se retirar esses considerandos todos, discriminações para baixo e para cima, e disser assim, muito simples, apoiamos a futura sede da Direcção Regional do ICN em Bragança – Conte connosco. Apoiamos que as Câmaras devem participar na Comissão Executiva – Conte connosco. Apoiamos tudo isto e estamos de acordo. Está bem. Simples como isto não pode haver.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia José Castro.
.....Faça o favor.
.....A CDU tem também o seu tempo esgotado e vai fazer o pedido de esclarecimento ao abrigo da disposição que dá uma folga. Pedia-lhe para ser breve.....

.....**José Castro** – Muito obrigado Senhor Presidente. Muito, muito breve.....
.....Eu tentei ouvir com toda a atenção a intervenção do Dr. Júlio de Carvalho, mas fiquei sem perceber rigorosamente nada. Porque se diz tão mal do ICN porque é que o quer cá? Não é? A CDU disse na última Assembleia Municipal que o ICN é uma estrutura de um Ministério e esse Ministério faz parte de um Governo, e esse Governo é sustentado por uma maioria na Assembleia da República, é agora pelo PS e foi-o pelo PSD antes. E o que se passa é que nada mudou. E portanto os Ambientalistas não fazem mais nada do que a tarefa dele, mas, de facto quem toma as decisões neste País é o Governo e quem tem as culpas do Estado da situação são os diversos Governos que têm atravessado realmente a nossa Governação, e

portanto, como não revejo qualquer interligação entre os considerandos que fez, e depois a moção propriamente dita, agradeço que me esclareça de facto isso, não é? Ou seja, se realmente nos considerandos diz tão mal do IN e depois na moção propriamente dita vai dizer que quer cá o ICN e o reforço das suas instituições, em que é que ficamos?
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro a Assembleia Júlio de Carvalho tem a palavra para responder ao pedido de esclarecimento.

.....Tenho a certeza que é o que deseja fazer.

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor deputado, eu não disse nada mais do que aquilo que é constatado no dia a dia e no quotidiano em Portugal. Só em Portugal acontece aquilo que nós assistimos. Só em Portugal os ambientalistas se opõem a que a ligação de Rio Frio a Miranda do Douro esteja interrompida pelos ratos cabreras. Algum dia ouviu falar nos ratos cabreras? Foi uma invenção dos ambientalistas. Os ratos cabreras... eu chamar-lhe-ia um outro nome aos ratos cabreras...mas não lhe chamo por respeito a esta Assembleia.....

..... Eu quero dizer o seguinte, eu não faço aqui considerações desagradáveis ao ICN, eu faço considerações desagradáveis e digo, o ICN a filosofia da Lei Orgânica que vai sair, e que não sabemos, aproveito a oportunidade para responder ao Dr. Vítor, hoje isto não é um mundo fechado... é um mundo aberto! O senhor na Internet já lá encontra elementos sobre esta matéria. E nós temos elementos fornecidos, que vêm lá de dentro quanto ao ICN, portanto, não é à toa! Nós estamos a falar com conhecimento de causa.

..... A Câmara Municipal deliberou em sua sessão o que está ali no documento que nos foi fornecido, não o fez à toa! Fê-lo fundamentadamente! E fundadamente! E rigorosamente!

.....Portanto, Senhor Dr. perdoe-nos isto, mas nós não somos, enfim, já viu o que é um indivíduo estar a alegar em Tribunal uma coisa sem ter base de legalidade... é uma chatice... O juiz até nos condenava como litigantes de má fé! E eu não quero ser condenado aqui publicamente como litigante de má fé! Sou uma pessoa que estou aqui de boa fé.

.....Portanto, ó! Senhor Dr. eu queria-lhe dizer isto, nós sabemos, já duas vezes o que eu referi, é, não queremos que os fundamentalistas, os fundamentalistas do ICN, e nós sabemos quem são, e onde estão, que venham a ser um obstáculo ao desenvolvimento de Trás-os-Montes.....

..... Senhor Dr., o Senhor compreende que Veiguinhas tenha sido duas vezes reprovada? Por quem? Pelo ICN! Os Políticos querem a Barragem de Veiguinhas, os fundamentalistas lá de dentro... olhe, é com base nas opiniões do Senhor fundamentalista que está aqui no ICN de Bragança, que se impedem a constituição de campos de caça de treino de cães, que se impedem a criação de zonas de caça, que se impede o ordenamento, com fundamentos, e

posso-lhe provar isso com documentos, sem o mínimo de fundamentos. Sem o mínimo de fundamentos. Olhe, entendemos que vai afectar as espécies raras que ali estão, não diz quais são as espécies raras. E com base nisso o ICN diz assim, chumbado!
.....Ó! Senhor deputado, eu ando aqui há muitos anos na caça, em zonas de caça concessionada, da área do Parque, estão sujeitas ao parecer deles. E só são aprovados aqueles que eles querem, porque o parecer do Parque é vinculativo.
.....Mas só é vinculativo para alguns, porque em relação a Vinhais e outros casos houve pareceres vinculativos e aprovaram depois o Parque. Nós sabemos como é que isto funciona...
..... Portanto, o que eu lhe quero dizer, eu não sou contra o ICN, pelo contrário, eu acho que o ICN pode e deve representar o papel fundamental a nível local e internacional. O que não quero é que o ICN seja duvidado por esses fundamentalistas que estão contra o desenvolvimento local, que estão contra o desenvolvimento regional.
.....E nós temos o exemplo de Veiguinhas, temos o exemplo da estrada de ligação a Miranda do Douro, temos o exemplo do IP2 e temos o exemplo da caça e da pesca que são fenómenos que têm sido objecto dos maiores disparates, por decisão de alguns fundamentalistas. E nós depois sabemos que a Direcção homologa de acordo com os pareceres, nós sabemos como é que funciona a política... ..

.....**Presidente da Mesa** - Senhor orador, tem dois minutos para terminar.

.....**Júlio de Carvalho** – Eu não sou contra o ICN, eu sou contra tudo aquilo que possa evitar o progresso de Trás-os-Montes.

.....Mais nada.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Inscrições para intervenções sobre esta moção?

.....Não há inscrições, vamos por à votação... ..

.....**Presidente da Mesa** - Isso é da competência do Senhor Proponente... ..

.....**Presidente da Mesa** - Um momento, um momento.

.....O Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira fez um desafio ao Senhor Proponente de reformular a sua moção.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Então peço-lhe o favor de usar da palavra para resumidamente dizer em que termos fica a moção e então a pormos à votação. Mas eu, sem o proponente me dizer que está na disposição e que a vai reformular, não posso obrigá-lo, até nem mesmo sugerir.....

.....Faça o favor

.....**Júlio de Carvalho** - Senhor Presidente muito obrigado.....

.....Eu efectivamente, como sabem, sou um homem de reconciliação, sou um homem de bons costumes, de brandos costumes, não sou um homem agressivo, sou um homem de bons costumes, princípios, gosto de ser tolerante e muito amigo do meu amigo.....

.....Portanto, o Dr. Vítor propôs isso, o que nós pretendemos é isso só, não queremos mais nada. Olhe como vamos querer em relação à Escola de Bombeiros, o que queremos é que ela venha para aqui.

.....

.....**Júlio de Carvalho** - Retiro os considerandos.

.....

.....**Júlio de Carvalho** - Termina. Agora é preciso por considerandos, uma moção tem que ter considerandos... O que é que vamos aprovar? A assembleia deliberou porquê? Considerando que... ..

.....

.....**Júlio de Carvalho** - Não há garantias de que tal... e tal... Nós, desde já nos manifestamos a favor de que realmente ela... ou não é?... ..

.....

.....**Júlio de Carvalho** - Eu redijo.

.....**Presidente da Mesa** - Então faça o favor, vamos passar à frente e deixamos... Vamos suspender este ponto, que é o último deste ponto da ordem do dia, vamos suspender a votação sobre esta moção do Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, vamos passar

para o próximo ponto e depois retomaremos a votação desta moção quando tiver sido vista, se há um consenso sobre ela.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Pode. Pode se a Assembleia não se opuser. Eu pergunto.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - É verdade. é verdade. Eu estava a sugerir que fizéssemos aqui uma suspensão deste ponto desta votação, para... ..

.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu estou a por á consideração, estou a perguntar se há alguém que queira interpelar a Mesa sobre a intenção da Mesa de adiar a votação sobre este ponto? ..

.....Faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Bom eu penso que nestas coisas, quer dizer não podemos ser formais para umas coisas e informalidades todas para outras. Isto são coisas absolutamente sérias, não é uma brincadeira, penso eu, aquilo que o Dr. Júlio de Carvalho propôs, não é uma brincadeira, aquilo que o Partido Socialista, não é uma brincadeira a intenção de voto de cada um de nós possa ter, e há regras que definem como é que funciona a Assembleia, e se temos neste momento uma ordem de trabalhos a funcionar, essa ordem de trabalhos do nosso ponto de vista tem que se cumprir. Quer dizer, porque não podemos andar aqui, e desculpem lá eu dizer isto, não podemos andar aqui a inventar coisas de um momento para o outro, exclusivamente para fazer alguma espécie de xincana política, isto sim é que eu acho que é xincana política pura, e que no fundo não nos leva a nada. Perdemos o dia inteiro e se calhar em termos concretos depois não temos nada.

.....Peço muita desculpa Senhor Presidente.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia tem todo o direito de fazer as suas observações. Em obediência à clareza e à seriedade e dado que efectivamente da discussão ficou uma disposição de alterar, uma solicitação de alterar, a preceder a votação e sem vermos exactamente o que é que é alterado e como é que fica alterado, eu não posso por à votação a moção, e por isso, e para não estarmos a suspender sem aproveitar o tempo, eu propus que adiássemos esta votação, o que me parece sensato, e quando houvesse um texto

que pudesse ser lido, para as pessoas se pronunciarem e para haver deliberação sobre ele, eu poria à votação se a Assembleia estiver de acordo com isso.
.....Não me parece nada de estranho, não me parece nada de fora do normal, mas é evidente que a Assembleia é soberana para decidir sobre isso.....

.....**Júlio de Carvalho** – A Mesa da Assembleia é totalmente soberana para decidir interromper esta matéria, ou suspender a votação desta matéria durante dez minutos. E isto é o mais elementar princípio do funcionamento de uma Assembleia. É um poder da Assembleia, que o fez e fê-lo muito bem, e com muito respeito pela vontade desta Assembleia.

.....Segundo ponto, mas para que Vossa Excelência fique respeitado, considerado por nós todos, e em obediência aos valores que devem presidir uma Assembleia, eu requeiro a Vossa Excelência e à Mesa, que nos dê um prazo de dez minutos para nós podermos redigir a moção, por forma a que ela seja expressão da vontade dos dois partidos presentes nesta Assembleia.

.....E portanto solicito a Vossa Excelência que ponha à consideração desta Assembleia a concessão de dez minutos para nós podermos discutir.

.....**Presidente da mesa** - Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, agradeço muito as suas palavras, o Senhor faz um requerimento à Mesa, é regimental que se faz um requerimento à Mesa, a Mesa tem que o por à votação.

.....Eu com a sugestão que fiz quis evitar que perdêssemos dez minutos todos, e que dentro de uma lógica de boa fé e de bom senso pudéssemos retomar essa votação mais tarde.....

..... Mas há um requerimento na Mesa para a suspensão dos trabalhos por dez minutos, a fim de que possa ser elaborado um texto da moção para ser votada.

.....A Mesa da Assembleia aceita este requerimento porque ele é simples.

.....**Votação do requerimento: Aprovado**.....

.....**Suspensão dos Trabalhos durante 10 minutos**.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Senhores Presidentes de Junta eu ia dizer o seguinte, aproveitem este intervalo para fazerem a vossa votação, está tudo preparado ali naquela salinha ao lado, e assim evitam depois ao fim da tarde estar a perder mais tempo. Reúnem-se ali naquela salinha e fazem já a votação para eleição dos membros que hão-de fazer parte dessa Comissão. Aproveitem esse intervalo.

.....**Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia vamos retomar os trabalhos, peço o favor de tomarem os vossos lugares. O Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, queira fazer o favor de ler a moção que vai ser posta à votação.....

----- **Júlio de Carvalho** – Muito obrigado. -----

“MOÇÃO

.....Considerando que:-----

.....1 – Se encontra em fase de revisão a lei orgânica do ICN; -----

.....2 – Mais de 50% da área do Concelho se encontra classificada como “ Rede Natura”; ----

.....3 – Que as nossas populações têm contribuído no esforço de preservação deste espaço;

.....4 – Que é útil à população do concelho um serviço de proximidade do ICN com as populações residentes;-----

.....5 – Que as autarquias locais são parceiros fundamentais, a considerar na nova lei;-----

.....6 – Que estamos numa zona desfavorecida e envelhecida, à qual este serviço pode dar novas oportunidades e impulsos.-----

.....A Assembleia Municipal de Bragança, em sua reunião ordinária de 26 de Fevereiro corrente, delibera: -----

.....1 – Propor que a futura Delegação do Norte do ICN tenha como sede o Município de Bragança;-----

.....2 – Que as autarquias locais no estrito respeito pela carta europeia da autonomia local, seja incluída nos órgãos de gestão decisórios do ICN. -----

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007 -----

.....a) Júlio de Carvalho; Victor Pereira; Isidro Rodrigues; Luís Pires e Nuno Reis”.-----

.....Convidamos o PC e o BE, se quiserem, a assinar esta moção.

.....Como vê nós somos mesmo democratas.....

.....**Presidente da Mesa** – Meus Senhores, a moção está lida, interrompemos os trabalhos no momento da votação, eu vou por a moção, nos termos em que foi lida, à votação desta Assembleia.

----- **Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente presentes setenta e três membros.** -----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....Lídio Correia, Vítor Pereira.

.....Lídio Correia tem a palavra se faz favor.

.....**Lídio Correia** – Como é óbvio, nestes termos, teríamos que votar a favor esta moção. Simplesmente, isto não nos leva a esquecer da ineficácia de tal moção, nem nos leva a esquecer de que não é por culpa do Ambiente, nem é por culpa dos Ambientalistas que não se faz isto ou aquilo. Os Ambientalistas, disse aqui na última Assembleia e repito hoje, os ambientalistas dão muito jeito aos políticos, e se não se constrói Veiguinhas e se existem ratos cabreras, é porque existem Governos quer do PS, quer do PSD, para quem isso é extremamente útil para adiarem e continuarem a fazer do Nordeste aquilo que ele é.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Bom, dizer simplesmente, Lídio, a nossa eficácia é igual exactamente à vossa. Nós nunca questionámos a eficácia de qualquer moção da CDU, como vocês não podem questionar a nossa moção, foi feita com total abertura, com total responsabilidade e defendendo os altos interesses deste Concelho, e não, e não, como a CDU acabou esta declaração de voto, dizendo, mais uma vez o PS e o PSD... aquela conversa...que é conversa, e eu aproveito porque não tive oportunidade de estar cá de manhã, que é a conversa que vem aqui onde se diz um chorilho de demagogia e de mentiras. Isto não é verdade! E por isso mesmo nós não podemos deixar de fazer este reparo à CDU.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia eu tenho que lhe fazer o reparo de que o Senhor veio fazer uma declaração de voto.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Lídio Correia acha que foi ferido na sua honra?.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Faça o favor, tem a palavra.

.....**Lídio Correia** – Nós na CDU não aceitamos lições de transparência de quem quer que seja! Primeira questão.....

.....Por outro lado, quero dizer ao Senhor Presidente da Concelhia do Partido Socialista, que deverá prestar atenção aos documentos saídos quer do Partido Socialista, quer dos Governos sucessivos do Partido Socialista, quer aos documentos saídos do Partido Social Democrata, e veja a evolução. Nomeadamente quando se refere a esse comunicado sobre Veiguinhas, veja a evolução de Veiguinhas e descubra porque é que Veiguinhas não está construído.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, deseja dar explicações?

.....Regulamentarmente eu tenho de perguntar isto, mas tenho receio que não estejamos a sair daqui. Faça-me o favor de ser breve tanto quanto possível..

.....**Vítor Pereira** – Senhor deputado nunca foi nossa intenção dar lições de moral ou de transparência ou de responsabilidade seja do que quer que seja. Agora, eu remeto e faço um favor, e faço-lhe um desafio até, para a próxima Assembleia Municipal traga as actas desta reunião, desta dita Assembleia que durou dois dias, como sabe, quais foram as posições do Partido Socialista de Bragança. Da Concelhia de Bragança. Eu desafio-o a isso! Eu desafio-o a isso! Deixe-se de demagogia. Eu desafio-o! Deixe o Governo! Nós fomos contra o Governo nessa altura, fomos aqui nesta que era a Assembleia, votamos contra como sabe, e o Senhor não está a ser honesto e agora é que o digo e afirmo, não está a ser honesto quando diz isso!.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Meus Senhores, Senhores membros da Assembleia, vamos passar ao ponto

.....**4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE SOLICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMADA DE POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À PERMANÊNCIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS EM BRAGANÇA**

.....Seguidamente se transcreve a solicitação da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

.....**CERTIDÃO**.....

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de Janeiro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

“ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS – PÓLO DE BRAGANÇA

----- Pelo Sr. Presidente foi dado conhecimento do ofício n.º 103, datado de 15 de Janeiro de 2007, proveniente do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, relativamente ao assunto em epígrafe, tendo sido distribuído pelos Srs. Vereadores, documentação alusiva a este processo.....

----- De seguida, o Sr. Presidente fez uma abordagem síntese desde a instalação do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, que a seguir se transcreve:.....

----- “Foi tomada a decisão, no ano de 1998, de instalar o Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, processo no qual a Câmara Municipal colaborou financeiramente, tendo o Governo, no momento, assumido politicamente a decisão de proceder à instalação definitiva, construindo edifício adequado para o efeito. Nesse mesmo ano, foi escolhida uma parcela de terreno na Quinta da Braguinha, propriedade do Estado, iniciada a elaboração do projecto por parte do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Administração Interna e inscritas verbas no PIDDAC do ano de 1999.....

----- A Câmara Municipal veio a colaborar e a insistir com o Governo para que a construção se efectuasse, destacando o ofício enviado ao Governo em Agosto de 2002, ao qual se anexou um memorando, no qual se referia:.....

----- a) o processo de regularização jurídico, relativo ao terreno para construção, entre o IEFP e o SNB se tinha concretizado;.....

----- b) os passos dados na elaboração do projecto e a colaboração da Câmara Municipal, na elaboração do levantamento topográfico;.....

----- c) o apoio da Comunidade de Trabalho Bragança - Zamora na candidatura apresentada ao

INTERREG para construção do campo de treino em Vimioso e 4 parques de bombeiros, acções que complementam a escola de Bragança.....

----- O processo foi-se arrastando, tendo, entretanto, decorridas algumas reuniões e visitas a espaços possíveis para a instalação da escola (Quinta da Trajinha/IEFP e NERBA) com o Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses e com membros do Governo.

----- Não se compreende que argumentos poderão conduzir a uma decisão de retirar a Escola de Bragança, quando aquilo que se impõe é dotá-la de condições para instalação definitiva, visto não estar em causa uma escolha de localização.....

----- Com o actual Governo Constitucional, em Junho de 2005, aquando da deslocação do Senhor Secretário de Estado do MAI, voltámos a insistir na necessidade de dar continuidade ao processo para instalação definitiva da escola, tendo o Senhor Secretário de Estado manifestado a vontade de manter a decisão tomada em 1998 e a Câmara Municipal reiterado a sua disponibilidade de colaboração.....

----- Perante notícias de órgão de comunicação social locais sobre a eventual retirada do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros e que estariam a decorrer negociações com outros Municípios da Região, a Câmara Municipal oficiou, em 11 de Setembro de 2006, à Secretaria de Estado apresentando soluções para a instalação definitiva e para melhoria de funcionamento da Escola na fase de transição (tal como o tinha feito anteriormente), assumindo encargos financeiros com a solução apresentada, solicitando uma Reunião ao Senhor Secretário de Estado para discussão da proposta apresentada. Nesta comunicação, a Câmara Municipal informou de que é nosso entendimento que o Centro de Formação deva ser definitivamente instalado em Bragança, onde foi criado, considerando não ser possível por razões de ética e princípios da política democrática entrar em qualquer disputa com outros municípios, não o faríamos por iniciativa própria ou por iniciativa de terceiros. Perante uma iniciativa de instalação de um novo serviço poderíamos legitimamente entrar em concorrência com outros Municípios perante um quadro de regras bem definidas por parte do Governo, o que não se aplica ao caso presente por se tratar de um serviço já instalado em Bragança. Uma situação de disputa indevida entre Municípios só poderia ser geradora de divisões entre instituições e de conflitualidade entre os cidadãos, situação que nenhum titular de um órgão de soberania pode estimular.....

----- A 10 de Outubro de 2006, o Senhor Secretário de Estado informou, em comunicação feita à Câmara Municipal, não ter o Ministério da Administração Interna, nos próximos anos, recursos

financeiros suficientes para a construção de um novo edifício ou arrendamento de imóvel, solicitando o empenho da Câmara Municipal, no sentido de ser encontrada solução que melhore as condições de funcionamento da Escola Nacional de Bombeiros – Pólo de Bragança.....

----- A 18 de Outubro de 2006, face às dificuldades expostas pelo Senhor Secretário de Estado e o seu apelo à Câmara Municipal, esta reagiu oferecendo instalações novas, com maior dimensão e qualidade que as actuais e disponibilidade imediata, tendo, também, assumido uma solução para a instalação definitiva da Escola, com dignidade e condições para os formandos e formadores, arcando a Câmara Municipal com os encargos financeiros da construção, desde que assegurado apoio comunitário para a mesma, libertando, assim, o Governo de encargos financeiros, tendo sido solicitada uma sessão de trabalho em Bragança para avaliação das soluções apresentadas.....

----- A 12 de Janeiro de 2007, perante o silêncio da Secretaria de Estado, a Câmara Municipal, insistiu para que as soluções agora apresentadas fossem analisadas. A Câmara Municipal numa questão de boa fé considerou que a avaliação não teria sido feita por falta de oportunidade. Considerou, também, como exigência mínima de correcção institucional que a análise deveria ter sido feita sem o que estaria necessariamente em causa a linearidade do processo, a confiança e respeito mútuos, a que os órgãos da Administração Pública se obrigam e que por parte do Município de Bragança nunca foi cobrado.

-----A 15 de Janeiro de 2007, a Câmara Municipal recebeu um ofício da Secretaria de Estado, referindo que:.....

-----“Desde o início de funções do actual Governo a Câmara Municipal de Bragança apresentou duas propostas que eram acompanhadas de ónus e obrigações futuras que o MAI não pode nem deve aceitar”, informando, ainda, ter sido decidido iniciar um processo que visa o encontro de uma solução adequada para a instalação da mesma escola no distrito de Bragança, dando sequência ao compromisso do Governo de manter e reforçar no Nordeste Transmontano esta instituição.....

----- Face ao ofício do Senhor Secretário de Estado e não tendo sido previamente analisadas e connosco discutidas as soluções apresentadas, entendemos que uma de duas coisas poderá ter acontecido:.....

----- a) as nossas soluções de adequada instalação imediata e de instalações definitivas a construir não terão sido analisadas, visto não ter a comunicação do Senhor Secretário de Estado apontado qualquer insuficiência técnica às soluções apresentadas;.....

----- b) a decisão política de retirar o Centro de Formação de Bragança terá sido tomada em momento anterior, sem ter em conta as soluções apresentadas pela Câmara Municipal, quebrando compromissos reiteradamente assumidos, o que a ter acontecido representaria uma verdadeira afronta ao povo Bragançano, situação que não queremos acreditar, por considerá-la imprópria entre instituições da Administração Pública.”.....

----- **Intervenção dos Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves**

----- **ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS**

-----Os Srs. Vereadores ditaram para a Acta o seguinte:.....

-----“Mais uma vez mostramos a nossa preocupação no sentido de esta cidade vir a perder para outras localidades do Distrito a Escola Nacional de Bombeiros. Alertamos para o facto de outras Autarquias se terem já disponibilizado, oferecendo condições de instalação e logísticas, prontas a utilizar, perdendo esta cidade uma estrutura institucional com relevo de âmbito nacional e uma mais-valia para o desenvolvimento e fixação de pessoas no nosso Concelho. Pensamos que as hipóteses de instalação sugeridas pelo Sr. Presidente em reuniões anteriores, não nos parecem as mais indicadas, pelo que propomos uma melhor reflexão sobre este assunto.”.....

----- **Intervenção do Sr. Presidente**

----- O Sr. Presidente, no intuito de ajudar à reflexão e discussão deste assunto, prestou o seguinte esclarecimento:

----- “1. Por uma questão de ética não é intenção deste Município concorrer com nenhum outro Município que reivindique para si um serviço público, seja ele qual for;

----- 2. Não é aceitável que o Governo tentasse enfraquecer este processo. O Governo tem de assumir as suas responsabilidades públicas, e neste caso, tinha assumido o compromisso de manter, em Bragança, o Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros.....

----- Depois de amplamente discutido, foi deliberado, por unanimidade, o seguinte:.....

----- 1- Oficiar, com carácter de urgência, ao Senhor Secretário de Estado do MAI, no sentido de reponderar a decisão face aos argumentos da presente reflexão da autarquia e das soluções apresentadas.....

----- 2- Dado tratar-se de um assunto de relevante interesse para o Município, solicitar à Assembleia Municipal uma tomada de posição de apoio à permanência do Centro de Formação de Bragança, local onde foi criado, se até à data da realização da Assembleia Municipal não tiver ocorrido, sobre esta matéria, decisão favorável por parte do Governo quanto à instalação definitiva do Centro de Formação em Bragança.....

----- 3- Tendo em conta que o Senhor Governador Civil do Distrito de Bragança acompanha este processo desde a sua nomeação, dar-lhe conhecimento da presente tomada de posição e preocupação, à semelhança de procedimentos anteriores.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.....

Município de Bragança e Expediente Geral, 12 de Fevereiro de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

.....**Presidente da Mesa** - Efectivamente na sua sessão de 22 de Janeiro de 2007, o Executivo da Câmara tomou uma série de deliberações sobre este tema da Escola de Bombeiros, e consta de respectiva certidão, solicitar à Assembleia Municipal uma tomada de posição de apoio à permanência do centro de formação de Bragança, local onde foi criado, se até à data da realização da Assembleia Municipal não tiver ocorrido sobre a matéria decisão favorável por parte do Governo quanto à instalação definitiva do Centro de Formação de Bragança.

..... Sendo este o caso, segundo estou informado, vamos entrar na discussão deste ponto. ..

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis tem a palavra.....

.....Estão inscritos também os Senhores membros da Assembleia : Luís Pires, Lídio Correia e Luís Vale.....

.....**Nuno Reis – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....Obrigado Senhor Presidente.

.....Senhor Presidente da Assembleia Municipal

.....Senhores Secretários da Mesa.....

.....Senhor Presidente da Câmara Municipal

.....Senhoras e Senhores Vereadores.....

.....Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Bragança.....

.....Desde sempre sentiu, o Corpo Nacional de Bombeiros, uma necessidade clara de aprofundamento de conhecimentos e técnicas capazes de reforçar a sua capacidade e eficácia operacional, no âmbito das suas actividades de socorro. Efectivamente, desde 1982, o então Serviço Nacional de Bombeiros, viria a promover, sobretudo entre os níveis de comando, múltiplos cursos de formação e actualização de conhecimentos e técnicas.....

.....Assim, e não só como expressão do reconhecimento público das necessidades de aprofundamento e desenvolvimento da qualificação humana do corpo operacional dos

Bombeiros Portugueses, mas verdadeiramente como corolário do esforço formativo e informativo já empreendidos quer pelas corporações de bombeiros, quer pelo Serviço Nacional de Bombeiros, viria a ser instalada, em 1987, na Quinta do Anjinho em Sintra a sede da Escola Nacional de Bombeiros, instituição que ao longo dos anos veio a obter reconhecimento, nos domínios da qualidade e excelência, pelas actividades formativas que até ao presente vem desenvolvendo.

.....Porém, bem consciente da necessidade de alargar a sua oferta formativa, bem como da imperiosa necessidade de descentralizar as suas actividades, a Escola Nacional de Bombeiros viria em 1998 a instalar em Bragança e na Lousã, centros de formação. Contudo, a instalação nesta cidade de Bragança, assumiria, ao nível das suas infra-estruturas e apenas neste domínio, um carácter transitório, até ser encontrada, por parte dos agentes da administração local e central a solução para a fixação definitiva do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros.

.....Efectivamente, este Centro de Formação viria a encontrar nas instalações da antiga esquadra de Bragança, da Polícia de Segurança Pública, o núcleo da sua actividade formativa. Contudo, a precariedade de tal solução, condenou este Centro Formativo a uma actividade quase residual já que o mesmo apenas se achava confinado à promoção de cursos teóricos de operadores de central. De facto, a ausência de um campo de treinos, impossibilitou até ao presente, neste Centro de formação, o cumprimento de objectivos de formação, em áreas essenciais como o combate a incêndios ou o salvamento e desencarceramento.

.....Impera assim, desde o primeiro momento, a necessidade de encontrar, para o problema das instalações do centro de formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, uma solução que de forma digna garanta aos formandos uma formação teórica de qualidade, mas também a necessária formação prática. O Centro de Formação de Bragança, não pode continuar a ser o que nas palavras do Presidente da Liga de Bombeiros *Portugueses* foi definido como “ um simples conjunto de salas de aulas, incapazes de proporcionar todas as vertentes que uma escola de Bombeiros deve dar aos seus alunos.”

.....De facto, decorreram já cerca de 9 anos desde que o Centro de Formação de Bragança iniciou a sua actividade e desde essa data mantém uma situação transitória e precária. Bem compreendemos as críticas e anseios da Escola Nacional de Bombeiros que reivindica para a sua actividade formativa os meios necessários para a garantia de qualidade, operacionalidade e excelência.....

.....Porém, desde sempre Município e Governo procuraram encontrar para o problema da Escola Nacional de Bombeiros, em Bragança, a melhor solução, uma solução capaz de compatibilizar os interesses do Município, da Liga de Bombeiros e do próprio Governo.

.....Desde o início, as partes interessadas procuraram alcançar uma solução consensual, tendo para tanto surgido de todas as partes passos importantes no desbloquear do problema. Contudo, a instabilidade política vivida nos últimos anos, bem como as fortes restrições

orçamentais, que tiveram no domínio do investimento público o seu principal impacto, conduziram a um processo negocial cada vez mais difícil e prolongado, sempre sob a égide dos princípios da lealdade, correcção e cooperação institucionais.

.....Tal consideração, resulta desde logo das propostas apresentadas quer pela Administração Central, quer pelo Município que apontavam para o debelar do impasse negocial através da instalação do Centro de Formação de Bragança da Escola de Bombeiros, na Quinta da Trajinha ou num imóvel junto ao NERBA. Aliás, foi o Governo, pela voz de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, que anunciou a intenção de instalar o Centro de Formação de Bragança na Quinta da Trajinha, encetando para tanto os necessários contactos com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, proprietário do imóvel. Estas empolgadas e empolgantes afirmações, foram proferidas nas comemorações do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Bragança, em Junho de 2005.

.....Quase dois anos passados, o centro de formação de Bragança da Escola de Bombeiros mantém uma situação precária, achando-se na eminência de ser definitivamente encerrado, na cidade de Bragança. Perante tal facto, a Câmara Municipal dirigiu uma vez mais ao Governo uma proposta, que consistia essencialmente na assunção por parte do Município dos encargos financeiros inerentes ao processo de instalação definitiva daquela instituição nesta cidade de Bragança, desde que garantido necessário apoio comunitário. Contudo, o resultado consistiu no rompimento abrupto de negociações, sem que para tanto se invocassem argumentos ponderosos para tal facto!.....

.....Confrontada com o rompimento da procura de soluções negociais por parte do Governo, peticiona a Câmara Municipal, a esta Assembleia, por se tratar de matéria de relevante interesses para o Município, a tomada de uma posição de apoio à permanência do centro de formação da Escola Nacional de Bombeiros, neste Município.

.....**Senhor Presidente,**

.....**Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal**

.....A Escola Nacional de Bombeiros é uma associação privada sem fins lucrativos com o estatuto de utilidade pública que tem por finalidade a formação de quadros de comando e chefias, bem como o desenvolvimento especializado no âmbito das missões de socorro confiadas aos bombeiros e demais agentes de protecção civil, designadamente tripulante de ambulância, combate a incêndios florestais, combate a incêndios urbanos, salvamento e desencarceramento, operador de central, salvamento em grande ângulo, condução de embarcação de socorro, protecção civil, organização de postos de comando, para além de formação de formadores em diversas áreas.....

.....Tendo por enquadramento estratégico a concretização de parcerias com estabelecimentos de Ensino Superior, com vista à obtenção de qualificações institucionais para

a Escola Nacional de Bombeiros e seus destinatários, esta instituição está também envolvida em algumas acções de pós-graduação, nomeadamente em matérias relacionadas com a protecção civil, mas também com a área da higiene, saúde e segurança no trabalho.

.....Aliás, esta instituição cumpre o seu papel de ligação à comunidade colocando à disposição de todas as entidades públicas e privadas o conhecimento de que é detentora, tendo criado o Núcleo de Formação de Empresas e Organismos, com cursos na área dos primeiros socorros, combate a incêndios, entre outros.

.....Vocacionado para a formação de Bombeiros oriundos, não só da Região transmontana, mas de todo o país, o Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros constituiu uma indubitável mais valia para o nosso Município e para as suas populações, razão que subjaz à necessária adopção, por parte desta Assembleia Municipal, de uma clara e inequívoca declaração de apoio à manutenção desta instituição no Município de Bragança.

.....Assim, proponho, em nome do Grupo Municipal de Bragança do Partido Social Democrata, à Assembleia a aprovação da seguinte Moção: que passo a ler:.....

.....**PROJECTO DE MOÇÃO**.....

CENTRO DE FORMAÇÃO DE BRAGANÇA DA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS

.....1. Desde 1982, o Serviço Nacional de Bombeiros procurou garantir um aprofundamento e desenvolvimento das capacidades operacionais do seu corpo activo. Para tanto, desde essa data promoveu um conjunto de acções formativas que em 1987 teriam como corolário a instalação em Sintra da sede daquela que viria a ser a actual Escola Nacional de Bombeiros. ...

.....2. Exercendo uma actividade formativa regular, esta instituição sentiu a necessidade de descentralizar as suas actividades formativas e informativas, até então concentradas na Quinta do Anjinho em Ranholas, Município de Sintra, pela criação, em 1998, dos centros de formação de Bragança e da Lousã.

.....3. Sucede porém, que desde o início do seu funcionamento, o centro de formação de Bragança, viria a ficar instalado, a título provisório, nas instalações desactivadas da Polícia de Segurança Pública, junto à sede do Governo Civil do Distrito de Bragança, sem que até ao presente, o aludido centro de formação, tivesse logrado obter uma instalação mais adequada e condigna às suas reais necessidades e objectivos.

.....4. Efectivamente, desde 1998 o centro de formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros vem desenvolvendo a sua actividade em situação de óbvia precariedade, reduzindo a sua capacidade formativa à intervenção meramente teórica.

.....5. Porém, desde 1998 Município e Governo afirmaram publicamente o compromisso de dotar o centro de formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiro das instalações necessárias ao bom funcionamento desta instituição. Contudo, vicissitudes várias e a que não serão alheios factores como a contenção orçamental e a curta duração dos Governos, fizeram

arrastar o problema sem que, apesar das várias propostas e projectos apresentados pelo Município de Bragança, se viesse a encontrar uma solução satisfatória para todas as partes.

.....6. Não obstante, desde a instalação em Bragança do Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros, os agentes políticos centrais e locais procuraram entabular as negociações necessárias à boa resolução desta problemática tendo presidido a tal tramitação os princípios da cooperação institucional, diligência e correcção recíprocas.

.....7. Contudo, em 15 de Janeiro de 2007, Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Interna, informou o Município do rompimento de negociações procurando-se reequacionar no contexto, já não Municipal, mas antes distrital, a decisão de instalação definitiva do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros.

.....8. Ora, ao referido rompimento de negociações não subjazem quaisquer razões ou fundamentos de incumprimento, por parte do Município, de quaisquer obrigações assumidas perante a Liga Portuguesa de Bombeiros, ou perante o Governo.

.....9. Efectivamente, este comportamento além de inaceitável, atentos os princípios da correcção e lealdade institucional, é verdadeiramente incompreensível, já que em 18 de Outubro de 2006, a Câmara Municipal de Bragança afirmou, como sua, a posição de disponibilizar de forma imediata e transitória instalações mais condignas para a continuação da actividade formativa de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, bem como a intenção de assumir a responsabilidade pela solução final do problema, arcando com os inerentes encargos financeiros, desde que garantidos os necessários apoios comunitários.

.....Tendo em atenção o que fica exposto, a Assembleia Municipal de Bragança delibera, nos termos legais e regimentais aplicáveis, o seguinte:.....

.....A — Expressar a maior preocupação, inconformismo e determinação em face da gravidade da decisão tomada e comunicada por Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Interna;

.....B — Exigir a revogação da decisão tomada e comunicada por Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, desde já manifestando compreensão e respeito no caso de o decisor concluir pela necessidade de reconsideração das circunstâncias e factos que o conduziram à sua opção;

.....C — Apelar à intervenção de Suas Excelências os Senhores Primeiro — Ministro e Ministro de Estado e da Administração Interna para que, com rigor, transparência e exigência, os compromissos assumidos sejam respeitados, através da conclusão célere do processo negocial, o qual, foi unilateral e injustificadamente cancelado;

.....D — Incentivar a Câmara Municipal de Bragança a manter e reforçar o empenhamento e flexibilidade no processo negocial, esgotando todas as possibilidades de cooperação para que o Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros opere, em Bragança, nas melhores condições, no interesse da população do Município e do País.

.....Assembleia Municipal de Bragança, 26 de Fevereiro de 2007

.....O Membro da Assembleia Municipal

.....Nuno Machado Reis”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Deu entrada esta moção na Mesa, vamos abrir um período de esclarecimentos sobre esta moção.

.....O Senhor membro da Assembleia Luís Pires está-se a inscrever para pedidos de esclarecimentos.....

.....Tem a palavra.

.....**Luís Pires** – Boa tarde a todos.

.....Este é um assunto, quanto a nós, muito sério, mas sendo um assunto sério, permitam-me uma introdução com alguma nota de humor, é que atendendo à sábia intervenção do D. Júlio de Carvalho, o Nuno Reis não percebe muito de mulheres... E eu se fosse Secretário de Estado e tivesse que tomar uma decisão ao acolher uma moção com este tipo de texto e esta argumentação, sinceramente acho que não a acolheria com agrado e como tal, aquilo que eu pergunto é se existe a possibilidade de se refazer este texto, se o texto for refeito dentro de alguns moldes nós poderemos apoiar.

.....Note-se que no entanto e embora isto seja um pedido de esclarecimento, acho que é importante contribuir aqui também para o debate dizendo que o Partido Socialista, e que não fiquem quaisquer tipos de dúvidas, pretende manifestar de uma forma inequívoca o seu apoio à permanência do Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros, na cidade de Bragança.

.....A forma como foi aqui apresentado não nos permite que a gente vote favoravelmente a moção, pegando até aqui naquilo que vocês já disseram hoje, é que isto é um bocado da política pela política. Não concretiza de uma forma pragmática, como ainda acabamos de fazer há pouco, um interesse global da população de Bragança. Desta forma, não inviabilizamos, porque não temos número para isso, mas não votamos a favor se estiver assim.....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Luís Pires.....

.....Penso que o Senhor passou do pedido de esclarecimentos para o período de intervenção... ..

.....

.....**Presidente da Mesa** - Bom, então eu tenho que lhe dizer que... eu, francamente não lhe cortei a palavra porque admiti, como era o único inscrito no pedido de esclarecimentos, que estivesse a passar ao período de intervenções. Mas não vamos criar um incidente sobre isso. ...
.....Vamos então entrar no período de intervenções.

.....**Presidente da Mesa** - Quer responder ao pedido de esclarecimentos? Faça o favor.....

.....**Nuno Reis** – Bom, quanto à questão de ser arisco ou não, vou-me escusar... vou-me escusar a fazer qualquer tipo de observação ou resposta àquilo que foi afirmado.....
.....Quanto à disponibilidade do PSD para rever os termos da moção, de alguma forma adocicando e não querendo ferir nem a susceptibilidade nem do Senhor Secretário de Estado, nem de qualquer outra pessoa do Governo, desde que se obtenha aqui um consenso parlamentar necessário à viabilização dessa proposta, que penso que é comum a todas as bancadas desta Assembleia, é natural que está completamente aberta a toda a possibilidade de chegarmos a um entendimento, desde que Vossas Excelências naturalmente afirmem aqui esses termos de entendimento. Está bem?

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos abrir as inscrições para intervenções.

.....Lídio Correia pode vir já a usar da palavra se faz favor.

.....Luís Pires inscreveu-se outra vez, tem todo o direito de o fazer, peço-lhe é que para outra vez não utilize o pedido de esclarecimentos para intervir.

.....**Lídio Correia** – Ora bem, para começar e antes demais, até porque não tinha tempo da outra vez, aproveitando este tempo que tenho, eu quero reiterar perante a Assembleia e perante o Senhor Presidente da Concelhia do Partido Socialista que a minha honestidade pessoal é absolutamente intocável e a minha vida é absolutamente transparente. E há coisas que eu não admito, porque quem não se sente não é filho de boa gente. Primeira questão.

.....Falando de Bombeiros, eu queria começar por dizer que o Governo está nesta questão dos Bombeiros a proceder àquilo que eu chamaria uma deslocalização, e está a promover aquilo que eu chamaria uma OPA, a OPA entre os vários concelhos do Distrito. Quem der mais fica com a escola e com o Centro de Formação de Bombeiros. Não nos parece este, de facto, o bom caminho.

.....A verdade é que desde mil novecentos e noventa e oito o Centro de Formação foi criado e foi criado em Bragança, foi criado pelo Governo do Partido Socialista. Passaram-se os anos, já se formaram aqui muitas pessoas e a verdade é que as coisas continuaram exactamente no

mesmo. Vieram três anos de governação PSD e a realidade é que o Centro de Formação de Bombeiros ficou exactamente na mesma.

.....Depois, agora em dois mil e sete vem dizer que, e nomeadamente disse ao Senhor Presidente da Câmara, mas disse numa resposta ao Deputado do Partido Comunista Português na Assembleia da República, Agostinho Lopes, que questionou o Governo sobre esta matéria, diz-se “nomeadamente que todavia não tem o Ministério da Administração Interna, nos próximos anos, recursos financeiros suficientes para a construção ou arrendamento de um edifício”, e esta situação até já estaria resolvida por aquilo que o Presidente da Câmara lhe disse.

.....Até agora não foi impossível apurar junto da Câmara Municipal – dizia o Governo- como fazer. E depois acrescenta este último ponto que ainda é mais importante que diz: “ Assim, o Ministério da Administração Interna vai definir com o Governo Civil de Bragança, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e a Escola Nacional de Bombeiros, o caminho a seguir para a resolução do problema, ou seja, aqui neste ponto ficou decidida a tal OPA de que eu falei no início, portanto, inter-concelhos.....

.....Do nosso ponto de vista começa desde logo, por ser inaceitável que se invoque a falta de dinheiro para resolver este problema. Bastaria para tanto, só lembrarmo-nos de que os jornais trouxeram ainda muito recentemente cerca de duzentos e quarenta mil euros que foram dados a um senhor que saiu da “REFER” depois logo de seguida foram duzentos e quarenta mil euros dados a outro senhor que saiu da “REFER” e de seguida os mesmos senhores passaram a receber seis mil euros ou sete mil euros, não sei quanto por mês.....

.....Bastaria lembrar-nos disto para invocar a falta de verbas ou falta de dinheiro. Aliás, tudo que seja para Bragança há sempre falta de verbas.

.....Depois há aqui uma situação que é absolutamente intolerável, do nosso ponto de vista, que é a atitude salazarenta do Governo de dividir para reinar. Quando o Governo coloca os concelhos do distrito a disputar aquilo que ele já havia decidido da localização em Bragança, tentando deslocalizar o Centro de Formação de Bombeiros, está a utilizar uma máxima que já é velha, que já há muito tempo é conhecida e que todos nós sabemos qual é resultado dessas coisas.

.....Depois é obvio que não podemos deixar de criticar também a posição de espectador do Presidente da Câmara, porque esteve sempre, como é normal nisto como noutras coisas, senhor Presidente peço desculpa por dizer isto, até de acordo mais ou menos com algumas coisas que eu já ouvi aqui por parte do PSD, isto, geralmente vai-se sempre esperando pela boa vontade do Governo, vamos ser sempre, de alguma forma meiguinhos, a ver se nos conseguem dar alguma coisa, como o senhor Dr. Júlio de Carvalho, com alguma falta de respeito pelas mulheres, diga-se, peço desculpa senhor Doutor, falando de mulheres à bocado, quer dizer, vamos andando com alguma meiguice a ver se conseguimos alguma coisa.

.....E então foi pedindo aos seus amigos do PS que...- Ó! pá, resolvam-me o problema dos Bombeiros - . Foi mandando recados a quem vinha e o resultado foi o mesmo.

.....Depois pediu aos do PSD e aconteceu isto, depois pediu, foi andando e foi pedindo aos amigos. Eu devo dizer senhor Presidente da Câmara, com amigos destes o senhor não precisa de inimigos, pode ter a certeza disso.

.....E portanto acho que chegou a altura de tomar efectivamente posição mas posição dura sobre efectivamente aquilo que nós queremos. E desde que o Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia , exija do Governo que estas questões se resolvam, podem contar com todo o nosso apoio. Desde que a Senhor Presidente da Câmara não venha pedir à Assembleia Municipal o apoio nesta situação, como nos veio pedir e bem, do nosso ponto de vista, quando foi da questão do Hospital, mas que depois passe a dispensar o apoio da Assembleia Municipal porque entretanto possa vislumbrar que tal os tais seus amigos lhe possam vir a resolver o que quer que seja. Conte connosco, apoiá-lo-emos efectivamente nessas questões mas de uma forma que seja absolutamente líquida e transparente.

.....Convirá dizer que isto é um assunto da Administração Central, é um assunto do Governo, e que o Governo nem sequer tem o direito de vir pedir à Câmara que o ajude a resolver o que quer que seja. Isto é uma questão da Administração Central, do Governo Central, que com o Estado de Direito e partimos do princípio que o Governo seja uma pessoa de bem dentro dum Estado de Direito, aquilo que se exige é que cumpra aquilo que prometeu e aquilo que deliberou. Não podemos andar aqui ao sabor da vontade de um qualquer secretário de estado ou de um qualquer ministro que hoje decide uma coisa e amanhã decide outra para além daquilo que já disse de se invocar a falta de verbas.

.....E por ultimo meus amigos, para terminar eu devo-lhes dizer que em termos políticos, e não constitui qualquer tipo de demagogia, constitui apenas e só a constatação de factos e daquilo que nos tem acontecido ao longo dos anos, tal qual como aconteceu e que está a acontecer com Veiguinhas, o Partido Socialista e o PSD não querem a Escola, o Centro de Formação de Bombeiros em Bragança. Esta é que é a realidade, tudo o resto é conversa.

.....Pode o Partido Socialista de Bragança dizer que quer tudo, pode o PSD dizer que quis sempre e não sei quê não sei que mais, a verdade é que nenhum de vocês se pode esquecer que são os apoiantes de um Governo actual e dos anteriores que efectivamente não querem em Bragança, quer Veiguinhas, quer a Estrada para a Puebla, quer agora o Centro de Formação de Bombeiros.

.....PS e o PSD são contra, como sempre foram, Bragança.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra.....

.....**Luís Pires** – Caros amigos. A comunicação que nos foi entregue inicia a sua narração referindo-se a uma decisão de noventa e oito altura em que foi decidida a instalação do Centro de Formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros, responsabilidade do governo PS, na altura.....

.....No entanto o relato continua a partir de Agosto de dois mil e dois evoluindo posteriormente para a inter actividade com o actual governo. Claramente existe aqui um hiato de tempo sem que esta Assembleia saiba o que se passou. As demarches ou a sua inexistência entre o executivo camarário e os governos não são do conhecimento desta Assembleia . Permanente incógnita

.....Quais os motivos ou objectivos pelos quais a Câmara não aproveitou o ambiente favorável aquando da coincidência da Câmara PSD e governos PSD para efectivamente proceder no sentido de concretizar instalações adequadas e definitivas?.....

.....Parece-nos um pouco recorrente também esta postura por parte da Câmara Municipal de Bragança. Veja-se a inoperância do famoso e estafado episódio da Universidade de Bragança.

.....Não nos parece muito sério que nos peçam agora, de uma forma desprovida de moral face a comportamentos anteriores, que sigamos o trilho da política pela política.

.....Cara Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista, a Concelhia de Bragança do Partido Socialista querem de uma forma inequívoca que o centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros permaneça na cidade de Bragança.....

..... O Grupo Municipal do Partido Socialista e Concelhia de Bragança do Partido Socialista apoiará atitudes coerentes, pragmáticas e objectivas orientadas nesse sentido, mas sem hipocrisias.....

.....Para demonstrarmos que somos pela participação, pela colaboração, pelo trabalho em prol dos Brigantinos não nos limitamos a criticar, apresentamos caminhos que com empenho, esforço, trabalho e tolerância poderão conduzir este processo a bom porto.

.....Nesse sentido, permitam-nos que introduzamos mais uma variável neste processo que ameaça tornar-se complexo e poderá auxiliar à sua resolução.

.....Sabemos existir por parte do Instituto Politécnico de Bragança sensibilidade e abertura para acolher nas suas instalações o Centro de Formação da Escola de Bombeiros.

.....Que melhor forma de valorizar a Escola de Bombeiros que inseri-la num ambiente com dinâmica de ensino onde existem condições adequadas à administração de cursos? Veja-se, por exemplo, a mais valia que é terem todo um departamento de engenharia florestal a inter agir com a Escola de Bombeiros.....

.....Apelando à reconhecida capacidade argumentativa do Senhor Presidente da Câmara impelimo-lo a agarrar esta oportunidade para que seja introduzida sobre a Mesa a fim de servir de esteio argumentativo para de uma forma definitiva a Escola se valorizar e credibilizar. Esta é a resposta que o Grupo Municipal do Partido Socialista e a Concelhia de Bragança do Partido

Socialista têm de responder a todos, e sublinho, a todos, os que pretendem de assuntos sérios fazer política estéril.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Victor Pereira tem a palavra.....

.....**Victor Pereira** – Porque estamos a debater esta moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD eu só queria acrescentar mais dois ou três pontos àquilo que o meu camarada Luís Pires disse aqui.

.....Eu nunca vi, e eu peço ao senhor Presidente da Câmara que não leve isto a mal mas não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse isto.

.....Como sabem eu tive responsabilidades institucionais nesta área, e eu sei, porque estive lá algum tempo, enquanto me substituíram, que eu solicitei mas tive que aguentar porque estas coisas de Estado têm que se tratar tal e qual como elas são. O Pólo desde dois mil e dois até dois mil e cinco não existiu, pura e simplesmente deixou de ter cursos, pura e simplesmente. E eu nunca vi Senhor Presidente de Câmara, eu não podia deixar de dizer isto, nunca o vi tomar posição sobre isso, nunca, pelo menos que eu tenha conhecimento. Estive sempre nesta Assembleia e nunca isso foi feito.

.....E também não ficaria de bem com a minha consciência se não dissesse que o PSD nunca o vi nesta Assembleia levantar a voz e dizer qualquer coisa que fosse sobre aquele dito Pólo, e tiveram oportunidade durante três anos para o fazer. E agora depois de dois anos de governo do PS vem exigir “aqui d’el Rei que nos tiram o Pólo”.....

.....Mas para que fique bem claro e para reafirmar as palavras do meu Câmara Luís Pires eu quero dizer o seguinte: Se o PSD disser esta coisa simples na moção “ Somos a favor do Pólo de Bombeiros no Concelho de Bragança; somos a favor da activação das negociações; somos a favor que a Liga Portuguesa de Bombeiros que neste momento, porque se calhar futuramente não vai ser assim, mas neste momento ainda é, com a nova Lei Orgânica que vai vir aí, a Liga de Bombeiros que não faça ou que não ande a fazer de conta e que efectivamente promova e active os cursos, efectivamente, eu sublinho a palavra efectivamente, no Pólo de Bragança e não ande a brincar aos cursos”.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....O Senhor proponente da moção que se dirigiu à Assembleia fez-me saber que queria usar outra vez da palavra. Mas eu antes de lhe dar a palavra perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, dado que este ponto foi agendado no seguimento duma solicitação da Câmara para o seu agendamento. E eu, na altura em que abri os trabalhos considerei que como ele fazia parte de uma certidão de uma acta da Câmara relativa a esta matéria de cuja acta estava

incluído este pedido de apoio à Assembleia Municipal entendi, como suficiente da parte da Câmara Municipal, o que a própria certidão dizia sobre esta matéria.
.....No entanto, tendo em conta algumas observações que ouvi fazer parece-me cordial perguntar ao senhor Presidente da Câmara que, nos termos a que tem direito, se quer intervir para fazer algum esclarecimento adicional.

.....**Presidente da Câmara** - Muito obrigado Senhor Presidente.
.....A certidão que a Câmara enviou para a Assembleia é de facto suficientemente clara, sucinta, transparente, relativamente a todo o processo e a absoluta disponibilidade da Câmara Municipal junto dos vários governos para encontrar soluções definitivas de instalação, incluindo do Governo do PSD que fez deslocar alguns membros a Bragança tendo a Câmara tomado posição pública, por escrito, e visitado até instalações alternativas tendo em vista a instalação.
.....Não nos demitimos das nossas responsabilidades em tempo algum, qualquer que fosse o Governo e naturalmente que vamos manter toda a disponibilidade e abertura para continuar a trabalhar no sentido de uma solução de parceria, sendo certo, que há uma coisa que está bem evidente, e também está na nossa posição.
.....Em democracia é preciso que as pessoa se saibam respeitar e saibam dignificar as instituições. E nós temos-lo feito e dissemos que o continuaríamos a fazer.
.....Assim, aguardaremos as respostas às soluções que a Câmara apresentou, ainda não houve reacção a essas propostas nem a pedido sequer da audiência.
..... A referência que o Senhor deputado Lídio Correia faz à resposta que o Senhor Ministro da Administração Interna lhe forneceu, nós temos também a cópia dessa resposta. Naturalmente quando foi fornecida essa resposta já nós tínhamos apresentado mais do que uma solução, mais do que uma proposta, que o Senhor Ministro certamente desconhecerá, mas nós estamos convencidos que essas propostas serão avaliadas e analisadas.
.....Aquilo que importa é que a instalação definitiva do Centro de Formação ocorra onde de facto foi criado que é isso que está em causa, não está mais nada em causa. Fazendo, conciliando os meios possíveis por parte da Administração Central, que tem mais dinheiro, solicitando um esforço de menor importância ao Município como é óbvio.
.....Para todos os efeitos estamos abertos a todas as propostas que vierem a ser formuladas, sejam elas quais forem, o Município não estará alheio e não deixará de estar activo nesta matéria, até por uma questão de princípio, que importa a todos encontrar uma solução que dignifique todos os intervenientes sem excepção. Que dignifique o Governo, dignifique os responsáveis da Administração Central com responsabilidade a nível Regional e a própria Autarquia e os cidadãos. Os cidadãos não gostarão de ver uma solução para este processo completamente enviesada porque isso desqualifica as pessoas e as instituições em

termos democráticos. Nós estamos abertos a todas as soluções que surgirem e trabalhá-las-emos com uma perspectiva absolutamente positiva.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis tem a palavra se faz favor.

.....**Nuno Reis** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Comungando do espírito e das palavras do Senhor Presidente da Câmara diria que houve um esforço mútuo, recíproco, das bancadas do PSD e do PS nesta matéria, para encontrarmos uma posição que fosse satisfatória para o Governo, para o Município e também para a Liga de Bombeiros Portugueses.....

.....Isto tudo é muito positivo porque isto tudo resulta também de uma valorização da capacidade de intervenção das cooperações de bombeiros e dos seus operacionais.....

.....Portanto, eu como primeiro subscritor desta moção encetei também negociações com a bancada do Partido Socialista no sentido de encontrarmos um texto conjunto que conseguisse viabilizar uma maioria alargada nesta câmara, e portanto, passaria a reler agora a proposta de moção reformulada, ou o projecto de moção reformulado e que merece neste momento a concordância dos dois grupos Municipais.

.....Passando à leitura daPassando à leitura da

“ MOÇÃO

.....“**CENTRO DE FORMAÇÃO DE BRAGANÇA DA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS**” -----

.....1. Desde 1982, o Serviço Nacional de Bombeiros procurou garantir um aprofundamento e desenvolvimento das capacidades operacionais do seu corpo activo. Para tanto, desde essa data promoveu um conjunto de acções formativas que em 1987 teriam como corolário a instalação em Sintra da sede daquela que viria a ser a actual Escola Nacional de Bombeiros. --

.....2. Exercendo uma actividade formativa regular, esta instituição sentiu a necessidade de descentralizar as suas actividades formativas e informativas, até então concentradas na Quinta do Anjinho em Ranholas, Município de Sintra, pela criação, em 1998, dos centros de formação de Bragança e da Lousa. -----

.....3. Sucede porém, que desde o início do seu funcionamento, o centro de formação de Bragança, viria a ficar instalado, a título provisório, nas instalações desactivadas da Polícia de Segurança Pública, junto à sede do Governo Civil do Distrito de Bragança, sem que até ao presente, o aludido centro de formação, tivesse logrado obter uma instalação mais adequada e condigna às suas reais necessidades e objectivos. -----

.....4. Efectivamente, desde 1998 o centro de formação de Bragança da Escola Nacional de Bombeiros vem desenvolvendo a sua actividade em situação de óbvia precariedade, reduzindo a sua capacidade formativa à intervenção meramente teórica.-----

.....Tendo em atenção o que fica exposto, a Assembleia Municipal de Bragança delibera, nos termos legais e regimentais aplicáveis, o seguinte:-----

.....A – Apelar à reactivação do processo negocial entre o Município e o Governo;-----

.....B – Apelar à Liga de Bombeiros Portugueses para a promoção de cursos, no Centro de Formação do Município de Bragança;-----

.....C – Considerar adequado o estímulo de parcerias estratégicas entre a Escola Nacional de Bombeiros e o Instituto Politécnico de Bragança.-----

.....Assembleia Municipal de Bragança, 26 de Fevereiro de 2007 -----

.....O Membro da Assembleia Municipal, -----

.....a) Nuno Machado Reis” -----

.....**Presidente da Mesa** – Muito bem.

.....Penso que depois da discussão e desta leitura estamos em condições de proceder à votação da moção que acaba de ser apresentada.

.....**Após análise e discussão da Moção foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com oitenta votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.**-----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra.

.....**Lídio Correia** – Por nós CDU, teríamos votado favoravelmente a primeira redacção da moção, penso que seria o caminho certo, penso que por este caminho será o caminho que temos percorrido sempre, de subserviência, e não nos levará de certeza absoluta a lado nenhum. É para a próxima vez, pedíamos ao Bloco Central de interesses ou do que quer que seja, que não nos façam perder tanto tempo aqui nestas Assembleias, reúnam-se antes, tragam aquilo que efectivamente conseguem conciliar entre si, e assim provavelmente resolveremos o problema.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado..

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis tem a palavra.....

.....**Nuno Reis** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Antes de mais como primeiro subscritor da moção, congratular-me pelo amplo consenso que esta moção mereceu desta Assembleia e finalmente dizer que a dialéctica parlamentar é essa mesma, contrapor pontos de vista, e procurar dos pontos de vista que cada um expõe, encontrar pontos de consenso. E nesta matéria é importante decidir aquilo que é o essencial do acessório. E para mim é muito mais importante nesta matéria obter um consenso bastante alargado desta câmara, e portanto ter também o apoio do Partido Socialista nesta matéria, para que, de uma vez por todas a posição do Município saia fortalecida e que seja inequívoca a nossa posição, independentemente das cores partidárias que em cada momento nós vestimos.

.....Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado..

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho tem a palavra.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, Executivo.

.....Eu queria dizer o seguinte, raramente me pronuncio em termos de declaração de voto numa Assembleia Municipal, e faço-o neste momento, e talvez poucas vezes o farei, e quando se fez a redacção do Regimento, discutiu-se até se isso seria permitido, nós votamos a favor, votamos em consenso e acabou-se, mas, faço-o pelo seguinte, primeiro porque quero aqui manifestar a minha satisfação e o meu orgulho, em nós estarmos a fazer aquilo que só é possível fazer em Democracia e atendendo aos interesses nacionais. É de facto, salvar o País, colaborar-mos todos para dignificar-mos a Democracia e valorizar-mos o nosso Concelho.

.....Segundo, ao contrário do Senhor Lídio Correia, eu não sou contra, eu posso na minha vida pessoal ser austero, violento, duro, agressivo e incisivo, mas em política penso mesmo como há bocado referi, é que o amor é como o vinho, e se não o tratarmos bem pode estragar-se e transformar-se em vinagre.

.....Muito obrigado.

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado..

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, tem a palavra.

.....**Vítor Pereira** – Eu começo por afirmar, como diz o poeta, *o caminho faz-se caminhando*. E ao contrário do que outras pessoas julgam e pensam, eu penso que é assim que se faz política. A política tem que servir para alguma coisa e a política tem que servir essencialmente para servir as populações. E é assim que nós estamos na política.

.....Muito obrigado.

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado..

.....Passámos aos pontos do capítulo

.....

.....**Presidente da Mesa** - Tem razão. Tem razão. Mas eu ouvi tantas intervenções, permitam-me só que peça desculpa ao Senhor membro da Assembleia Luís Vale, que foi o único daqueles que se tinham inscrito que não interveio durante a discussão da moção, e portanto a ele devo efectivamente um pedido de desculpas, mas tem toda a razão, se querem seguir assim, estão inscritos o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia e Luís Vale. E também estava o senhor membro Luís Pires que me está a dizer que prescinde.
.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia.....

.....**Lídio Correia** – Bom, eu acho que se estamos na Assembleia Municipal, e se há formalidades... ou então daqui a bocadinho não há formalidades... quer dizer, decidimos discutir como entendemos, e tanto quanto eu sei há um ponto que se referia a Bombeiros. Houve uma proposta que foi apresentada e que tem que ser discutida, e depois há as intervenções das pessoas.....
..... Eu posso ter esgotado o meu tempo, mas em dois minutos, só em dois minutos quero dizer que gostaria que as pessoas lessem a moção com a sua redacção final, e depois alguém me dissesse qual é o apoio efectivo que esta Assembleia Municipal está a dar ao Executivo Camarário para a instalação e a exigência da instalação do centro de Formação de Bombeiros em Bragança. Se me conseguirem dizer qual é o apoio efectivo que esta Assembleia está a dar, eu virei aqui pedir-vos desculpa a todos, pelas minhas intervenções. Agora enquanto não me provarem efectivamente que tipo de apoio, o que é que eu como membro da Assembleia, ou o que é que a Assembleia vai fazer no apoio ao Senhor Presidente da Câmara, sinceramente acho que estivemos aqui a aprovar nada.
.....Muito obrigado

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale faz favor.....

.....**Luís Vale** – Meus Senhores, boa tarde a todos mais uma vez.
.....Bem, tendo em conta tudo aquilo que se passou entretanto relativamente a esta matéria, eu começaria da seguinte forma.....
.....O bloco de esquerda quer sem dúvida alguma a Escola em Bragança. E tudo faremos para a defender. E por isso votámos a moção apresentada pelo PSD. De qualquer forma também gostaria de vos dizer que acho que era muito mais profícuo o primeiro texto da moção, da primeira moção, do que esta segunda via.
.....Entretanto, e apesar de vos dar todo o apoio e tendo consciência das limitações desse apoio, gostaria de fazer algumas considerações relativamente a este assunto.
.....Se de facto é importante para a cidade e para o Concelho de Bragança a instalação e o funcionamento desta Escola, e nós sabemos que sim, que será mais do que importante, porquê tantas incertezas e impasses? Tal como têm conseguido cativar financiamentos para outros projectos, porque é que a vontade e a disposição vos impediu, neste caso, de assim proceder? É que se assim fosse não tinham andado para trás e para a frente, daqui para acolá, a sugerir diferentes localizações para a instalação dessa escola. Se de facto era uma aposta tinham desde logo escolhido um espaço diferente que permitisse a construção de raiz de um novo edifício, com instalações adequadas, funcionais e capazes de receber tal instituto.....

.....A nossa posição quanto à localização ideal para esta escola é esta, ou seja, um novo espaço, uma nova instalação, pensada e construída para esse fim.

..... Foi publicamente afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara que se impõe agora dotar esta escola de instalações definitivas. Não percebemos é porque é que é só agora, desde 98 que existe este problema, e já então era este o Executivo Camarário, já era este o Presidente da Câmara Municipal.

.....Não adianta, nem tão pouco é de bom tom, tentar sacudir a água do capote e acusar o Governo da Nação, que terá substanciais responsabilidades neste caso com certeza, mas não nos podemos esquecer que o PSD foi Governo da nação durante um período de três anos, e esse tempo foi sempre tempo mais do que suficiente para essa dotação definitiva. Não o fizeram então e nem por isso o Senhor Presidente prometeu tomadas de posição públicas de protesto. Só agora, que alarmado e impotente, vendo o projecto a escapar-lhe por entre os dedos, se dirige a esta Assembleia Municipal, solicitando inclusive um apoio incondicional e unânime em sede de Comissão Permanente. Aquilo que nos foi solicitado na Comissão Permanente, foi incipiente, sem argumentação e principalmente sem argumento. Consideramos por demais importantes as suas explicações, no sentido de percebermos algo mais.

.....Por outro lado consideramos que uma moção aqui apresentada e como se viu aprovada, depois de sujeita a votação, será tanto ou mais valorativa do que qualquer documento assinado em sede de Comissão Permanente. Por isso não aceitamos e não concordamos com ele na altura.

.....Senhor Presidente, uma vez mais vemo-nos na contingência de uma atitude por reacção, algo que aqui em Bragança começa a fazer escola. E aquilo que diz recusar-se a acreditar, ou seja, que outros Concelhos da Região, sem ética, estejam empenhados em retirar a Bragança a Escola nacional de Bombeiros, talvez esteja em curso e ocorrerá. Se tal vier a suceder, esperamos que para variar, assuma a sua, a vossa responsabilidade nessa derrota política. Pois estamos a falar de um processo iniciado por vós há praticamente uma década, tempo mais do que suficiente para algo ter acontecido, só que, para mal do Concelho e da Cidade, apesar do vosso elenco ser o mesmo, sobre este céu nada aconteceu, o que parafraseando um destacado membro do Grupo Municipal do PSD desta Assembleia significará que, e passo a citar, se calhar andamos a dormir.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Não há mais inscrições para intervenções, portanto neste momento está encerrado este ponto, e peço desculpa do meu lapso.

.....O próximo ponto da ordem de trabalhos é

.....**4.3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:**

.....**4.3.1 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “FORUM IBÉRICO DAS CIDADES AMURALHADAS”**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I - CERTIDÃO.....

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de Novembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:.....

----- **“ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “FÓRUM IBÉRICO DAS CIDADES AMURALHADAS”:**....

----- Pelo Sr. Presidente foi presente o processo de constituição de uma Associação “ Foro Ibérico de Ciudades Amuralhadas” (FICAM) (Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas), iniciado pelo Ayuntamiento de Plasencia -Espanha, com o objectivo de construir uma Associação Transfronteiriça de Cidades com Património amuralhado.

----- Esta Associação pretende organizar e desenvolver actividades e acções a favor da recuperação, conservação e sensibilização do património amuralhado;

----- Gerar redes de produtos turísticas que tenham uma lógica de repercussão económica nas cidades à escala regional, nacional e internacional, a partir dos bens patrimoniais que são as muralhas;.....

----- Captar recursos para a restauração e recuperação das muralhas, movendo acções comuns que possibilitem a geração de recursos com origens, tanto no sector público como no privado;.....

----- Promover os bens patrimoniais para a sua recuperação directa na implementação do turismo e o aumento da actividade comercial;.....

----- Definir estratégias de repercussão internacional compatíveis com as organizações internacionais de maior escala, como a União Europeia, Walles Towus Friendship Circle, Unesco, etc., de forma a aproveitar, o próximo Quadro Comunitário de Apoio 2007-2013, em que a cooperação transfronteiriça, será um dos elos em que se baseará a estratégia do desenvolvimento;

----- Alargar o âmbito da Associação a Países da Região Latino – Americano como nexos cultural e histórico de ambos os continentes.

----- Assim nestes termos, proponho a adesão a esta Associação e a aprovação dos Estatutos que se anexam.

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a adesão à referida Associação, bem como aprovar os respectivos Estatutos.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea m) do n.º 2 art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro a competente autorização para a sua integração.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 21 de Novembro de 2006.....

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

II - ESTATUTOS

.....**Presidente da Mesa** – Na reunião da Câmara de 20 de Novembro de 2006, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, autorizar a adesão a esta Associação bem como aprovar os respectivos estatutos. Nos termos legais a Câmara solicita a autorização da Assembleia Municipal para esta integração.

.....Portanto abrimos inscrições para pedidos de esclarecimentos.....

.....Não há pedidos de esclarecimento.....

.....Abrimos as inscrições para intervenções.

.....Senhor membro da Assembleia Rui Correia, faz favor.

.....**Rui Correia** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia;.....

.....Senhora e Senhor Secretários;.....

.....Excelentíssimo Senhor Presidente do Município;

.....Senhoras e Senhores Vereadores;.....

.....Senhoras e Senhores Presidentes de Junta;

.....Caras e caros Deputados Municipais;

.....Caros Elementos da Comunicação Social;.....

.....Publico presente;

.....A todos boa tarde.....

.....Eu não venho aqui apresentar nenhuma moção, parece estranho quase, hoje, toda a gente que vinha aqui quase vinha apresentar uma moção, mas venho falar um bocadinho de amor. E venho falar de amor, porque acho que nós somos possuidores de um dos mais belos e melhor conservados castelos de Portugal. Parece-me claro, para todos nós, e bairrismos à parte, que é sem dúvida o mais belo castelo do mundo.....

.....Nesse sentido, estranhámos muito o facto de ele não fazer parte do mediático concurso das Sete Maravilhas de Portugal, mas como não conhecemos os critérios de selecção, ficamos pela estranheza e pela lamentação.

.....O nosso castelo conta histórias, histórias espalhadas pelo tempo, que juntas fazem parte da história da nossa cidade, do nosso concelho

.....Quando alguém nos visita, temos sempre um enorme orgulho em mostrar o nosso castelo, o nosso Ex-libris da cidade.....

.....O nosso castelo, principal postal da cidade, está rodeado por uma bem conservada muralha em forma de coração, que representa bem aquilo que por ele sentimos. Todos os turistas que nos visitam, quer nacionais quer estrangeiros, não passam sem por lá passar.

.....Tenho a certeza que todos nos sentimos orgulhosos por ter como nosso esta pérola histórica de Portugal. Eu pessoalmente sinto.....

.....O facto de possuímos uma fortaleza amuralhada levou a cidade espanhola de PLASENCIA, representante do Comité Executivo para Espanha do Organismo Internacional

WTFC (Walled Towns Friendship Circle - Circulo ou União dos Amigos das Cidades amuralhadas), a formular um convite à nossa autarquia, no sentido de fazermos parte da fundação da Associação denominada Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas, FICAM.

.....A ideia inicial teve por base o conceito da WTFC, bem como o facto de não existir na Península Ibérica um organismo que agrupasse as localidades possuidoras de muralhas históricas.

.....PLASENCIA endereçou o convite, conjuntamente com os propósitos da associação, a 41 localidades espanholas e a 72 localidades portuguesas. Destas 113 localidades, 45 estiveram presentes em PLASENCIA, no passado dia 23 de Novembro, para a acta constituinte do Fórum Ibérico de Cidades Amuralhadas, bem como para a designação das cidades responsáveis pela gestão do FICAM até ao Congresso de 2008.

.....A presidência fica assegurada por PLASENCIA, e a vice-presidência por Castelo Branco.

.....Dos objectivos explanados nos estatutos, salientamos a preocupação do Fórum ser um espaço de discussão sobre restauração e reabilitação das zonas amuralhadas, bem como a promoção de debates científicos relativos ao planeamento urbanístico e patrimonial.....

.....Também com enorme importância é o objectivo da promoção das cidades associadas, tendo em vista a criação de roteiros turísticos impulsionadores das economias locais.....

.....A ideia inicial, consagra ainda, a possibilidade da conversão do Fórum Ibérico para Fórum Ibero-Americano de Cidades Amuralhadas, com principal incidência nas cidades amuralhadas da América Latina.....

.....Pelas razões mencionadas, e, reconhecendo que este Fórum pode vir a ser um importante motor de desenvolvimento da nossa zona amuralhada, bem como promotor de actividades que desenvolvam o turismo local, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a adesão de Bragança ao Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas.....

.....Aproveito ainda este momento, uma vez que é a primeira vez que reunimos em 2007, para desejar a todos os presentes um 2007 repleto de sucessos pessoais, profissionais e políticos.

.....a) Rui Correia.....

.....Assembleia Municipal de Bragança.....

.....26 de Fevereiro de 2007”.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia vamos então votar a autorização para a integração pelo Município de Bragança, da Associação do Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas.

.....**Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....
.....Não há.....
.....Passamos ao ponto

.....4.3.2 – PROJECTO DE REGULAMENTO DOS TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

..... **I - CERTIDÃO**.....

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de Novembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:.....

----- **“PROJECTO DE REGULAMENTO DOS TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.....**

----- Pelo Chefe da Divisão de Transportes e Energia foi apresentada a seguinte informação:.....

----- “Em fase da audiência dos interessados, conforme preceitua o n.º 1 do artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, foi auscultada a Direcção Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, que propôs as seguintes alterações:.....

----- Introdução de alguns direitos, para além dos previstos no artigo 7.º, de forma a evitar a desproporcionalidade de direitos e deveres dos utentes;.....

----- Rectificação da recusa de admissão prevista na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º, uma vez que contraria o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro;.....

----- A alteração de itinerários prevista no artigo 10.º deveria conter uma referência de que a mesma deve obedecer à legislação em vigor para o estabelecimento e alteração de itinerários de serviços regulares de transporte de passageiros.

----- Mais se informa que, após a apresentação do projecto de Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança na Reunião de Câmara do dia 26 de Junho de 2006, foi publicada a Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho, que estabelece as condições de utilização do título de transporte válido nos transportes colectivos, as regras de fiscalização do seu cumprimento e as sanções aplicáveis aos utilizadores em caso de infracção, revogando, com a sua entrada em vigor, os Decretos-Leis n.os 108/78, de 24 de Maio, e 110/81, de 14 de Maio.....

----- Por último, informa-se que, durante o processo de certificação do STUB no âmbito da qualidade, considerou-se também pertinente o aditamento de dois artigos respeitantes ao tratamento de objectos perdidos e ao modo de efectuação de sugestões e reclamações por parte dos utentes.....

----- Assim, tendo por base as sugestões supra mencionadas, a Divisão de Transportes e Energia propõe a alteração dos artigos 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º e 18.º, com a seguinte redacção:

----- **“Artigo 7.º**.....

----- **(Direito dos utentes)**.....

----- Os utentes gozam em especial dos seguintes direitos:

----- a)(...);.....

----- b)(...);.....

----- c) O direito ao auxílio nos momentos de entrada e saída, especialmente idosos, crianças e utentes com dificuldades de locomoção;.....

----- d) O direito a não serem importunados pelos restantes passageiros, ou pelo pessoal afecto ao serviço, com exigências não justificadas;

----- e) Crianças com idade inferior aos 4 anos podem ser transportadas gratuitamente, quando acompanhadas por um passageiro portador de título de transporte válido, desde que não ocupem um lugar individual;.....

- f) Os invisuais têm o direito de se fazer acompanhar de cães-guia;
- g) (anterior alínea c);
- h) (anterior alínea d).
- **Artigo 8.º**
- **(Deveres, obrigações e proibições)**
- 1 – (...)
- 2 – (...):
- b) Exibir títulos de transporte inválidos;
- (...)
- 3 – (...):
- d) Aos que transportem animais, excepto animais de companhia devidamente acompanhados e acondicionados, salvo motivo atendível, designadamente como a perigosidade, o estado de saúde ou de higiene, sem prejuízo da alínea f) do artigo 7.º do presente Regulamento.
- 4 – Para efeitos da alínea b) do n.º 2 do presente artigo, é considerado título de transporte inválido:
- a) O título de transporte com direito a redução do preço, sem fazer prova do direito a essa redução;
- b) O título de transporte cujo prazo de validade tenha expirado;
- c) O título de transporte não válido para a carreira, percurso ou zona em que o utente se encontre a viajar;
- d) O título de transporte viciado, como tal se entendendo todo aquele que se encontra alterado nas suas características, designadamente por rasuras;
- e) O título de transporte nominativo que não pertença ao utente;
- f) O título de transporte nominativo cujo registo electrónico se encontre adulterado ou danificado;
- g) O título de transporte em estado de conservação que não permita a verificação da sua identificação ou validade;
- h) O título de transporte sem validação, nos casos em que esta é exigida.

----- 5 – O pessoal em serviço nos veículos deverá solicitar a intervenção das autoridades para impedir o acesso ou obrigar a saída dos utentes que desobedeçam às prescrições deste Regulamento e nomeadamente às deste artigo, sem prejuízo das restantes sanções aplicáveis.

----- 6 – Nos casos previstos no número anterior, o motorista ou agente de fiscalização, deverá participar os factos em causa, no prazo máximo de 24 horas, ao dirigente máximo do serviço, o qual conduzirá a respectiva informação ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

----- **Artigo9.º**.....

----- **(Acesso e utilização)**.....

----- 1 – (...)

----- 2 – Os passageiros devem respeitar os lugares reservados prioritariamente a deficientes físicos, grávidas e pessoas com crianças de colo.

----- 3 – (...)

----- **Artigo10.º**.....

----- **(Serviço)**

----- A Câmara Municipal de Bragança, mediante deliberação, poderá alterar itinerários, locais de paragem, frequências e horários referentes às linhas do STUB, sempre que para tal se afigure essencial para a prossecução das suas atribuições, e obedecendo à legislação em vigor para o estabelecimento e alteração de itinerários se derem serviços regulares de transporte de passageiros.....

----- **Artigo11.º**.....

----- **(Títulos de transporte)**

----- 1 – Compete à Câmara Municipal de Bragança definir as zonas e fixar as tarifas correspondentes aos títulos de transportes inerentes à prestação do serviço de transportes colectivos de passageiros, estabelecidas nos anexos I e II.

----- 2 – (...)

----- 3 – (anterior n.º 4).....

----- 4 – (anterior n.º 5).....

----- 5 – (anterior n.º 6).....

----- 6 – (anterior n.º 7).....

----- 7 – (anterior n.º 8).....

----- Artigo 12.º.....

----- (...).....

----- **Artigo13.º**.....

----- **(Objectos e valores perdidos)**.....

----- 1 – A entidade gestora deverá providenciar o encaminhamento dos objectos e valores perdidos pelos passageiros no veículo ou paragens, para um local designado para o efeito, onde serão guardados até que os seus proprietários os reclamem, durante um período máximo de 30 (trinta) dias.

----- 2 – No caso de géneros sujeitos a rápida deterioração, o prazo referido no n.º anterior será reduzido para 24 horas.

----- 3 – Findo o prazo aplicável dos números anteriores, os bens serão entregues a uma instituição de beneficência.

----- **Artigo14.º**.....

----- **(Sugestões e reclamações)**.....

----- 1 – Todas as sugestões e reclamações devem ser efectuadas por escrito, identificando o seu autor e especificando a linha, o número do veículo e, no caso de reclamação, a hora precisa da ocorrência do facto.

----- 2 – Em alternativa ao disposto no n.º anterior, os passageiros têm disponível um serviço de atendimento ao público nos postos de venda dos títulos de transporte, e um serviço telefónico de apoio ao cliente.....

----- 3 – A entidade gestora deverá disponibilizar livros de reclamações na Câmara Municipal de Bragança e nos serviços administrativos do STUB.....

----- **Artigo15.º**.....

----- **(Regime aplicável)**.....

----- 1 – As infracções às disposições do presente Regulamento constituem contra-ordenações puníveis com coimas nos termos dos artigos seguintes.....

----- 2 – O regime legal e de processamento das contra-ordenações obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de

Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro, bem como ao disposto no Decreto n.º 37272, de 31 de Dezembro de 1948, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 378/97, de 27 de Dezembro, na Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio.....

----- **Artigo16.º**.....

----- **(Falta de título de transporte válido)**

----- 1 – A violação do disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 8.º do presente Regulamento é punida com coima de valor mínimo correspondente a 100 vezes o montante em vigor para o bilhete de bordo e de valor máximo correspondente a 150 vezes o referido montante.....

----- 2 – O pagamento voluntário da coima só pode ser efectuado se simultaneamente for liquidado o valor do bilhete em dívida, no prazo de 5 dias úteis, na Secção de Taxas e Licenças, Execuções Fiscais, Contra-Ordenações e Serviço de Metrologia da Câmara Municipal de Bragança, sendo a coima em questão liquidada pelo mínimo reduzido em 20%.

----- 3 – O prazo a que se refere o n.º anterior contar-se-á a partir da data de emissão do aviso de pagamento de coima.

----- 4 – Findo o prazo a que se refere o n.º 2, e sem que o pagamento tenha sido efectuado, será o auto de notícia enviado à Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, entidade competente para instauração e instrução do correspondente processo de contra-ordenação, que notificará o arguido.

----- 5 – O arguido pode, no prazo de 20 dias úteis a contar da notificação referida no número anterior, proceder ao pagamento voluntário da coima, pelo mínimo, com o efeito estabelecido no n.º 7 do presente artigo, ou apresentar a sua defesa, por escrito, com a indicação de testemunhas, até ao limite de três, e de outros meios de prova.

----- 6 – O pagamento voluntário da coima só pode ser efectuado se simultaneamente for liquidado o valor do bilhete em dívida.

----- 7 – O pagamento voluntário da coima nos termos dos números anteriores determina o arquivamento do processo.

----- 8 – No acto de pagamento voluntário da coima, efectuado nos termos dos números anteriores, é emitido o respectivo recibo.

----- 9 – A utilização pelo passageiro de título de transporte que não lhe pertença ou tenha sido viciado dará lugar à sua apreensão e a procedimento criminal, se for caso disso, sem prejuízo da aplicação do disposto no n.º 1 do presente artigo.

----- **Artigo 17.º**.....

----- **(Outras infracções)**.....

----- 1 – São puníveis com coimas de 99,76€ a 498,80€, as infracções ao disposto nas alíneas d), e), f), g), h), i), j), k), l) e o) do n.º 2 do artigo 8.º do presente Regulamento.

----- 2 – A infracção à proibição de fumar nos transportes colectivos de passageiros constitui contra-ordenação nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e é punível com a coima prevista no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 22/82, de 17 de Agosto, no valor de 4,99€ a 498,80€.....

----- **Artigo 18.º**.....

----- **(Responsabilidade civil e criminal)**

----- 1 – A responsabilidade contra-ordenacional não exclui a responsabilidade civil ou criminal que ao caso concreto couber.

----- 2 – Os danos causados aos passageiros por factos imputáveis à entidade gestora do STUB são da responsabilidade desta, nos termos das disposições legais.....

----- 3 – Incumbe aos passageiros a guarda e vigilância dos seus objectos de mão e animais de companhia de que se façam acompanhar nos veículos ou paragens.....

----- 4 – Os passageiros são os únicos responsáveis, nos termos da legislação em vigor, pelos danos que os seus objectos de mão ou animais de companhia causarem ao STUB ou a terceiros.....

----- 5 – O STUB não é responsável por eventuais furtos ou danos causados aos objectos de mão e animais de companhia transportados pelos passageiros.....

----- **Artigo 19.º**.....

----- **(anterior artigo 17.º)**.....

----- **Artigo 20.º**.....

----- **(anterior artigo 18.º)”**.....

----- Informa-se ainda que decorreu o período de apreciação pública, vertido pelo artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, do Projecto de Regulamento dos Transportes

Urbanos de Passageiros do Município de Bragança, publicado em edital e afixado nos lugares de estilo.

----- Da natureza das alterações acima indicadas, não resulta para os interessados a imposição de deveres, sujeições ou encargos, entendendo-se, salvo melhor e fundamentada opinião, dispensar novo período de apreciação pública.

----- Não tendo sido apresentadas quaisquer outras sugestões.

----- Propõe-se à aprovação da Exma. Câmara Municipal o Regulamento na sua versão final, que a seguir se transcreve, a fim de a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos pelos artigos 64.º n.º 6 alínea a) e 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

----- **REGULAMENTO DOS TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**

----- Tendo em consideração a necessidade de estabelecer regras visando o bem-estar dos habitantes e as carências evidenciadas no que concerne ao Serviço de Transportes Urbanos de Bragança, o qual é gerido e explorado directamente pela Câmara Municipal de Bragança, visa o presente Regulamento responder às necessidades de gestão deste serviço público e, desta forma, garantir também uma maior segurança, acessibilidade e conforto aos utentes.

----- Foi auscultada a Direcção Geral de Transportes Terrestres e Fluviais (DGTTF).

----- Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Regulamento de Transportes em Automóveis constante do Decreto n.º 37272, de 31 de Dezembro de 1948, com a redacção dada pelo Decreto n.º 59/71, de 2 de Março, do Decreto-Lei n.º 378/97, de 27 de Dezembro, do vertido na Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho, e do aludido na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, com remissão para a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, aprova o Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança.

----- **CAPÍTULO I**

----- **Disposições gerais**

----- **Artigo 1.º**

----- **(Âmbito)**

----- O presente Regulamento rege o Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB), com o intuito de proporcionar melhores condições de segurança, acessibilidade e conforto dos cidadãos.

----- **Artigo2.º**.....

----- **(Objecto)**.....

----- O presente Regulamento define as regras e as condições de funcionamento e utilização do STUB, gerido e explorado directamente pela Câmara Municipal de Bragança, bem como as tarifas, penalidades e reclamações.

----- **Artigo3.º**.....

----- **(Entidade Gestora)**

----- 1 – A Câmara Municipal de Bragança, como entidade gestora e exploradora, é responsável pela concepção, estruturação e exploração do STUB, no âmbito das suas atribuições.

----- 2 – A Câmara Municipal de Bragança poderá concessionar o serviço público que se concretiza na gestão e exploração do STUB, nos termos da lei, bem como estabelecer protocolos de cooperação com outras entidades.

----- **Artigo4.º**.....

----- **(Princípios de gestão)**.....

----- A entidade gestora deve assegurar o equilíbrio económico e financeiro do STUB, assegurando um atendimento adequado, promovendo pela segurança e bem-estar dos utentes.

----- **Artigo5.º**.....

----- **(Definições)**.....

----- Para efeitos do presente Regulamento, consideram-se as seguintes definições:

----- a) Utentes – todos aqueles que utilizam os transportes urbanos de Bragança.
Bragança.

----- b) Título de transporte válido – documento emitido pela Câmara Municipal de Bragança, em modelos a aprovar por esta, que legitima o acesso e utilização dos transportes urbanos.

----- c) Itinerário – percurso que os transportes urbanos de Bragança realizam no âmbito do serviço público.

----- d) Paragem – local onde os transportes urbanos de Bragança se mobilizam, a fim de recolher os utentes, ou de os largar, no âmbito do respectivo itinerário.

----- **CAPÍTULO II**

----- **Exploração e utilização**

----- **Artigo 6.º**

----- **(Obrigações da entidade gestora)**

----- Compete à entidade gestora:

----- a) Promover estudos e projectos necessários à optimização do serviço público;

----- b) Promover o estabelecimento e manter em bom estado de funcionamento e conservação dos bens afectos aos transportes urbanos de Bragança;

----- c) Garantir a continuidade do serviço, excepto por razões imperiosas que impossibilitem a efectiva prestação do serviço público;

----- d) Cumprir com os itinerários, frequências e horários previamente estabelecidos, salvo situações de força maior ou por força das condições do trânsito local;

----- e) Cumprir o disposto na legislação sobre transportes terrestres, utilização, circulação de veículos pesados de passageiros.

----- **Artigo 7.º**

----- **(Direito dos utentes)**

----- Os utentes gozam em especial dos seguintes direitos:

----- a) A garantia do bom funcionamento global do STUB;

----- b) O direito à informação sobre todos os aspectos ligados ao STUB;

----- c) O direito ao auxílio nos momentos de entrada e saída, especialmente idosos, crianças

----- e utentes com dificuldades de locomoção;

----- d) O direito a não serem importunados pelos restantes passageiros, ou pelo pessoal afecto ao serviço, com exigências não justificadas;

----- e) Crianças com idade inferior aos 4 anos podem ser transportadas gratuitamente, quando acompanhadas por um passageiro portador de título de transporte válido, desde que não ocupem um lugar individual;

----- m) Os invisuais têm o direito de se fazer acompanhar de cães-guia;

- n) O direito de reclamação por actos ou omissões da entidade gestora que possam prejudicar os seus direitos ou interesses legalmente protegidos;
- o) Quaisquer outros que lhe sejam conferidos por lei.....
- **Artigo 8.º**.....
- **(Deveres, obrigações e proibições)**.....
- **1** – São deveres e obrigações dos utentes do STUB:
- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento e o disposto nos diplomas em vigor, na parte que lhes são aplicáveis;
- b) Conservar os títulos de transportes durante o trajecto e exhibi-los aos agentes credenciados quando por eles solicitado;
- c) Não viajar de pé, sempre que existam lugares sentados disponíveis. Sempre que seja necessário viajar de pé, deve o utente fazer uso dos dispositivos de apoio presentes no respectivo veículo;.....
- d) Não fazer uso indevido ou danificar os veículos do STUB;
- e) Abster-se de praticar actos que possam prejudicar o normal funcionamento dos transportes públicos;
- f) Manter uma conduta de respeito e idoneidade perante o condutor, bem como perante todos os demais utentes, durante o percurso ou trajecto, devendo ainda adoptar uma conduta correcta quanto à sua higiene pessoal;
- **2** – É proibido aos utentes do STUB:
- a) Viajar sem estarem munidos de qualquer título de transporte válido;
- b) Exibir títulos de transporte inválidos;
- c) Recusar-se a apresentar o título de transporte quando exigido pelo motorista ou pelos agentes de fiscalização;
- d) Entrar ou sair dos veículos fora das paragens;
- e) Entrar quando a lotação do veículo estiver completa;
- f) Abrir ou manter abertas as janelas quando haja oposição justificada de outros passageiros;
- g) Pendurar-se em qualquer parte dos veículos ou seus acessórios ou debruçar-se dos mesmos durante a marcha;.....
- h) Arremessar dos veículos detritos ou quaisquer objectos que possam causar dano;

- i) Utilizar aparelhos de rádio ou fazer barulho de forma a incomodar os restantes passageiros;
- j) Exercer mendicidade;
- k) Vender quaisquer produtos;
- l) Ocupar injustificadamente mais espaço do que o que lhe pertence, tomar posições e praticar actos que incomodem outros passageiros, ofendam a moral ou prejudiquem a boa ordem e asseio, e causem dano ao veículo ou aos objectos que nele forem transportados;
- m) Comer, fumar ou praticar quaisquer actos que coloquem em causa a higiene do veículo;
- n) Praticar quaisquer actos que coloquem em causa a higiene do veículo;
- o) Recusar identificar-se quando tal lhe seja exigido pelos agentes de fiscalização, no caso de terem infringido alguma das obrigações impostas neste artigo.
- **3** – Será recusada a admissão em veículos do STUB:
- a) Aos indivíduos em estado de embriaguez ou sob o efeito de estupefacientes;
- b) Aos que, em qualquer circunstância, possam motivar falta de segurança no âmbito da saúde pública;
- c) Aos que transportem objectos perigosos, volumosos ou pestilentos, ou armas de fogo carregadas, não sendo agentes da autoridade;
- d) Aos que transportem animais, excepto animais de companhia devidamente acompanhados e acondicionados, salvo motivo atendível, designadamente como a perigosidade, o estado de saúde ou de higiene, sem prejuízo da alínea f) do artigo 7.º do presente Regulamento.
- **4** – Para efeitos da alínea b) do n.º 2 do presente artigo, é considerado título de transporte inválido:
- a) O título de transporte com direito a redução do preço, sem fazer prova do direito a essa redução;
- b) O título de transporte cujo prazo de validade tenha expirado;
- c) O título de transporte não válido para a carreira, percurso ou zona em que o utente se encontra a viajar;
- d) O título de transporte viciado, como tal se entendendo todo aquele que se encontra alterado nas suas características, designadamente por rasuras;

----- e) O título de transporte nominativo que não pertença ao utente;.....

----- f) O título de transporte nominativo cujo registo electrónico se encontre adulterado ou danificado;

----- g) O título de transporte em estado de conservação que não permita a verificação da sua identificação ou validade;

----- h) O título de transporte sem validação, nos casos em que esta é exigida.....

----- 5 – O pessoal em serviço nos veículos deverá solicitar a intervenção das autoridades para impedir o acesso ou obrigar a saída dos utentes que desobedeçam às prescrições deste Regulamento e nomeadamente às deste artigo, sem prejuízo das restantes sanções aplicáveis.

----- 6 – Nos casos previstos no número anterior, o motorista ou agente de fiscalização, deverá participar os factos em causa, no prazo máximo de 24 horas, ao dirigente máximo do serviço, o qual conduzirá a respectiva informação ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

----- **Artigo9.º**.....

----- **(Acesso e utilização)**.....

----- 1 – Têm acesso aos transportes colectivos de passageiros, todos os cidadãos que pretendam fazer uso desse serviço, sem prejuízo dos números seguintes.

----- 2 – Os passageiros devem respeitar os lugares reservados prioritariamente a deficientes físicos, grávidas e pessoas com crianças de colo.....

----- 3 – Os transportes colectivos de passageiros só podem ser utilizados por detentores de título de transporte válido, sem prejuízo do disposto no número anterior.

----- **Artigo10.º**.....

----- **(Serviço)**

----- A Câmara Municipal de Bragança, mediante deliberação, poderá alterar itinerários, locais de paragem, frequências e horários referentes às linhas do STUB, sempre que para tal se afigure essencial para a prossecução das suas atribuições, e obedecendo à legislação em vigor para o estabelecimento e alteração de itinerários de serviços regulares de transporte de passageiros.

----- **Artigo11.º**.....

----- **(Títulos de transporte)**

----- 1 – Compete à Câmara Municipal de Bragança definir as zonas e fixar as tarifas correspondentes aos títulos de transportes inerentes à prestação do serviço de transportes colectivos de passageiros, estabelecidas nos anexos I e II.

----- 2 – Os títulos de transportes do STUB são compostos por:

----- a) Passe social;

----- b) Títulos pré-comprados;

----- c) Bilhete único de bordo.

----- 3 – Todos os pedidos de adesão ou renovação poderão ser efectuados nos locais de atendimento do STUB, podendo os serviços solicitar outros documentos ou informações a outras identidades.

----- 4 – O passe social está sujeito a carregamentos mensais, e só deverá ser utilizado a partir do 1.º dia do mês para o qual foi carregado.

----- 5 – O passe social é válido para 1 ano, e é renovável mediante a actualização dos dados do utente.

----- 6 – O passe social é pessoal e intransmissível. A sua perda, extravio ou danificação deverá ser comunicada de imediato à Câmara Municipal de Bragança, por escrito, não dando direito a qualquer indemnização ou substituição. No caso de danificação haverá também lugar à devolução do cartão.

----- 7 – As falsas declarações para obtenção do passe social, bem como a sua utilização por terceiros, terão como consequência imediata a sua anulação e apreensão pelos agentes do STUB, sem prejuízo do procedimento judicial a seguir contra o autor e/ou cúmplice dessa fraude ou tentativa de fraude.

----- **Artigo12.º**

----- **(Reduções e isenções)**

----- As reduções ou isenções de pagamento na obtenção do passe social do STUB são atribuídas segundo os mesmos critérios definidos no Regulamento do Cartão de Múncipe do Concelho de Bragança

----- **Artigo13.º**

----- **(Objectos e valores perdidos)**

----- 1 – A entidade gestora deverá providenciar o encaminhamento dos objectos e valores perdidos pelos passageiros no veículo ou paragens, para um local designado para o efeito,

onde serão guardados até que os seus proprietários os reclamem, durante um período máximo de 30 (trinta) dias.

----- 2 – No caso de géneros sujeitos a rápida deterioração, o prazo referido no n.º anterior será reduzido para 24 horas.

----- 3 – Findo o prazo aplicável dos números anteriores, os bens serão entregues a uma instituição de beneficência.

----- **Artigo14.º**.....

----- **(Sugestões e reclamações)**.....

----- 1 – Todas as sugestões e reclamações devem ser efectuadas por escrito, identificando o seu autor e especificando a linha, o número do veículo e, no caso de reclamação, a hora precisa da ocorrência do facto.

----- 2 – Em alternativa ao disposto no n.º anterior, os passageiros têm disponível um serviço de atendimento ao público nos postos de venda dos títulos de transporte, e um serviço telefónico de apoio ao cliente.....

----- 3 – A entidade gestora deverá disponibilizar livros de reclamações na Câmara Municipal de Bragança e nos serviços administrativos do STUB.....

----- **CAPÍTULO III**.....

----- **Regime Sancionatório**.....

----- **Artigo 15.º**.....

----- **(Regime aplicável)**.....

----- 1 – As infracções às disposições do presente Regulamento constituem contra-ordenações puníveis com coimas nos termos dos artigos seguintes.....

----- 2 – O regime legal e de processamento das contra-ordenações obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro, bem como ao disposto no Decreto n.º 37272, de 31 de Dezembro de 1948, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 378/97, de 27 de Dezembro, na Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio.....

----- **Artigo16.º**.....

----- **(Falta de título de transporte válido)**.....

----- 1 – A violação do disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 8.º do presente Regulamento é punida com coima de valor mínimo correspondente a 100 vezes o montante em vigor para o bilhete de bordo e de valor máximo correspondente a 150 vezes o referido montante.

----- 2 – O pagamento voluntário da coima só pode ser efectuado se simultaneamente for liquidado o valor do bilhete em dívida, no prazo de 5 dias úteis, na Secção de Taxas e Licenças, Execuções Fiscais, Contra-Ordenações e Serviço de Metrologia da Câmara Municipal de Bragança, sendo a coima em questão liquidada pelo mínimo reduzido em 20%.

----- 3 – O prazo a que se refere o n.º anterior contar-se-á a partir da data de emissão do aviso de pagamento de coima.

----- 4 – Findo o prazo a que se refere o n.º 2, e sem que o pagamento tenha sido efectuado, será o auto de notícia enviado à Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, entidade competente para instauração e instrução do correspondente processo de contra-ordenação, que notificará o arguido.

----- 5 – O arguido pode, no prazo de 20 dias úteis a contar da notificação referida no número anterior, proceder ao pagamento voluntário da coima, pelo mínimo, com o efeito estabelecido no n.º 7 do presente artigo, ou apresentar a sua defesa, por escrito, com a indicação de testemunhas, até ao limite de três, e de outros meios de prova.

----- 6 – O pagamento voluntário da coima só pode ser efectuado se simultaneamente for liquidado o valor do bilhete em dívida.

----- 7 – O pagamento voluntário da coima nos termos dos números anteriores determina o arquivamento do processo.

----- 8 – No acto de pagamento voluntário da coima, efectuado nos termos dos números anteriores, é emitido o respectivo recibo.

----- 9 – A utilização pelo passageiro de título de transporte que não lhe pertença ou tenha sido viciado dará lugar à sua apreensão e a procedimento criminal, se for caso disso, sem prejuízo da aplicação do disposto no n.º 1 do presente artigo.

----- **Artigo 17.º**.....

----- **(Outras infracções)**.....

----- 1 – São puníveis com coimas de 99,76€ a 498,80€, as infracções ao disposto nas alíneas d), e), f), g), h), i), j), k), l) e o) do n.º 2 do artigo 8.º do presente Regulamento.

----- 2 – A infracção à proibição de fumar nos transportes colectivos de passageiros constitui contra-ordenação nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e é punível com a coima prevista no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 22/82, de 17 de Agosto, no valor de 4,99 € a 498,80 €.....

----- **Artigo 18.º**.....

----- **(Responsabilidade civil e criminal)**

----- 1 – A responsabilidade contra-ordenacional não exclui a responsabilidade civil ou criminal que ao caso concreto couber.

----- 2 – Os danos causados aos passageiros por factos imputáveis à entidade gestora do STUB são da responsabilidade desta, nos termos das disposições legais.....

----- 3 – Incumbe aos passageiros a guarda e vigilância dos seus objectos de mão e animais de companhia que se façam acompanhar nos veículos ou paragens.....

----- 4 – Os passageiros são os únicos responsáveis, nos termos da legislação em vigor, pelos danos que os seus objectos de mão ou animais de companhia causarem ao STUB ou a terceiros.....

----- 5 – O STUB não é responsável por eventuais furtos ou danos causados aos objectos de mão e animais de companhia transportados pelos passageiros.....

----- **CAPÍTULO IV**.....

----- **Disposições finais**

----- **Artigo 19.º**.....

----- **(Omissões)**

----- Em tudo o que for omissa este Regulamento, remete-se para a legislação aplicável.

----- **Artigo 20.º**.....

----- **(Entrada em vigor)**.....

----- O presente Regulamento entra em vigor após a aprovação pela Assembleia Municipal de Bragança e respectiva publicação em edital a ser afixado nos lugares de estilo, excepto o Capítulo III, cujo início da vigência remete para a data de entrada em vigor da Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho.”.....

----- **Intervenção dos Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Francisco Gonçalves:**

----- Auscultada a Direcção Geral de Transportes Terrestre e Fluviais

----- Debatido e analisado em reunião anterior desta Câmara (26.06.2006).

----- Introduzidas novas alterações de acordo com a legislação entretanto publicada: Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho.....

----- Tendo em atenção o processo de certificação do STUB, no âmbito da qualidade.

Consideramos que este regulamento se encontra em condições de ser apresentado à Assembleia Municipal de Bragança para aprovação e respectiva publicação nos locais de estilo, anteriormente aprovados.

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar o referido Regulamento na sua versão final, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos pelos artigos 64.º n.º 6 alínea a) e 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”.....

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 21 de Novembro de 2006.....

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

II : ANEXO I – (Zonas)

ANEXO II – (Tarifário)

.....**Presidente da Mesa** – Na reunião de 13 de Novembro de 2006, o Executivo Municipal aprovou o Regulamento e deliberou submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal nos termos legais.
.....Inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta matéria.....
.....Não há.....
.....Inscrições para intervenções?
.....Também não.
.....Vamos então votar a aprovação pela Assembleia Municipal do Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros no Município de Bragança.....

.....**Presidente da Mesa** – Sobre esta matéria?
.....Teve o momento, mas eu volto atrás e concedo-lho outra vez.
.....Faça o favor.
.....Não podemos ser formalmente muito rígidos meu caro amigo. Tanto quanto baste.....

.....**Lídio Correia** – Mal pareceria Senhor Presidente, chegarmos a esta hora e passarmos a cumprir as formalidades todas... não é?
.....Eu queria só colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara acerca dos transportes urbanos, aceitando, penso eu, que a aprovação que aqui temos decorre da Lei, penso que não há mais nada para além disso, não é? Mas como também naquele documento se fala das linhas, tem chegado à CDU uma série de reclamações, nomeadamente, eu não sei como é que se chama aquela rua, a Rua que vai para Vale D`Álvaro, que é paralela digamos à Avenida das Forças Armadas, a antiga Rua de Vale D`Álvaro, que tinha um estacionamento logo ali em frente aquele café Rochedo, portanto havia ali uma paragem de autocarros que acabou, porque os autocarros deixaram de passar por ali.
..... Ora bem, as pessoas têm-se-nos dirigido de facto a queixar-se, porque efectivamente parece que lhes daria muito jeito, porque assim têm que ir apanhar o autocarro ou à Avenida das Forças Armadas ou lá ao fundo. E portanto era esta questão que eu lhe queria colocar no sentido de tentar resolvê-la.
.....Muito obrigado Senhor Presidente por ter informalmente aceite esta questão.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado eu, pela sua intervenção.
.....Senhor Presidente da Câmara está em condições de responder aqui?
.....Provavelmente está. Faça o favor.
.....Senão dá uma resposta mais tarde.

.....**Presidente da Câmara** – Darei uma resposta mais fundamentada em fase posterior, de qualquer forma houve reformulação das linhas urbanas, e essa paragem foi suprimida quando foram criadas quatro linhas urbanas na cidade.

.....Encomendamos um estudo a uma empresa especializada, está na fase final, pensamos em Abril poder apresentar esse estudo na Assembleia e essa parte sim, já tem a ver com horários, com linhas, com extensão de serviço, com reformulação de frota, etc.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Por boa ordem, e dado que voltamos aos pedidos de esclarecimentos, eu volto a perguntar se há inscrições para intervenções.

.....Não há. Vamos votar.

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Vamos passar ao ponto

.....**4.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO, PROPOSTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA.**

.....**4.4.1 – DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E O INATEL – INSTITUTO PARA APROVEITAMENTO DOS TEMPOS LIVRES DOS TRABALHADORES.**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

.....**CERTIDÃO**.....

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze Fevereiro do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

----- **“PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E O INATEL - INSTITUTO PARA APROVEITAMENTO DOS TEMPOS LIVRES DOS TRABALHADORES** -----

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi apresentada, para discussão e aprovação, a proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Bragança e o INATEL – Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, processo devidamente enquadrado pelo Gabinete Jurídico, com o parecer favorável da Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira e instruído nos termos que se segue:-----

----- I – Informação de enquadramento jurídico ao Protocolo proposto pelo Gabinete Jurídico;-----

----- II – Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Bragança e o INATEL – Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores.-----

----- **I – Informação de enquadramento jurídico ao Protocolo proposto pelo Gabinete Jurídico.** -----

----- Considerando que o Município de Bragança, no âmbito das suas atribuições, aposta na promoção dos tempos livres e desporto, com incidência no planeamento e gestão de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, in casu, os parques de campismo de interesse municipal, cfr. prescreve a alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 159/1999, de 14 de Setembro (que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais); -----

----- Considerando que de acordo com a lei vigente tais atribuições são prosseguidas, a título principal, pelos órgãos dos municípios, o que não prejudica a intervenção de outras entidades em parceria, nas modalidades que se revelarem mais adequadas, vide n.ºs 2 e 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (que estabelece o quadro das competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias); -----

----- Considerando que o interesse da promoção e desenvolvimento do Município em termos turísticos e recreativos se conjuga com a missão do INATEL – Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, entidade que assume a natureza de Instituto Público da Administração Indirecta do Estado e que no âmbito da suas atribuições e competências desenvolve acções diversificadas e dinamizadoras do desenvolvimento local sustentado; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Bragança reconhece interesse municipal na cedência/utilização do equipamento em causa, sendo inevitável o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento das potencialidades turísticas do concelho; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Bragança deverá dotar-se dos instrumentos contratuais que lhe permitam, a todo o tempo, prosseguir as suas atribuições, fazendo variar

as soluções em função da configuração dos interesses públicos que prossegue;-----

----- Considerando por último que compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 64.º “ Colaborar no apoio, (...) e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central “, conjugada com a al. b) do n.º 4 do mesmo artigo 64.º “ Apoiar ou participar, pelos meios adequados, actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra “ ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- II – Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Bragança e o INATEL – Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores-----

----- Considerando que compete ao Município de Bragança, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural, natural, paisagístico e urbanístico do concelho, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;-----

----- Considerando que compete ao Município apoiar ou participar, pelos meios adequados, as actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----

----- Considerando a preocupação da Câmara Municipal de Bragança em fomentar as potencialidades próprias existentes no respectivo Concelho;-----

----- Considerando que o INATEL, no âmbito das suas atribuições e competências, desenvolve acções de carácter recreativo, desportivo, cultural e social, com vista ao melhor aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores, acções essas diversificadas e promotoras de qualidade de vida dos seus associados e também elas dinamizadoras do desenvolvimento local sustentado;-----

----- Considerando os objectivos comuns da Câmara Municipal de Bragança e do INATEL no que a esta problemática diz respeito;-----

----- É celebrado entre:-----

----- O Município de Bragança, pessoa colectiva de direito público, com o NIF 506 215 547, representado pelo Senhor Eng.º António Jorge Nunes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e o INATEL – Instituto Para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, Instituto Público com sede na Calçada de Sant’Ana, n.º 180 em Lisboa, com o NIPC 500 122 237 (doravante designado apenas por INATEL) representado pelo Senhor Dr. José Augusto Perestrello de Alarcão Troni, na qualidade de Presidente, é celebrado o presente Protocolo que se regerá pelas seguintes cláusulas:-----

----- CLÁUSULA 1.ª -----

----- (Desenvolvimento local)-----

----- Os outorgantes comprometem-se a cooperar no sentido do desenvolvimento local e

regional, nomeadamente nas vertentes do turismo, cultura e desporto, aproveitando as potencialidades inerentes aos recursos naturais e paisagísticos do Concelho de Bragança, com a rigorosa observância da salvaguarda destes, no âmbito de uma política de desenvolvimento sustentável. -----

----- **CLÁUSULA 2.^a** -----

----- **(Dinamização do Turismo do Concelho)** -----

----- O Município de Bragança quer promover, dinamizar e rentabilizar o Parque de Campismo Municipal, com vista ao reforço da actividade económica. -----

----- **CLÁUSULA 3.^a** -----

----- **(Propriedade do Parque de Campismo)** -----

----- 1. O Município de Bragança é proprietário de um Parque de Campismo, com a área vedada de 11,74ha, localizado na Freguesia de Meixedo e incluído na área do Parque Natural de Montesinho, infraestruturado, com redes de água, electricidade, saneamento, arruamentos e rede de segurança contra incêndios. -----

----- 2. O Parque de Campismo compreende ainda balneários, bar e mercearia, casa de habitação, estação elevatória e recepção, conforme planta anexa. -----

----- **CLÁUSULA 4.^a** -----

----- **(Experiência do INATEL)** -----

----- O INATEL é uma organização que se dedica à criação e promoção de actividades de lazer, possuindo conhecimento, capacidade e experiência na promoção do desporto amador, da cultura tradicional, do turismo e na gestão de espaços, equipamentos e actividades de lazer e de ocupação dos tempos livres dos cidadãos. -----

----- **CLÁUSULA 5.^a** -----

----- **(Direitos e Deveres das Partes)** -----

----- 1. Pelo presente acordo, o Município de Bragança: -----

----- a) Cede ao INATEL, a título gratuito, o Parque identificado na cláusula 3.^a, bem como os equipamentos nele existentes. -----

----- b) Autoriza o INATEL a construir no referido Parque um Centro de Turismo Rural. -----

----- c) Como contrapartida por essa construção, cede ao INATEL, a título gratuito, um edifício do seu património, em lugar digno e em boas condições de conservação, por um período de 25 anos, a fim de instalar a sua Delegação Distrital. Transitoriamente e enquanto o edifício não for disponibilizado, a Câmara Municipal cede dois espaços no novo Mercado Municipal, com as referências 208 e 209, com a área útil de 27m² cada. -----

----- d) Compromete-se a instalar no Parque de Campismo as seguintes infra-estruturas: uma ETAR, um módulo de balneários e instalações sanitárias e a regularização do lameiro, nas condições previstas na alínea b) do n.º 2 da presente cláusula. -----

----- e) Continua a proceder à captação de água no local, sempre que tal seja necessário, não podendo, em circunstância alguma, ser posto em causa o regular funcionamento do

Parque de Campismo.-----

----- 2. Pelo presente Protocolo, o INATEL: -----

----- a) Compromete-se dinamizar e explorar o Parque de Campismo e a construir um Centro de Turismo Rural, com capacidade de 50 quartos, equivalente a uma unidade hoteleira de 4 estrelas, no prazo de 6 anos; -----

----- b) A primeira fase desta unidade, constituída por 25 quartos será construída no prazo de 3 anos, prevendo-se o início das obras um ano após a assinatura do Protocolo; -----

----- c) Compromete-se a contratar os técnicos necessários ao enquadramento das acções a desenvolver, bem como o pessoal administrativo e auxiliar; -----

----- d) Compromete-se a assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do Parque;.....

----- e) Compromete-se a implementar as acções de promoção e divulgação do projecto junto dos associados, pelos meios que considere adequados; -----

----- f) Compromete-se a garantir a segurança, conservação e manutenção do conjunto dos edifícios e do Parque.-----

----- **CLÁUSULA 6.^a** -----

----- **(Prazos)** -----

----- 1. As cedências, objecto deste Protocolo, são efectuadas pelo prazo de vinte e cinco (25) anos, com início na data da celebração, podendo ser renovado por acordo e por igual período.

----- 2. O Município de Bragança não pode em caso algum opor-se à primeira renovação deste acordo por igual período de tempo (25 anos), salvo situações de comprovado interesse público.-----

----- 3. Passados os prazos referido em 1 e 2 (50 anos), poderão as partes negociar um novo Protocolo, se assim o entenderem. -----

----- 4. Em caso de rescisão do protocolo pelo Município de Bragança com fundamento em incumprimento contratual imputável ao INATEL, este permanecerá na posse e exploração das coisas cedidas até ao termo do ano civil, se a rescisão for comunicada até 30 Junho; ou até 31 de Julho do ano seguinte, se for comunicada até 31 de Dezembro do ano anterior.-----

----- 5. Considera-se justificativo de tal rescisão o comportamento das partes, cuja gravidade ou reiteração sejam incompatíveis com os objectivos da celebração do presente Protocolo.....

----- 6. Se a rescisão por incumprimento for da iniciativa do INATEL, o mesmo entregará as coisas cedidas e cessará a sua exploração de imediato ou no termo dos programas que estiverem em curso ou projectados, devendo, nesse caso, a data prevista para a entrega e cessação ser comunicada ao Município de Bragança.-----

----- **CLÁUSULA 7.^a** -----

----- **(Rescisão por incumprimento)** -----

----- 1. Qualquer das partes pode rescindir o acordo desde que haja justa causa ou incumprimento.-----

----- 2. Em caso de incumprimento, a parte inadimplente incorre em responsabilidade nos termos gerais, incluindo por danos e lucros cessantes.-----

----- 3. Salvo no caso previsto no nº 5 da cláusula 6ª, a cessação do presente protocolo por facto não imputável ao INATEL confere a este o direito de ser indemnizado por lucros cessantes, tomando-se, entre outros, em atenção os que deixe de receber em virtude da não exploração das coisas cedidas pelo prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior ou suas renovações, de acordo com as projecções que tenha feito e as contas de exploração de anos anteriores que se encontrem aprovadas.-----

----- 4. Em caso de incumprimento por parte do INATEL, todas as benfeitorias reverterão gratuitamente para a Câmara Municipal, sem prejuízo da responsabilidade civil decorrente da lei geral.-----

----- 5. Desde que a concessão de exploração do Parque de Campismo cesse por facto que não seja imputável ao INATEL, designadamente de rescisão pelo Município de Bragança ou pelo INATEL por incumprimento imputável à contraparte deve este ser reembolsado do investimento realizado. Na situação descrita, os valores a reaver deverão ser calculados tendo como base as taxas das tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12/10/1990.-----

----- **CLÁUSULA 8.ª** -----

----- **(Cessação do protocolo)** -----

----- Uma vez expirado o prazo de vigência do presente Protocolo, as obras executadas e as instalações fixas, bem como outras benfeitorias realizadas, reverterem gratuitamente para o Município de Bragança.-----

----- **CLÁUSULA 9.ª** -----

----- **(Plano e Orçamento)**-----

----- O INATEL remeterá, anualmente, à Câmara Municipal de Bragança o Plano e Orçamento assim como o Relatório de Exploração e a Conta de Gerência do Parque de Campismo após as respectivas aprovações.-----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta de Protocolo.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, enviar à Assembleia Municipal, para conhecimento, face à relevância do presente Protocolo.”-----

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.....

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 12 de Fevereiro de 2007.....

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

.....**Presidente da Mesa** – Faço a mesma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara.
.....Também fica para resposta a pedidos de esclarecimento.
.....Amílcar Pires está inscrito já para pedidos de esclarecimentos, tem desde já a palavra.
.....Não sei se há mais inscrições.....
.....Não há.....
.....Faça o favor.

.....**Amílcar Pires** – Boa tarde a todos.....
.....Este protocolo de parceria entre a Câmara de Bragança e o INATEL tem dois objectivos com os quais o PS concorda, por um lado instalar com maior dignidade a própria Delegação Distrital do INATEL em Bragança e por outro também, ampliar, melhorar, criar o novo centro de Turismo rural nas instalações do Parque de Campismo. Portanto desde já o nosso acordo.
.....No entanto, há duas ou três questões que eu gostava de colocar ao Senhor Presidente. .
..... Desde logo a primeira, no enquadramento jurídico. O INATEL atravessa um período de alguma reestruturação e penso que vai entrar ainda este ano, em processo legislativo no sentido de sair de Organismo da Administração Pública Central para Fundação. Eu pergunto se, essa alteração já está a ser levada em conta e se estão acautelados os interesses do Município, ou se porventura daí poderá vir algum prejuízo?
.....A outra questão é que em contrapartida o Município pretende dar ou ceder ao INATEL para Delegação Distrital, um edifício do seu património. Fala-se de um edifício que neste momento ainda está ocupado por um Organismo da Administração Pública, poderá levar o seu tempo a ficar vago, não sei se a Câmara tem alguma informação que nós não tenhamos, e então provisoriamente vai instalá-los no Mercado Municipal. E aí a minha pergunta é, por quanto tempo ainda prevê que ficam provisoriamente instalados no Mercado Municipal e se essa instalação é gratuita ou se o INATEL irá pagar alguma renda.....
.....A terceira questão, eu penso que o Parque de Campismo tem vindo a ser gerido, nos últimos anos, pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal, gostava de saber se o Senhor Presidente tem alguma ideia que nos possa dar de qual seria a receita anual, não sei se para os cofres da Câmara se para os Serviços Sociais, ou se os Serviços Sociais entretanto poderão eventualmente ser prejudicados pela ausência desta receita.
.....Eram estas três questões.
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor Presidente da Câmara tem a palavra se faz favor.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....A evolução do INATEL para Fundação de Direito Público está a ser trabalhada, vai acontecer, o protocolo defende e salvaguarda devidamente o interesse entre as partes, parecem absolutamente obvio e claro nessa matéria.

.....Quanto à instalação definitiva não temos um prazo definido, há um acordo de princípios, procuraremos fazer melhor, é essa a base de trabalho.

.....Quanto à renda do espaço no Mercado Municipal não paga de facto renda, a Câmara suportará a renda junto da Empresa Mercado Municipal que é uma empresa 100% da Câmara Municipal mas as regras são essas, a Câmara pagará mensalmente a renda.

.....Quanto à exploração do Parque, não têm sido os Serviços Sociais a explorar, é a Câmara Municipal que o tem feito directamente depois de feitas as obras de beneficiação, portanto os Serviços Sociais não estarão prejudicados nesse âmbito, dispunham sim de uma autorização para concessionar o bar que existe no Parque de Campismo, essa situação está devidamente tratada e salvaguardada com os Serviços Sociais.

.....Quanto à receita, a receita anda na ordem dos trinta a trinta e cinco mil euros, é uma receita baixa, as taxas de acesso aos parques de campismos são muito baixas, não cobrem os custos relacionados com o pessoal que faz o atendimento desde as sete da manhã à meia noite, são duas pessoas; a limpeza de instalações sanitárias; balneários; etc., e a segurança. ..

.....Os serviços Sociais enquanto tiveram a concessão do Parque de Campismo não tinham a preocupação, ou tinham a preocupação mas pelo menos não faziam, não garantiam segurança total, as vinte e quatro horas no Parque de Campismo.

..... A Câmara Municipal não podia correr o risco de ser confrontada publicamente com uma situação menos boa, e portanto hoje, nos últimos anos o Parque de Campismo tem funcionado com segurança contratada durante as vinte quatro horas.

.....Portanto, a receita nem de longe nem de perto, como devem compreender, corresponde à receita. Portanto aquilo que se perspectiva é que com esta concessão do Parque de Campismo e com a construção de um Centro de Turismo Rural, poder o Parque vir a acolher bastantes mais pessoas, acolher aquelas que correspondem a fluxos turísticos correntes, de várias proveniências.

..... O protocolo não limita o acesso exclusivamente a Associados do INATEL, é aberto a toda a gente que é campista, cumpre com as regras, quer usufruir desse espaço, tem livre acesso, dentro dos Regulamentos normais. Para além disso o INATEL passará a mobilizar regularmente e de forma contínua ao longo do ano, um conjunto de Associadas seus para Bragança, para o Parque de Campismo, quer para o campismo em si mesmo, quer para o Centro de Turismo, salientando que o INATEL é o maior operador turístico a nível Nacional.

..... Portanto nós pensamos que esta parceria é uma boa parceria.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Abrimos inscrições para pedidos de intervenção sobre esta matéria.

.....Lídio Correia faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Eu como hoje ando quase tão distraído como o PSD, passei o período de esclarecimento, mas queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara duas coisas. Como é que se enquadra isto no PDM? Sendo nós totalmente a favor de tudo o que seja útil para o Concelho, e isto que fique claro, aliás lamentamos é que na altura do PS não tenha ficado em Bragança, por exemplo a sede que está em Mirandela. Mas de todas as formas gostaríamos de saber como é que isto se enquadra.

.....

.....Sim, sim, foi no tempo do Senhor Dr. Mina, que não forneceu um terreno para a instalação da sede que está em Mirandela. Portanto, não andemos aqui a brincar.

.....Mas eu queria, por outro lado, saber como é que estão salvaguardadas, em termos da concessão temporal a hipótese, por exemplo, do INATEL deixar de ter o estatuto de Utilidade Pública, que tem neste momento, aliás de empresa para pública que tem neste momento. E portanto, se a Câmara não terá que salvaguardar a possibilidade de aquilo vir a ser, um dia destes, entregue a um privado qualquer, comprado, ou de uma forma qualquer, e fica a Câmara sem a possibilidade de negociar o que quer que seja com quem venha a adquirir um equipamento daqueles.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Estou certo que o Senhor Presidente da Câmara apesar da extemporaneidade da pergunta do esclarecimento, mas que vai responder com certeza.

.....Faça o favor.

.....**Presidente da Câmara** – Estou em condições de informar o valor exacto da receita do Parque de Campismo em 2006, 28 893,12€, (vinte e oito mil oitocentos e noventa e três euros e doze cêntimos) portanto abaixo ligeiramente daquilo que eu pensava, mas anda mais ou menos dentro disso.

.....Há enquadramento total face ao actual PDM e face ao PDM revisto. Não tem essa limitação.

.....Quanto à salvaguarda do interesse público, face à evolução do INATEL, digamos, ele estará automaticamente salvaguardado no âmbito do clausulado que temos no actual protocolo. Não temos dúvidas disso.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Portanto já foi a intervenção do Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, no período das intervenções, isto é uma matéria para conhecimento, está o ponto encerrado.
.....Vamos passar ao próximo ponto também para conhecimento.

.....4.4.2 – DA CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO NO AERÓDROMO.-----

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

.....CERTIDÃO.....

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Setembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:.....

----- “CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO NO AERÓDROMO MUNICIPAL

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, depois de analisada pelo Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal:

----- “I – ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO.....

----- Considerando que:

----- 1 - A Câmara Municipal de Bragança, proprietária do Aeródromo Municipal, dispõe sob sua responsabilidade directa a administração desta infra-estrutura aeroportuária;

----- 2 - A Câmara Municipal de Bragança, tem desde o ano de 1998, vindo a melhorar as condições de operação aeronáutica, numa primeira fase com a repavimentação da pista e certificação para voo nocturno e numa segunda fase, no ano de 2004, com a ampliação da pista de 1200 para 1700 metros, o que permitiu a realização do primeiro voo internacional entre Paris (Aeroporto de Orly) e Bragança;

----- 3 - A Câmara Municipal de Bragança, na sequência da ampliação da pista, promoveu outras acções de beneficiação, nomeadamente:.....

----- No âmbito do “Savety”, com a realização do Plano de Emergência e Formação dos Bombeiros Voluntários de Bragança, promoveu-se uma acção de formação, ministrada pela ANA S.A., no Aeroporto de Santa Maria nos Açores, aos operadores de socorro e emergência de aeródromos. Assim, o Aeródromo pode assegurar o nível de protecção de serviço contra incêndios (RFF) categoria 4 (voos internacionais).....

----- No âmbito da “Security”, com a realização do Plano de Segurança aprovado pelo INAC em Maio de 2004, e a instalação de equipamentos de apoio à segurança, designadamente um pórtico de detecção de metais e um sistema de inspecção por raios X para bagagem de porão e de cabine, bem como a presença da Guarda Nacional Republicana na partida e chegada de todos os voos regulares e não regulares de transporte de passageiros.

----- No âmbito das infra-estruturas foram instalados, um moderno e seguro sistema de abastecimento para as aeronaves com capacidade para 30.000 litros de combustível JET-A1 e 30.000 litros de combustível AVGAS 100LL e uma estação automática de meteorologia.....

----- 4 - De modo a garantir cobertura no interior norte do país, a Câmara Municipal de Bragança, está nesta fase a proceder à aquisição de um sistema radar de apoio à navegação aérea através de VOR/DME, com apoio técnico e financeiro do INAC e assistência técnica da NAV PORTUGAL - EPE;.....

----- 5 - A Câmara Municipal de Bragança, tem intenção de proceder, de imediato, a novos estudos de ampliação e remodelação das instalações de apoio ao embarque e desembarque de passageiros, o que implica proceder à revisão do Plano Director do Aeródromo.....

----- 6 - A Câmara Municipal de Bragança, no âmbito da infra-estrutura aeroportuária, tem assegurado as condições essenciais ao desenvolvimento do transporte aéreo regular (com 2 ligações diárias Bragança - Lisboa) e ocasional (com ligações Bragança - Paris), bem como da aviação executiva, táxi aéreo, de emergência médica, treinos de pilotos e de apoio ao combate a incêndios;

----- 7 - O Aeródromo de Bragança, de entre a rede de 24 aeródromos existentes no país, actualmente assegura a primeira posição na classificação feita no âmbito do Sistema Aeroportuário Nacional, considerando a qualidade do piso e comprimento de pista, constando de uma rota de serviço público em expansão;.....

----- 8 - A Câmara Municipal de Bragança, entende o desenvolvimento desta infra-estrutura aeroportuária como estratégica no âmbito do ordenamento do território e do desencravamento económico do Nordeste Transmontano.

----- Considera, ainda, que evolução da acessibilidade aérea à região é no médio/longo prazo essencial, sob o ponto de vista da integração turística entre o destino Douro e as áreas protegidas do Nordeste Transmontano, bem como as áreas próximas da região de Castelo e Leão;--

----- 9 - A Câmara Municipal de Bragança, pretende fazer acompanhar os planos de expansão e evolução do aeródromo do aumento sustentável de actividade, sendo a fixação de operadores um vector essencial dessa estratégia.

----- Considerando, ainda, que:

----- 10 - A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A. com sede em Braga, é uma empresa que opera desde 1989 a partir do Aeródromo de Palmeira, concelho de Braga, em transportes aéreos não regulares, aluguer de aeronaves, prevenção e combate a incêndios, voos turísticos, e tratamentos aéreos agro-florestais.

----- 11 - A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A., é uma empresa com licenças para voar, no âmbito de transporte aéreo não regular (COA), como operador de trabalho aéreo, e com certificado de manutenção (parte 145, aprovado pelo INAC e pela EASA).

----- 12 - À Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A., foram adjudicados, este ano, três concursos no âmbito do Ministério da Administração Interna, para trabalhos de combate a incêndios, que mobilizam 24 aeronaves, 2 helicópteros e 2 aviões de reserva.

----- 13 - A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A., pretende expandir a sua actividade ao nível da frota de helicópteros e equipamentos de auxílio, no âmbito de frotas de apoio humanitário da ONU;.....

----- 14 - A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A., pretende, ainda, expandir a actividade da empresa com voos charters para a Europa e conseqüente incremento na linha de manutenção de aeronaves;.....

----- 15 - A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A., para enquadramento dos seus projectos de expansão necessita numa 1.^a fase, entendida como de curto prazo, de construir instalações com 2000 m² para hangaragem de 14 aeronaves e trabalhos de oficina de manutenção;.....

----- 16 - A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A., pretende a médio longo prazo, incluir na sua frota 2 aviões Embraer para efectuar serviços de charter, o que requer a construção de

uma segunda fase de instalações com 2000 m2, para hangaragem e aumento das oficinas de manutenção.....

----- II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO

----- Assim, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta:

----- A) Que a parcela de terreno, com a área total de 5 000 m2 (cinco mil metros quadrados), a desanexar juridicamente do prédio urbano constituído por terreno destinado ao Aeródromo Municipal, com a área de 13 100 m2 (treze mil e cem metros quadrados), sito no lugar do Pino - Sacoias , freguesia de Baçal, deste concelho, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 4459., seja cedida à Aeronorte - Transportes Aéreos, S.A., ao abrigo dos artigos 64º, n.º 1 da al. f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, respeitando-se o regime de direito de superfície previsto nos termos da lei, isto é, através da celebração de um contrato de cedência do direito de superfície, sujeito a escritura pública, entre o Município de Bragança e a referida Entidade, nos termos e condições seguintes:.....

----- « Primeiro

----- a) O Município de Bragança constitui a favor da Aeronorte - Transportes Aéreos, S.A. o direito de superfície sobre uma parcela de terreno, com a área total de 5 000 m2 (cinco mil metros quadrados), a desanexar juridicamente do prédio urbano constituído por terreno destinado ao Aeródromo Municipal, com a área de 13 000 m2 (treze mil e cem metros quadrados), sito no lugar do Pino - Sacoias , freguesia de Baçal, deste concelho, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 4459, ao qual foi atribuído o valor de 20 € (vinte euros) por metro quadrado, num total de 100 000 € (cem mil euros).

----- b) A configuração actual da parcela a ceder em regime de direito de superfície, pode sofrer alteração antes do início da construção, se tal vier a ser necessário por razões técnico/operacionais relacionadas com o plano expansão.

Segundo

----- a) O prazo da cedência é de 50 (cinquenta) anos inteiros e consecutivos, a contar da data da escritura a celebrar.....

----- b) O prazo poderá ser prorrogado pelos períodos que forem convencionados.

----- c) Na falta de convenção sobre o período de prorrogação, entende-se que ela se opera por um período igual a metade do prazo inicial, salvo nos casos em que a Autarquia, findo o prazo, necessitar do terreno para obras de renovação urbano ou outro fim de interesse público.

----- d) A prorrogação do prazo deve ser notificada ou manifestada com a antecedência mínima de um ano.....

----- Terceiro.....

----- a) A prestação anual do preço da constituição do direito de superfície é de 300 € (trezentos euros), que será actualizada com base no índice da inflação publicado anualmente pelo INE. Concluído o segundo hangar, a renda será duplicada mantendo-se a actualização.

----- b) Havendo mora no cumprimento das prestações, o Município tem o direito de exigir o triplo das prestações em dívida, e o direito de superfície, incluindo as obras e benfeitorias implantadas reverterão para o Município na falta de pagamento da prestação durante dois anos consecutivos.....

----- Quarto.....

----- a) O objecto deste direito consiste exclusivamente na construção de dois edifícios de um piso (denominados “hangares”), com a área de implantação de 2000 m2 cada, para recolha e manutenção de aeronaves de pequeno e médio porte, e que deverão ser afectos à actividade comercial da superficiária respeitado o âmbito da presente cedência, não podendo ter aplicação diversa da convencionada, sob pena de reversão para a titularidade do Município de Bragança, e o mesmo acontecerá se, por qualquer motivo, a superficiária abandonar as respectivas instalações.

----- b) A superficiária obriga-se a construir a obra convencionada na alínea anterior nos termos definidos na cláusula seguinte.....

----- c) A superficiária obriga-se, ainda, a manter o terreno, bem como a obra, em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias nas construções e instalações objecto do direito de superfície.....

----- d) A superficiária obriga-se, também, a consentir a fiscalização do cumprimento de obrigações legais e contratuais, pela Câmara Municipal de Bragança, permitindo aos agentes desta, o acesso à construção e instalações depois de devidamente notificada para o efeito.

----- Quinto.....

----- a) A superficiária compromete-se a realizar a 1.ª fase das obras correspondente a um hangar de 2000 m2 e a iniciar a sua actividade de oficina de manutenção de aeronaves, e a consequente criação de postos de trabalho, no prazo de um ano, a contar da data da escritura.

----- b) A superficiária compromete-se a executar a segunda fase das obras, ou seja a construção do segundo hangar de 2000 m2, situação que ocorrerá no prazo máximo de 3 anos a contar da data da escritura, período em que se prevê a criação de 15 postos de trabalho de profissionais e de 50 colaboradores.

----- c) O período atrás referido poderá ser aumentado de mais 2 anos mediante deliberação da Câmara Municipal de Bragança, face uma solicitação devidamente fundamentada por parte da empresa.....

----- d) Se a segunda fase das obras, ou seja a conclusão da construção do segundo hangar não se concretizar no prazo referido na alínea anterior, o direito de superfície será automaticamente revisto e ajustado à dimensão efectiva do investimento concretizado (1ª fase).

----- Sexto.....

----- a) A transmissão "inter-vivos" do direito de superfície carece do consentimento prévio do Município, sob pena de ineficácia.

----- b) Ao transmissário é expressamente vedado modificar, substituir ou, por qualquer forma, alterar o fim aqui convencionado.

----- c) O Município de Bragança gozará sempre do direito de preferência, em primeiro grau, na alienação do direito de superfície, por acto entre vivos ou na adjudicação em liquidação e partilha da sociedade ou do eventual transmissário, sendo este direito de preferência exercido de harmonia com as normas legais ou regulamentares aplicáveis.

----- Sétimo.....

----- A Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A, logo no primeiro ano de actividade, compromete-se a abrir uma delegação da empresa, com sede no Aeródromo Municipal de Bragança.

----- Oitavo

----- a) No âmbito do aeródromo municipal, a Câmara Municipal de Bragança dispõe das seguintes infra-estruturas: Posto de Transformação próprio; Rede de água e acessibilidades externas e internas.....

----- b) A superficiária assumirá os custos com a execução dos ramais de ligação de infra-estruturas e acessos referidos na alínea anterior.

----- c) A superficiária assumirá, ainda, os custos com o fornecimento de energia eléctrica e de água, saneamento e resíduos sólidos.

----- Nono

----- a) A superficiária fica autorizada a hipotecar as obras construídas, ou a construir, e/ou as instalações fixas, bem como a dar de penhor, ou por outra forma onerar as instalações amovíveis, incluindo bens móveis na parte necessária à obtenção de financiamentos aos investimentos, ou como medida de gestão, designadamente na construção, manutenção e valorização dos meios activos, incluindo as respectivas infra-estruturas e equipamentos.

----- b) Em caso de incumprimento das condições da hipoteca, penhor, ou outro meio de oneração, as entidades financiadoras deverão no prazo máximo de 1 ano, encetar os meios legais disponíveis para regularizar a situação com o objectivo de usar a menor perturbação ao funcionamento do Aeródromo Municipal.....

----- Décimo.....

----- Em caso de incumprimento por parte da superficiária de qualquer das condições de constituição do direito, o terreno bem como as edificações nele implantadas, e, bem assim, as benfeitorias que nele se introduzam, reverterão para o património do Município, não havendo lugar a qualquer indemnização, e o mesmo acontecerá nos caso de dissolução ou extinção da superficiária ou do eventual transmissário.....

----- Décimo primeiro

----- A superficiária pode resolver este contrato nos casos e termos gerais do direito.....

----- Décimo segundo.....

----- A) Os eventuais conflitos que possam surgir entre as partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras por que se rege o presente contrato, serão dirimidos pelo foro da Comarca de Bragança, com exclusão de qualquer outro.....

----- B) A referida cedência em regime de superfície deverá ser titulada mediante escritura pública a favor da Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A,“

----- Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar, com cinco votos a favor dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes e dois votos contra dos Srs. Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, desta cedência do direito de superfície, dar conhecimento à Assembleia Municipal. “

----- **Os Srs. Vereadores que votaram contra, apresentaram as seguintes questões e declaração de voto:**.....

----- Relativamente a esta Proposta, gostaríamos de ser esclarecidos:

----- 1. Porque é que foi convidada esta empresa para se instalar no aeródromo e, não o foram outras que estão igualmente interessadas em fixar-se também em Bragança, como a Nortávia e a Aerocondor?

----- 2. No ponto 12 da I. parte – Antecedentes de Justificação, dá-se a entender que a Aeronorte -Transportes Aéreos, S.A. é proprietária de 24 aeronaves, 2 helicópteros e 2 aviões de reserva, o que não corresponde à realidade, visto ser todo o Programa de combate aos incêndios do Ministério da Administração Interna, que mobiliza esse equipamento.

----- 3. Refere-se ainda que a Aeronorte faz transportes aéreos não regulares, perguntamos para onde e com que aviões?

----- 4. Consideramos também de extrema gravidade, a autorização de hipoteca à empresa, conforme alínea a) ponto Nono, do Contrato de Cedência do Direito de Superfície, que transcrevemos: "A superficiária fica autorizada a hipotecar as obras construídas, ou a construir, e/ou as instalações fixas, bem como a dar de penhor, ou por outra forma onerar as instalações amovíveis, incluindo bens móveis na parte necessária à obtenção de financiamentos aos investimentos, ou como medida de gestão, designadamente na construção, manutenção e valorização dos meios activos, incluindo as respectivas infra-estruturas e equipamentos ".

----- 5. No mesmo contrato, ponto Quinto, alínea a), é referido que a empresa vai criar postos de trabalho no prazo de um ano. Quantos?

----- 6. No mesmo ponto Quinto, a conjugação das alíneas b) e c) permitem à superficiária construir o 2.º hangar no período de 5 anos, porquê é ainda beneficiada na alínea d) em que não sofre penalizações e o contrato é só "revisto e ajustado" ? Não seria de reverter para a Câmara todo o investimento feito?

----- 7. Perante todos estes factos, coloca-se a pergunta seguinte: Este Contrato resulta de um estudo económico e jurídico devidamente fundamentado ou não? Porque nos parece que não, o nosso voto é contra esta proposta.

----- **Intervenção do Sr Presidente**.....

----- O Sr Presidente teceu os seguintes comentários e esclarecimentos ao pedido formulado pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista:.....

----- 1. A Câmara Municipal não convidou esta empresa. A empresa Aeronorte – Transportes Aéreos, S. A., tomou a iniciativa junto da Câmara Municipal manifestando a vontade de instalar a sua actividade no Aeródromo Municipal de Bragança, iniciativa esta que acolhemos com interesse;.....

----- 2. Quanto aos meios com que opera esta empresa referidos pelos Vereadores do Partido Socialista, como não correspondendo à realidade como proprietário dos mesmos, a informação prestada pela empresa é de que opera com os meios referidos no âmbito do Programa de Combate aos Incêndios conforme ofício de 26 de Julho de 2006.

----- A empresa apresentou em anexo ao referido ofício o historial da mesma deste 1989 até à presente data. Completou a informação relativamente aos meios e às necessidades através do ofício de 7 de Agosto de 2006.

----- 3. Quanto à questão n.º 3 não tenho qualquer comentário a fazer, remetendo para a informação por escrito prestada pela empresa.....

----- 4. Relativamente a esta questão, foi analisada juridicamente e parece-me normal que assim seja, não se percebendo qual a dúvida no que se refere a esta questão, uma vez que a cláusula 9.ª alíneas a) e b) e a cláusula 10.ª serem suficientemente explícitas nesta matéria.....

----- 5. A criação de postos de trabalho estão previstas nas alíneas a) e b) da cláusula 5ª e na cláusula 7.ª.

----- 6. Esta questão está no meu ponto de vista suficientemente clara na alínea d) da cláusula 5.ª, no que se refere ao incumprimento da segunda fase das obras.

----- 7. Quanto à questão jurídica, toda a proposta está devidamente enquadrada. No que se refere ao estudo económico, seguramente que os benefícios serão positivos, reconhecendo esta como uma oportunidade de desenvolvimento do Concelho.

----- 8. Informo ainda ter já desenvolvido contactos com outros operadores, nomeadamente a Aerocondor, actual operador instalado no Aeródromo e com a Nortávia, que actualmente utiliza o Aeródromo Municipal de Bragança para os voos nocturnos de treino, no sentido de se o desejarem, poderem também instalar-se, em condições de maior envolvimento de meios e recursos.....

----- Mais informo, entender que eventuais novas iniciativas de acolhimento de empresas no Aeródromo, devem ser tratadas em condições idênticas às da actual proposta.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 12 de Setembro de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

.....**Presidente da Mesa** – na sessão da Câmara de 11 de Setembro de 2006, e isto está atrasado porque já veio de outra sessão da Assembleia este conhecimento, foi votado por maioria a cedência deste direito de superfície, e foi deliberado por unanimidade dar conhecimento da matéria à Assembleia Municipal.

.....Senhor Presidente reserva-se também para respostas a pedidos de esclarecimento.

.....Vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta matéria.....

.....Henrique Ferreira, tem a palavra desde já.

.....**Henrique Ferreira** – Senhor Presidente da Câmara, o meu pedido de esclarecimento tem a ver com uma preocupação relativa à largura do nosso aeródromo. Portanto é um aeródromo que não é muito largo, e se a nossa vontade é expandi-lo para aeronaves de pequeno/grande porte, estou a referir-me ao A319, por exemplo, o mais pequeno dos grandes, ou o Boeing 737/200, mas vamos precisar de uma distância à pista de pelo menos duzentos e cinquenta metros entre as instalações do embarque e tratamento de bagagens, até à pista. Por isso, quando ouvi esta questão do aeródromo, olhando para a planta, interroguei-me logo, mas onde é que isto vai ficar? Considerando estes requisitos, onde é que isto vai ficar? Depois fui eu próprio ao aeródromo e vi que há uma zona onde pode ficar, que é a zona a sul do barraco que lá está, creio que é do aeroclube, está lá um barraco, creio que é do aeroclube, portanto a sul desse barraco e para trás poderá ficar. Noutra zona qualquer, parece-me difícil que possa ficar. E portanto, ainda que não ponha em causa que a Câmara certamente se aconselhou, a verdade é que eu fiquei com esta preocupação e mantenho-a, porque quando queremos operar com aeronaves de grande porte os requisitos são de uma outra natureza.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, também para um pedido de esclarecimento...

.....**Luís Pires** – Muito boa tarde.

.....Bom, como sabem este é um tema que já vem de trás, portanto, algumas dúvidas Senhor Presidente. A primeira dúvida é de índole formal, vai no sentido de sermos esclarecidos se a Câmara Municipal de Bragança tem ou não, não sabemos se tem, é mesmo uma dúvida, competência para ceder o direito de superfície de uma parcela de terreno, ou se tal carece de

autorização da Assembleia Municipal, porque isto é um ponto para tomada de conhecimento, não sei, é apenas uma questão de índole formal.

.....Assumindo que sim, relativamente ao assunto em questão, o Grupo do Partido Socialista pretende que sejam clarificadas as seguintes dúvidas:.....

.....Qual o número de postos de trabalho que a empresa criará ao longo do primeiro ano de actividade, em função da abertura da Delegação, embora exista uma alínea na documentação que é a alínea a) e b) na cláusula 5ª e na cláusula 7ª, que diz que em três anos a contar da data da escritura se prevê a criação de quinze postos de trabalho de profissionais e de cinquenta colaboradores, é apenas ao longo dos três anos, não concretiza exactamente na abertura qual será o número de postos de trabalho, ficando-se portanto apenas com uma ideia desse número para os três anos e não para a parte inicial.

.....Solicitamos ainda que nos esclareça de que forma e quais os desenlaces em caso de litígio, isto é também uma dúvida formal, não sei, não faço a mínima ideia. Quando se hipoteca uma infra-estrutura que está implantada num terreno da qual não é dono, de quem é que é a infra-estrutura?

.....A instalação desta empresa, face ao plano director do aeródromo, segundo percebi está também em tratamento, em trabalho, digamos assim, restringe a hipotética instalação de outras empresas num espaço de dimensões semelhantes? A colocação de uma infra-estrutura deste tamanho colide com a instalação de outra de dimensões semelhantes? E no caso de necessidade de alargamento da pista para aterrizagem de voos de maior capacidade, eu sei que existe a necessidade de haver um espaço de resguardo, de protecção, que é maior tanto quanto maior for a pista e os aviões que aí aterram, e se isto não vai colidir com as nossas perspectivas de ampliação e tenha presente Senhor Presidente, que já disse várias vezes que nós somos a favor de que se potencie essa infra-estrutura.

.....Para já, dependendo depois das respostas, tenho uma intervenção também par apresentar.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor Presidente da Câmara, para responder.

.....Tem a palavra para esclarecer.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....A fundamentação legal da competência encontra-se na própria certidão, na parte 2 refere em que termos é que é deliberada esta matéria, portanto é com base na competência da Câmara Municipal e face aos pareceres jurídicos que foram formulados.

..... Ainda assim, achamos que a matéria era suficientemente importante para a Assembleia tomar conhecimento da mesma. Se a competência fosse da Assembleia seria exercida pela Assembleia. O contrário, os senhores deputados podiam vir a considerar que nós não

estávamos a estudar a matéria e que estávamos a propor uma deliberação à Assembleia, que era de competência da Câmara. Portanto está regular essa situação.

.....Quanto à parte da instalação e da localização referida, duas preocupações manifestadas pelos Senhores dois deputados que fizeram a intervenção, evidentemente que salvaguardamos essa questão.

.....A evolução do aeródromo para um aeroporto regional, que é essa a nossa ambição, ambição de todos como é óbvio, pressupõe uma alteração significativa a nível da localização de instalações, designadamente o sistema de hangaragem, oficinas, a parte industrial no fundo, essa componente, não só a parte das chegadas e partidas do terminal, mas também a parte de hangaragem de aeronaves.

.....Consideramos os necessários os efeitos resultantes dessa evolução de categoria, correspondente à aterragem de aeronaves de maior capacidade, quer dizer, a nossa pista actual não tem capacidade para receber determinadas aeronaves já na própria largura em si mesmo, há aviões, o Boeing 737 que será o avião crítico para o qual os estudos vão ser desenvolvidos a seguir, obrigam a pista a ter outra largura. Portanto nós pensamos que a largura irá toda para poente. Além disso, os afastamentos às construções mais próximas tem outro nível de exigência, estamos a falar de outra escala de avaliação e de funcionamento. Tudo isso foi tratado com o INAG, e portanto temos tudo devidamente salvaguardado, acontece que para instalar este hangar vamos ter que fazer uma plataforma, escavar, vamos ter que escavar, não sei precisar a altura de escavação, mas criar uma plataforma compatível com esse afastamento, para baixar a construção, não só para baixar a construção e para a localizar, enfim, uma cota compatível com planos futuros, a Câmara Municipal, logo que o tempo o permita irá criar uma plataforma na zona em que o Deputado Henrique Ferreira falou, porque de facto é aí que a evolução do sistema de hangaragem de aeronaves irá ocorrer, portanto bastante afastado do actual hangar, ou um bocado afastado.

.....A localização deste hangar também não condiciona nem inviabiliza a instalação e outros hangares em condições exactamente iguais e na mesma linha e no mesmo seguimento.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos então abrir inscrições para intervenções.

.....Luís Pires pode desde já avançar para a sua intervenção.

.....Há mais alguma inscrição?

.....Henrique Ferreira.

.....**Luís Pires** – Bom, é também muito rápido, como vocês se recordam este ponto já estive na ordem de trabalhos há bastante tempo. Recordo-me na altura de que houve aqui alguma confusão, aqui não, houve na parte da Câmara, os Vereadores do PS não perceberam muito bem qual é que era, na minha opinião, na minha óptica, não perceberam muito bem qual

é que era o âmbito deste tipo de intervenção e tiveram uma votação que quanto a mim não foi provavelmente a mais adequada neste sentido.....

..... No entanto, como isto é um assunto sério, o Senhor Presidente sabe que nós nos preocupamos com as coisas sérias, eu tive a liberdade de telefonar, na altura, porque sabia que havia essa possibilidade, ao Director Comercial da Aerocondor, naquela altura, sei que já houve grandes alterações na Aerocondor desde então até cá, e eu tive a oportunidade de falar com ele e perguntar-lhe relativamente a um projecto que ele me tinha falado um dia, se estavam interessados e concretamente ele disse-me que sim e o projecto correspondia em trazer para Bragança toda a infra-estrutura que existia em Tires, uma vez que a Aerocondor trabalhava com o Norte da Europa.

..... Portanto e a minha preocupação era saber se, uma vez que aquela empresa que falou com a Câmara queria implantar aqui aquela instalação, portanto, se isso iria impedir que a outra instalação em condições semelhantes, que eu acho que seria de valorizar para Bragança nesse sentido, fosse impedida de ser colocada no aeródromo. Portanto, era nesse sentido que, se essa solicitação, que agora não sabemos, uma vez que me parece que a Aerocondor foi comprada por capitais espanhóis, creio eu, se essa solicitação entrar na Câmara que seja acarinhada da mesma forma que foi esta. É apenas isso.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Bom, terminou então o período relativo a esta tomada de conhecimento sobre esta matéria. Segue-se também a tomada de conhecimento sobre a

.....**4.4.3 – DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS.**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

.....**CERTIDÃO.**.....

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Agosto do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro,

Dr.^a Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.^a Isabel Maria Lopes e Dr.^a Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

----- **“DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS”**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:.....

----- A Declaração contra o tráfico de seres humanos, adoptada na 13.^a Sessão Plenária do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE) e oficialmente aberta à assinatura a 31 de Maio de 2006, permite dar um passo em frente na luta contra o tráfico de seres humanos – a qual figura hoje entre as prioridades absolutas do Conselho da Europa – pois associa as autoridades locais e reconhece o seu papel nas acções a levar a cabo contra esta nova forma de escravatura.....

----- As autoridades locais confrontam-se hoje, também, com este tipo de violência e desumanidade e devem, conseqüentemente, assumir a primeira linha da luta contra este fenómeno e da assistência às vítimas.

----- Através da presente Declaração e dos compromissos que ela pressupõe, somos a afirmar o papel de primeiro plano que às autoridades locais é reservado também neste domínio com especial incidência na protecção e dignificação dos Direitos Humanos.

----- Assim, proponho que ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com a alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e conforme solicitação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, este Município aprove a seguinte Declaração sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, e que depois de aprovada seja remetida à ANMP.

----- **DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS**

----- Nós, Presidentes de Municípios, dirigentes e representantes das autoridades locais dos 46 Estados membros do Conselho da Europa,

----- Somos fiéis ao princípio do respeito dos Direitos do Homem, tal como definido na Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, e, nomeadamente, ao seu artigo 3 que reconhece a todos não serem submetidos a “tratamentos inhumanos ou degradantes”e, ao artigo 4, que proíbe as escravatura,

----- Estamos gravemente preocupados pela amplitude crescente que assume o tráfico de seres humanos, fenómeno que constitui uma terrível violação dos Direitos do Homem e é um atentado aos princípios fundamentais da Democracia e da supremacia do Direito.

----- Lembramos que é ao nível local que se desenvolve a fase última do tráfico e que as autoridades locais têm um papel fundamental a desempenhar enquanto garantes da coesão social e do bem-estar e segurança dos seus cidadãos.

----- Estamos determinados a erradicar esta forma moderna e odiosa de escravatura.

----- Felicitamos pois a Convenção do Conselho da Europa sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (CETS N.º 197) que foi aberta à assinatura a 16 de Maio de 2005.

----- Prometemos o nosso inteiro e pleno apoio à Campanha do Conselho da Europa sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e o seu duplo objectivo: sensibilizar a opinião pública para este problema e exortar o conjunto dos Estados membros do Conselho da Europa, nos melhores prazos, a ratificar e assinar a Convenção sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos.

----- Comprometemo-nos a mobilizar todas as forças ao nível local de modo a assegurarmos que a mensagem veiculada pela Campanha seja extensiva a todos os níveis de gestão dos assuntos públicos, aos cidadãos e às mais altas instâncias do Estado.

----- Assumimos a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos como uma prioridade absoluta das nossas administrações e a implementação do maior número possível de propostas apresentadas na Resolução 196 (2005) do Congresso sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, nomeadamente aquelas que tenham por objectivo:

----- A protecção das vítimas, a sua readaptação e reinserção (por exemplo, graças à criação de centros de recursos/unidades de apoio a nível local, especializadas na ajuda às vítimas do tráfico e trabalhando em estreita parceria com as associações não governamentais atinentes);.....

----- Disponibilizando formação a todos os actores interessados, incidindo não apenas na identificação e prevenção do tráfico, mas também, sobre os cuidados a dispensar às vítimas; ..

----- Aumentando as ofertas profissionais às mulheres de modo a torná-las menos vulneráveis face ao tráfico.

----- Apelamos aos Chefes de Estado e de Governo a:

----- Assinarem e ratificarem, nos melhores prazos, e caso ainda não o tenham feito, a Convenção do Conselho da Europa sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos;

----- Lançarem e subvencionarem Campanhas Nacionais Anti-Tráfico em estreita colaboração com as autoridades locais e regionais para sensibilizarem os cidadãos para este problema, em particular os mais expostos;

----- Implicarem totalmente as autoridades locais e regionais na concepção e execução dos planos de acção decididos a nível nacional pois estas são directamente abrangidas por este fenómeno;.....

----- Atribuírem competências e recursos financeiros necessários às autoridades locais e regionais para que elas possam levar a cabo acções e aplicarem os programas ao seu nível, com vista à Luta contra o Tráfico e para poderem prestar assistência às vítimas;

----- Damos fé ao nosso compromisso nesta Luta assinando a presente Declaração.”

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta de Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos. ..

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, dela dar conhecimento à Assembleia Municipal”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 12 de Setembro de 2006.

----- a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

.....**Presidente da Mesa** – Na reunião do dia 14 de Agosto de 2006, a Câmara Municipal aprovou uma declaração sobre esta matéria, que decidiu também depois de a aprovar, remeter à Associação Nacional de Municípios, e decidiu também por unanimidade dar dela conhecimento à Assembleia Municipal.

.....Penso que o Senhor Presidente da Câmara está disponível para dar esclarecimentos que forem pedidos. Abria as inscrições para pedidos de esclarecimento.

.....Não há inscrições.

.....Inscrições para pedidos de intervenções?.....

.....Henrique Ferreira e Sr^a Madalena.

.....**Henrique Ferreira** – Era só para me congratular com esta tomada de posição da Câmara, na medida em que, há medida que a sociedade se complexifica e evolui, as más

coisas também aumentam. E só em 2001 quando se deu o caso das Mães de Bragança, foi noticiado que só da Ásia, da África e da América para a Europa, havia um tráfico anual de quinhentas mil mulheres. E portanto, uma tomada de posição sobre esta questão parece-me extremamente pertinente.

.....Por outro lado também a insegurança que actualmente existe nas nossas sociedades e que põe em risco por exemplo as crianças.

.....E coloco outro tipo de questões. Hoje já não basta ter escolas, hoje a questão do acesso às escolas e da chegada dos pais à escola para levarem e trazer os filhos também é uma questão premente, porque face a todos os receios, os pais obviamente querem ir levar e ir buscar os seus filhos à escola, etc.

.....A sociedade infelizmente avança mais no perigo do que na segurança.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhora membro da Assembleia Madalena Morgado, faça o favor.

.....**Madalena Morgado** – Boa tarde a todos.

.....Eu se calhar passava aqui os cumprimentos formais que é costume devido ao adiantado da hora.

..... E trago apenas uma reflexão sobre este assunto:

.....**Reflexão**

.....Não basta tomarmos conhecimento sobre a “Declaração da luta contra o tráfico de seres humanos”, que foi adoptada na 13ª Sessão Plenária do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa e discutida e votada em reunião de Câmara.....

.....É urgente e importante reflectirmos que ao longo da história da humanidade tem-se ofendido a vida e a dignidade dos seres humanos e isso acontece ainda hoje. Mas foi também há muitos séculos que nasceu a ideia de regras comuns a todos os seres humanos, sem discriminação, baseados em princípios que visam a justiça e a equidade entre homens e mulheres.....

.....Esses princípios de igualdade entre os membros da espécie humana, como muitos princípios essenciais que sustentam aquilo a que nós chamamos hoje – Direitos do Homem. Encontram-se na quase totalidade das culturas, das civilizações e tradições filosóficas.

.....Os direitos Humanos possuem alcance e significados Universais que são uma forma de dignificar o ser humano enquanto tal, independentemente das barreiras da religião, do sexo, etc. Os direitos humanos, legitimam-se num diálogo intercultural e visam a emancipação da humanidade, constituem uma conquista civilizacional que urge proteger e incentivar.

.....A história da evolução dos direitos do homem pode ser tomada como a história da consciência que o homem tem de si mesmo e da sua situação no Mundo.

.....A actual expansão e extensão dos direitos do homem reflectem a emergência de novos problemas. O fenómeno da globalização acarretou consigo novos desequilíbrios, acentuando-se as desigualdades a nível internacional, que se traduzem no reinado do dinheiro e do individualismo, na promoção do monoculturalismo como valores absolutos.

.....É importante interrogarmo-nos sobre as alterações que a globalização está a provocar e que consequências vai produzir em domínios tão sensíveis como o Ambiente, a Pobreza, as Desigualdades que tem originado uma forte emigração e que conduz para países mais ricos uma massa humana vulnerável e desprotegida.

.....Segundo alguns observadores, o escândalo do séc. XXI – é o tráfico de seres humanos. Milhões de emigrantes ou refugiados acabam todos os anos nas garras das organizações mafiosas que os escravizam. O trabalho escravo, e as redes de prostituição, constituem neste momento um dos negócios mais lucrativos do Mundo. Segundo números oficiais, 12 mil milhões de Euros é o lucro anual do tráfico de seres humanos no Mundo, 30 mil Euros é o ganho estimado com o comércio de cada ser humano.

.....Este tráfico Mundial tornou-se mais visível na Europa aquando do alargamento da União Europeia e também por ser mais fácil nas actuais circunstâncias, traficar pessoas do que armas ou droga.

.....Este tráfico é essencialmente de carácter laboral e sexual, mas também inclui tráfico de órgãos e adopções ilícitas.

.....Portugal é no essencial um país receptor nomeadamente de mulheres oriundas dos países de Leste, da África e do Brasil, são mantidas em situações escabrosas de exploração e muitas vezes forçadas a prostituírem-se.

.....A maioria das vezes, estas mulheres são atraídas pela promessa de empregos bem pagos e depois colocadas forçadamente em casas de alterne, sem documentos, nem retribuições.

.....Esta é a forma de escravidão moderna que vem assumindo proporções alarmantes. Esta gente aliciada por novas vidas acaba por ser humilhada, violentada e coagida.

.....Somos testemunhas deste tempo, não podemos ignorar.

.....Somos cidadãos do mundo, precisamos de tomar consciência e agir.

.....Devemos entender este fenómeno de traficância, como algo a combater e a banir no plano judicial, social e também económico.

.....Sabemos que, judicial e politicamente a União Europeia está a implementar medidas e a prever acções de cooperação com todos os seus membros que visam a perseguição e criminalização dos traficantes, assim como o apoio e assistência tanto ao nível judicial, como formativo às vítimas do tráfico.

.....Ao nível económico e social, passa no futuro pela construção de uma sociedade mais justa, tornando acessível a participação económica ao maior número de pessoas para que

estas possam satisfazer as suas necessidades e estarem prontas para atingir níveis mais elevados de realização pessoal de modo a evitar a pobreza e as desigualdades sociais.....

.....Neste contexto, hoje mais do que nunca, o debate, o consenso, o diálogo intercultural é necessário para que os Direitos Humanos sejam respeitados. Temos a noção de que há um longo caminho a percorrer, e que todos os Governos, Instituições, Autarquias, todas as forças políticas devem trabalhar na mais estreita colaboração com todas as organizações que tenham em vista a promoção da cidadania e da solidariedade.....

.....Quanto mais pessoas se disponibilizarem, maior capacidade teremos de mobilização para implementar o espírito da “Declaração sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos”. .

.....Consideramos esse tráfico aberrante e transgressor da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Estes direitos supõem a exigência moral de uma responsabilidade solidária que deve constituir uma nova visão de cooperação em que todos devemos estar empenhados.

.....Bragança, 26 de Fevereiro de 2007.

.....a) Maria Madalena Morgado

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado pela sua intervenção Senhora membro da Assembleia Madalena Morgado.

.....Passando ao último ponto da nossa Ordem de Trabalhos.....

.....4.4.4 – DA ATRIBUIÇÃO DE NOME AO CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:-----

.....**CERTIDÃO**.....

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze Fevereiro do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

----- **“CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA – ATRIBUIÇÃO DE NOME**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentou para aprovação da

Edilidade uma proposta de resolução no âmbito do processo em referência, tendo iniciado a sua apresentação louvando-se nos seguintes princípios programáticos:.....

1 – O Centro de Arte Contemporânea em construção foi idealizado, no sentido de ser desenvolvido como Projecto de referência nas suas várias fases. Faz parte do conjunto de Equipamentos vocacionados para a Cultura e o Ensino, que a Câmara Municipal decidiu construir e promover, tais como: (Biblioteca Municipal; Conservatório de Música; Teatro Municipal; Museu Ibérico da Mascara e do Traje; Centro de Arte Contemporânea e Centro de Ciência Viva), e integra um vasto programa de investimentos municipais com vista a assegurar melhor qualidade de vida para os cidadãos, mais cultura, crescimento e emprego.

Bragança, tem-se vindo a posicionar e gizado a sua estratégia de desenvolvimento, no sentido de adquirir maior capacidade de Cooperar e Competir com Cidades próximas, afirmando a sua crescente centralidade em termos ibéricos, dando assim prioridade às relações com o Território e Cidades fronteiriças próximas, como sejam Zamora e Leon e às Políticas de Cooperação regional de (nível interno).....

Com o forte investimento dedicado à construção de Equipamentos Culturais, pretendemos estruturar no interior norte, um pólo cultural que nos permita alargar a área de influência, ganhar espaço e dimensão, construir pontes de cooperação transfronteira. Foi, assim, nesse sentido, que de entre vários projectos, em 30 de Outubro de 2002, surgiu formalmente o projecto Transmuseus, candidatado e aprovado no programa INTERREG IIIA, que incluiu a construção do Centro de Arte Contemporânea de Bragança e o Museu Baltasar Lobo em Zamora, projecto que terá continuidade em termos de gestão partilhada.

O projecto Transmuseus, foi idealizado no sentido da sua construção como projecto de referência, diferenciador em vários âmbitos: na concepção em si mesmo, como projecto de cooperação fronteira entre duas cidades geminadas; nos Arquitectos a escolher para os estudos; na colecção permanente e na sua eventual associação a nomes que pudessem e possam constituir uma mais valia para o projecto como para as Parcerias de Concepção e Gestão que pudessem vir a ser desenvolvidas.

2 - Foi assim, neste quadro de referência que há três anos, foram iniciados contactos com a pintora Graça Morais, nossa conterrânea ligada às Artes da Pintura, neste particular sendo uma das principais referências da Arte Contemporânea Nacional, com o

seu trabalho reconhecido dentro e fora de fronteiras, no sentido de avaliar a oportunidade de atribuir o seu nome ao Centro de Arte Contemporânea.

Trata-se de uma dupla oportunidade, para a Pintora e para o Município, visto a primeira ter o reconhecimento dos seus concidadãos e, por desta forma, ser garantida a homenagem que perpetua o seu nome, associando-o a um projecto de referência, que neste tempo mais não representa do que o respeito e admiração dos Cidadãos de Bragança e da Região que se revêem neste gesto.

Para a Câmara Municipal, é, como referi, uma oportunidade única de referenciar um dos seus melhores equipamentos culturais, com o nome de uma sua concidadã, juntando parte da sua obra no módulo de exposições permanentes, consciente de que ao fazê-lo, está a aumentar as condições de diferenciação do projecto, o que só pode representar uma maior capacidade de atracção de visitantes à Cidade e Região.

3 – Assim, face ao exposto nos pontos n.º 1 e 2 e tendo por base os contactos/negociações feitos pessoalmente e por escrito com a pintora Graça Morais, apresento, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, a seguinte proposta de resolução:.....

a) – Que seja atribuído o nome da pintora Graça Morais ao Centro de Arte Contemporânea em construção, passando assim o mesmo a ter a designação de “Centro de Arte Contemporânea Graça Morais”.

b) – Que, na sequência da decisão tomada na alínea anterior, seja aprovado o protocolo de cooperação e contrato de comodato, abaixo transcrito e a realizar entre o Município de Bragança e a pintora Graça Morais.....

Regista-se que o processo foi apoiado em termos de enquadramento pelo DAGGF, através do Gabinete jurídico da Câmara Municipal e em termos de estruturação pelo consultor Jurídico deste Município, Dr. Luís Filipe Chaveiro.

c) – Que da presente deliberação seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E CONTRATO DE COMODATO

Contraentes:

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, Pessoa Colectiva de Direito Publico n.º 506215547, representada neste acto pelo seu Presidente Eng.º António Jorge Nunes, doravante

designada por CMB;

E

Dr.^a MARIA DA GRAÇA PINTO DE ALMEIDA MORAIS, (estado civil)....., Contribuinte Fiscal n.º, Titular do Bilhete de Identidade n.º....., emitido em pelo Arquivo de Identificação de, natural de Freixiel, Concelho de Vila Flor, residente na Rua Carlos Reis nº 32, 1660-033 Lisboa, doravante designada Segunda Contraente;.....

Considerando que:.....

A CMB criou e promoveu em Bragança a construção do Centro de Arte Contemporânea, sito na Rua Abílio Beça n.º 105, que integra três corpos, o Edifício existente no antigo Solar dos Veiga Cabral, também conhecido pelo Solar dos Sá Vargas, construção setecentista, destinado a exposição permanente; o Novo Edifício da Nave de Exposições Temporárias e o Corpo Novo que une os dois Edifícios;

A CMB decidiu por unanimidade, dos membros presentes, em Reunião Ordinária de 12 de Fevereiro de 2006, atribuir ao Centro de Arte Contemporânea, o nome da pintora “Graça Morais”;.....

Este Centro tem como objectivo fundamental fomentar a criação de um Pólo de Intercambio Cultural entre Portugal e Espanha;.....

Se prevê que este Centro seja mais um passo como Plataforma enquadradora da estreita ligação entre as Cidades Geminadas de Bragança e Zamora;

Estas duas Cidades se engajaram em um objectivo mais vasto, que contempla em harmonia de objectivos, a Construção do Centro de Arte Contemporânea de Bragança e o Museu Baltasar Lobo em Zamora;.....

Que estes Equipamentos são a emanção do saber em projecto de dois Arquitectos Distintos e de referencia nos dois Países (Souto Moura e Rafael Moneo);

Considerando, finalmente, que se visa, estruturar uma Parceria ou Parcerias com Instituições Culturais, de reconhecido mérito na área da Arte Contemporânea.

É ajustado e de boa-fé celebrado entre a CMB e a Segunda Contraente o Presente Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato, que se rege pelas clausulas seguintes:

Cláusula Primeira

A Segunda Contraente doa nesta data à CMB, 50 (cinquenta) Desenhos e Pinturas

sobre papel e Duas Pinturas sobre tela denominadas “Maria” e “Delmina” (1996-200x144), para exibição permanente no “Centro de Arte Contemporânea GRAÇA MORAIS”, discriminadas no Anexo I ao Presente Protocolo e que dele faz parte integrante.

Cláusula Segunda

A Segunda Contraente cede em regime de Comodato à CMB, pelo período de dez anos, as Pinturas e os Desenhos necessárias para preencher todas as salas do espaço destinado à Exposição Permanente, as quais se encontram discriminadas no Anexo II ao Presente Protocolo e Contrato de Comodato, e dele fazendo parte integrante:

Cláusula Terceira

Os Anexos I e II serão elaborados pela Segunda Contraente, tendo em consideração o estudo que a mesma irá elaborar para a ocupação das Salas do Edifício destinado a Exposição Permanente.

Cláusula Quarta

Durante o período ou períodos de tempo em que perdurar o presente Contrato de Comodato, a Segunda Contraente encara a possibilidade de com regularidade vir a fazer novas doações, dependendo este desiderato, não só da sua vontade, mas também do êxito e do bom funcionamento do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

Cláusula Quinta

Para além do fixado na Cláusulas anteriores, a Segunda Contraente obriga-se a que durante o período de tempo ora fixado para o Comodato, renovar sem encargos para o Centro, as peças cedidas para a Exposição Permanente, ao abrigo daquele instituto, em condições a definir com a Câmara Municipal.

Cláusula Sexta

As obras doadas e as cedidas nos termos das clausulas anteriores, deverão estar permanentemente expostas, só podendo ser retiradas, parcial e/ou temporariamente, por períodos curtos e com a previa autorização da Segunda Contraente.

Cláusula Sétima

As 7 (sete) salas da “Galeria da Exposição Permanente” do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais serão ocupadas exclusivamente com obras da Segunda Contraente, a seleccionar entre as doadas e as cedidas nos termos do Presente Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato.

Cláusula Oitava.....

A “Galeria da Exposição Permanente” terá um programa de actividades próprio, com a organização de exposições da obra da Segunda Contraente, de carácter temático ou outro a acordar com a mesma e desenvolverá um trabalho pontual de colaboração com as Escolas da Região, numa perspectiva de “Educação pela Arte”.....

Cláusula Nona.....

A Segunda Contraente disponibiliza-se para colaborar gratuitamente com o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, em termos a acordar, de forma a permitir a concretização do disposto na cláusula anterior.

Cláusula Décima

Todas as questões relativas à Exposição Permanente, nomeadamente as condições de exposição das obras, a elaboração de catálogos, o eventual “merchandising” e questões conexas terão de ser previamente acordadas entre a Segunda Contraente e a CMB.

Cláusula Décima Primeira.....

O conjunto das obras doadas e cedidas gozam da protecção jurídica do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais Legislação Complementar.....

Cláusula Décima Segunda

A gestão e administração do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais cabe à CMB que assegurará o adequado funcionamento do mesmo.

Cláusula Décima Terceira

A CMB celebrará contrato de seguro, relativamente às obras doadas e cedidas, no valor mínimo de €, obrigando-se a fazer prova da validade do mesmo anualmente.....

Cláusula Décima Quarta

O incumprimento do acordado na Cláusula Quinta, bem como o encerramento do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, por período superior a um ano, implicará o fim do comodato referido nas Cláusulas Terceira e Quarta, salvo acordo escrito entre o Primeiro e Segunda Contraentes.

Cláusula Décima Quinta

As obras doadas passarão a integrar o património do município, nos termos legais,

destinando-se as mesmas a integrar a Exposição Permanente do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, conforme previsto no presente protocolo.....

Cláusula Décima Sexta

O presente protocolo terá uma duração de 10 (dez) anos, prorrogando-se sucessivamente por prazos de 5 (cinco) anos se não for denunciado, por qualquer das Contraentes, com a antecedência de um ano em relação ao termo do prazo em curso ou da sua renovação.....

Deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, atribuir o nome da pintora Graça Morais ao Centro de Arte Contemporânea em construção, passando assim o mesmo a ter a designação de “Centro de Arte Contemporânea Graça Morais”.

Ainda foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a proposta de Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato.”.....

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, da presente deliberação dar conhecimento à Assembleia Municipal.”.....

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 12 de Fevereiro de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

.....**Presidente da Mesa** - No dia 12 de Fevereiro passado, o Executivo Municipal deliberou por unanimidade atribuir o nome da pintora Graça Morais ao Centro de Arte Contemporânea em construção, passando assim o mesmo a ter a designação de “Centro de Arte Contemporânea Graça Morais”. Estou a ler a transcrição da certidão da reunião da Câmara.....

.....Deliberou ainda também o Executivo Municipal por unanimidade aprovar o protocolo de cooperação e contrato de comodato, entre a Câmara Municipal e a pintora Graça Morais. E mais deliberou dar destas deliberações conhecimento à Assembleia Municipal, o que fez através da certidão da reunião que teve.....

.....Senhor Presidente da Câmara quer intervir primeiro ou também responder a pedidos de esclarecimento?

.....Responde a pedidos de esclarecimentos.....

.....Senhores membros da Assembleia inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria?

.....Não há inscrições.....

.....Inscrições para intervenção sobre esta matéria?

.....Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira tem desde já palavra, faça o favor.....

.....**Henrique Ferreira** – Não...desta vez não venho elogiar. Desta vez venho dizer que discordo. E discordo pelo seguinte, porque há muitos outros artistas na nossa terra que eventualmente não gostarão desta posição do Município. É brilhante a pintora Graça Morais, é nossa conterrânea, mas não só já está muito visível na nossa terra, nomeadamente no Mercado Municipal e noutras zonas, e em contrapartida há outros artistas que não estão visíveis. Eu acho que dar um lugar de destaque à pintora Graça Morais, seria correcto, no Centro de Arte contemporânea. Dar-lhe o próprio nome acho que é ostracizar outras figuras ilustres que nós temos, tanto ao nível da arte como ao nível da arquitectura, como ao nível da literatura, etc.

.....É só esta reserva que eu faço aqui, que me parece precipitado. Ainda que eu perceba o gesto, mas parece-me precipitado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.....

.....Luís Pires também quer intervir? Faça o favor.

.....**Luís Pires** – Bom, eu estava para não dizer nada, mas sou forçado a dizer, só esclarecer que a opinião emitida antes de mim é a opinião do Henrique Ferreira, não é a opinião do Grupo Municipal do Partido Socialista.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.....

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, faça o favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Eu soube só quando recebi esta convocatória, esta deliberação da Câmara Municipal. Até me admirei, como é que a coisa foi feita tão secretamente e eu nisso sou um bocado suspeito, porque tenho uma relação de amizade muito pessoal com a Graça Morais, e confesso que fiquei alegremente surpreendido com a decisão da Câmara Municipal. E não o faço por bajulação ou por estar influenciado dessa relação de amizade com a Graça Morais e a Família. Faço-o porque de facto acho que foi um gesto inteligente da Câmara Municipal. E faço-o por várias razões, em primeiro lugar, porque ao escolher a Graça Morais é a honra ao mérito.

.....Nós, com o respeito pelo Dr. Henrique, e por todos os artistas da nossa terra, eu quero dizer o seguinte, nós temos muitos escritores, até temos aqui uma Associação de Escritores em Bragança, mas a arte, a arte, a literatura, a poesia, a pintura, a escultura, é uma coisa muito complexa e há escritores, ou tocadores, ou músicos, enfim, que nunca passam, enfim,

que são importantes a nível local, e que se realizam, mas falta-lhes muitas vezes a intemporalidade da arte, falta-lhe a universalidade da arte, falta-lhe ultrapassar fronteiras, e isso é que caracteriza a obra literária, a obra artística.

..... Naturalmente que o Eça de Queirós ou o Aquilino ou um outro qualquer escritor Português da língua Portuguesa não é um grande escritor por acaso! É um escritor porque a sua obra é intemporal, a sua obra é universal, a sua obra ultrapassou as fronteiras, a realidade que ali se expressa é uma realidade que ultrapassa a realidade universal, mundial. E nós temos isso em Graça Morais.....

..... Não sei se se recordam, e talvez tenham visto uma obra que é importante para quem quiser ler, conhecer e interpretar, a obra da Graça Morais, a do Mega Ferreira, uma obra excepcionalmente importante, que faz uma análise crítica e muito rigorosa sobre a obra e sobre as várias fases da Graça Morais, desde a sua fase de Bragança, em que ela já pintava.

..... Eu recordo um familiar meu que há dias dizia que um dia a pôs na rua, não digo quem foi essa pessoa, que a pôs na rua, porque passou a aula não sei de quê a fazer uma caricatura. E diz assim – Olha, *não ligaste nada* - pô-la na rua, tirou-lhe a caricatura e deitou-a ao cesto. E dizia assim, ora estás a ver, se eu tivesse aproveitado essa caricatura, que ela fez na altura, da professora, eu hoje se calhar tinha aqui um património de dois ou três mil contos. Porque é assim a obra valorada da Graça Morais. Portanto a obra da Graça Morais é um valor, e todas as fases dela, desde a fase simbólica, telúrica, caricatural, de retrato, etc, é bem analisada, de uma forma artística e de uma forma excepcionalmente superior de obra de arte. Portanto sem desvalorizar, sem menosprezar, sem deixar de considerar os nossos artistas plásticos de Bragança, e são muitos, e temos bons, até aqui os temos dentro, mas enfim, a Graça Morais, por sorte ou pela arte e pelo seu valor, ultrapassou fronteiras. É de renome a nível nacional e internacional.

..... Portanto eu estou convencido, não tenho dúvidas, de que a Graça Morais ou a sua exposição permanente no Museu de Arte Contemporânea, o seu nome vai ser um factor de atracção, um factor de visita, um factor de procura, um factor de busca. É um factor de valorização não só do Museu, como de Bragança.

..... E nós vamos ter oportunidade de sentir essa realidade, sentir que de facto, enfim, como já aconteceu no Museu de Serralves ou onde ela fez exposições permanentes. Como ela já fez na Gulbenkian. A obra dela é indiscutível, é uma busca, é uma procura.

.....Portanto, eu, permita-me Dr. Henrique discordar, eu acho que foi uma escolha acertada, foi uma escolha inteligente, e foi uma escolha que foi boa para Bragança. Mais para Bragança do que para a Graça Morais. A Graça Morais é um nome a nível Mundial.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.....

.....**Presidente da Mesa** - Quer defender a honra?.....
.....Para defender a honra não... Estamos a acabar, eu dou-lhe trinta segundos mas não é para defender a honra, não evoque isso, por amor de Deus.
.....Arranje-me lá outras razão qualquer, agora defender a honra... ..

.....**Henrique Ferreira** - ó Senhor presidente da assembleia, muito obrigado pela sua generosidade. É o seguinte, foi em nome da universalidade que o Senhor aqui defendeu e muito bem, porque nessa intervenção o Senhor foi brilhante, tenho que lhe dar os parabéns, que eu quis dizer que achava precipitado dar o nome dela ao Centro de arte Contemporânea. Porque Centro de arte Contemporânea de Bragança ou do Nordeste, era muito mais universal do que Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Porque ela está viva, dar-lhe um lugar de destaque na cidade ou na Região, acho importantíssimo, acho relevante, acho que este gesto é evidente que parte das melhores intenções, isso não está em discussão, parte da melhor das valorizações sobre a arte da pintora, não está em questão, obviamente, e partilho dessa valorização e dessa fruição estética sobre a arte dela, mas a questão é que é menos universal do que se ficasse Centro de Arte Contemporânea de Bragança.
.....Por outro lado também pedi para vir aqui para dizer que tenho cinquenta e quatro anos, sou militante do PS há vinte e oito, tenho cinquenta e quatro anos e neste momento sendo um homem da esquerda, obviamente tenho a obrigação de pensar pela minha cabeça, porque tenho cinquenta e quatro anos e sou do PS há vinte e oito.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Com esta saudável discordância no campo das artes, chegamos ao fim dos nossos trabalhos, agradeço a todos a vossa colaboração, agradeço a vossa paciência, e está encerrada a sessão.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano **a)**
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio **a)**
António da Cruz Oliveira
António Eduardo Fernandes Malhão **a)**
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
José Miguel Gonçalves Miranda
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Madureira Afonso **a)**
Maria Gonçalves C. Sampaio da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Martina Isabel Veiga Dias **a)**
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro **a)**
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes
Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Armando Pinto Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Henrique da Costa Ferreira
João Batista Ortega **a)**
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Manuel Gonçalo Esteves
Orlando Augusto Matos Pontes
Pedro Miguel Fernandes Teixeira
Vítor Prada Pereira **a)**

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	Manuel João Pinelo Regino (Substituto)
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Adelino Antero Ferreira (Substituto)
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins a)
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins a)
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes a)
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
Mós	Anselmo Anibal Martins a)
NOGUEIRA	José António Prada
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes a)
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo a)
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	João Ramiro de Castro
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64º. do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

José António Lourenço Rodrigues (Justificada)
Martinho Eduardo Nascimento (Justificada)

PARTIDO SOCIALISTA

Victor Fernando Simões Alves

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

PINELA – António Jorge Brás Pires

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Rui Afonso Cepeda Caseiro
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Isabel Maria Lopes

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito e trinta horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforma - vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em ___/___/___ - vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

NOTAS:

1 – No discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritas a itálico.....

2 – Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, também escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.....